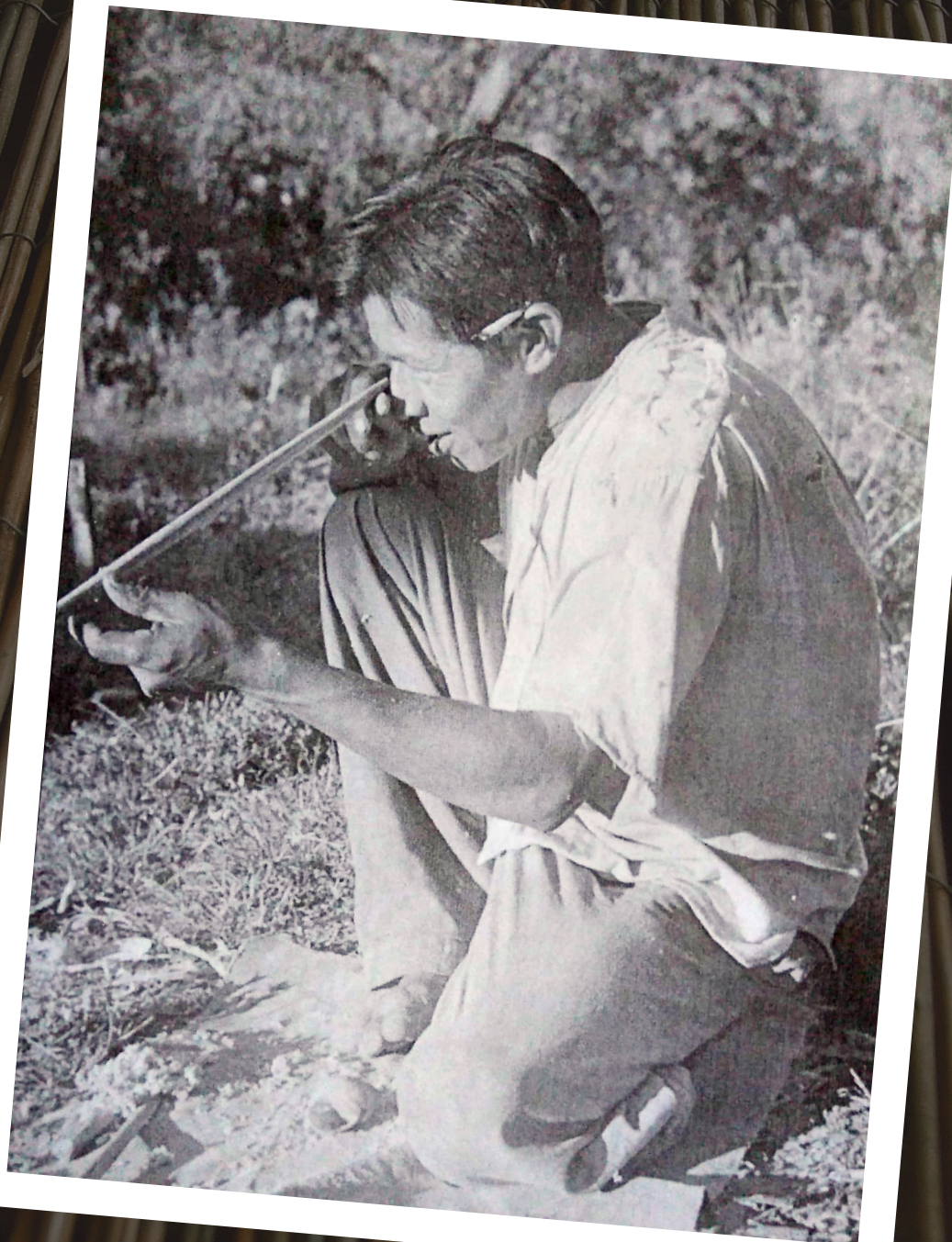




Ateliê de História

Departamento de História ISSN 2358-4440 Volume 05, nº2, 2017



Universidade Estadual de Ponta Grossa

Reitor: Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

Diretor: Luis Fernando Cerri

Diretor Adjunto: Lucimar Araújo Braga

Departamento de História

Chefe: Roberto Edgar Lamb

Adjunto: Rosângela Wosiack Zulian

Revista Ateliê de História UEPG (Departamento de História
- Universidade Estadual de Ponta Grossa).

Ponta Grossa, PR, 2017-130p.

Volume 05, nº2, 2017

Editores

Cláudio DeNipoti (UEPG)

Marco Antonio Stancik (UEPG)

Edson Armando Silva (UEPG)

Francieli Lunelli Santos (NUTEAD/UEPG)

Conselho Editorial

Amanda Cieslak Kapp

Myriam Janet Sacchelli

Niltonci Batista Chaves

Projeto gráfico e criação capa

Edson Gil Santos Jr.

Diagramação

Edson Gil Santos Jr.

Pareceristas ad-hoc deste número

Alessandra Izabel de Carvalho
Amanda Cieslak Kapp
Ângela Ribeiro Ferreira
Christiane Szezs
Edson Armando Silva
Evelise dos Santos do Nascimento
Fernando Bagiotto Botton
Jose Roberto de Vasconcelos Galdino
Lilian Cristina do Amaral Martinez Rodrigues
Mateus Henriques Bufonne
Matheus Viera
Niltonci Batista Chaves
Rosana Hass Kondo
Rosangela Wosniak Zulian

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

APRESENTAÇÃO.....09

HISTÓRIA, ANTROPOLOGIA, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA:
DARCY E BERTA RIBEIRO ENTRE INDÍGENAS OFAYÉ
EM MATO GROSSO (DO SUL), 1948

Julia Falgeti Luna

Giovani José da Silva11

TRABALHO E PÃO:

A REPÚBLICA DE WEIMAR A PARTIR DE CARTAZES NAZISTAS DE 1932

João Pedro Cioffi Pereira

Marco Antonio Stancik23

OS FILMES INFANTIS COMO ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE
IDENTIDADES DE GÊNERO: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE
DAS PRINCESAS DA DISNEY

Hortência Fabeni dos Santos

Mateus Henrique Buffone33

A EXPRESSÃO CULTURAL DA COMUNIDADE NEGRA DA CIDADE
DE PONTA GROSSA NA DÉCADA DE 1970 A PARTIR DA ANÁLISE DO
CARNAVAL LOCAL E DA PARTICIPAÇÃO DAS ESCOLAS DE SAMBA
NESSA FESTA POPULAR

Marcos Oliveira de Alcântara

Evelise dos Santos do Nascimento49

MOVIMENTOS ESTUDANTIS E AS MOCINHAS DE 68:
UMA ANÁLISE DE GÊNERO DA REVISTA REALIDADE

Gabrieli do Nascimento

Flora Morena Martini de Araújo57

REPRESENTAÇÕES DOS NEGROS NA HISTÓRIA DO BRASIL
REPUBLICANO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD - 2015

Juliana Aparecida Nunes

Luis Fernando Cerri71

PROJETO DE PESQUISA: AS RESSIGNIFICAÇÕES DO DISCURSO SOBRE A EUGENIA NO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, 1908-1921

Isaias Holowate

Marco Antonio Stancik99

PROJETO DE PESQUISA: OS VIAJANTES E A MATA ATLÂNTICA NO PARANÁ: DIFERENTES PERCEPÇÕES DE UM BIOMA (1875– 1920)

Tayná Gruber

Alessandra Izabel de Carvalho

Christian Brannstrom 105

PROJETO DE PESQUISA: O SETOR AGRÍCOLA NO NORTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970: PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO DE RETRAÇÃO DA ATIVIDADE CAFEEIRA

Juliane Roberta Santos Moreira

Alessandra Izabel de Carvalho

Christian Brannstrom 113

PROJETO DE PESQUISA: A MEMÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA: A CONTRIBUIÇÃO DE WALTTEL BRANCO PARA A MPB (1963-1988)

Thiago Rafael de Souza

Jonas Wilson Pegoraro 121



Ilustração capa:

Ofayé do Mato Grosso do Sul

Darcy Ribeiro, 1948

Museu do Índio/FUNAI

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos a mais recente edição da Revista, finalizando as publicações do ano de 2017. A presente conta com dez trabalhos, entre eles quatro artigos e uma monografia, resultantes de trabalhos de conclusão dos cursos de História, modalidades presencial e à distância) e da Pós-graduação em História, Arte e Cultura, ambos ofertados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O primeiro artigo é resultado de uma pesquisa sobre três imagens fotográficas, que aborda o cotidiano dos indígenas Ofayé, no Mato Grosso do Sul. As imagens foram realizadas por Darcy e Berta Ribeiro, em 1948. Tais registros são analisados pela autora do artigo a partir das premissas da Nova História Cultural, como documentos da memória social daquela tribo. O artigo é assinado por Julia Falgeti Luna e intitulado “História, Antropologia, Memória e fotografia: Darcy e Berta Ribeiro entre indígenas Ofayé em Mato Grosso (do Sul), 1948”.

Sob o título “Trabalho e pão: a República de Weimar a partir de cartazes nazistas de 1932”, João Pedro Cioffi analisa cinco cartazes, fruto de propagandas políticas do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Tais documentos históricos selecionados na pesquisa eram direcionados às massas urbanas e rurais na Alemanha, pós Primeira Guerra Mundial. Com forte apelo imagético, direto e objetivo a ideia era convencer a população alemã de que a proposta de Hitler era a melhor para recuperar a economia do país.

A indústria cultural é alvo de reflexões por parte de Hortência Fabeni dos Santos, que analisa filmes infantis e a construção de identidade de gênero. Analisando quatro obras filmicas, a autora evidencia e problematiza práticas, produção e reprodução de identidades, que projetam a mulher, nas três primeiras, na qualificação de “princesas da Disney”, como submissas ao masculino e as expectativas que envolvem tais relações. O artigo intitulado, “os filmes infantis como elementos de construção de identidades de gênero: um estudo a partir da análise das princesas da Disney”, numa perspectiva divergente às outras três, a quarta obra analisada apresenta uma ruptura desses padrões e estereótipos, mas ainda assim, repleto de carga simbólica, mesmo que camufladas sob o viés de filmes de entretenimento infantil.

Marcos Oliveira de Alcântara pesquisa o carnaval de Ponta Grossa, sob a perspectiva da participação da comunidade negra, no artigo “A expressão cultural da comunidade negra da cidade de Ponta Grossa na década de 1970 a partir da análise do carnaval local e da participação das escolas de samba nessa festa popular”. Com enfoque voltado à participação em escolas de samba das cidades de Ponta Grossa e comparativamente ao Rio de Janeiro, no mesmo período, o artigo baseia-se em publicações do jornal Diário dos Campos. A análise dos documentos jornalísticos e a presença negra demonstram o carnaval como meio de expressão dessa parcela da população que se envolveu ativamente na construção social, econômica e cultural, na época da formação das primeiras escolas de samba da cidade.

“Movimentos estudantis e as mocinhas de 68: uma análise de gênero da Revista

Realidade” é assinado por Gabrieli do Nascimento desenvolve reflexão sobre o papel feminino naquele que é conhecido como “o ano que não terminou”. As edições da Revista Realidade, problematizadas no texto, demonstram um certo silenciamento feminino sobre esse período da história política e social do país. Mesmo com uma proposta transgressora e questionadora para a época, a autora conclui que a revista corrobora na naturalização de padrões sociais femininos e masculinos.

Juliana Aparecida Nunes, em sua monografia de conclusão do Curso de Licenciatura em História, discorre sobre as representações de negros em livros didáticos pertencentes ao Programa Nacional do Livro Didático, em 2015. A autora consta que, nos documentos analisados, a presença do negro é decrescente, no período pós-abolição. Diferentemente do que acontece em períodos anteriores como a história colonial e imperial do país.

Na sessão “Projetos” estão publicados cinco propostas de pesquisa enviadas ao Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Abrindo a seção, Isaias Holowate discute a eugenia nas páginas do jornal Diário dos Campos entre 1908 a 1921. A ideia é estudar as ressignificações dos discursos eugênicos produzidos em outros contextos – nacionais e internacionais, quando trazidos para a localidade de Ponta Grossa.

Tayná Gruber visa compreender a maneira como os fatores bióticos e abióticos da Mata Atlântica presente no estado do Paraná foram descritos nos relatos de viajantes como Nestor Borba, José Cândido da Silva Muricy e Jayme durante o período entre 1875 a 1920. Com base nas perspectivas teórico-metodológicas da História Ambiental, coloca-se em evidência a relação entre ser humano com o mundo biofísico e os relatos de viagens sobre referido bioma.

Juliane Roberta Santos Moreira analisa quais os fatores envolveram a retração do cultivo de café no estado do Paraná, durante a década de 1970, através de documentos oficiais e mídia impressa regional. Justifica a autora que, no início daquela década a produção de café no estado representava a parte mais significativa do país. No entanto, a superprodução e a queda de preços, aliada à ausência da diversidade de lavouras afetam drasticamente o resultado dessa que foi uma das mais importantes monoculturas em décadas anteriores.

Por fim, a obra de Waltel Branco é problematizada por Thiago Rafael de Souza. Relacionando História e Música, a produção musical do período entre 1963 a 1988 é analisada a partir dos pressupostos teóricos: Memória, Indústria Cultural e Ressentimentos de forma a intentar compreender a trajetória na Música Popular Brasileira de Branco.

Desejamos a todos os usuários da revista e pesquisadores excelentes leituras e aproveitamento dos textos publicados.

A imagem selecionada para a capa desta edição compõe as análises do primeiro artigo. Retrato de Darcy Ribeiro, presente nos arquivos do Museu do Índio, registro realizado em 1948.

Francieli Lunelli Santos
Marco Antonio Stancik
(Editores)

Ponta Grossa, Dezembro de 2017.

HISTÓRIA, ANTROPOLOGIA, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA: DARCY E BERTA RIBEIRO ENTRE INDÍGENAS OFAYÉ EM MATO GROSSO (DO SUL), 1948

Julia Falgeti Luna ¹
Giovani José da Silva ²

Palavras - chave:

História; Fotografia; Indígenas
Ofayé; Darcy e Berta Ribeiro;
Memória.

Resumo: O artigo apresenta os resultados de um estudo sobre imagens fotográficas utilizadas como documentação histórica, a partir de suportes teóricos e metodológicos da Nova História Cultural. Fotografias tiradas pelo casal de antropólogos Darcy e Berta Ribeiro revelam a presença de membros do povo indígena Ofayé, em 1948, no antigo Sul de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul. Sabe-se que até o início do século XX o povo Ofayé estimava uma população de aproximadamente duas mil pessoas, que perambulava desde a margem direita do rio Paraná até as proximidades da Serra de Maracaju. Os Ofayé, contudo, foram reduzidos ao longo do tempo a menos de uma centena de indivíduos, dividindo-se em pequenos agrupamentos. Os confrontos e as doenças, além de outros problemas enfrentados, ocasionaram a precipitada ideia da “extinção” dos Ofayé. No final dos anos 1940 os referidos antropólogos mantiveram contato com alguns indígenas durante quatro semanas, localizados em terras do atual município de Batayporã. As imagens constituem-se em fragmentos para a elaboração de uma história da presença indígena na região do Vale do rio Ivinhema, além de servirem como referência à memória social Ofayé.

INTRODUÇÃO

O uso de fontes não escritas, especificamente imagens fotográficas, é um campo promissor nos domínios historiográficos, permitindo desvelar presenças/ ausências na história. Quando utilizadas por aqueles que se dedicam a pesquisar as trajetórias espaço-temporais de populações indígenas, as fotografias possibilitam interessantes diálogos entre diferentes áreas do conhecimento, notadamente a História e a Antropologia (ALMEIDA, 2012). A memória de grupos indígenas, como os Ofayé³ de Mato Grosso do Sul, que passaram por situações de extrema dificuldade de reprodução física e cultural ao longo do tempo, podem ser reavivadas e reafirmadas a partir de imagens fotográficas, além de outros documentos de cunhos etnográfico e etnológico.

A utilização de imagens fotográficas enquanto documentação histórica favorece a investigação do passado, da história recente de grupos indígenas que resistiram e sobreviveram aos contatos com não índios. Geográfica e historicamente os Ofayé (autodenominados Opaí e também chamados de Ofayé Xavante) se encontram localizados no Estado de Mato Grosso do Sul, na região conhecida como Vale do Ivinhema. Quando os indígenas foram encontrados por Berta e Darcy Ribeiro, em 1948, o Vale do Ivinhema ainda fazia parte do Estado de Mato Grosso, uma vez que o desmembramento político e a criação de Mato Grosso do Sul ocorreram somente em 11 de outubro de 1977 (BITTAR, 2009). Por essa razão, sempre que se fizer necessária a referência a alguns eventos ou a localização do grupo, citaremos o termo Sul de Mato Grosso.

As imagens fotográficas utilizadas na pesquisa foram coletadas pelos antropólogos Darcy Ribeiro (1922-1997) e Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997), no final da década de 1940, quando o casal esteve junto a um grupo de dez pessoas que se autodenominava Ofayé e vivia às margens do ribeirão Samambaia, atualmente localizado no município de Batayporã, divisa com o Estado de São Paulo. Os negativos das 85 fotografias pertencem ao Museu do Índio, da Funai (Fundação Nacional do Índio) e encontram-se disponíveis no site da instituição (Disponível em <<http://base2.museudoindio.gov.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phi82.xis&cipar=phi82.cip&lang=por>>. Acesso em 20 abr. 2017).

1 Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campus de Nova Andradina (UFMS/ CPNA) e especialista em História, Arte e Cultura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: juliafalgeti.94@hotmail.com

2 Doutor em História/ Pós-Doutor em Antropologia. Docente dos Cursos de História, Direito e Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Atualmente realiza estágio pós-doutoral em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

3 Por razões metodológicas o etnônimo Ofayé será grafado com “y”, pois, como destaca Mirtes C. Borgonha (2006) a grafia está de acordo com a convenção estabelecida pela Associação Brasileira de Antropologia, em 1953 (SCHADEN, 1976). Tal convenção indica que no lugar de semiconsoantes (“i” e “u”), que não formam sílaba, no início de palavras e entre vogais, serão usadas as letras “y” e “w”, respectivamente. Carlos Alberto dos Santos Dutra (2011), ao referir-se à grafia Ofayé, recentemente utilizada por alguns pesquisadores, aponta que não há relação com questões históricas e linguísticas do grupo, pois, segundo o historiador, a linguista Sarah Gudschinsky aponta que Curt Nimuendajú, por ser o primeiro etnólogo a fazer contato com o grupo e, consequentemente, o primeiro a grafar o nome Ofaié com “i” e não “y”, indicou que a grafia com “i” seria a mais adequada. Exceto nas citações, portanto, o etnônimo utilizado pelos autores é Ofayé.

Dados como desaparecidos durante muito tempo, os negativos foram “redescobertos” nos arquivos do Museu no início dos anos 2000 e, depois de cuidadosamente tratados, serviram para a produção de fotografias que fizeram parte de exposições a respeito dos Ofayé, realizadas no Rio de Janeiro. Além disso, reproduções autorizadas pela Funai formaram um conjunto de imagens das exposições “Ofayé: passado e presente no Vale do Ivinhema” (JOSÉ DA SILVA, 2011) e “Ofayé: o povo do mel” (JOSÉ DA SILVA, 2012), ambas realizadas em municípios do Vale do rio Ivinhema – Batayporã, Ivinhema, Nova Andradina e Taquarussu –, entre 2011 e 2012. As reproduções encontram-se, atualmente, em poder da comunidade indígena Ofayé de Brasilândia, a quem foram doadas e onde também ocorreram exposições.

No texto a seguir abordaremos inicialmente questões teórico-metodológicas que envolvem fotografia e História. De acordo com Ana Maria Mauad (2012), os estudos sobre imagens fotográficas e História devem levar em consideração dois aspectos: o primeiro, em relação aos avanços na técnica e a busca pelos recortes sociais da fotografia; o segundo, acerca da compreensão do lugar destinado à fotografia na história e na História. Após esta breve abordagem, discutimos as relações entre História, memória e imagens, a partir de fotografias de Darcy e Berta Ribeiro e, por fim, apresentamos três imagens fotográficas de membros do grupo Ofayé, analisando a importância desse material para a memória social do grupo.

A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

Ainda segundo Mauad (2012), o surgimento da fotografia no século XIX teve como principais expoentes Niépce e Daguerre (MAUAD, 2012). Desde seu surgimento a fotografia ocupou um lugar singular, pois embora utilizada como forma de registro a imagem fotográfica é, também, uma “elaboração representativa do vivido”. Evidentemente, uma grande parcela da população atual já teve contato direto ou indireto com imagens fotográficas. Afinal, um dos principais modismos do início do século XXI está relacionado ao autorretrato, às conhecidas *selfs* que, costumeiramente, sem que as pessoas se deem conta, relatam um pouco do cotidiano e, também, de histórias de vida. Antes de iniciarmos uma discussão mais aprofundada, é preciso conhecer uma sucinta (e importante) trajetória da fotografia como fonte histórica.

A utilização da imagem fotográfica como fonte histórica suscitou por muito tempo divergências entre historiadores. Durante certo período as

fotografias faziam parte dos escritos apenas como meras ilustrações e, aos poucos, foram sendo inseridas como documento passível de investigação. Para Sandra Jatahy Pesavento (2004), o uso de imagens fotográficas como documentos é um promissor campo de pesquisa da História Cultural. Uma das críticas mais frequentes, porém, relaciona-se à exploração enquanto fonte, uma vez que é ainda pouco aproveitada em detrimento de outras. Uma das explicações deve-se ao fato de a fotografia ser um documento manipulável, passível de adulteração, transmitindo, assim, certa inconfiabilidade.

Entretanto, conforme Boris Kossoy:

A fotografia em si, o filme em si não representam, tanto quanto qualquer documento velho ou novo, uma prova de verdade. Toda a crítica externa e interna que a metodologia impõe ao manuscrito impõe, igualmente, ao filme. Todos podem, igualmente, ser “montados”, todos podem conter verdades e inverdades. Existe, naturalmente, para cada espécie de fonte, uma possibilidade especial de falsificação, e conhecê-las é a tarefa de críticos de fontes. (KOSSOY, 1980. p. 29)

Compete ao pesquisador, portanto, extrair dos documentos o necessário para embasar seu estudo. Não é função do historiador julgar verdades ou inverdades, entretanto é necessário a aproximação dos fatos verossímeis para analisar as marcas deixadas pelos grupos humanos, sem distinção. As imagens fotográficas se apresentam como um documento de mediação entre “espectador e produtor” e, assim, possui um valor representativo da realidade. Ainda de acordo com Pesavento (2004), as imagens são elaboradas para serem visualizadas, cada imagem possui uma mensagem ao espectador, a imagem é o “testemunho” de uma época.

Parafraseando Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad (1997), a fotografia lança ao historiador um grande desafio: desvendar o que não foi revelado. Primeiramente, é importante conceber que as imagens formam um conjunto de códigos e signos. Para entender os signos, as teorias saussuriana e peirceana servem como referências: a primeira discute que a aplicação do signo decorre de uma relação de dualidade, considerando dois aspectos essenciais: significante e significado, uma associação entre conceito, imagem e som, relativo aos estudos de linguagem verbal; na análise peirceana não existem apenas signos, mas uma relação *signica*. O signo não age sozinho, pois é mental, físico e afetivo. Peirce utiliza-se do método conhecido como triádico (objeto, signo e intérprete), pois o signo é um processo produtor de novos objetos, permitindo ao

intérprete a interpretação, contida em uma semiose contínua.

Para Cardoso e Mauad a compreensão da mensagem fotográfica opera entre a relação de signos e imagens, uma vez que consideram um sistema sógnico não verbal, passível de dupla interpretação, ora artefato, ora mensagem. Para os historiadores, “A imagem fotográfica compreendida como documento revela aspectos da vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta” (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 408). A fotografia é fruto da ação humana e, sendo assim, pode ser tratada como mensagem não necessariamente involuntária.

Charles Monteiro (2006), insere na discussão o conceito de ambiguidade interpretativa, pois por não se tratarem de documentos singulares, mas exigirem uma interpretação aguçada, as fotografias, outrora atreladas ao conceito de monumentos, exigem do historiador análises profundas. É interessante ressaltar que tais documentos devem ser explorados enquanto reduto de memórias, pois conforme Cardoso e Mauad (1997, p. 409), “[...] é agente do processo de criação de uma memória que deve promover tanto a legitimação de uma determinada escolha quanto, por outro lado, o esquecimento de todas as outras”. Assim, de antemão, é preciso conhecer os critérios relevados pelo fotógrafo, as técnicas e o tema, para, posteriormente, se iniciar a desconstrução analítica da fotografia (MONTEIRO, 2006). Como se nota, não é uma tarefa fácil.

As fontes fotográficas possuem múltiplas facetas e ao se manejar uma imagem não se deve deter apenas no momento do congelamento do instante em si, mas a apreciação crítica pressupõe um olhar para além do primeiro vislumbre, reconstituindo-se a trajetória que envolve a abordagem do profissional fotógrafo. De acordo com Kossoy, “[...] É a nossa imaginação e conhecimento operando na tarefa de reconstituição daquilo que foi. Situando-nos, finalmente, além do registro, além do documental, no nível iconológico: o iconográfico carregado de sentido. É este o ponto de chegada” (1989, p. 43).

Mauad (1996; 2012) discute acerca da interpretação dos documentos iconográficos, remetendo à ideia de que a medida que os textos escritos precisam ser interpretados para se efetuar o entendimento, a fotografia, enquanto *corpus* documental, igualmente carece de uma interpretação. Logo, conclui-se que o tratamento das fontes passa pelos mesmos critérios utilizados com os documentos es-

critos. As imagens são polissêmicas, pois fotografias são meios de expressar valores.

Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2012) oferece uma argumentação em que introduz não apenas a fotografia como documento, mas também como artefato. Segundo o autor, as fotografias partilham tanto da materialidade como da imaterialidade, sendo assim pode-se perceber o potencial extraordinário que possuem, de modo que transitam entre memórias, narrativas, culturas, espaços de sociabilidade e poderes. O uso de imagens fotográficas, enquanto documentos históricos, não mais se interessa pelos “grandes homens”, mas por todos, ou seja, a análise conduz à construção ou apropriação da memória de quem a produziu ou apropriou-se da visão de mundo do autor.

Para a História dos índios no Brasil e, particularmente, em Mato Grosso do Sul, as imagens fotográficas captadas pelo casal de antropólogos Berta e Darcy Ribeiro são de inestimável valor. As imagens revelam mais do que o cotidiano de um grupo indígena no final da primeira metade do século XX. Por meio delas, conhece-se um pouco mais das vidas e das trajetórias históricas daqueles que foram considerados, erroneamente, como os “últimos Ofayé”. Os rostos e os corpos de homens e mulheres indígenas registrados pelas lentes dos Ribeiro servem de referência para a memória social das atuais e futuras gerações de Ofayé.

HISTÓRIA E MEMÓRIA INDÍGENAS: OS OFAYÉ EM MATO GROSSO (DO SUL)

Por meio de evidências arqueológicas é possível constatar a presença indígena no Sul do Estado de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) desde tempos remotos, transformando o espaço geográfico por meio de inter-relações socioculturais. Segundo Gilson Rodolfo Martins (2002, p. 39), o território era basicamente “[...] povoado por índios Guarani, Guató, Ofayé, Kaiapó, Payaguá e outras sociedades indígenas que ainda não foram identificadas pela arqueologia e pela etnohistória”. Inegavelmente, as fontes apontam para uma pluralidade étnica marcante, desmantelada pela colonização não indígena ao longo do tempo.

Seja por meio de documentos escritos, arqueológicos, orais e, até mesmo, imagéticos é possível constatar a presença humana em espaços denominados “vazios” do território brasileiro no século XX. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (2008,

p. 11), “Sabe-se pouco da história indígena: origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto; hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe”. A história dos índios foi relegada à invisibilidade durante longo período da história brasileira. Antes marginalizada pela história oficial as trajetórias espaço-temporais de populações indígenas não despertava o interesse de pesquisadores que por vez direcionavam seus olhares apenas para recontar a história de homens brancos, colonizadores, aventureiros e exploradores de terras ocupadas por nativos. Assim, de acordo com Walter Mignolo (2003), as relações entre indígenas e não indígenas sempre foram pautadas entre condições de poder e estereótipos.

Alguns apontamentos de Antonio Hilário Aguilera Urquiza (Disponível em <<http://www.mcdb.org.br/materias.php?subcategoriald=23>>. Acesso em 17 jun. 2016) informam que as frentes de colonização durante os séculos XVIII, XIX e XX intensificaram as demandas por terras por parte de colonizadores não indígenas. A expansão agropastoril reduziu espaços e reuniu os indígenas em pequenas áreas, se comparadas aos momentos que antecederam esta colonização. O movimento de “povoação” do Oeste brasileiro, durante o século XX, foi uma iniciativa do governo do presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo. Segundo Galvão (2011, p. 1), Vargas procurava exaltar as possíveis riquezas históricas e econômicas que o Oeste brasileiro poderia oferecer e por vezes fazia alusão ao território como um *Eldorado*: “E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial” (VARGAS *apud* GALVÃO, 2011, p. 1).

O avanço em prol do progresso e da modernização do Brasil continuou sendo lema de discursos governistas, entretanto, o agravante de tal impulso refletiu significativamente sobre as populações indígenas. O embate que se iniciou em questões territoriais se expandiu a confrontos físicos, tomando rumos indesejáveis. Questões de disputas territoriais entre povos indígenas e colonizadores tornaram-se comuns, embora o Estado tenha estabelecido por meio do artigo 129 da Constituição de 1934 o direito à posse de terras a esses povos. Tais direitos foram reafirmados e ampliados nas Constituições de 1937, 1946, na Emenda Constitucional de 1967 e, posteriormente, ampliados com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ainda vigente. Apesar das leis, a invisibilidade da presença dos povos

indígenas em seus territórios tradicionais continuou sendo a marca das relações entre Estado brasileiro e índios (MILANEZ, 2015).

De modo geral, os indígenas que até aquele momento não haviam conquistado a demarcação de suas terras passaram de “donos” a “invasores”. O então Sul de Mato Grosso não se fez diferente em relação ao restante do país, pois indígenas e colonizadores ao disputarem a posse de terras travaram lutas que, em grande maioria, terminaram em violentas mortes. Inegavelmente a expansão para o Oeste contribuiu para a divisão de grandes grupos, como por exemplo, o Ofayé. O contato com os “brancos” desencadeou o processo de dizimação do grupo, ora por doenças, ora por conflitos. Segundo Dutra (2011), no início do século XX, o povo Ofayé somava uma população de aproximadamente duas mil pessoas, dispersa em vários aldeamentos pelos campos do Cerrado.

Com relação à história do povo Ofayé, Dutra (1996) aponta que o primeiro contato do grupo com não índios ocorreu durante o “Ciclo do ouro” na América Portuguesa, sendo as primeiras notícias provenientes de viajantes e exploradores. As expedições das bandeiras, iniciadas em Mato Grosso a partir de 1718, ocasionaram a mortandade de um número considerável de membros da etnia. Conforme Darcy Ribeiro (1980), o primeiro contato pacífico do povo Ofayé com um não índio ocorreu no ano de 1903, com a Comissão Rondon, porém os primeiros relatos de cunho etnológico são datados dos anos de 1909 a 1913, quando o etnólogo de origem alemã Curt Unkel Nimuendajú realizou visitas aos índios e sobre eles escreveu.

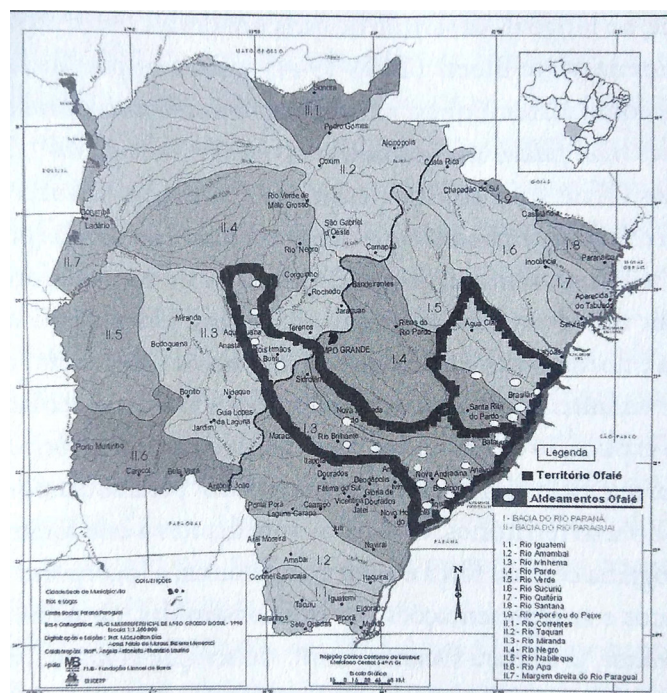
Devido à expansão agropastoril na região, teve início uma série de conflitos envolvendo indígenas e não indígenas, redundando numa convivência “turbulenta” pela posse da terra. Ainda segundo Ribeiro (1980), os fazendeiros que por vezes hospedavam viajantes relatavam os inúmeros combates que os pais e avôs travavam contra indígenas para defender as terras e os rebanhos. A hipótese mais assertiva é a de que tais rebanhos, mencionados por Ribeiro, se faziam crescer apoderando-se os “brancos” de tradicionais terras indígenas. Em relação as áreas ocupadas pelos Ofayé, os documentos pesquisados por Dutra apontam:

[...] Os cerca de trinta aldeamentos Ofaié identificados na documentação encontram-se, a maioria deles, nas margens dos seguintes rios: Rio Verde (1901, 1911, 1912, 1913, e 1953), no Porto Aroeira (1903), no córrego Agachi (1903), no rio Pardo (1905 e 1911),

nas Águas do Peixinho (1905), no rio Vacaria (1905, 1909 e 1913), no rio Taboco (1907 e 1914), no rio Negro (1907, 1911 e 1913), no rio Taquaruçu (1911), junto ao Porto Tibiriça (1911), próximo ao ribeirão Marrecas (1912), no rio Paraná (1912), no rio Laranjalzinho (1913), no ribeirão Ivypiranga (1911 e 1913), no ribeirão Coqueiro Grande (1913), no ribeirão Orelha de Onça (1913), no rio Ivinhema (1911, 1913 e 1921), no ribeirão Santa Bárbara (1924), no Porto XV de Novembro (1924), no córrego Santa Ana (1942), no rio Samambaia (1905, 1948, 1952 e 1953), rio Água Limpa (1948), no ribeirão Boa Esperança (1948 e 1953), no rio Herval (1954), entre outros. (DUTRA, 2011, p. 32-33).

Os registros documentais ainda informam que o povo Ofayé transitava desde a margem direita do rio Paraná até a Serra de Maracaju, conforme o mapa ilustrativo abaixo.

Figura 1 – Territórios e aldeamentos do povo Ofayé



Fonte: Atlas MR-MS, 1990. Adaptado de Dutra, 2011.⁴

Ao se observar o mapa acima percebe-se que os aldeamentos eram todos próximos a rios ou ribeirões. Tal fato se justifica pela organização estrutural e territorial do grupo Ofayé, em que as moradias eram dispostas em círculo e com caminhos que levavam para o centro da aldeia (a parte mais importante, onde eram realizados rituais e festas).

Apenas a moradia do chefe possuía dois caminhos: um para a área central e outro para acesso ao rio.

Entre as características do grupo se pode ressaltar o fato de serem seminômades, caçadores e coletores. Perambulavam por várias rotas, com o intuito de suprir as necessidades básicas, tanto de alimentação como de obtenção de matérias primas. Em suas andanças, os Ofayé se relacionaram com outros grupos étnicos, mas tais contatos nem sempre culminaram em relações amistosas, ocorrendo inúmeros conflitos.

Fisicamente, de acordo com Dutra (2011), os Ofayé apresentavam baixa estatura, rostos arredondados e uma tonalidade de pele em um tom mais escuro que os demais indígenas, permitindo a diferenciação dos mesmos com as outras etnias. No entanto, não apenas as características físicas, mas também a personalidade pacífica difere os Ofayé. Tal personalidade rendeu ao grupo inúmeros dissabores, muitas vezes resultando na dispersão e na dizimação do povo.

O resultado de violentos conflitos, aliado a um silenciamento da memória Ofayé, fez o antropólogo Darcy Ribeiro, juntamente com a esposa, a também antropóloga Berta Ribeiro, crer que, em 1948, estivesse diante do último grupo de indígenas Ofayé.:

Convivemos durante quatro semanas, em fins de 1948, com este grupo; compreendia 10 pessoas de duas famílias cujos chefes eram irmãos. O mais velho, Otávio, tinha pouco mais de 50 anos, vivia com a mulher, um filho e uma filha, esta casada com um jovem Kaiwá⁵ de quem tinha um menino; o irmão mais novo, José, também casado, tinha duas filhas e um filho. [...]. (RIBEIRO, 1980, p. 85)

O grupo se encontrava localizado mais precisamente às margens do ribeirão Samambaia, Sul de Mato Grosso, convivendo com não índios, uma vez que o Estado havia conferido às empresas colonizadoras o poder de usufruto das terras. Tratava-se de um pequeno grupo de apenas dez pessoas e que não era inteiramente homogêneo, pois a convivência com índios Guarani- Kayowá sempre foi um aspecto marcante na história dos Ofayé. Ora amistosa, ora turbulenta, a convivência entre as duas etnias, cada uma com suas particularidades próprias, acabou unindo-as por laços consanguíneos, bem como provocando a incorporação de elementos culturais

4 O mapa apresentado refere-se ao Estado de Mato Grosso do Sul criado em 1977, após o desmembramento do sul do Estado de Mato Grosso. O mapa foi inserido com o objetivo de se apresentar os territórios ocupados pelo povo indígena Ofayé.

5 Nota de esclarecimento: O indígena identificado por Darcy Ribeiro como Kaiwá tratava-se de um membro da etnia Guarani-Kayowá.

por uma e outra.

O convívio dos Ribeiro com os Ofayé foi registrado e publicado no livro *Uirá sai à procura de Deus* (RIBEIRO, 1980). O antropólogo preocupou-se em relatar alguns aspectos culturais, organizacionais e de cunho etno-histórico, tornando perceptível a compreensão do *modus vivendi* Ofayé.

A princípio, destacaremos um relato coletado por Ribeiro (1980), que faz referências a chacinas sofridas pelo grupo. Otávio, um dos irmãos Ofayé e chefe do grupo, relatou ao antropólogo que, em meados do início do século XX, quando ainda era uma criança, um grupo de homens a cavalo atacou o aldeamento a que pertencia, matando os adultos e sequestrando as crianças. Um dos motivos para o ataque teria sido uma vingança, salvando-se apenas aqueles que conseguiram fugir.

Embora o pequeno aldeamento visitado pelos jovens antropólogos mantivesse uma intensa convivência com outros povos, alguns costumes continuavam marcantes. Ribeiro (1980) notou a presença de perfurações em lábios e orelhas dos irmãos Otávio e José, bem como a preferência por dormirem em covas cavadas no chão. O cultivo da terra e a criação de animais, além da manutenção da unidade grupal, permitiram perceber que havia uma agregação de elementos culturais do Outro, não significando perda ou aculturação.

Quanto à mitologia, José foi o principal interlocutor, pois segundo Ribeiro, “[...] é [era] mais loquaz que Otávio, tem grande prazer em narrar estórias e fala um português mais inteligível [...]” (RIBEIRO, 1980, p. 97). A mitologia Ofayé destaca a relação entre homens e animais, pois como elucidada Nimuendajú, (1987) ao presentear um grupo de Ofayé com uma caça, os índios a refugaram, já que o animal possuía furos nas orelhas. Logo, todo animal que possuía furo nas orelhas era considerado um “parente”. Resumidamente, a mitologia representa uma importante fonte para a compreensão sobre os grupos indígenas, não sendo diferente com os Ofayé.

Não foram apenas os mitos que foram revelados durante as noites das quatro semanas naquele ano de 1948:

Durante nossa permanência junto aos Ofaié assistimos a uma dança e gravamos alguns cantos femininos. Foram entoados pelas mulheres adultas do grupo [...] São cantos sem palavras em que efeito de coro é conseguido apenas pela diferença de vozes. (RIBEIRO, 1980, p. 100)

Assim como os mitos, as cantigas entoadas pelas mulheres referiam-se a animais que passavam por

transformações e adquiriam a forma humana. Ribeiro destacou que as músicas entoadas pelos Ofayé eram simples, acreditando-se que corriam risco de extinção. Os cantos eram curtos, caracterizados pela repetição e por diferentes atenuações.

Ainda de acordo com Ribeiro (1980), o uso aleatório de arcos e flechas era motivo de orgulho e riqueza. No material publicado sobre os Ofayé, encontra-se a representação de armamentos, bem como uma descrição sucinta:

O arco e flecha Ofaié. O arco de secção semicircular, em cerne de brejaúva, tem as extremidades envolvidas com embira de cipó imbé; a corda é feita com fibras de bocaiúva; mede 154 cms. Flecha de taquari com emplumação tangencial de penas de arara, presas com linha de algodão; as pontas talhadas em cerne de alecrim da mata são inseridas no caniço por pressão, presas com cerol e enfeixadas com embira de cipó de imbé. A flecha rômica usada para caçar pássaros tem 115 cms.; a farpada, para pesca e pequena caça, 124 cms.; e a lanceolada, de aço, utilizada como arma de defesa para caça de grande porte, mede 111,5 cms. (RIBEIRO, 1980, p. 86)

Anteriormente à passagem do casal de antropólogos, no ano de 1905, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo caracterizou a cultura material do grupo pela riqueza de detalhes. Os arcos e flechas foram considerados como “os mais belos que a comissão já tinha visto” e as bolsas de malha confeccionadas por mulheres mereceram a admiração dos membros da comissão (DUTRA, 2011).

A respeito da classificação linguística, Dutra (2011) refere-se a estudos realizados por Cestmir Loukotka e também por Nimuendajú. Ambos já haviam recolhidos itens do vocabulário Ofayé, entretanto, somente após um estudo de análise fonética e morfológica, desenvolvido pelo então *Summer Institute of Linguistics* (SIL), hoje Sociedade Internacional de Linguística, com financiamento do Museu Nacional e articulado pela linguista Sarah C. Gudschinsky (1974), foi possível incluir a língua Ofayé na família Jê, do tronco linguístico Macro-Jê.

A respeito da passagem da linguista junto aos Ofayé, os registros apontam a princípio por um pedido de Darcy Ribeiro, que, como já mencionado, acreditava estar em contato com os últimos Ofayé. O antropólogo recorreu às autoridades competentes que facilitaram o desenvolvimento da pesquisa efetivada pelo SIL. Assim, no ano de 1958, a linguista esteve presente no mesmo aldeamento Ofayé que os Ribeiro visitaram dez anos antes. A configuração do cenário étnico era outra, já que de um grupo composto por dez pessoas, em 1948, restavam

apenas três: o índio José e dois filhos (uma menina e um menino). Os demais haviam morrido, sendo uma das causas das mortes uma epidemia.

Segundo Gudschinsky (1974), o quadro de saúde da jovem indígena impossibilitou a observação do cotidiano familiar e durante o contato percebeu que a comunicação entre pai e filhos não ocorria em língua indígena, mas sim em Português, o que limitava a interação linguística. Contudo, ainda que o contato entre a linguista e os indígenas tenha enfrentando algumas adversidades, seus estudos caminharam para a reafirmação da língua Ofayé enquanto pertencente à família Jê. Os estudos da linguista resultaram em um dicionário com cerca de cinco mil palavras e alguns textos publicados posteriormente.

Sarah Gudschinsky não produziu material fotográfico sobre os Ofayé encontrados, ao contrário de Berta e de Darcy Ribeiro. Entre os vários materiais de cunho etnográfico recolhidos pelo casal, as fotografias são registros primorosos, não somente para o presente artigo, mas para a memória social do próprio grupo. Por meio das imagens fotográficas, é possível verificar-se o cotidiano, além de se analisar a situação vivida por membros da etnia em um momento crítico para todo o grupo Ofayé, que sofria com a iminência da desapareição.

OS REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS RIBEIRO SOBRE O POVO OFAYÉ, 1948

Conforme Carneiro da Cunha (2008), a história indígena está por ser feita e alguns obstáculos

em relação às fontes tornam-se “pequenos” empecilhos, quando na maioria dos casos a dificuldade é analisar a trajetória do Outro. John Manuel Monteiro (1995) aponta que a história indígena brasileira assume um duplo desafio: o primeiro consiste em recuperar o papel histórico dos indígenas para a formação da sociedade e o segundo, e não menos importante, sugere-se repensar a história por meio da memória das populações indígenas.

Os antropólogos Berta e Darcy Ribeiro colheram registros fotográficos do grupo Ofayé, no final do ano de 1948. De todo o acervo, composto por 85 imagens, foram escolhidas três fotografias, a fim de se apresentar um exercício de análise que alia instrumentais teóricos e metodológicos da História e da Antropologia, conforme sugere Maria Regina Celestino de Almeida (2012). A análise das fotografias busca evidenciar as características físicas e culturais, bem como o ambiente geográfico em que os indígenas se encontravam inseridos.

As imagens fotográficas revelam um cotidiano simples, além de contrastes entre a tradicional cultura Ofayé e a cultura não indígena, bem como a presença de um povo que lutava contra a própria “extinção”. Os dez fotografados eram: Otávio (chefe), José (irmão de Otávio e chefe), Isaura (filha de Otávio), Luiz (genro de Otávio, da etnia Guarani-Kayowá), Pedro, mulher de Otávio, mulher de José, crianças. Apesar de Darcy Ribeiro referir-se a dez fotografados por ele e por sua esposa, é possível identificar onze pessoas, incluindo-se uma menina, entre os indígenas retratados.

Fotografia I



Fonte: (Fonte: Museu do Índio/ Funai. RIBEIRO, Darcy. 1948)

Ficha técnica:

Autor: Darcy Ribeiro.
 Descrição: SPII2967.
 Datação: 1948.
 Dimensão: 320 x 212 mm.
 Técnica: Fotografia em coloração preto e branco.

Análise descritiva e interpretativa:

A imagem fotográfica apresenta cinco personagens, sendo, dois homens, duas mulheres e uma criança do sexo masculino. Estão reunidos tomando uma bebida, inseridos em um ambiente rural. Trata-se da representação fotográfica de uma pequena parte do grupo indígena Ofayé, em dezembro de 1948. Da esquerda para a direita: Otávio, esposa, neto, genro e filha de Otávio. Com relação a Otávio, Ribeiro (1980) aponta que o indígena Ofayé era o chefe do pequeno grupo com quem mantivera contato. Sua esposa e sua filha também eram da etnia Ofayé e apenas o genro era indígena Guarani-Kayowá.

O neto, por sua vez, era fruto da união interétnica Guarani-Kayowá e Ofayé. Os casamentos entre integrantes das duas etnias não eram inéditos, pois desde antigos relatos sobre o grupo já havia menção dessa convivência. Dutra (2011) aponta que a bebida, também conhecida como mate, foi introduzida entre os indígenas devido ao contato com os trabalhadores da companhia Matte Laranjeira.

Analisando-se as características físicas dos Ofayé, percebe-se que eram baixos e de rosto arredondado, diferindo-se do indígena Guarani-Kayowá. As fotografias evidenciam que estavam sempre cabisbaixos, não olhando diretamente para a câmera. A intencionalidade dos autores, no caso de Darcy Ribeiro, era apropriar-se do congelamento de momentos que demonstrassem o núcleo familiar dos, então considerados, “últimos Ofayé”. As vestes, por sua vez, eram modelos usados na década de 1940 comumente no meio rural brasileiro, evidenciando a incorporação de aspectos da cultura não indígena. A fotografia ainda permite o vislumbre do núcleo familiar, apresentando três gerações da mesma família.

Fotografia 2



Fonte: (Fonte: Museu do Índio/ Funai. RIBEIRO, Darcy. 1948)

Ficha técnica:

Autor: Darcy Ribeiro.
 Descrição: SPI13001.
 Datação: 1948.
 Dimensão: 320 x 217 mm.
 Técnica: Fotografia em coloração preto e branco.

Análise descritiva e interpretativa:

A fotografia tem como personagem uma mulher dentro de um cercado onde há uma residência e, no fundo, algumas árvores. Com relação à personagem, a mulher representada na foto é a esposa de Otávio e, não por acaso, aparece como figura central. Conforme Ribeiro (1980), a figura feminina remetia aos afazeres domésticos, ao cui-

dado com os filhos, bem como à criação de pequenos animais. Há uma ave na imagem, um pato, exemplo de animal criado pelo grupo e que servia como alimentação. Segundo Dutra (2011), Darcy Ribeiro, quando conviveu entre indígenas Ofayé, relatou o cultivo da terra e a criação de porcos e patos, comparando o modo de vida dos indígenas aos vizinhos não indígenas mais pobres.

Um ponto bastante pertinente para a análise é o da construção de moradias indígenas. Os Ofayé

construíam suas residências utilizando-se de tronco de árvores para as paredes e sapé para a cobertura. Ao fundo da fotografia o arvoredo dá a ideia da área ocupada pelos indígenas, às margens do ribeirão Samambaia, pois é uma vegetação nativa típica do bioma Cerrado. A imagem fotográfica foi escolhida a partir do propósito de representação das moradias tradicionais do grupo, bem como de sua base alimentar e do papel exercido pelas mulheres Ofayé.

Fotografia 3



Fonte: (Fonte: Museu do Índio/ Funai. RIBEIRO, Darcy. 1948)

Ficha técnica:

Autor: Darcy Ribeiro.
 Descrição: SPII 3020.
 Datação: 1948.
 Dimensão: 212 x 320 mm.
 Técnica: Fotografia em coloração preto e branco.

Análise descritiva e interpretativa:

Homem agachado, segurando objeto e observando o alinhamento de uma flecha. O homem representado na fotografia é José, índio Ofayé e irmão de Otávio e ambos formavam a liderança do pequeno aldeamento. Segundo os registros etnográficos

(RIBEIRO, 1980), os Ofayé eram exímios arqueiros, fabricavam com precisão seus arcos e flechas. Na fotografia, José fabricava algumas flechas e ao chão podem ser observadas as matérias primas utilizadas (madeiras e conchas, dentre outras). Ribeiro (1980), ao fazer a descrição dos armamentos, evidenciou que para cada tipo de caça havia uma flecha específica.

O cigarro na orelha de José mostra que havia o hábito de fumar, não se sabendo precisar se tal hábito decorreu do contato com outras etnias ou com não indígenas. A princípio, José poderia ser interpretado apenas como um homem de traços simples, mas ao se observar atentamente a imagem fotográfica, percebe-se a representação de um indivíduo que partilha costumes provenientes dos contatos com outras culturas, mas que reafirma sua identidade étnica e cultural por meio da fabricação de tradicionais artefatos.

Segundo Campos (2009), as imagens fotográficas se vinculam à memória, à apropriação de objetos e sujeitos que desaparecerão da vivência, constituindo-se em provas de existência. Assim, as lentes fotográficas de Berta e Darcy Ribeiro, evidenciaram fragmentos da história e da cultura material Ofayé. Ainda que os indígenas estivessem “posando” e realizando atividades intencionalmente, a pedido dos antropólogos, é possível captar-se determinado momento histórico de membros de uma etnia indígena que até 1976 era considerada “extinta” (DUTRA, 1996).

Ainda conforme Campos (2009), a fotografia é introduzida pelo antropólogo, ora serve para mostrar ao mundo as diferenças, ora deseja marcá-las com os impactos do colonialismo e dos fetichismos da extinção e da desaparecimento de grupos indígenas no Brasil. A estadia dos Ribeiro junto aos Ofayé configurou-se mais como uma visita de observação do que propriamente de pesquisa, pois, conforme as palavras do antropólogo, que na época trabalhava no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), buscava-se uma boa base de comparação com outros povos indígenas do então Sul de Mato Grosso (DUTRA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como finalidade apresentar, por meio de imagens fotográficas, a presença indígena Ofayé no antigo Sul de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul, na região que compreende o Vale do rio Ivinhema. Ainda que a memória e a história oficiais resistam em reconhecer a importância dos indígenas para a constituição das histórias brasileira e sul-mato-grossense, reiteramos ser preciso reescre-

ver as páginas que compõem as trajetórias temporais e espaciais de populações que vivem/ viveram no país, para que novos conhecimentos sejam somados à História.

O objetivo da apresentação de três imagens fotográficas captadas no final da década de 1940 pelo casal Ribeiro (Darcy e Berta) se justifica pela intenção de se contextualizar a presença Ofayé, bem como evidenciar peculiaridades cotidianas do grupo, contribuindo com a memória local. É revisitando álbuns fotográficos que podemos recordar eventos passados, bem como estabelecer comparações e perceber mudanças e permanências nos agentes históricos. A memória social é formada, na maioria das vezes, por relatos orais, mas a fotografia pode ser uma aliada imprescindível para a constituição de memórias de grupos indígenas.

A imagem fotográfica é um documento histórico que permite inúmeras visitas e a possibilidade de haver novas interpretações. As mensagens veiculadas pelas imagens compartilham de códigos a serem desvendados por historiadores e outros interessados na temática. Contudo, é importante deixar claro que a fotografia não substitui a memória, pois atua como despertar de um momento vivido que se encontrava temporariamente ignorado. A fotografia, portanto, revela memórias, descobrindo o que estava escondido ou invisível.

A expansão colonizadora para o então Sul de Mato Grosso no início do século XX implicou no deslocamento territorial de grupos indígenas, que, assim como os Ofayé, tornaram-se “obstáculos” para a formação de grandes fazendas e, posteriormente, para a criação de gado. Aos que não foram dizimados em conflitos restou a alternativa de viver vagueando pelos campos do Cerrado. Dessa forma, tornam-se indispensáveis o estudo de documentos iconográficos que retomem o processo de ocupação territorial por não indígenas e, conseqüentemente, a desterritorialização indígena.

A trajetória dos Ofayé está marcada por perdas territoriais, decréscimo acentuado da população e por longos anos de invisibilidade e de ineficiência do Estado no atendimento às necessidades básicas do grupo. Dados como “extintos” ainda no início da segunda metade do século XX, hoje resistem bravamente em Brasilândia, reduzidos a menos de uma centena de pessoas. Os registros fotográficos recolhidos por Berta Gleizer Ribeiro e Darcy Ribeiro revelam mais do que rostos e corpos indígenas: pelas lentes do casal de antropólogos são trazidos à luz o passado, o presente e o futuro do povo indígena Ofayé.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 151-168.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Vol. 1. Campo Grande: UFMS, 2009. 905 p.
- BORGONHA, Mirtes Cristiane. **História e etnografia Ofaié**: Estudo sobre um grupo indígena do Centro Oeste brasileiro. 126 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UFSC, Florianópolis, 2006.
- CAMPOS, Rogerio Schmidt. **Fotografia e alteridade**: os limites das linguagens na experiência etnográfica. 86 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UnB, Brasília, 2009.
- CARDOSO, Ciro Flamarion.; MAUAD, Ana Maria. Imagem e História: o caso da Fotografia e do Cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 401-418.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ Fapesp, 2008. 648 p.
- DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **O território Ofaié pelos caminhos da História**. Campo Grande: Life, 2011. 416 p.
- DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **Ofaié: morte e vida de um povo**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1996. 340 p.
- GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. “A marcha para o Oeste na experiência da Expedição Roncador- Xingu”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. 13 p.
- GUDSCHINSKY, Sarah C. **Fragmentos de Ofaié**: a descrição de uma língua extinta. Summer Institute of Linguistics. Trad. Miriam Lemle. Série Linguística n. 3, Brasília, 1974. 45 p.
- JOSÉ DA SILVA, Giovani. **Ofaié**: passado e presente no Vale do Ivinhema. Nova Andradina: Gráfica Canaã, 2011. 48 p.
- JOSÉ DA SILVA, Giovani. **Ofaié**: o povo do mel. Nova Andradina: Gráfica Canaã, 2012. 48 p.
- KOSSOY, Boris. **A fotografia como fonte histórica**: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. São Paulo: Museu da Ind. Com. e Tecnologia de São Paulo — SICCT, 1980. 29 p.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989. 110 p.
- MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem**: Fotografia e História interfaces. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.
- _____. Fotografia e História. In: **Rede memória**, 2012. Disponível em: <<http://redememoria.bn.br/2012/01/fotografia-e-historia/>>. Acesso em 03 jun. 2016.
- MARTINS, Gilson Rodolfo. **Breve Painel Etno-Histórico de Mato Grosso do Sul**. 2. ed. Ampliada e Revisada, Campo Grande: UFMS/ Comped/ Inep, 2002. 100 p.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 243-262.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 505 p.
- MILANEZ, Felipe. **Memórias sertanistas**: cem Anos de indigenismo no Brasil. São Paulo: Sesc, 2015. 424 p.
- MONTEIRO, Charles. “**História, fotografia e cidade**: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa”. Métis (UCS), v. 5, p. 11-23, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs). **A temática indígena na escola: novos subsídios para os professores do 1º e 2º graus.** São Paulo/ Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/ Mar/ USP/ Unesco, 1995. p. 221- 236.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e indigenismo:** sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Organização e apresentação Marco Antônio Gonçalves. Campinas: Unicamp, 1993. 160 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 132 p.

RIBEIRO, Darcy. Notícia dos Ofaié -Chavante [1951]. In: RIBEIRO, D. **Uirá sai à procura de Deus.** Ensaios de Etnologia e Indigenismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 85-130.

SCHADEN, Egon. **Leituras de etnologia brasileira.** São Paulo: Nacional, 1976. 527 p.

João Pedro Cioffi Pereira ¹
Marco Antonio Stancik ²

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo refletir a respeito do contexto da Alemanha durante o período correspondente a República de Weimar, a partir da análise dos cartazes de propaganda política do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães do ano de 1932. A escolha do ano se deu em referência aos dois turnos para eleições presidenciais e duas eleições para o Reichstag (parlamento alemão), além de ser o ano que antecedeu a dissolução da República.

O Partido dos Trabalhadores Alemães foi fundado em 9 de janeiro de 1919. A princípio, parecia tratar-se apenas de mais um partido de direita que surgiu na Alemanha após a derrota da Primeira Guerra Mundial e à Revolução Alemã de 1918³. Em 1919 um homem recebia um cartão provisório de sócio com o número sete (HITLER, 2004) esse homem era Adolf Hitler (1889-1945).

Em 7 de agosto de 1920 Hitler mudou o nome do partido para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. O Partido pregava ideologias comuns para época, como: Oposição ao Tratado de Versalhes, antimarxismo, antisemitismo e o nacionalismo. O que diferenciava o Partido Nazista dos outros era que pregava o bem-estar da nação como um todo ao invés de promover interesses sociais e econômicos específicos. Além do uso da violência uma vez que através dela, na percepção deles, a Alemanha voltaria a ser grande novamente. (MANN, 2008)

Ainda na visão do partido, seria necessário derrubar a democracia de Weimar, destruir o marxismo, remover raças consideradas inferiores e “romper os grilhões” do Tratado de Versalhes. O principal motivo deste último era devido à recuperação do “espaço vital”⁴ que a Alemanha havia perdido com a assinatura do tratado. Com isso pode-se observar que o Partido estava dedicado a travar guerras, sejam elas internas ou externas.

No dia 9 de novembro de 1923, em seu quarto ano de vida, o partido foi dissolvido devido ao malfadado Putsch da Cervejaria⁵, episódio no qual Hitler tentou

Palavras - chave:
Identidade. Rupturas.
Sincretismo.

Resumo: Após a derrota na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a Alemanha sofreu pesadas consequências, sendo algumas delas a crise econômica e o desemprego. Com isso os partidos faziam promessas de melhoras e enchiam as ruas com elas, em especial o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Propagandas as quais serão analisadas no artigo que segue.

1 Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: jp_cioffi@hotmail.com

2 Doutor em História pela UFPR. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

3 A Revolução Alemã foi uma série de eventos que culminou na saída do Kaiser, abolindo a monarquia, e na promulgação de uma república parlamentar. Tendo como um dos principais participantes a Liga Espartaquista (Spartakusbund) que tinha como líderes Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

4 O Espaço Vital, ou Lebensraum, é uma doutrina criada pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel na qual ele prega que toda a sociedade, em um certo grau de evolução, precisa subjugar uma sociedade menos desenvolvida para continuar evoluindo. Hitler pregava que o Espaço Vital alemão é os países de língua germânica, o território perdido no Tratado de Versalhes e algumas partes da União Soviética. Hitler também considerava os soviéticos menos desenvolvidos.

5 O Putsch da Cervejaria, ou Putsch de Munique, foi a tentativa de Hitler junto com partidários de tomar o poder do estado da Baviera. No ano de 1923 a Alemanha estava com altos índices de inflação e o país havia decretado Estado de urgência, porém a Baviera declara o seu próprio Estado de urgência e entrega o poder para Gustav von Kahr, Otto von Lossow comandante do Exército e Hans von Seisser, chefe da polícia. Em 8 de novembro de 1923, inspirados pela “Marcha sobre Roma” de Benito Mussolini e se aproveitando do momento Hitler e seus partidários vão à cervejaria de Bürgerbraukeller e proclamaram o poder para eles, houve resistência. Na manhã do dia 9 durante a marcha da cervejaria até o Ministério de Guerra da Baviera, outra tentativa de tomar o poder, o exército reagiu e acabou matando alguns partidários e posteriormente prendendo Hitler.

dar um golpe de estado contra o governo da Baviera. A tentativa de golpe a força levaria a prisão de Hitler. Apesar de ser condenado a cinco anos ele permaneceu apenas nove meses preso, tendo dedicado esse tempo para ditar para seus companheiros o seu manifesto político, o *Mein Kampf* (HITLER, 2004), que havia sido escrito por Emil Maurice e Rudolf Heß, integrantes do Partido que também estavam sob custódia.

Em 27 de fevereiro de 1925 Hitler recriou o Partido Nazista. Ele havia decidido que acabaria com a República de Weimar dentro da “legalidade” e não mais através da força. Para Richard Bessel (2014) o Partido havia deixado de ser um movimento de veteranos dispostos a praticar a violência, o partido havia se tornado em uma associação política disciplinada e dedicada ao jogo parlamentar para destruir a democracia.

A propaganda eleitoral nazista não tinha apenas um tema e tampouco era voltada apenas para um tipo de público, sendo que o forte nacionalismo estava sempre presente. Havia filmes, livros, panfletos e cartazes direcionados a propaganda eleitoral. Ian Kershaw (2010, p. 259) aponta que também haviam:

[...] reuniões, desfiles e comícios nazistas, acompanhados das costumeiras pompa e ostentação[...]. Desta vez, a propaganda nazista contou com um novo recurso. Hitler subiu aos céus num avião alugado, ao estilo americano, em seu primeiro “voo da Alemanha” (*Deutschlandflug*), enfeitado com o slogan “o Führer sobre a Alemanha”.

Havia cartazes direcionados para ex-soldados, trabalhadores rurais ou urbanos, mulheres e desempregados - muitos dos quais eram veteranos da Grande Guerra – além de cartazes voltados para a depreciação do outro, como judeus e soviéticos, e a exaltação de Hitler o que viria ser conhecido como “culto ao *führer*”. Para Childers (apud Mann 2008, p. 241-242), a propaganda estava voltada para grupos de interesses específicos, sendo as diferentes propostas políticas moldadas de forma oportunista a cada um deles.

Os cartazes eleitorais nazistas em sua maioria vão apresentar cores vibrantes, Hitler (2004) havia escrito que a arte do cartaz é pensada para chamar atenção das massas através das cores e que toda propaganda deve ser popular, para que até o mais ignorante consiga entendê-la.

Ferlauto (apud Cesar 200, p. 52) fala que “o espírito fundamental do cartaz é a busca da comunicação simples”. Nos cartazes que serão ana-

lisados ao longo do trabalho, podemos perceber que todos tenderam a ser concebidos de forma a transmitir sua mensagem de forma clara, simples e acessível para o povo alemão.

Os cartazes trabalhados foram encontrados em sites de museus e acervos pessoais de colecionadores e professores. Depois que os cartazes do ano de 1932 foram separados, eles foram organizados por temáticas e a escolhida foi aquela direcionada ao trabalhador seja ele urbano ou rural.

Com isso podemos compreender como o partido enxergava a atual situação do desemprego alemão durante o período da República de Weimar. Pois para Chartier (1990, p. 17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...). As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Os cartazes foram analisados como formas de apresentar valores, visões da sociedade, ideias, de forma mais facilmente assimilável a mais amplas parcelas da população, mediante o emprego de imagens seguidas de breves textos. Nesse sentido pode-se então citar o trabalho de conclusão de curso escrita por Clóvis Airton de Quadros (2016, p.15-16)

A representação do figurado na imagem não pode ser apreendida apenas com base em critérios lógicos ou intelectuais, muito de emocional e sentimental está envolvido no processo de formação dos conteúdos simbólicos: os símbolos procuram despertar não só ideias, mas também sentimentos, valores e, portanto, precisam ser compreendidos através da metodologia aqui proposta.

A REPÚBLICA DE WEIMAR

Promulgada em 11 de agosto de 1919 na cidade de mesmo nome, a República de Weimar, teve como seu primeiro presidente Friedrich Ebert (1871-1925) do partido Social-Democrata. A República nasceu no intuito de substituir o reinado de Guilherme II (1859-1941), imperador

alemão desde 1888 e deposto dias antes da assinatura da capitulação alemã na Primeira Guerra Mundial em 1918.

Entre os anos de 1919 e 1920 houve a Conferência de Paz. Nessas reuniões foram discutidos os termos dos vencedores da Guerra para com os vencidos. Em 28 de junho de 1919, cinco anos após o assassinato de Francisco Ferdinando, foi assinado o Tratado de Versalhes.

O Tratado de Versalhes foi imposto aos alemães, por conta disso ele foi chamado de *Diktat* na Alemanha. Ele foi elaborado praticamente pelos franceses. De acordo com Ângela Mendes de Almeida (1982, p. 13):

Os aliados exigiam a entrega dos poucos territórios coloniais que a Alemanha possuía (Togo, Camerum e Sudeste Africano) e de várias fatias do próprio território alemão: a Alsácia-Lorena, parte do Schleswig, uma saída para o mar para a nova Polônia através do chamado “corredor de Danzig” (hoje Gdansk), que cortava o país em duas partes, e um trecho da Baixa-Silésia, que viria a integrar a nova Tcheco-Eslováquia; tudo num total de 1/8 do território alemão de 1/10 de sua população. Exigiam ainda a desmilitarização da margem esquerda do rio Reno, na fronteira oeste, a redução do exército a oficiais de carreira em um número não superior a 100 mil homens, a redução drástica do armamento, a quase destruição da marinha, a dissolução do Estado-Maior do exército, o direito de julgar alguns “responsáveis pela guerra”, a proibição do *Anschluss* – unificação voluntária da Alemanha e da Áustria – e, por fim, a fixação de pesadas somas a serem estabelecidas em dinheiro e matérias-primas, como reparações de guerra.

A assinatura do tratado provocou um enorme abalo na Alemanha, não só no aspecto físico, mas também no psicológico. Para muitos alemães esse tratado era uma vingança pessoal da França, pois em 1871 a França perdeu a Guerra Franco-Prussiana e um dos despojos da até então não unificada Alemanha, foi o território da Alsácia-Lorena.

Isso se torna claro ao ler as palavras do primeiro-ministro francês e majoritário no Tratado, Clemenceau. Douglas Michalany (1967, p. 899 Vol. 5) escreveu:

Para Clemenceau (apelidado O Tigre), o Tratado seria um meio eficiente de manter a Alemanha, pelo maior tempo possível, em tal estado de prostração que deixasse de constituir uma ame-

aça para a França.

Porém a Alemanha deixou de “constituir uma ameaça” para toda a Europa. Eric Hobsbawm (1995, p.41) aponta que o Tratado de Versalhes foi uma imposição de uma paz punitiva à Alemanha, sendo pautada na premissa que o Estado alemão era o único responsável pela guerra, sendo assim era preciso mantê-lo permanentemente enfraquecido. Além das perdas territoriais Hobsbawm comenta como essa paz punitiva seria imposta:

[...] Essa paz punitiva foi, na realidade, assegurada privando-se a Alemanha de uma marinha e uma força aérea efetivas; limitando-se seu exército a 100 mil homens; impondo-se “reparações” (pagamentos dos custos da guerra incorridos pelos vitoriosos) teoricamente infinitas; pela ocupação militar de parte da Alemanha Ocidental; e, não menos, privando-se a Alemanha de todas as suas antigas colônias no ultramar.

O Tratado de Versalhes seria muito utilizado pelos partidos políticos da Alemanha nas próximas eleições. Mesmo após 13 anos o partido Nazista iria se valer do Tratado e de suas consequências para o povo alemão.

Nesse contexto, o Partido elaborou e fez circular o cartaz reproduzido na Figura 1. Nele, podemos observar que, se valendo da ideia de que a imposição do Tratado transformou os alemães em “escravos”, o cartaz tem como objetivo de passar a mensagem de que Hitler iria quebrar as correntes de Versalhes e que colocaria um fim no sistema que escravizou o povo alemão. O alvo que os nazistas procuraram atingir com esse cartaz era a classe operária. Nota-se isso pela utilização da cor dos trabalhadores, o vermelho⁶. E o enfoque no esforço do “homem forte”. A classe que sustentava a pirâmide social Alemã era a operária, logo ela deveria ser “forte” e livre. O cartaz também passa a impressão que o homem estava em uma posição submissa e que ele havia se levantado. Como se estivesse sendo libertado daquilo que o inferiorizava.

6 O vermelho era a cor do Partido Comunista Alemão e a SA fazia uso da cor em suas marchas para mostrar o pretenso lado “socialista” do partido. Conforme Michael Mann (2004, p. 201) aponta: “As SA começaram a dar sinais de inquietação ante os acenos oportunistas de Hitler para as elites e seu aparente recuo no “socialismo” nazista”. “As SA assumiam um tom orgulhosamente proletário, como nesta marcha: somos o exército da suástica/ Ergam bem alto a bandeira vermelha/ Nós lutamos pela liberdade do trabalho alemão”.



Figura 1

“Agora basta, escolha Hitler” - 1932. Fonte: USHMM

O que liga o cartaz ao Partido Nazista é uma pequena suástica no cinto do homem e o nome de Hitler. A ausência do número da chapa pode indicar que o partido já está fortemente presente no imaginário social da época.

O cartaz apresenta traços fortes e um desenho em perspectiva com alguns desenhos laterais que causam a impressão que o homem os separou, além de uma tipologia mais simplificada, pois de acordo com Raimés & Bhaskaran (2007) a propaganda alemã se valia do estilo gótico *Blackletter*.

E quanto à questão de o homem não aparecer por inteiro, pode-se propor estar associada à intenção de fazer o observador tentar imaginar aquilo que está “fora” do quadro, podendo assim supor que o homem estava se levantando.

A classe operária alemã foi a que mais sentiu o peso do Tratado de Versalhes, pois a perda de territórios industriais e a inflação aumentaram a taxa de desemprego na frágil República. Segundo Lionel Richard (1988, p.10), a República de Weimar:

[...] não conhece um desenvolvimento progressivo contínuo, mas uma alternância entre situações extremas. Até o início de 1924, é a inflação, o aumento do desemprego, que no último trimestre de 1923 atinge um quarto da população ativa. Depois, uma ajuda americana de 110 milhões de dólares em 1924 e o plano elaborado pelo vice-presidente dos Estados Unidos, Charles Dawes, permitem aumentar a produção, reduzir o desemprego e dar à Alemanha, ao lado de uma concentração industrial crescente, uma aparência de prosperidade. No fim de 1929, tudo desaba com a crise econômica. O ano de 1932 termina com um desemprego que alcança 44% da população ativa, da qual um terço apenas dispunha de um trabalho em tempo integral.

Mesmo com quase todos os partidos alemães falando sobre o desemprego, o partido nazista conseguiu penetrar mais a fundo na mentalidade da época. Isso pode estar associado à sua pregação em favor da criação de uma comunidade sem classes, ou ainda ao fato de Hitler tender a lembrar que ele também foi um desempregado, antes e após a Primeira Guerra Mundial, para criar uma proximidade com os desempregados. Pois para Hitler (2004) a convivência com o desemprego envenena o corpo e a alma do homem.

O cartaz reproduzido na Figura 2 apresenta uma coloração mais sombria, diferente de outros cartazes nazistas que tendiam a apresentar cores mais vibrantes. Isso pode estar associado à intenção de mostrar o período sombrio que a Alemanha estava passando. De uma maneira sutil esse cartaz pretendia assim tocar o povo alemão e atacar os outros

partidos políticos da época, pois nele está sendo representada a *Volksgemeinschaft*, comunidade do povo, sob uma ótica segundo a qual não existiriam classes sociais, mas apenas a pureza racial.

No cartaz há homens e mulheres e até mesmo uma criança de colo de diferentes idades e vestimentas, muitos com expressões sérias, rostos com feições preocupadas e também muitos possuem o queixo quadrado, o que era considerado um aspecto da pureza racial.



Figura 2
“Nossa última esperança: Hitler” - 1932. Fonte: USHMM

Os olhos pintados de preto podem representar o desespero e a tristeza que eles passavam no momento, pois o desemprego na época chegava a uma taxa de 44,4% (RICHARD, 1988). Os olhos também podem representar uma massa desiludida atrás de uma liderança, o cartaz mostra em letras grandes quem é esse líder que a massa procurava, o fato das pessoas terem sido retratadas atrás do nome de Hitler dá a impressão que elas estão buscando por ele, pois os olhares vão ao encontro das letras, ou seja, cria a impressão de que eles caminham em sua

direção. Ao fundo não aparece nenhuma fábrica ou propriedade rural, explicitando que Hitler seria a única salvação para todos os trabalhadores alemães, independente de classe social ou trabalho.

Por fim temos a legenda do cartaz, que indica uma pretensa “última esperança” alemã, que pode ser interpretada como um ataque aos outros partidos e a criação de um herói, o culto ao fñhrer. De acordo com o cartaz, a última esperança dos trabalhadores seria o próprio Hitler, não o partido o nazista e muito menos os outros partidos da época, pois foi durante a república que a Alemanha perdeu a Guerra e nela que eles enfrentaram duas grandes crises. Logo o povo já estaria cansado de partidos, ele precisava de um herói assim como havia nos antigos povos germânicos e nas óperas de Wagner, por quem Hitler nutria uma admiração.⁷

Partindo da premissa de que Hitler era a última esperança contra o desemprego o Partido Nazista posteriormente lançou a campanha “Arbeit und Brot”, ou seja, “trabalho e pão” na qual o partido prometia dar duas coisas essenciais para o funcionamento do país, conforme pode ser observado no cartaz reproduzido na Figura 3.



Figura 3
“Trabalho e pão com lista 1” - 1932.
Fonte: Wahlplakate-archiv.de

Um lema com o qual o partido tendia a expor de forma extremamente simplificada aquelas que concebia como constituindo as necessidades enfrentadas pela população alemã, ao propor que para ter um é necessário ter o outro. Para comprar o pão é preciso ter um emprego, além de o pão ser uma representação mais comum para comida, no tempo da crise o pão era o alimento básico da alimentação cotidiana da sociedade alemã. E para poder trabalhar é preciso estar nutrido.

Ao focar mãos que doam e recebem instrumentos de trabalho, embora fale em pão o cartaz exhibe ferramentas e não o pão, o cartaz deixa em aberto a interpretação de quem estaria na parte superior e mais à direita, na sua parte inferior, isso pode estar associado à intenção de forçar o observador a imaginar aquilo que não figura no cartaz, talvez no intuito de facilitar a gravação ou até mesmo de auto identificação. Martine Joly aponta (2003, p. 94):

Esse procedimento de confundir o quadro (ou os limites) da imagem e a borda do suporte tem consequências particulares sobre o imaginário do espectador. Na verdade, esse corte, atribuído mais à dimensão do suporte que a uma escolha de enquadramento, leva o espectador a construir imaginariamente o que não se vê no campo visual da representação, mas que o completa: o fora do campo.

O cartaz apresenta um homem nazista⁸, identificado apenas por uma pequena suástica, dando ferramentas para quatro pessoas de gênero desconhecido. As ferramentas que estão bem no centro do cartaz aparentam que são utilizadas no artesanato.

O homem está com mangas arregaçadas, sinal de trabalho, e veias aparentes, sinal de esforço. Os braços das pessoas não demonstram veias aparentes a forma como as mãos foram representadas sugere a impressão que eles estão suplicando aquelas ferramentas, como se as ferramentas fossem a sua esperança de salvação.

Um aspecto a ser destacado na forma de como o cartaz foi concebido é a posição das mãos, uma vez que elas não estão em uma linha reta, “de igual para igual”. O par de mãos do nazista está numa

7 Hitler (2004) cita nome de Wagner. “Sua vida e sua ação são acompanhadas de perto com admiração comovidamente gratas, e conseguem, sobretudo nos dias de tristeza, levantar corações quebrados e almas desesperadas [...] Ao lado de Frederico, o Grande, figura aqui Martinho Lutero, bem como Richard Wagner. (p. 161). Também existem obras que trabalham a relação de Hitler com Wagner, como Vaget (2003) e Vazsonyi (2003).

8 Subentende-se tratar-se de homem uma vez que Mulheres até então não participavam ativamente do Partido Nazista.

posição superior que as mãos do povo, é como se a ajuda viesse de cima. Talvez seja para exclamar que os nazistas são superiores ao resto do povo faminto.

E em escrito está o tema da propaganda, trabalho e pão, e o número do partido que eles deveriam votar para conseguir as ferramentas ali ilustradas. Isso fica implícito pelo “pela lista 1”. Logo, apenas o partido Nazista poderia dar trabalho e comida para a população, ou seja, realizar as vontades da sociedade durante a República de Weimar.

Seguindo com o mesmo lema o cartaz da figura 4 já passa a representar as fábricas e não o trabalho manual como mostrado na figura 3. Pois segundo Lionel Richard (1988) a Alemanha era um país urbano e industrial, no final dos anos 30 o país tinha uma densidade demográfica de 135 habitantes por quilômetro quadrado, o que sugere uma forte concentração humana.

Sendo assim foi retratada no cartaz uma fábrica, um produto do capitalismo. Algo diferente da vertente do nazismo, porém eles também precisavam chamar atenção da massa urbana, logo retrataram uma fábrica com o intuito de despertar o interesse do trabalhador urbano para com o partido.

Michael Mann (2008) aponta que o partido não tinha interesse no capitalismo como forma de propriedade privada, mas sim como sistema autoritário e disciplinado de produção.

Já o cartaz da figura 5 quer chamar a atenção do trabalhador rural, pois muitos agricultores acreditavam que votar nos nazistas era de seu interesse material (BRUSTEIN, 1996). Porém não eram políticas exclusivas para os agricultores, pois a mensagem que o partido passava era que em vez de interesses materiais específicos, o nazismo oferecia aos alemães uma fé transcendente às classes para apenas uma comunidade igualitária racial (BESSEL 2014).

Olhando de um contexto mais amplo, as políticas agrícolas eram parecidas com aquelas escolhidas para os trabalhadores urbanos, como por exemplo a questão da autodeterminação nacional, que servia para neutralizar as pesadas indenizações de guerra impostas pelo Tratado de Versalhes.

De acordo com Fischer (apud Mann 2008, p. 245), os agricultores eram a herança saudável da *völkisch*⁹, a juventude do povo e a espinha dorsal do poder militar.

Sabendo do peso do fardo que o trabalhador ru-

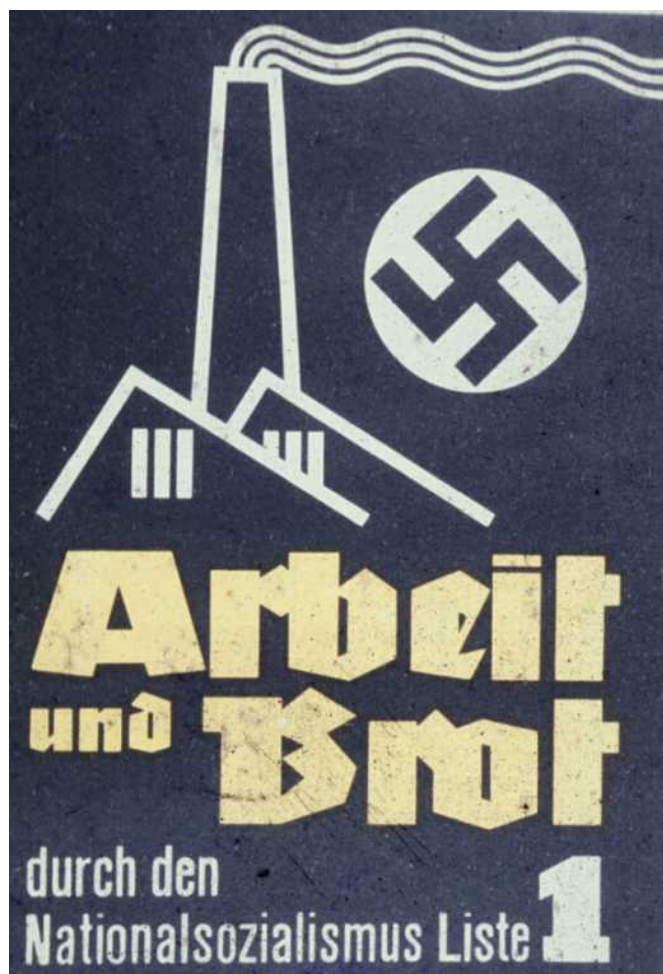


Figura 4

“Trabalho e pão com lista 1” - 1932.
Fonte: Wahlplakate-archiv.de

ral estava carregando o Partido Nazista se aproveitou para lançar a frase “Gente da terra em morte, quem ajudará? Adolf Hitler”

O cartaz mostra em primeiro plano um casal, o homem está com as mangas arregaçadas e segurando uma foice, para indicar o trabalho rural. A mulher está com as mãos levadas ao rosto, como se fosse para expressar aflição. No fundo é representado uma pequena vila, para indicar que se trata do interior.

Sob a vila a morte está sendo representada por uma mulher velha se apoiando em uma bengala, para mostrar que a morte já está assombrando os campos há muito tempo. Pode-se dizer que ela está nos campos desde a assinatura do Tratado de Versalhes em 1919.

E quem ajudaria o povo rural a superar a morte, as crises que assolavam o campo, seria Adolf Hitler. Novamente o cartaz não sugere um número ou partido para votar, apenas está escrito o nome

9 Para Richard Bessel (2014, p. 29): “Termo germanizado surgido na segunda metade do século XIX nos círculos nazistas na Alemanha, na Áustria e Hungria para designar a ideia de “pertencer a uma nação”, principalmente no conceito de povo baseado na raça”

do candidato. Para reforçar a ideia de que o partido já estava tão naturalizado nas pessoas que não seria necessário o acréscimo de número do partido. Como Richard Bessel (2014, p. 41) escreveu:

O movimento nazista tocou profundamente a sociedade do pós-guerra muitíssimo perturbada, uma sociedade e um país que na verdade nunca superaram o legado da Primeira Guerra Mundial, e o partido chegou ao poder com um forte compromisso ideológico com a guerra e o racismo.

A forte presença do nazismo no imaginário social permitiu que a ascensão dele em 1933, mesmo não sendo um processo democrático. Richard Bessel (2014, p. 42) aponta:

O Fato de não conseguirem, depois de 1918, escapar da sombra da Primeira Guerra Mundial permitiu que um movimento político racista e belicoso, comandado por uma quadrilha de políticos inescrupulosos e que vinha de fora da elite política estabelecida, chegasse a tal posição que, em janeiro de 1933, os que tinham a chave da Chancelaria do Reich convidassem o seu líder a formar um governo – e assim condenassem a primeira democracia alemã à destruição e a Europa a outra guerra mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como palco principal a República de Weimar no ano de 1932, esta pesquisa buscou uma reflexão a partir dos cartazes eleitorais para *Reichspräsident* e *Reichstag* referentes ao mesmo ano. Com base na Nova História Cultural que reconhece importância de tentar compreender as representações e recepções causadas pelas imagens na realidade histórica. Bem como escreveu Chartier (1990, p. 17):

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas – muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.



Figura 5
“Gente da terra em morte. Quem ajudará?
Adolf Hitler” - 1932.
Fonte: Wahlplakate-archiv.de

Os cartazes eleitorais nazistas foram gradativamente se fixando no âmbito social, de acordo com Lionel Richard (1988) o partido nazista nas eleições presidenciais de 1925 recebeu 1,1% de votos, não passando para o segundo turno. Já no primeiro turno de 1932 ele recebeu 30,1% e no segundo turno essa porcentagem aumentou para 36,8%.

Com isso pode-se perceber que o partido não nasceu grande, com milhares de seguidores que se faziam presentes em comícios e comemorações. Mas sim que ele começou como uma pequena agregação de veteranos da Primeira Guerra Mundial e foi crescendo através dos tempos, por diversos meios,

sendo um deles os cartazes analisados nesse artigo.

Seja ele com seu objetivo explícito ou implícito, Hitler (2004) escreve que:

A capacidade de compreensão do povo é muito limitada, mas, em compensação, a capacidade de esquecer é grande. Assim, sendo, a propaganda deve-se restringir a poucos pontos. E esses deverão ser valorizados como estribilhos, até que o último indivíduo consiga saber exatamente o que representa esse estribilho. Sacrificando esse princípio em favor da variedade, provoca-se uma atividade dispersiva, pois a multidão não consegue nem digerir nem guardar o assunto tratado. O resultado é uma diminuição de eficiência e consequentemente o esquecimento por parte das massas.

Com base nessa citação e nos cartazes trabalhados no presente artigo, fica perceptível que o objetivo dos cartazes era de passar uma mensagem direta e objetiva, porém, analisando eles com mais atenção percebe-se que eles estavam cheios de significados que ficam ocultos a uma rápida olhada. Para Hitler (2014) quanto mais importante for o objetivo, deve-se empregar a mais certa tática psicológica.

Vale ressaltar que no presente artigo não foi trabalhado a reação do público diante dos cartazes, mas sim a possível mensagem que os mesmos estariam passando para a população no geral.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ângela Mendes. **A República de Weimar e a ascensão do nazismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BESSEL, Richard. **Nazismo e Guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- BRUSTEIN, William I. **The Logico f Evil: The Social Origins of the Nazy Party, 1925 – 1933**. New Haven: Yale University Press, 1996.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand, 1990.
- CESAR, Newton. **Direção de arte em propaganda**. 5ª. Edição. São Paulo: Futura, 2000.
- GERVEREAU, Laurent. **Ver, compreender, analisar as imagens**. Lisboa: Edições 70, 2013.
- HITLER, Adolf. **Minha Luta**. 3ª Ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2ª Ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 6ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2003.
- KERSHAW, Ian. **Hitler**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.
- MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MICHALANY, Douglas. **História das Guerras Mundiais**. Livro IV. São Paulo: Michalany. 1967.
- QUADROS, Clóvis Airton de. **Os Selos Postais Como Fontes Historiográficas: Estudo das emissões filatélicas da União Soviética com temática relacionada a II Guerra Mundial entre os anos de 1941 a 1946**. Monografia de Graduação (Licenciatura em História/UEPG). Ponta Grossa: UEPG, 2016.
- RAIMES, Jonathan; BHASKARAN, Lakshmi. **Design Retrô: 100 anos de design gráfico**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- REES, Laurence. **O Carisma de Adolf Hitler**. Rio de Janeiro: Leya, 2013.
- RICHARD, Lionel. **A República de Weimar (1919-1933)**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.
- VAGET, Hans Rudolf. **The Political Ramifications of Hitler's cult of Wagner**. Hamburgo: Hamburg University Press, 2003.
- VAZSONYI, Nicholas. **Wagner's Meinstersinger: Performance, History, Representation**. Rochester: The University of Rochester Press, 2003.

OS FILMES INFANTIS COMO ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DE GÊNERO: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE DAS PRINCESAS DA DISNEY

Hortência Fabeni dos Santos ¹

Mateus Henriques Buffone ²

INTRODUÇÃO

Resumo: O estudo apresenta-
do neste artigo, que se baseia
em pesquisas culturais, teve
como objetivo analisar produ-
ções cinematográficas, da cha-
mada Indústria Cultural, como
uma importante instância edu-
cativa da sociedade contem-
porânea, pois estas constroem
valores e expectativas sociais
para os indivíduos. Caracteri-
zados como produtores e re-
produtores de identidades e
práticas, os filmes, propostos
por este estudo, são voltados
para o público infantil e repre-
sentam um importante meca-
nismo de influência, direta e
indireta, na vida das crianças,
para a produção e construção
de identidades culturais e, de
modo específico, de identi-
dades de gênero. O presente
estudo buscou problematizar
como filmes da conhecida in-
dústria de animação dos Estú-
dios Walt Disney, como “Bran-
ca de Neve e os sete anões”
(1937), “Cinderela” (1950) e “A
pequena sereia” (1989), cola-
boram para a reprodução de
estereótipos de gênero, e de
expectativas sociais em rela-
ção ao feminino. Desta forma,
pretendeu-se analisar, com-
parativamente, as produções
tradicionais com a animação
“Valente” (2012), que se carac-
teriza como uma ruptura na re-
presentação da mulher nos fil-
mes infantis, o que contribuiu
para a produção de identida-
des e relações de gênero que
colocam a mulher como prota-
gonista de sua própria história.

As famosas princesas da Disney, que se configuram como um dos pro-
dutos cinematográficos mais influentes da Indústria Cultural no mundo, são
o foco deste estudo que buscou analisar sua influência, direta e indireta, na
vida das crianças, de modo a construir suas identidades de gênero. De modo
específico, buscou-se identificar o que seria “o marco” de ruptura entre as
animações, tidas como reprodutores de conceitos tradicionais e de estereó-
tipos, e as que apresentam uma desconstrução dessa identidade clássica, em
direção a conceitos modernos.

Com base nas mídias cinematográficas, como agentes de construção so-
ciocultural, foram comparados filmes como Branca de Neve e os sete anões,
Cinderela e A pequena sereia, assim como, a animação Valente, citada, ante-
riormente, como desconstrutora de posturas patriarcais.

Nesse sentido, a importância deste estudo deve-se às mudanças ocorri-
das na sociedade pós-moderna, que, conforme Harvey (apud HALL, 2006),
apresenta, entre suas características, a fragmentação das identidades, uma
nova postura diante das mesmas e, em especial, um novo discurso sobre o
feminino. Nesse contexto, buscou-se abordar como essa mídia influenciará,
positiva ou negativamente, a subjetividade de indivíduos em formação, pois a
construção da identidade ocorre de modo processual e contínuo.

Com base nesses aspectos, o ponto de partida da análise desenvolvida
foi a realização de um paralelo entre as princesas, Branca de Neve (Branca
de Neve e os sete anões, 1937), Cinderela (1950) e Ariel (A Pequena Sereia,
1989) e a princesa Merida (Valente, 2012), objeto principal deste estudo e
que se tornou parte do rol seletivo de princesas Disney em 11 de maio de
2013, no Walt Disney resort temático da Flórida, nos Estados Unidos, esta-
belecendo-se como 11ª Princesa Disney, embora seja a primeira princesa da
Pixar.

É importante ressaltar que a construção identitária é influenciada por
inúmeros fatores, entre eles, instituições como a família, a igreja e a escola,
entretanto, neste estudo, ressalta-se a mídia cinematográfica, que também
apresenta posturas indicadas ao sexo feminino, que são expostas de forma
explícita ou implícita.

Foram considerados os elementos visuais, sonoros e de interpretação

¹ Graduada em Artes Visuais com Habilitação em Multimídia pela Universidade Norte do Paraná; Pós-graduada em Arte na Educação pela Universidade do Oeste Paulista. Email: hortencia_fabeni@hotmail.com

² Orientador. Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná; Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

dos personagens em questão, sem esquecer, é claro, do seu contexto histórico. Analisou-se, principalmente, roteiros comuns, trilhas sonoras insinuativas, posturas das personagens, entre outros elementos, não como simples admirador dessa arte, mas como observador crítico das múltiplas interpretações que a obra, em si, pode manifestar. Assim, buscou-se evidenciar como essa mídia se apropria de conceitos pré-existentes na sociedade para reforçá-los e colocá-los como único modelo a ser seguido.

Após relacionar as posturas comuns entre as personagens tradicionais, elencou-se os elementos que trazem a diferenciação de postura na animação Valente, cujo personagem vivencia uma maturação que ocorre ao longo do filme, o que representa uma nova postura do feminino que emerge no processo histórico social.

Este estudo tem como base a análise de significados presentes nos filmes infantis, de modo a identificar como os mesmos comunicam, ao observador, valores identitários que estão em contínua transformação, em decorrência de mudanças históricas e culturais na sociedade. Com base nos aspectos analisados, procurou-se evidenciar como são apreendidos, pela sociedade, esses conceitos culturais, que são reproduzidos em massa por diversas mídias, e, principalmente, como eles se apropriam de uma hora de ócio para principiar nos sujeitos aspectos pedagogizantes.

A CONSTITUIÇÃO DA INDÚSTRIA DA ANIMAÇÃO

A animação constituiu-se como a capacidade de dar vida a objetos inanimados e, assim, criar e recriar seres independentes dos conceitos reais da lógica e da física, abrindo um leque para o “mundo feérico, de fantasia e magia, um universo que convivia insistentemente à poesia” (FOSSATTI, 2009, p.2). A animação surge, quando imagens estáticas, denominadas como quadros ou fotogramas, são reproduzidas sequencialmente, em uma velocidade de, aproximadamente, 30 destes por segundo, dando a sensação de movimento aos nossos olhos.

A arte da animação, porém, diferentemente do cinema vivo, encontrou obstáculos para sua sustentação no mercado. Os pioneiros desta arte buscaram desenvolver seus conhecimentos e aprimoramentos “para produzir animação de maneira rápida e barata, a fim de atender prazos e orçamentos curtos, surgem os estúdios de animação, apoiados em no-

vas técnicas e organização empresarial”. (JÚNIOR, 2005, p. 61). Assim, o processo de industrialização das animações deu-se no início do século XX, quando se estabelecia a cultura de massa na sociedade. Com o desenvolvimento da ciência e das técnicas de filmagens, John Randolph Bray foi um dos agentes que possibilitaram o processo de produção em massa das animações, ao adotar a teoria científica de Frederick W. Taylor em seu novo estúdio. Além disso, a descoberta e a patente do acetato, pelo norte americano Earl Hurd, e, posteriormente, a invenção da rotopiscopia, pelos irmãos Fleischer, acabaram por estabelecer, de maneira concreta, a nova indústria cultural da animação, como forma de entretenimento rentável, o que contribuiu para o fortalecimento da indústria cinematográfica americana, determinando assim “a sua hegemonia na produção áudio visual em todo o Ocidente” (JÚNIOR, 2005, p.61).

Com o advento da modernização da televisão, que constituiu um importante meio de comunicação, as animações foram inseridas neste novo cenário, com desenhos a serem exibidos de modo a preencher o horário televisivo de programação, apresentando baixa qualidade estética e técnica simples, em busca de barateamento dos custos. Tal cenário viabilizou a popularização das animações, que além de serem produzidas, especialmente, para o público infanto-juvenil, foram utilizadas, também, como forma para a produção de propaganda de patrocinadores.

Um importante nome da animação, que vislumbrou o futuro de sucesso desta mídia, estabeleceu-se com Walt Disney, que se consolidou como uma grande indústria cultural e se tornou uma referência mundial de animação e entretenimento, propagando um novo estilo de criação. A Disney reuniu as mais avançadas técnicas da computação gráfica com uma distinta perfeição naturalística. Além disso, o estúdio foi precursor no uso da técnica do som em conjunto com o cinema, na incorporação de traços superiores de efeitos gráficos e na inserção de cores em suas animações características, tais como Mickey. E com os traços da personalidade empreendedora de Walter Elias Disney, pioneiro e idealizador da indústria de animação, e sua visão artística extremamente crítica e apurada tornaram-no referência mundial nesse segmento. Conforme Júnior:

Olhando para trás, é impressionante que esse avanço formidável propiciado pelo estúdio Disney se tenha verificado no período de apenas uma década (1928 a 1937). Se estendermos mais quatro anos, o que nos levaria ao começo dos anos de 1940, com-

pletaremos aquela que é considerada a fase de ouro da animação, sob a regência de Walt Disney (JÚNIOR, 2005, p.97)

Diante desse novo cenário, os estúdios começam a retratar, como componente da cultura, as diversas histórias da sociedade. Nascia, assim, a Indústria Cultural Cinematográfica, que, segundo Adorno e Horkheimer *apud* Maranhão (2010), visa à massificação da cultura, via meios tecnológicos, como uma forma de dominação sofisticada. Desse modo, o cinema, ao ser objeto de estudo de historiadores, cientistas sociais e psicólogos, confirma sua contribuição para a formação de mentalidades, pois os filmes abordam o contexto social e temas relacionados ao indivíduo, à sociedade, à mulher, ao cotidiano, entre outros.

No vasto campo do entretenimento, este estudo elegeu, como objeto específico, as histórias dos contos de fada, tão antigas quanto o cinema, mas que se apresentam com as novas roupagens realizadas pelo estúdio *Walt Disney* e adaptadas à indústria cinematográfica. A respeito dos contos de fadas, Jung (*apud* GIGLIO, 1991, p.15) afirma que “*através deles toma-se consciência e vivenciam-se arquétipos do inconsciente coletivo.*” A carga de fantasia que os contos de fada carregam são determinantes para estimular nos espectadores modos de condutas e pensamentos por meio de simbolismos, que serão facilmente absorvidos, pois, tanto para a criança como para o adolescente, a animação (os contos de fada) é algo tangível porque trata da realidade de suas vidas e do ser humano com seus conflitos pessoais. De certa forma, é a realidade retratada, porém, de acordo com a Indústria Cultural a que se encontra atrelada, a animação apresenta-se, substancialmente, diminuída, pois é uma narrativa facilmente decodificada e postuladora de condutas, já que não cede espaço para diálogos e elucubrações:

O conto de fadas, por outro lado, em grande parte resulta do conteúdo comum consciente e inconsciente tendo sido moldado pela mente consciente, não de uma pessoa em especial, mas do consenso de várias a respeito do que consideram problemas humanos universais, e o que aceitam como soluções desejáveis. (BETTELHEIM, 1980, p.46).

Nesse contexto, configura-se como campo de análise a busca pelas representações simbólicas nas animações e suas contribuições para a formação de um desenvolvimento intelectual e de personalidade, pois os conteúdos cinematográficos influenciam as crianças por constituírem ritos de iniciação no âm-

bito da feminilidade e da sexualidade. Como parte constituinte da Indústria Cultural, os filmes, por serem produto da sociedade de consumo, estão diretamente vinculados a ações persuasivas, pois são obras que retratam o modo de vida dos indivíduos em sociedade, conseqüentemente, revelam algo sobre seus comportamentos, modos de se relacionarem e viverem socialmente. Nesse sentido, para Barbosa e Campbell:

Na sociedade contemporânea, consumo é ao mesmo tempo um processo social que diz respeito a múltiplas formas de provisão de bens e serviços e diferentes formas de acesso a esses mesmos bens e serviços; um mecanismo social percebido pelas ciências sociais como produtor de sentido e identidades, independentemente da aquisição de um bem; uma estratégia utilizada no cotidiano pelos mais diferentes grupos sociais para definir diversas situações em termos de direitos, estilo de vida e identidades; e uma categoria central na definição da sociedade contemporânea (BARBOSA, CAMPBELL, 2006, p.26).

Na sociedade capitalista, as animações comerciais oferecem ao consumidor uma forma de entretenimento vazio, objetivada, sem lugar para o elemento artístico contemplativo da dúvida, da subjetividade, bem como, do processo reflexivo de amadurecimento da análise da obra, o que o sujeita a uma falsa mimese. Estes produtos atrofiam a imaginação, devido à instantaneidade e por se tratarem de adaptações, o que os leva a perder muito de seu valor artístico:

A maioria das crianças agora conhece os contos de fadas só em versões amesquinhas e simplificadas, que amortecem os significados e roubam-nas de todo o significado mais profundo – versões como as dos filmes e espetáculos de TV, onde os contos de fadas são transformados em diversão vazia (BETTELHEIM, 1980, p.32).

A característica fundamental dessas mercadorias culturais é a padronização, o que gera consumidores também padronizados, cujo ponto comum é o fato de desenvolver nos indivíduos a igualdade de sentimentos, pensamentos e ações. Segundo Weber (1998, p.146 *apud* MARANHÃO, 2010, p.5):

A indústria cultural anula o potencial crítico da cultura ao realizar ilusoriamente aquele ideal de liberdade e felicidade por meio de sua mercantilização. A cultura, reduzida a simples valor de troca, deixa de prestar-se à reflexão crítica sobre as condições de existência em que vivem os homens para servir aos propósitos de perpetuação do *status quo* por meio da acomodação e do conformismo.

Por meio desta pseudo-individualização, são construídas as identidades contemporâneas, e neste aspecto totalitário veremos como consequência, a construção de sistemas identitários fragilizadas à mercê destas estruturas ideológicas.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA E OS FUNDAMENTOS MASSIFICADOS DOS CONTOS DE FADA

Ao se analisar as animações como conteúdo didático que desencadeia um processo de construção do indivíduo, é possível dizer que estas são capazes de transmitir signos, representações e normas, inseridos em suas histórias, que contribuem para a formação de identidades.

Para Hall (2006), a velha identidade, antes estável e imutável, foi substituída pelas identidades fragmentadas e em constante mudança, o que foi propiciado pela globalização e seus direcionamentos, que afetam os indivíduos. Dessa forma, um filme padronizado, elaborado por uma Indústria Cultural, feito para multidões, fará a “‘internalização’ do exterior no sujeito e a ‘externalização’ do interior” (HALL, 2006, p.31). A partir da ideia de que o sujeito, na contemporaneidade, encontra-se em uma busca constante de sua definição enquanto indivíduo e sociedade, tal perspectiva é encarada pelo autor como “um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006, p.7).

Desse modo, é perceptível que a criança de hoje enfrenta, na constituição de sua identidade e personalidade, crises existenciais nunca antes vividas. Em outros momentos históricos, como na época do Iluminismo, por exemplo, os indivíduos tinham, em si, a definição de uma identidade delimitada, estável e unificada. Para Enest Laclau (*apud* Hall, 2006), na contemporaneidade, as identidades revelam o conceito de ‘deslocamento’. “Uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por ‘uma pluralidade de centros de poder’” (HALL, 2005, p.16).

Dessa forma, a sociedade como um todo não apresenta um *modus operandi* comum, que possa ser delimitado e organizado em uma única forma de se constituir, pois sofre influência da multiplicidade abrangente das esferas sociais. Assim, evidencia-se que a sociedade, hoje, não é como muitos sociólo-

gos haviam descrito, ou seja, “um todo unificado e bem delimitado”, mas “descentrada” (HALL, 2005, p.17), pois há uma ampliação do grau de diferenciação, inerente ao cenário global, e, consequentemente, do número de identidades e articulações disponíveis entre si.

Assim, embora seja evidente que a identidade e a subjetividade são aspectos inerentes ao âmbito individual, estas não devem ser consideradas isoladamente, pois, como o homem é um ser social, sofre influências da sociedade e da cultura. Nesse sentido, segundo Silva (S/D, p.6), “O principal meio que condiciona essa nova identidade do homem pós-moderno, na nossa avaliação, é a indústria cultural que, por meio da disseminação de símbolos [...] os massifica” ampliando sua aceitação diante do grande público. Ao refletir sobre essa nova forma, facilmente influenciável, de o indivíduo se constituir, Hall afirma:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas — desalojadas — de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural” (HALL, 2006, p.75).

Como consequência, é evidente que a mídia cinematográfica, além de ser uma forma de entretenimento, é, antes de tudo, uma grande indústria, e, como tal, tem papel constituinte nesse contexto de crise e formação de identidades. Nesse contexto, buscou-se identificar como as identidades de gênero são construídas a partir das padronizações exequíveis dessa sociedade de consumo, disponíveis nas animações de contos de fada, elaboradas pelo franqueamento de princesas Disney (“*Disney Princess*”), criado em 2000 por Andrew Mooney.

Ao se considerar o que significam e os componentes dos contos de fada, deve-se ter em mente que estes se originam de histórias míticas perpetuadas pela tradição oral e marcadas por acontecimentos miraculosos, porém, retratadas como parte de um cotidiano e que se mostra de forma extremamente otimista. Um ponto-chave para os contos de fadas é o papel do narrador, que descreve os fatos

com forte carga emocional e, por meio da imaginação, constrói um cenário propício à magia de tais histórias. Bettelheim (1980) afirma que, segundo paralelos antropológicos, os contos de fadas derivam do simbolismo dos ritos de iniciação, assim, são transmissores de significados profundos.

A mundialização dos contos de fadas ocorreu quando Perrault e os conhecidos Irmãos Grimm readaptaram tais histórias orais por meio da escrita, dando-lhes roupagens mais aceitáveis socialmente e com desfechos que embutiam um conteúdo moral, além, é claro, da questão lúdica. Essas mudanças agradaram e formaram um novo alvo de atenção, o público infantil, a principal instância que deve ser pedagogizada segundo as condutas morais aceitáveis.

Através dos séculos (quando não dos milênios) durante os quais os contos de fadas, sendo recontados, foram-se tornando cada vez mais refinados, e passaram a transmitir ao mesmo tempo significados manifestos e encobertos – passaram a falar simultaneamente a todos os níveis da personalidade humana, comunicando de uma maneira que atinge a mente ingênua da criança tanto quanto a do adulto sofisticado. (BETTELHEIM, 1980, p.14)

Com o grande sucesso alcançado, tais narrativas passaram a acompanhar a evolução da sociedade e das mídias, assim, transformaram, junto com seu enredo, as técnicas e os materiais empregados, até serem, mais uma vez, adaptadas, agora, para a indústria cinematográfica. Toda adaptação, entretanto, sofre reduções e subjugações, desse modo, esses “novos” contos simplificaram os sentimentos e os conflitos humanos, tornaram os roteiros maniqueístas e compensaram as deficiências narrativas com um grande espetáculo de sons e imagens. Os personagens tornaram-se genéricos e os enredos semelhantes, houve, assim, uma padronização das narrativas e restrição do número de personagens. Há, desse modo, figuras centrais, como a madrasta, que representa, em forma física, o sentimento de rejeição, o príncipe encantado, que traz consigo o amor verdadeiro, e também animais, representantes fiéis da amizade. Além disso, há uma padronização física, pois as princesas são sempre loiras ou de pele branca, cabelos lisos e sedosos, magras e frágeis, com seus príncipes esbeltos, e a figura do mal é materializada em bruxas velhas e com verrugas, sendo, assim, consideradas feias.

Com a transposição dessas narrativas para o cinema, o foco não está mais nas histórias, como conteúdo cultural das sociedades e suas tradições,

mas no empreendedorismo e nos ganhos financeiros, resultantes da garantia de consumo pelo público a que se destina. Dessa forma, as releituras são infinitamente comercializadas e substancialmente desvalorizadas, pois, a partir das histórias, são desenvolvidos inúmeros produtos, como: roupas inspiradas nos personagens, livros ilustrados, jogos na internet, peças teatrais, acessórios escolares, entre tantos outros materiais que buscam atrair cada vez mais consumidores e não apreciadores.

Como consequência dessa reprodução massificada, constrói-se, em torno desses produtos, uma tentativa de aproximação e semelhança entre os indivíduos e os personagens representados por essas histórias. As princesas Disney e suas releituras construíram estereótipos da feminilidade e do que constitui ser mulher em relação a padrões físicos e morais reducionistas e inalcançáveis, que, disseminados ao longo dos anos, constituíram-se como referenciais que são valorizadas por mães e filhas que sonham, ou um dia sonharam, se tornarem princesas reais.

Neste estudo, a análise dessas animações evidenciaram posturas dominantes em nossa sociedade, que corroboram uma visão machista, em que as mulheres são subjugadas, reprimidas e condicionadas à vida domiciliar, como o foram por tanto tempo ao longo da história, e demonstram a opressão a que o sexo feminino foi submetido pelas diversas instâncias sociais, entretanto, inversamente, “ações isoladas ou coletivas, dirigidas contra a opressão das mulheres podem ser observadas em muitos e diversos momentos da História e, mais recentemente, algumas publicações, filmes etc.”, (LOURO, 1997, p.14), como é o caso, aqui mencionado, da animação Valente.

Ao se considerar as múltiplas definições do que é ser mulher e do que constitui o ser feminino ao longo da história, identificou-se que, inúmeras vezes, são consideradas apenas as condições biológicas do ser, o que serve de embasamento para “aqueles/as que justificam as desigualdades sociais entre homens e mulheres, remetendo-as, geralmente, às características biológicas” (LOURO, 1997, p.20). Porém, deve-se levar em conta o conceito de gênero no seu mais profundo significado, ou seja, a “construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p.22).

Ao se atentar para estudos como os de Judith Butler (2003), que tratam da performatividade do gênero, constata-se que ninguém pertence a um de-

terminado gênero, mas que se é mantido em posicionamentos masculinos e femininos, “supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2003, p.24). A autora defende que o conceito de gênero é culturalmente formado, mas também adverte que é do ser humano que advém a escolha segundo as determinações desses gêneros.

Dessa maneira, considera-se “gênero como constituinte da identidade do sujeito” (LOURO, 1997, p.24), que já foi discutida como instável e em constante mudança, pois “práticas e instituições ‘fabricam’ os sujeitos” (LOURO, 1997, p.25) e constroem sobre eles papéis de identidade de gênero e identidade sexual, que, segundo Foucault (1988), são construções vindas da disseminação do discurso do sexo e da sexualidade eclodido do século XVIII. Esses discursos pregam o controle do indivíduo e de sua sexualidade por meio do “policiamento” das concepções normativas de sexo, ou seja, a “necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos” (FOUCAULT, 1988, p.31). Tais concepções fundamentam a forma conhecida de dicotomia entre o ser masculino e o ser feminino, bem como, as relações heterossexuais monogâmicas como únicas, negando todas as outras formas e os sujeitos que não se enquadram na mesma, com discriminação:

Toda essa atenção loquaz com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora? (FOUCAULT, 1988, p.44).

Essa afirmação de Foucault revela que, por meio de condicionamentos, homens e mulheres são submetidos a mecanismos de controle que a sociedade estabelece como padrões, ou seja, gestos, falas e posturas que são apropriados a cada gênero. Na análise aqui proposta, estes fatos são evidenciados na delicadeza com que as princesas *Disney* são retratadas: seus corpos magros e frágeis, a beleza, a doçura, o promissor casamento heterossexual, entre outras qualidades que se tornaram o referencial de muitas garotas e acabam por ser o ápice do que estas entendem por ser mulher e por feminilidade.

O reforço da mídia, bem como, de outras instituições, reafirmam, paulatinamente, a categórica distinção entre os sujeitos, através de diversos

mecanismos infiltrados de forma simbólica, ao reproduzirem imagens, desigualmente representadas, que colocam a figura feminina em desvantagem nos papéis estabelecidos. Ao tratar da perspectiva simbólica, Bourdieu, com base em seu conceito de *habitus*, afirma que:

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões de consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe (BOURDIEU, 2003, p.50).

Tais considerações admitem que essa instituição, a indústria cinematográfica de animação, adota, determinadamente, uma posição de gênero, de classe, de orientação sexual, de etnia, entre outras, que busca seguir. Tal fato, imposto sobre o indivíduo, é considerado por Bourdieu (2003, p.46) como violência simbólica, pois há um “produto de trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução”, que faz com que tais categorias e ensinamentos, aplicados à sociedade, sejam vistos como naturais, comuns.

A invisibilidade à qual as mulheres foram relegadas durante anos, que compreende a falta de representatividade nas ciências, nas artes, em cargos de poder e na mídia, atualmente, cede espaço a um campo de estudos voltado para as questões femininas e de identidade da mulher na contemporaneidade. Tal cenário busca romper com ensinamentos tidos como verdades absolutas, que embutem estereótipos de dona do lar, de esposa, mãe, frágil, emocional, delicada, bela, jovem, entre tantos outros atributos.

Merida, a personagem aqui analisada, é a prova dessa mudança, pois não é frágil, delicada, indefesa, e seus modos, gestos e falas são espontâneos, embora seu corpo esteja condicionado às exigências sociais. Os vestidos rodados de princesa também são usados por Merida, porém, são transformados conforme sua necessidade, assim, a personagem consegue ser bela e guerreira a seu próprio modo, seus cabelos revoltos e sua fala decisiva evidenciam

a busca por um destino em que possa fazer escolhas e não ser condicionada por imposições externas. Essa é a característica de individuação da personagem, que vem ao encontro das mudanças ocorridas na sociedade atual.

Dessa forma, como um novo modelo de representação da figura feminina vem se estabelecendo na sociedade, tendo em vista que esta construção é totalmente mutável e dinâmica, a indústria cinematográfica tem buscado subverter as desigualdades das posições subordinadas que as mulheres vêm exercendo na sociedade ao longo da história. De modo a romper com características, fundamentalmente, associadas ao feminino, a animação “Valente” se utiliza de técnicas e estratégias de enredo e desenvolvimento da figura personagem para explorar as múltiplas possibilidades de construção da identidade feminina.

PRINCESAS DA DISNEY: DAS SOMBRAS DA SUBMISSÃO AO ESTRELATO DO AUTOGOVERNO

Valente, primeiro filme de animação do estúdio Pixar, que se tornou integrante do grupo Walt Disney Company, a partir de 2016, constitui a primeira animação feita, exclusivamente, pela Pixar a ser protagonizada pelo gênero feminino. Outro fato curioso é que a direção e a criação do filme são de responsabilidade de Brenda Chapman, a primeira mulher a exercer tal função nos estúdios.

O filme inicia-se com Merida, ainda criança, e sua mãe brincando juntas; seu pai entra em cena e presenteia a filha com um arco, objeto incomum para uma princesa. Sua mãe, que tem estabelecido, em si, conceitos tradicionais das posturas femininas, adverte sobre tal presente, afirmando que Merida “é uma dama” e não deveria possuir objeto tão masculino, voltado para atividades físicas inapropriadas para as mulheres.

Um começo incomum para uma animação de princesas, ao compararmos Merida tanto com Branca de Neve quanto com Cinderela, princesas tradicionais da Disney, que têm, como atividade primordial em suas vidas, apenas os afazeres domésticos e

a incansável busca por um casamento próspero:

Celebrando o poder do sentimento sobre a mulher, definindo-a pelo amor, os modernos legitimaram seu confinamento na esfera privada: a ideologia do amor contribuiu para reproduzir a representação social da mulher naturalmente dependente do homem, incapaz de chegar a plena soberania de si. (LIPOVETSKY, 2000, p.24).

Essas características evidenciam o contraste da sociedade que fervilhava em pleno século XIX, que estabelecia os papéis tradicionais de gênero³, segundo os quais, as tarefas domésticas eram voltadas às mulheres, e os homens ficavam com o trabalho duro fora de casa, que era considerado um trabalho mais profissional. Dessa forma, “A relação homem-mulher caracteriza a oposição entre privado e público. Essa posição [...] subordina uma identificação muito geral das mulheres com a vida privada e dos homens com a vida pública” (FERREIRA; NASCIMENTO, 2002, p.102). Em “Branca de Neve e os sete anões”, isso é demonstrado quando os anões se espantam com o serviço doméstico,

o que corrobora a ideia de que o masculino não estava ligado ao ambiente familiar, ou quando “Cinderela” tem, como única forma de contato social fora de casa, o baile da corte. Já a protagonista, aqui analisada, subverte tais papéis de mulher e da relação com o mundo privado, ao apresentar personalidade diferente e um espírito aventureiro, o que é constatado, até mesmo, em sua descrição no site Disney, que assim a apresenta: “Merida é uma Princesa de nascença e uma aventureira de espírito. Ela passa seus dias praticando arco e flecha, cavalcando seu cavalo Angus, e explorando o mundo a sua volta. Ela ama sua família, mas quer controlar seu próprio destino” (disponível em <<http://princesas.disney.pt/merida>>, acesso em 16 de junho de 2016).

Ao se estabelecer um paralelo entre as animações analisadas, é perceptível a carga simbólica que esses filmes carregam, pois apresentam elementos mágicos, bruxas e animais que são componentes determinantes da trama. Em *Valente*, o encontro de Merida com a magia acontece logo nas primeiras cenas, quando ela vai buscar a flecha de seu arco na floresta e lá encontra uma luz azul mágica que segue

3 É importante considerar que embora, nesse período, predominasse a representação feminina de maneira passiva e associada ao ambiente doméstico, já existia desde o século XVIII a organização de lutas feministas, que tomaram corpo a partir do século XIX, e que se organizavam na busca por reivindicar direitos e uma posição de destaque para as mulheres. Desse modo, podemos caracterizar o movimento feminista como sendo associado à formação da sociedade moderna e que desde seus primórdios contribui, através de diferentes práticas e orientações teóricas, para uma profunda reflexão sobre as contradições de nossa sociedade. Para ter maiores informações sobre o processo de construção da luta feminista, recomendasse a leitura do artigo de Oliveira e Cassab (2014).

sem temor algum.

Conforme análise desenvolvida, em “Cinderela”, por exemplo, esse momento mágico pode ser comparado com ao da aparição de sua fada madrinha. O beijo mágico de Branca de Neve e a transformação de Ariel em humana são símbolos determinantes, pois são momentos que “dirigem a criança para a descoberta de sua identidade e comunicação, e também sugerem as experiências que são necessárias para desenvolver ainda mais o seu caráter” (BETTELHEIM, 1980, p.32).

Em *Valente*, Merida, já com 15 anos de idade, apresenta sua família, seu pai e seus irmãos. Neste momento, a personagem tem consciência de sua condição na sociedade e sente, sobre si, a cobrança indireta que é exercida sobre as mulheres, o que pode ser comprovado em sua fala: “*eles podem fazer qualquer coisa (referindo-se a seus irmãos), eu nunca posso fazer nada*”; e quando se queixa, ironicamente, de sua triste realidade: “*Eu sou a princesa, eu sou o exemplo, eu tenho deveres, responsabilidades, expectativas, minha vida inteira foi planejada, me preparando para o dia em que me tornarei... Bom... A minha mãe!*” (5min e 35seg).

Neste exato momento, surge, na trama, um entrave, dessemelhante em Branca de Neve, Cinderela e Ariel: na primeira animação há uma relação problemática entre duas mulheres, uma representada como linda e jovem e outra, como uma mulher mais velha, ciumenta e malvada; em Cinderela, configura-se uma rivalidade fraternal, na qual, uma figura feminina é humilhada e menosprezada diante de outras; e, por fim, Ariel que luta com uma bruxa má, sua rival na competição por um amor. Estas animações são, fortemente, postuladas pela rivalidade do mundo feminino.

Valente, diferentemente, apresenta algo relacionado a conflitos de gerações, pois a mãe de Merida, Elinor, carrega, em seu interior, uma imagem pré-concebida do que é ser mulher, assim, acredita que sua filha deve se adequar a ela. A mãe, dessa forma, tenta construir sobre Merida a representação da mulher ideal, ao passo que, em cada atitude de Merida, Elinor tenta impor as maneiras adequadas de um bom comportamento: “*Uma princesa deve mostrar conhecimento sobre seu reino... Uma princesa não ri assim, não enche muito a boca, deve cedo levantar, deve ter compaixão, é paciente, cautelosa, asseada e acima de tudo uma princesa busca a... Bom... A perfeição!*”. (6min 15seg).

Tal fala enuncia, mais uma vez, a geração em

que Elinor encontra-se determinada, pois seu modo de pensar e agir assemelha-se ao de 79 anos atrás, que foi evidenciado em Branca de Neve, mas também nas visões categóricas dos anões, e que denuncia a representação das concepções de décadas de machismo e patriarcalismos embutidos na sociedade. Em “*Branca de Neve e os sete anões*”, por exemplo, quando descobrem que o monstro que invadiu a pequena casa se trata de uma mulher, os sete anões dialogam entre si e suas falas são taxativas, pois exprimem muitas imposições em relação à figura feminina e estas carregam representações de suas crenças e vivências pessoais.

Ao se atentar, por exemplo, a fala do anão Mestre é de surpresa, porém, imparcial, o que denota seu nível de conhecimento maior do que o dos demais: “*Ora é uma moça!*”; Atim afirma que “*Ela é um bocado bonita...*”; Dengoso exprime que “*Ela é belíssima, parece até um anjo.*”, fazendo, dessa forma, referência à sua personalidade teatral, desse modo, atribui à personagem uma representação com características de sedução equivalentes às de sua personalidade. Por último, a afirmação, “*Ela é mulher e as mulheres são falsas cheias de sortilégios!*” (35min 20seg), de Zangado, exprime bem os valores preconceituosos e machistas de toda a sociedade e a objetificação da figura feminina. Não seria diferente, se levarmos em conta que o anão Zangado apresenta uma personalidade paranoide, que se sente ameaçada por perigos que são desconhecidos e, no caso, seriam as mulheres (SILVA, SILVA, 1999). Dessa forma, Branca de neve está sendo avaliada de acordo com os padrões estéticos desses personagens e submetida a designações adjetivas por eles estabelecidas, na função de purificá-la, tal como a mulher deveria ser representada (FERREIRA; NASCIMENTO, 2002).

Dessa forma, a personagem de *Valente* luta contra essas imposições e determinações, pois afirma que tem um dia que ela “*não precisa ser uma princesa, nada de lições, nem expectativas, um dia onde qualquer coisa pode acontecer, um dia em que posso mudar o meu destino*” (6min 55seg). Ela demonstra, nesse momento, uma semelhança com personagens que indicam um novo modo de representar o feminino e seus anseios. Merida busca sua liberdade e autonomia, e tal configuração foi prenunciada em 1989, em “*A pequena sereia*”, quando Ariel discute com seu pai sobre suas vontades e desejos de explorar o mar e conhecer o mundo dos humanos. Essa animação já anunciava a temática do conflito de

gerações como questão relevante, contudo, a personagem Ariel continua submissa a uma figura masculina, como seu pai ou quando se transforma em humana e anseia por um amor romântico.

Essas estruturas demonstram uma diferenciação na apresentação feminina em relação aos filmes, se levarmos em conta os aspectos históricos da época, enunciados por Gonçalves (2006), que ressalta tal ressignificação como resultado da nova postura do feminismo que floresceu nos anos de 1960, momento em que se vivenciou uma fase mais estável de luta de classes e por igualdade de gênero, herança do pensamento marxista que afluía na sociedade. Na década de 70, também houve uma grande proliferação de estudos sociais sobre as mulheres e sobre a questão do trabalho fabril, como forma de arrecadação de capital para a sociedade de consumo que se estabelecia. Atrelado a isto, desenvolveu-se uma luta cotidiana de resistência das mulheres, a qual assumiu proporções políticas e foi salientada, de forma indireta, nos trabalhos de E. P. Thompson:

Ainda que o historiador inglês não estabeleça as mulheres como objeto de suas análises, ao dedicar em sua obra, atenção às manifestações cotidianas de resistência dos segmentos populares, acaba por salientar a participação das mulheres no espaço público, quando as identifica como liderança nos motins de século XVIII, em especial aqueles conhecidos como food riots (revolta de fome), retirando-as do confinamento do espaço doméstico a que pareciam condenadas por mais de um século de tradição historiográfica (GONÇALVES, 2006, p.60)

Dessa forma, mesmo não sendo maioria na história e na política, as mulheres começavam a ter uma base de poder dentro das comunidades e da história em que estavam inseridas. Como forma concreta de mudança nos rumos das animações, em “*Valente*”, apresenta-se um momento no qual a personagem tem possibilidade de ser quem ela realmente é. Longe das regras seus pais, ela escala montanhas, brinca com seu arco e flecha e explora a natureza, em atividades que antes eram representadas como “tipicamente masculinas”. Toda esta cena é acompanhada da trilha sonora, que, mais uma vez, evidencia a inovação das animações das princesas. A música de “*Valente*” insinua um tom de liberdade e coragem, o que torna a cena extremamente incentivadora:

Ventos frios me chamando; Vejo o céu azul brilhar; As montanhas sussurrando; Que pra luz vão me levar; Vou correr; Vou voar; E o céu eu vou tocar; Vou voar; E o céu eu vou tocar; Onde os bosques têm segredos; E as montanhas imensidão; Águas guardam os reflexos; Dos tempos que

se vão; Vou gostar de cada história; Meu sonho guardarei; Como o mar e a tempestade; Valente sempre serei (MANDEL; ANDREWS, 2012, 7min 20seg).

Quando se analisa as trilhas de outras personagens, como a de Ariel, de “*A Pequena Sereia*”, pode-se perceber que a música revela uma mensagem importante, pois, embora exista uma postura aventureira e exploradora em Ariel, tal conduta não é incentivada. Tal fato fica claro em uma cena peculiar, ou seja, quando Sebastião, já submetido à posição de protetor de Ariel, tenta convencê-la de que não deve querer explorar além do que já conhece e a incentiva a manter uma postura passiva, de contentamento diante das vicissitudes, colocando obstáculos àqueles e, em especial, a Ariel, que se atreve a transgredir as regras. “Você tem aqui no fundo, conforto até demais É tão belo o nosso mundo! O que é que você quer mais?” (29min 08seg).

Na sequência, vale ressaltar a cena, em Valente, do jantar em família, quando Merida chega atrasada à mesa, devido às aventuras vivenciadas durante a tarde de fuga. Merida senta-se e coloca sobre a mesa seu arco e flecha, e sua mãe, mais uma vez, a adverte de que a mesa não é lugar para armas e que uma princesa nem deveria ter armas. A visão machista e arquétipos de comportamento são evidenciados também em Cinderela, quando a madrasta fala às filhas que se encontram discutindo: “Meninas, acima de tudo, bons modos” (28min 37seg) Tais cenas demonstram, de forma expressiva, a submissão das mulheres às mais diversas posições sociais e lugares. Nesse sentido, Silva (S/D, p.3) assinala que as “mulheres optam pela passividade, pois quem pouco faz, erra menos, e elas podem ser consideradas vitoriosas no meio social onde ser certinha é defendido como postura perfeita para a mulher.” Entretanto, mais uma vez, como quebra dessa postura de machismo, em “*Valente*”, a surpresa se faz na fala de Fergus, pai de Merida, que responde: “Princesa ou não, aprender a lutar é essencial” (10min 19seg).

Nesse momento, entra, na sala de jantar, a criada Maudi, que entrega a Elinor três envelopes selados. Ao ler o conteúdo das cartas, Elinor e Fergus, neste momento, a sós com Merida, explicam-lhe que os clãs vizinhos aceitaram o pedido de noivado com ela e que, em cada clã, um representante lutaria, nos jogos, por sua mão em casamento.

Mais uma vez, evidenciam-se, nos contos de fada das animações, a semelhança no sentido de imposição do casamento às mulheres, que se encon-

tram predestinadas a um casamento próspero e são, coercitivamente, instruídas por seus pais a seguirem um padrão de felicidade e realização, na “convicção burguesa de que, conquistando um casamento, filhos e segurança de um lar, uma mulher não teria nada mais a querer.” (FERREIRA; NASCIMENTO, 2002, p.15). Assim, a única projeção de futuro para as mulheres seria por meio da ascensão social pelo casamento. Um referencial disto está em “Cinderela”, que vive esperançosamente:

A espera do príncipe que cobrira seus pés e a espera pelo homem que através do ato sexual a transformará em princesa de verdade, concretizando sua fantasia. Esse é o modelo arcaico e modelador da moça: expectativa de um casamento feliz. (SILVA, S/D, p.3).

Merida, espantada, recusa-se a casar, assim, ela e sua mãe discutem. Elinor adverte que uma princesa não deve levantar a voz e que ela se preparou a vida toda para isso. Revoltada com seu destino, ela sai da mesa e afirma: “*Não foi para isto que você me preparou por toda a vida, não vou aceitar isso, não pode me obrigar!*” (12min 37seg).

Como em outras animações, fica evidente o tradicionalismo embutido na sociedade, além disso, essa cena de “*Valente*” é muito parecida com uma de a “*A pequena sereia*”, quando Tritão, pai de Ariel, realiza um concerto com as filhas para a apresentação de Ariel à sociedade. Tal costume evidencia o conservadorismo patriarcal da sociedade marinha, pois os nobres apresentam à elite, em um baile, as filhas, que estão prestes a se tornarem “mulheres”, como promissoras esposas e mães. Esse costume aparece também em “*Cinderela*”, quando as donzelas devem comparecer a um baile real em busca de um casamento com o príncipe.

Merida, triste por seu destino, encontra-se no quarto e, diferente de outras princesas, não está chorando por sua infelicidade, mas agredindo a madeira da cama com sua espada. Sua mãe vai até o quarto e, para tentar conformá-la de seu destino, conta-lhe a lenda dos quatro irmãos que tiveram o reino arruinado pelo egoísmo do primogênito. Além disso, avisa Merida de que lendas são lições que carregam a verdade, dessa forma, tenta coagir a filha a aceitar o casamento arranjado. Entretanto, Merida não quer se casar, quer sua liberdade e afirma que não está pronta.

Chega o dia das competições e os clãs aportam de navio, simultaneamente, na animação. Elinor pre-

para Merida para se apresentar a todos: amarra sua cintura, coloca seus cabelos cobertos por uma peça de tecido e, sobre ele, uma tiara e um brasão. Além disso, adverte-a de que deve sorrir sempre. Merida sente-se desconfortável com as vestes femininas cheias de privações. Esta cena evidencia os preparativos aos quais as mulheres estão submetidas há séculos, que as incentiva a desenvolver uma vaidade precoce. Quem não se encantaria com o momento em que Cinderela deixa de ser uma pobre criada e se torna linda e confiante por meio de vestimentas e objetos de luxo, como um sapato de cristal?!

Se considerarmos a imagem da fada madrinha vemos como é possível que um desejo (ir ao baile) pode atuar no interior a ponto de transformar elementos cotidianos em alavancas para outras vivências na menina que ouve e reproduz essa história. O desejo de ir ao baile nada mais é, que o desejo de relacionar-se com o social, para isso ela fantasia transformando abóboras e ratos em ricos ornamentos, é a fase em que a menina veste um personagem para ser aceita no grupo. No conto, Cinderela/Borracheira tem prazo determinado para viver esta fantasia assim como esse personagem que a menina cria tem prazo e tempo certo para existir (SILVA, S/D, p.3).

O incentivo à vaidade está presente também em “*Branca de Neve e os sete anões*”, pois, em uma das cenas da animação, há a famosa consulta ao espelho mágico, quando a madrastra demonstra rivalidade de poder não ser tão bela quanto Branca de Neve. Além disso, em “*A pequena Sereia*”, quando Ariel tenta encontrar alternativas para conseguir seu objetivo de estar perto do mundo humano e, conseqüentemente, de seu amado príncipe, vai até a bruxa dos mares, Úrsula, que desenvolve uma poção que a torna humana por três dias, porém, como pagamento, ela teve que entregar sua voz, assim, não pode falar e nem cantar. Surpresa, ela manifesta que, sem voz, não sabe como fará para conquistar o príncipe, mas a bruxa responde que sua aparência é mais importante, seu belo rosto e a também o poder de sua linguagem corporal. Dessa forma, são ressaltados os valores estéticos e sexuais das mulheres como suficientes para que estas possam conquistar qualquer pessoa, em detrimento das virtudes morais, pois:

O homem abomina tagarelas, garota caladinha ele adora, se a mulher ficar falando o dia inteiro e fofocando, o homem se zanga diz adeus e vai embora. Não vá querer jogar conversa fora, que os homens fazem tudo para evitar. Sabe quem é

mais querida?! É a garota retraída... E só as bem quietinhas vão casar (MENKEN; ASHMAN, 1989, 43min 07seg).

Estas histórias refletem uma cobrança da sociedade, ou seja, que a mulher deve buscar ser bela e divina, pois “nos séculos XV e XVI instalou-se um processo excepcional de dignificação da aparência feminina, de celebração de sua supremacia estética, do qual somos os herdeiros diretos” (LIPOVETSKY, 2000, p.144). Tais características são recorrentes em nossa sociedade e o culto à beleza, imposto, principalmente, às mulheres, está atrelado, na sociedade pós-moderna, a um valor puramente estético e sexual.

É importante ressaltar também outro aspecto que se faz presente em *Valente*: quando os jovens primogênitos dos clãs, que serão os competidores dos jogos, se apresentam, e Elinor anuncia a todos que “*apenas o primogênito de cada um dos grandes líderes pode ser apresentado como campeão. E, assim, competir pela mão da princesa de Dunbroch. Para conquistar essa bela donzela eles devem provar o seu valor através de sua força e habilidade nos jogos. É de costume que o desafio seja determinado pela própria princesa*” (22min 48seg). Nessa hora, Merida encontra esperança de mudar seu destino e escolhe como desafio da competição a atividade do arco e flecha.

Em um campo, os desafios começam e o primeiro primogênito, de aparência robusta, acerta somente a extremidade do alvo; o segundo, de cabelos longos e extremamente convencido, acerta próximo ao alvo, e o terceiro, baixinho e menos inteligente, por um ato de sorte, acerta o alvo em cheio. Nesta hora, antes que seja anunciado o noivado, Merida, encapuzada, atravessa o campo, finca seu estandarte na terra e, em uma fala corajosa, comunica a todos: “*Eu sou Merida, primogênita descendente do clã Dunbroch, e pela minha própria mão eu vou lutar*” (26min 05seg). Rasga as roupas de princesa para ter comodidade ao invés de beleza e, rapidamente, acerta todos os alvos no centro, ganhando a competição.

Sua mãe, após presenciar o que seria, para ela, uma vergonhosa cena, carrega a filha para o quarto, onde começam a discutir. Em um dramático episódio, elas brigam e, com a espada na mão, Merida afirma que nunca será igual sua mãe, alegando preferir morrer a viver como ela. Nesse momento, rasga uma tapeçaria que Elinor construía há dias. Elinor, inconformada com os modos de sua filha, responde, gritando: “*Você é uma princesa e espero que haja*

como tal” (28min 18seg), em seguida, apanha o arco de Merida e joga-o em uma fogueira.

Semelhante é a famosa cena de *Cinderela*, em que o rei ordena que encontrem a moça cujo pé sirva no sapatinho, pois é essa quem o príncipe procura. A notícia espalha-se por toda a cidade e a madrasta tenta convencer as filhas a experimentarem o sapato perdido, avisando-as para que não deixem escapar a grande oportunidade: “*Minhas filhas lembrem-se bem, não terão outra chance. Não falhem!*”, (64min 45seg). As duas filhas provam o sapato e tentam, insistentemente, fazê-lo servir em seus pés. Um fato curioso encontra-se nesta cena:

Na maioria das versões de *Borracheira* ocorre um incidente estranho: as irmãs mutilam os pés para que eles caibam no sapatinho. Embora Perrault exclua este fato, de acordo com Cox, ele aparece em todas as ‘*Borracheiras*’, com exceção das que derivam de Perrault e pouquíssimas outras. Podemos encarar este incidente como expressão simbólica de alguns aspectos do complexo de castração feminino (BETTELHEIM, 1980, p. 307).

Outra semelhança ocorre em uma cena dramática de “*A pequena sereia*”, quando Tritão, com uma visão castradora, chama a atenção de Ariel aos perigos de ser vista por humanos, além de dizer que não gostaria que sua filha mais jovem fosse fisgada por um deles. Tritão briga com Ariel por sua negligência em relação aos estudos do coral, realizados pelo caranguejo Sebastião, e a proíbe de ir à superfície. Ela tenta impor sua voz e alega ter maturidade suficiente para realizar suas próprias ações e escolhas, apresentando um comportamento de rebeldia, semelhante ao de Merida. Tritão, porém, como forma de restringir as escolhas e dominar as atitudes de Ariel, impõe-lhe a posição passiva de filha de uma família tradicional, pois, em seu discurso opressor e negligente, adverte: “*Não use esse tom de voz comigo, mocinha! Enquanto viver nos meus mares obedecerá minhas ordens*” (12min 57seg). Além disso, como forma de colocar Ariel sob seu severo controle, Tritão ordena que Sebastião vigie todos os seus passos.

Nesses trechos, observa-se que a cobrança que a sociedade instaura sobre as mulheres tem origem no seio familiar e é gerada pelas pessoas mais influentes na vida das mesmas, suas mães e seus pais. É nesse contexto que se inserem as crises das adolescentes Ariel e Merida, com suas vontades de independência, em um momento de passagem para a vida adulta. Tal fato reflete a busca das princesas por sua identidade, que desejam construir longe de seus pais, suas regras e imposições. Nesse sentido:

Muitas adolescentes, nesse momento de passagem, perdem a voz, permanecem subjugadas a uma posição de não autorização interna, numa posição de a-sujeitadas a um outro que decifre seu enigma. Ou de outro modo, devido às dificuldades relacionais internas e externas permanecem numa posição de submissão (ENGLEITNER, 2007, p.208).

Merida foge pela floresta em prantos, em alta velocidade, com seu cavalo Angus, que, de repente, pára e Merida é lançada, bruscamente, no chão. Ao observar a seu redor, ela percebe que se encontra em um local de ritual sagrado, com pedras irregulares fincadas no chão, formando um círculo. De repente, avista, na mata fechada, uma luz mágica azul, a qual começa seguir sem temor. Mais uma vez, a personalidade de Merida se sobrepõe à de outras princesas, pois ela é corajosa e destemida.

Ao se encontrar em uma mesma situação, perdida em uma floresta obscura, com grandes perigos, animais e árvores assustadoras, Branca de Neve foge amedrontada. Num delírio de pânico, cai no chão em prantos. Sozinha, busca a companhia dos animais, e encontra neles figuras companheiras de sua triste jornada. Já Ariel, personagem da animação “A pequena sereia”, demonstra uma personalidade própria, diferente das irmãs e princesas como Branca de Neve e Cinderela, mais associadas a figuras passivas. Ariel, uma adolescente de 16 anos, encontra-se com Linguado, seu amigo peixe, explorando o fundo do mar e navios naufragados. Tal cena evidencia sua curiosidade e amor pelo mundo dos humanos, ela é corajosa e explora as profundezas do mar sem temer seus perigos, fugindo de tubarões e indo até os lugares mais remotos e escuros do oceano.

Todas essas cenas evidenciam as aventuras das personagens, que estão sempre na companhia de animais, tal característica é típica dos contos de fada, pois como:

[...] a criança é egocêntrica, espera que o animal fale sobre coisa que são realmente significativas para ela, como fazem os animais nos contos de fadas, e de maneira como a própria criança fala com seus pertence ou animais de brinquedo (BETTELHEIM, 1980, p.60).

Outro ponto a ser analisado, nessas animações, é a mudança que estes animais-companheiros sofrem ao longo dos anos, até chegar em *Valente*. De animais frágeis, como passarinhos, em Branca de Neve, ratinhos, em Cinderela, um pequeno peixe e um caranguejo, em Ariel, evoluem até a personificação de um grande cavalo, com Merida. Esse fato representa a evolução interior da força dessas mu-

lheres, bem como, sua forma, agora destemida, de enfrentar o mundo.

Em sua aventura pela floresta, Merida encontra uma velha casa e lá uma vendedora de objetos artesanais, na verdade, uma bruxa, que, muito irritada, tenta expulsá-la de sua loja. Ela, rapidamente, tem a ideia de comprar todos os objetos da loja em troca de um feitiço que mude sua mãe e seu destino.

Essa cena evidencia que Merida tenta, de todas as formas, não ser vítima de uma realidade que não quer para si, assim, ao invés de adotar uma postura passiva, conformada com as imposições de sua família, luta da maneira que lhe é possível. Merida prova ser uma princesa diferente, ao passo que Branca de Neve é passiva em todos os acontecimentos do filme: é vítima de sua madrasta, refém de um caçador, submissa aos sete anões e somente se liberta da morte pela atitude heroica de um príncipe.

Cinderela, por sua vez, após ser humilhada por sua madrasta e pelas irmãs, que a impedem de ir ao baile, corre para o jardim para chorar. Nesta cena, a semelhança de postura entre ela e Branca de Neve retrata uma posição que demonstra a submissão diante das vicissitudes enfrentadas. Cinderela, porém, resguarda, em si, uma atitude diferenciada, de um poder oculto prestes a nascer. “A Gata Borralheira representa, não só por esses conflitos, mas também pela forma que lida com eles, a menina descobrindo-se, a mulher despertando de sua passividade, embora, parte dela sustente um padrão, onde o feminino deve se manter passivo” (SILVA, S/D, p.2). Ariel, que já projeta as características de Merida, desobedece ao pai, conhece seu futuro príncipe e também vai atrás de uma bruxa, que possa resolver sua impossibilidade de se tornar humana.

Ao chegar em casa, Merida oferece à sua mãe um doce enfeitado que a bruxa havia preparado. Como forma de fazer as pazes, Elinor prova o doce e, para a infelicidade de Merida, ele demora para fazer efeito, mas, por fim, acaba por transformar sua mãe em uma terrível urso. Conforme as advertências da bruxa, ao segundo nascer do sol, a transformação se tornaria permanente, a não ser que se consiga decifrar as palavras proferidas pela bruxa em forma de enigma: “*Sina alterada, olhe sua alma, remende a união por orgulho separada*”. (49min 55seg).

Longe do castelo, para proteger Elinor de todos, Merida demonstra, mais uma vez, ter atitude diferente diante das adversidades. Ela usa suas habilidades para ajudar sua mãe a encontrar um café da manhã, a ensina a caçar peixes no rio, encontrar

água limpa, e assim se divertem na natureza. Neste momento, Merida comprova suas habilidades, não para o artesanato como sua mãe, ou para a limpeza doméstica, como Branca de Neve e Cinderela, mas para atividades físicas, sendo melhor até que os homens que se apresentam na animação.

Ao acharem novamente a luz mágica, Elinor e Merida se encaminham para um abandonado reino distante, de quatro irmãos que eram uma lenda por todo o povoado, e que Elinor havia mencionado a Merida. Lá descobrem que tal feitiço já havia acontecido com o primogênito desses irmãos, que teve um final triste ao se tornar urso para sempre. Merida descobre, então, o que ela e sua mãe devem fazer para evitar que Elinor se torne uma urso de forma permanente.

A preocupação em servir e proteger seus familiares evidencia-se em diferentes momentos do filme, mas, principalmente, quando Merida, para salvar sua mãe, se mostra valente e destrói portas, quebra janelas, foge de seu pai e dos demais clãs e reconstrói a tapeçaria, símbolo da desunião entre mãe e filha. Já na floresta, onde todos se encontravam para matar Elinor, ao pensar tratar-se do terrível Mordu, o primogênito dos quatro irmãos da lenda, Merida trava uma luta de espada com seu pai, na tentativa de proteger sua mãe da morte. Cinderela, possuidora de uma personalidade bondosa, também se desdobra para servir as irmãs e a madrasta, que retribuem tratando-a como serviçal. O cenário de intriga entre as irmãs inclusive retrata uma crença vigente em nossa sociedade: “O que existe é uma competição constante, claro que isso é um exagero, mas não se pode fechar os olhos para a tendência de competição existente nos relacionamentos entre as mulheres” (SILVA, S/D, p.1). Assim, Bettelheim assinala que:

Em nível consciente, a maldade da madrasta e das irmãs adotivas é suficiente como explicação para o que sucede com Borralheira. A trama moderna centraliza-se na rivalidade fraterna; a madrasta degrada Borralheira pela simples razão de que deseja promover suas próprias filhas; e a maldade das irmãs deve-se aos ciúmes que sentem de Borralheira (BETTELHEIM, 1980 p. 290)

Merida, com suas atitudes, busca se reconciliar com a mãe, enquanto, em outras animações, o que triunfa é o ódio e a rivalidade entre familiares. Ao nascer do sol, Merida consegue encobrir sua mãe com a tapeçaria remendada, no entanto, não há efeito e Elinor transforma-se em uma urso por completo, seus olhos já não carregam humanidade e senti-

mentos e Merida debruça-se sobre ela em prantos. Com sentimento de culpa, ela pede perdão à mãe: “*Sempre esteve ao meu lado, você nunca desistiu de mim, eu quero você de volta*”, (1h 21min 09seg), em uma demonstração pura de amor. Quando o sol incide por completo sobre a tapeçaria, Elinor se torna humana novamente e Merida está em seus braços. Emocionadas, mãe e filha se olham e percebem que já não são mais as mesmas. Neste momento, Merida afirma: “*Você mudou*” (1h 22min 23seg), e Elinor responde, simbolicamente: “*Ah querida, acho que nós duas mudamos*” (1h 22min 25seg).

Nessas histórias, aparecem diversas situações postuladas às princesas dos contos de fada e às mudanças que elas sofrem durante as tramas. Branca de Neve, na cena final, baseada na ideologia do amor, só encontra solução para todos os seus problemas na dependência da figura masculina do príncipe. Incapaz de alcançar a plena identidade e empoderamento de si, é o ícone da princesa passiva e submissa. Em Cinderela, a animação encerra-se com a última prova da inveja e da rivalidade entre mulheres: quando a madrasta apoia sua bengala em frente aos pés do laçao que traz a almofada com o sapatinho de cristal, o mesmo cai e o sapato se estilhaça no chão em mil pedaços. Cinderela, porém, mostra que traz consigo o outro sapato integrante do par, casa-se com o príncipe e triunfa sobre a inveja das irmãs e a maldade da madrasta. E Ariel, por fim, ainda assombrada pelo fato de que “nas sociedades modernas o amor se impôs como um polo constitutivo da identidade feminina” (LIPOVETSKY, 2000, p.23), torna-se humana e se casa com seu amado príncipe, deixando todos para trás, em prol de um casamento.

A cena final de *Valente* ressalta a importância das figuras femininas que amadureceram com a trama e revelam novos modos de pensar e novas atitudes e emoções. Pelo fato de não se tratar mais de uma princesa dócil e de uma mãe invejosa e malvada, essas personagens representam as pazes com o feminino e seu modo de ser retratado na contemporaneidade. Encerra-se a animação e nada de namorados, nem casamentos, mas evidencia-se: o elo entre mãe e filha, o modo como as mulheres enfrentam as imposições a que são destinadas, a união entre mulheres e, principalmente, que o tema da história tem como foco somente Merida. Sem subterfúgios para ser respeitada, sem recompensas amorosas, sem apelos à beleza estereotipada, uma jovem, uma mulher, uma princesa que é dona de sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se, ao se analisar os filmes, aqui discutidos, as mudanças ocorridas nas imagens de construção de gênero, propostas pela mídia cinematográfica, e a utilização do imaginário cultural dos contos de fada, para uma aposta de sucesso de cinema pela grande Indústria Cultural a que todos, hoje, são submetidos.

Compreende-se que a carga simbólica que essas animações embutem tem papel constituinte na vida de muitas crianças, pois as mensagens que carregam se sobressaem, em muitos aspectos, ao seu caráter de entretenimento. Responsabilizar tais animações, por construírem identidades de gênero massificadas, com representações femininas fúteis, que buscam apenas o amor e a vaidade, é um fato que deve ser admitido, pois, como grande Indústria, os estúdios *Walt Disney* visam ao lucro e à satisfação, mesmo que superficial, de seu público, além disso, devido ao grande alcance mundial, essas produções acabam por construir a mentalidade de gerações bem estruturada, levando em conta, é claro, aspectos de toda a bagagem histórica da sociedade patriarcalista.

No compasso das mudanças sociais que eclodem na contemporaneidade, a animação *Valente* é uma breve demonstração da proposta diferenciada em retratar como o gênero feminino tem construído seu espaço, o que se reflete no pensamento de jovens que têm lutado contra imposições sociais de casamento e de postura.

Merida e sua mãe, Elinor, vão contra os estereótipos de rivalidade feminina, de inveja e de idealização romântica do amor heterossexual das antigas animações *Disney*, dessa forma, contribuem para os debates e estudos feministas e de gênero. Essas personagens são apenas um exemplo da nova representação feminina que está sendo difundida em filmes, novelas, propagandas, entre outros meios, pois são o reflexo da mulher independente, que estuda, trabalha, está em cargos de poder e, assim, constitui a sociedade contemporânea. Merida “não é apenas mais uma personagem fictícia, mas o símbolo das novas mulheres que se rebelam contra as amarras da tradição” (TOMITA, 2012, p.63), e, neste contexto, é um novo referencial para as novas crianças que contribuirão para uma sociedade sem limitações ou imposições de gênero.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro- RJ, Editora FGV, 2006.

BETTELHEIM, Bruno. 1903 – **A psicanálise dos contos de fada** / Bruno Bettelheim. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003.

ENGLEITNER, Marília Nascimento. **De menina à mulher: metamorfoses do feminino**. Curso de Pós-Graduação em Psicoterapias no Contemporâneo: Instituto de Psicanálise e Transdisciplinaridade, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.org.br/site/wp-content/artigos/artigo176.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo. (Org.). **Imagens da mulher na contemporaneidade**. Salvador: NEIM / UFBA, 2002.

FOSSATTI, Carolina Lanner. **Cinema de animação: Uma trajetória marcada por inovações**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/CINEMA%20DE%20ANIMACAO%20Uma%20trajetoria%20marcada%20por%20inovacoes.pdf>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2016.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GIGLIO, Zula Garcia (org). **Contos Maravilhosos: Expressão do Desenvolvimento Humano**. Campinas: NEP/UNICAMP, 1991.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2006.

JÚNIOR, Alberto Lucena. **Arte da animação: Técnica e estética através da história**. São Pau-

lo: Senac, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles, 1944 – **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino** / Gilles Lipovetsky; – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva estruturalista**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antônio. **O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas**. In: Simpósio de Gênero e Políticas Públicas, 3, 2014, Londrina – Pr. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. UEL-PR. Disponível em meio digital: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf. Acesso em 26 de abril de 2017.

SILVA, Lucila Costa, **Branca de Neve e Borracheira a competição e o despertar do feminino**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno09-06.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

SILVA, Sérgio Salustiano da. Identidades culturais na pós-modernidade. Um estudo da cultura de massa através do grupo Casaca. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/silva-sergio-salustiano-identidades-culturais.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2016.

SILVA, Waldine Viana da; SILVA, Antonio Carlos Vieira da. Um olhar diferente sobre a Branca de Neve e os sete anões – Um recurso didático sobre o funcionamento mental. R. Bras. *Enferm.* Brasília, v. 52, n. 2, p. 265-270, abr./jun. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v52n2/v52n2a13.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2016.

TOMITA, Luiza. **Valente: Rompendo Tradições**. Mandrágora, v.18. n. 18, 2012, p. 53-64.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

DISNEY. Merida. <<http://princesas.disney.pt/merida>> Acesso em 16 de junho de 2016.

MÚSICAS

MENKEN, Alan; ASHMAN, Howard. *Aqui No Mar*. Intérprete: André Filho. Dublagem BR. A Pequena Sereia, 1989.

MENKEN, Alan; ASHMAN, Howard. *Pobres Corações Infelizes*. Intérprete: Zezé Motta Dublagem BR. A Pequena Sereia, 1989.

MANDEL, Alex; ANDREWS, Mark. *O Céu Eu Vou Tocar*. Intérprete: Manu Gavassi. Dublagem BR. Valente, 2012

FILMES

A Branca de Neve e os Sete Anões (Snow White and the Seven Dwarfs). Direção: David Hand, William Cottrell, Wilfred Jackson, Larry Morey, Perce Pearce e Ben Sharpsteen. Produção: Walt Disney. Walt Disney Productions, 1937. 83 min, cor.

A Pequena Sereia (The Little Mermaid). Direção: Ron Clements e John Musker. Produção: John Musker e Howard Ashman. Walt Disney Pictures, 1989. 82 min, cor.

Cinderela (Cinderella). Direção: Clyde Geronimi, Hamilton Luske e Wilfred Jackson. Produção: Walt Disney. Walt Disney Productions, 1950. 74 min, cor.

Valente (Brave). Direção: Mark Andrews e Brenda Chapman. Produção: Katherine Sarafian. Pixar Animation Studios, 2012. 93 min, cor.

A EXPRESSÃO CULTURAL DA COMUNIDADE NEGRA DA CIDADE DE PONTA GROSSA NA DÉCADA DE 1970 A PARTIR DA ANÁLISE DO CARNAVAL LOCAL E DA PARTICIPAÇÃO DAS ESCOLAS DE SAMBA NESSA FESTA POPULAR

Marcos Oliveira de Alcântara ¹
Evelise dos Santos do Nascimento ²

INTRODUÇÃO

A intenção de se investigar aspectos ligados à identidade e contribuições culturais da comunidade negra na cidade de Ponta Grossa surgiu da vontade de trazer à tona o papel que o negro ocupa na sociedade pontagrossense e contribuir para a desmistificação da ideia de que o negro não participou da formação econômica, populacional e cultural desse pedaço do sul do Brasil. Tratar do negro no contexto urbano também vem da necessidade de se entender a presença do negro na cidade, já que os poucos estudos ligados às comunidades negras, e que são de extrema importância, tratam normalmente dos grupos quilombolas que muitas vezes vivem em comunidades rurais.

Diferentemente do que ocorreu com outros grupos étnicos, os negros pouco são lembrados pelas contribuições culturais que proporcionaram e proporcionam à cidade.

Ao se buscar a História de negros e negras dos Campos Gerais, em particular dos integrantes do Clube Treze de Maio 1890, percebe-se questões culturais e sociais a serem discutidas [...] Observando a historiografia sobre a cidade são poucos trabalhos que abordam essa temática. (SANTOS; LAVERDI, 2015, p. 221)

Deste modo, são comuns os textos publicados em obras literárias que tratam dos grupos europeus que se fixaram na região dos Campos Gerais, assim como as reportagens e constantes menções voltadas a exaltação do pioneirismo europeu na região transparecendo uma suposta inexistência dos negros nos Campos Gerais e em Ponta Grossa.

O trabalho que será aqui desenvolvido pretende investigar um momento específico da história da população negra na cidade de Ponta Grossa. O objetivo geral é compreender qual era o espaço ocupado pela comunidade negra em Ponta Grossa na década de 1970 a partir da análise do carnaval local e da participação das escolas de samba nessa festa popular. Esse período foi escolhido por ser o marco da origem das escolas de samba da cidade que inicialmente eram pequenos blocos que se expressavam em espaços restritos, como os quintais de casas da periferia. Além disso, o presente trabalho busca analisar o carnaval como meio de expressão da comunidade negra assim como avaliar o espaço que as manifestações culturais de grupos negros ocupam na sociedade local. Não se pretende aqui abarcar o assunto em sua

Resumo: O trabalho aqui apresentado é resultado de uma pesquisa sobre a comunidade negra da cidade de Ponta Grossa. O objetivo geral é compreender como era a participação da comunidade negra no carnaval de rua de Ponta Grossa na década de 1970. No desenvolvimento da pesquisa é feita uma análise da participação do negro na sociedade brasileira, ao longo de sua formação. Além disso a pesquisa procura problematizar a participação das escolas de samba no desenvolvimento do carnaval, fazendo uma análise comparativa da origem e do desenvolvimento das primeiras escolas no Rio de Janeiro e em Ponta Grossa. As fontes consultadas foram os exemplares do jornal Diário dos Campos dos anos correspondentes à década de 1970.

¹ Graduado em Geografia pela UEPG. Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela UTFPR. Professor de Geografia da rede Estadual de Ensino do estado do Paraná. Email: moageo1979@gmail.com

² Orientadora. Graduada em Licenciatura em Letras Português/Espanhol pela UEPG. Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade, pela UEPG. Professora da rede Estadual de Ensino do estado do Paraná.

profundidade, mas sim propor algumas reflexões iniciais.

A fonte utilizada foram os exemplares do jornal *Diário dos Campos*. Essa fonte foi escolhida por ser o único registro escrito das festas de carnaval que aconteceram na cidade de Ponta Grossa nos anos que compreendem a década de 1970. Inicialmente pensou-se em recorrer aos documentos de arquivos das escolas de samba da cidade, mas em uma pesquisa preliminar constatou-se que tais documentos eram inexistentes, já que a maioria das escolas de samba daquela época não existem mais e que a única que ainda está em atividade não possui registros dos carnavais do período citado anteriormente. Essa falta de documentação ligada às escolas de samba de Ponta Grossa já nos fornece alguns indícios de como essa forma de expressão cultural da comunidade negra conseguiu espaço e valorização no contexto local.

O conceito de cultura norteará a pesquisa que será desenvolvida. Esse conceito é extremamente importante nos estudos atuais ligados à História Cultural. A historiografia da nova história destaca que “a ideia de cultura deixa de ser aquela da cultura escrita, geralmente relativa à elite intelectual, política ou econômica, e passa-se a pensar em cada significado simbólico que rege a vida social” (DENIPOTI et al, 2009, p.13). Trabalhar sobre essa perspectiva parece ser mais adequado já que a intenção é investigar as representações feitas por um grupo que se encontra marginalizado historicamente que é a comunidade negra.

O conceito de cultura foi tratado, entre outros autores, por Roger Chartier que em seus estudos analisou a noção de cultura popular. Para Chartier a cultura popular possui diversas definições, mas pode ser reduzida em dois modelos principais:

O primeiro, no intuito de abolir toda forma de etnocentrismo cultural, concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irredutível da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. (CHARTIER, 1995, p. 179)

Essas noções de cultura popular destacadas, possibilitam enquadrar diversos estudos ligados a grupos excluídos. Dessa forma a operacionalização do presente trabalho terá como base teórica as noções de cultura preconizadas anteriormente.

Aliado ao conceito de cultura a pesquisa também trabalhará com o conceito de identidade. Esse por sua vez pode ser entendido como o sentimento de pertencimento que um indivíduo manifesta em relação a um determinado grupo em uma determinada época. “Desse modo, também pode ser entendido como o conjunto de características que dão ao mesmo sujeito a noção de pertencimento – ou não – a um determinado grupo. Assim, as identidades aproximam, mas também excluem” (DENIPOTI et al, 2009 p.100). A questão da exclusão é um fator importante para o estabelecimento de muitos grupos identitários que algumas vezes se reúnem e se reconhecem como grupo, num primeiro momento, não por afinidades culturais, mas por serem excluídos do conjunto de grupos dominantes. A grosso modo isso pode ser a causa do estabelecimento de grupos identitários formado por negros em cidades brasileiras.

A pesquisa será organizada da seguinte maneira: inicialmente será feita uma análise sobre a condição do negro na sociedade brasileira. Na sequência o trabalho tratará da influência da cultura negra no carnaval contemporâneo. Feito isso, apoiado nas fontes já mencionadas, será investigada a participação da comunidade negra no carnaval de Ponta Grossa na década de 1970. Encerrando a pesquisa serão tecidas as considerações finais. A metodologia que será utilizada para o tratamento das fontes que serão consultadas tem por base a análise qualitativa. Essa metodologia parece ser a mais adequada, já que a pesquisa não trabalhará com dados estatísticos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONDIÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Por muito tempo o negro foi figura indispensável na estruturação econômica de várias nações americanas.

A economia colonial de base primário-exportadora fez espalhar, por todo o Continente Americano, milhões de africanos e seus descendentes, cuja inteligência, conhecimento de técnicas de produção e força se constituíram na pedra fundamental que fez erigir novas nações. (GOMES JUNIOR et al, 2008, p. 17)

No Brasil vários ciclos econômicos surgiram e entraram em declínio sempre contando com a força dos braços da população negra. Isso ocorreu com a cana-de-açúcar, com a mineração e em gran-

de parte com o ciclo do café. Em todo o tempo em que os negros trabalharam como escravos no território brasileiro, além da contribuição econômica houve forte participação em diversas outras áreas. A cultura brasileira em geral foi moldada com influências negras na dança, música, culinária, entre outros. A diversidade da população brasileira se deve a miscigenação ocorrida e que, além do europeu e dos povos nativos (indígenas), teve o negro como importante agente nesse processo. Por todas essas contribuições era de se esperar que os negros no mínimo fossem lembrados e valorizados como parte fundamental na constituição da nação brasileira. Gomes Junior destaca que:

Sobretudo nas regiões submetidas a um processo de colonização denominada pelos historiadores de colônias de exploração, desenvolveram-se nações com sociedades profundamente desiguais, tanto na perspectiva da inclusão socioeconômica, quanto no aspecto da participação política. Essas características estão presentes até hoje na sociedade brasileira. A permanência desse viés excludente empurrou para a marginalidade ou para o isolamento grande parte da população negra deste país, em que pese o fim da escravidão ter sido decretado no final do século 19. (GOMES JUNIOR et al, 2008, p. 18)

Essa exclusão e isolamento revela que após a abolição da escravatura a figura do negro deixa de ter importância para a sociedade brasileira, mesmo com todas as contribuições mencionadas anteriormente. A sua participação na sociedade tinha algum valor apenas como trabalho escravo. Esse desca-so com a população negra fica ainda mais evidente quando se recorre à literatura. São reduzidas as obras que tratam do negro após a abolição da escravatura. Mesmo a população negra sendo parte importante em número e contribuição cultural ela é, de modo geral, ignorada e menosprezada pela sociedade brasileira, sofrendo discriminação e com dificuldades de ascensão social e econômica.

Tudo que foi relatado anteriormente pode ser observado com mais força nos estados do sul do Brasil. O Paraná “que se considera terra de todas as etnias sempre relegou a segundo plano a existência e importância dos seus filhos negros na sua formação sociocultural” (GOMES JUNIOR et al, 2008, p. 14). Essa diversidade étnica considera basicamente os grupos europeus, nativos e negros ficam de fora. Na cidade de Ponta Grossa não é diferente.

Na gama de autores que se dedicaram a estudar o negro na sociedade brasileira estão Kabengele Munanga, antropólogo congolês naturalizado brasileiro, que desenvolveu vários trabalhos enfatizando

a situação do racismo na sociedade brasileira. Na obra *Superando o Racismo na Escola*, Munanga discorre sobre a base cultural brasileira que para ele, tem sua gênese no euro centrismo. Essa condição proporciona à sociedade brasileira uma construção de valores sob a ótica europeia, menosprezando as manifestações culturais que não se enquadrem nessa ótica. Dessa forma conclui que o racismo permeia nossa sociedade desde sua formação inicial.

Clovis Moura, jornalista, sociólogo, historiador e escritor brasileiro, traz uma outra perspectiva do negro no Brasil. Esse autor analisa historicamente o papel do negro enquanto sujeito formador da sociedade brasileira.

No conjunto da sua obra, Moura aprofunda as discussões em torno da participação do negro na formação da sociedade brasileira. Para esse autor:

A história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social. Trazido como imigrante forçado e, mais do que isso, como escravo, o negro africano e os seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quase quatro séculos de escravidão. (MOURA, 1989, p. 07)

Além dessa constatação, da importância do negro para a formação do Brasil que temos hoje, ao contrário de muitos estudiosos da questão racial no Brasil, Clovis Moura enquadra o negro não como um sujeito passivo e sim como lutador e resistente a dominação que lhe era imposta. Essa visão do povo negro fica evidenciada em sua obra *Rebeliões da Senzala* de 1986. Esse livro é precursor dos estudos de Clovis Moura sobre a condição negra no Brasil.

No cenário específico do sul do país as discussões envolvendo a população de origem africana ganham outros elementos que não podem ser negligenciados. A visão popular que se tem da formação dos estados do Sul do Brasil como sendo compostos por diferentes grupos de imigrantes europeus, que para essa região se dirigiram em diferentes épocas, é amplamente difundida no meio social. Na obra intitulada *O Paraná Negro*, Jackson Gomes Júnior, Geraldo Luiz da Silva e Paulo Afonso Bracarense Costa, esclarecem essa questão no estado do Paraná. Segundo esses autores:

O Estado, por muitos anos, foi apresentado como um local de descendentes de europeus, com uma pequena parcela de orientais e outra, menor ainda, de indígenas; a invisibilidade negra era sentida e vivida. Depois do censo de 1988, com o recorte étnico-racial na metodologia do IBGE, descobriu-se

que o Paraná é o Estado mais negro da região Sul do País. [...] Pela relevância da presença dos negros no Estado, tanto no que diz respeito à sua formação étnica e cultural, como a aspectos econômicos da evolução histórica paranaense, era de se esperar que as bibliotecas das nossas escolas pudessem ter material minimamente suficiente para a realização de uma pesquisa escolar [...]. Mas esta não é a nossa realidade. Falta-nos bibliografia que trate da questão. (GOMES JUNIOR et al, 2008, p. 13-17)

Essa visão que se deixava transparecer a respeito da formação étnica e da situação de ausência de bibliografia sobre os negros do Paraná revela o valor que o assunto tem no meio bibliográfico, principalmente no que se refere aos livros didáticos.

Mesmo com enfoques diferentes sobre a condição do negro no Brasil, todos os autores mencionados anteriormente não fogem da análise acerca das injustiças que foram e são praticadas contra a população negra brasileira ao colocá-la, na maioria das vezes em situações de inferioridade “que nos tempos primitivos, [...] baseava-se em fatores religiosos, políticos, nacionalidade e na linguagem, e não em diferenças biológicas ou raciais como acontece hoje” (MUNANGA, 2008, p. 39).

Em Ponta Grossa, a população negra se faz presente desde os primeiros núcleos populacionais que deram origem à cidade, em meados do século XIX. “No ano de 1890, dois anos após abolição da escravatura, a população de Ponta Grossa era de 4.774 habitantes, habitantes, sendo 1.063 negros” (SANTOS; LAVERDI, 2015, p. 224)

Historicamente a cidade de Ponta Grossa surgiu graças ao movimento de tropeiros que se deslocavam do Rio Grande do Sul em direção à São Paulo conduzindo rebanhos bovinos, no século XIX. Para o seu desenvolvimento, Ponta Grossa contou com o trabalho de diversos povos que para essa localidade se dirigiram. Entre os diversos povos a contribuição dada pelos negros foi significativa, desde o início do povoado que daria origem à atual cidade.

Durante o período de escravidão e após a abolição da escravatura, no final do século XIX, vários grupos de ex-escravos formavam grupos de quilombolas localizados na área rural do município de Ponta Grossa, como é o caso das comunidades de Sutil e Santa Cruz onde “os moradores contam que estão nas terras, que receberam de herança dos fazendeiros, depois do fim da escravidão, desde os anos 1700”. (GOMES JUNIOR et al, 2008, p. 56). Outros tantos habitavam a área urbana. Para se manter a identidade de um povo a cultura é ponto fundamental. As manifestações culturais dos grupos negros na

cidade de Ponta Grossa ficaram restritas, mais precisamente, a “uma instituição que atendia e acolhia os sujeitos de anomia social da época, o Clube Treze de Maio, criado em maio de 1890.” (SANTOS; LAVERDI, 2015, p. 225). Esse clube se tornou um reduto das manifestações da cultura negra em Ponta Grossa após a abolição da escravatura.

A INFLUÊNCIA DA CULTURA NEGRA, O SAMBA E O CARNAVAL

Toda a situação de discriminação que o negro sofreu, e sofre, no Brasil não foi capaz de impossibilitar as diversas influências culturais que a comunidade negra deu para a formação da cultura nacional. Entre as tantas manifestações culturais a música é sem dúvida um das mais vivas e marcantes na definição da identidade nacional. O samba enquanto gênero musical é conhecido nacional e internacionalmente como representativo da cultura brasileira. No entanto, esse gênero musical não teve um início muito fácil. Zulian destaca que:

Como sonoridade popular, o samba percorreu os anos iniciais da república marginalizado, associado pelas elites urbanas à figura do ex-escravo, ao batuque das senzalas, aos perigosos ajuntamentos populares – indícios de revolta social. As representações das elites delimitavam o samba como próprio à “malandragem”, associando-o à indolência e à recusa ao trabalho honesto.” (ZULIAN, 2010, p. 229).

Essa dificuldade de expressar sua cultura, por parte da comunidade negra, que se configurava como parte livre da sociedade brasileira, demonstra o tratamento que continuava sendo dado aos negros mesmo depois da abolição da escravatura.

A resistência do samba foi aos poucos conquistando espaço na sociedade brasileira da capital federal na primeira metade do século XX. Ainda nesse período a criação de escolas de samba foi uma estratégia usada para facilitar a aceitação dessa manifestação identitária e cultural dos negros da cidade do Rio de Janeiro. As escolas de samba foram inventadas e organizadas pelos grupos mais pobres da cidade do Rio de Janeiro, que saíram de seus subúrbios, bairros e favelas para conquistar a grande festa da capital do país (TURETA; ARAUJO, 2013, p. 1). Esse espaço conquistado pelas escolas de samba da então capital federal abriu portas para que em outras cidades do país essa manifestação identitária de grupos, de certa forma excluídos, pudessem ocorrer. Ainda sobre as origens do samba e das escolas de samba,

Fernandes evidencia que:

O samba moderno (gênero musical) e, principalmente, a primeira escola de samba (instituição festiva) são produtos da década 1920 e do bairro do Estácio de Sá, uma parte da zona de obsolescência em torno do centro do Rio de Janeiro, habitado por imigrantes, negros, operários, estivadores, prostitutas e malandros, moradores de cortiços, morros e favelas circundantes, cujos hábitos, costumes e festividades eram desdenhados pela elite e reprimidas pela polícia. Os sambistas do Estácio que criaram o samba moderno e fundaram a primeira escola de samba, a lendária Deixa Falar, declararam que seus objetivos eram apenas desfilar sem apanhar da polícia. Em nosso entender o nome “escola” era uma mensagem, dava um sentido de ordem e comportamento respeitável tanto para os de baixo quanto para os de cima. (FERNANDES, 2012, p. 3)

Essas estratégias em torno da criação das escolas de samba revelam a força de resistência dos grupos excluídos da cidade do Rio de Janeiro na tentativa de cultivar sua cultura. Esse tipo de resistência também ocorreu em Ponta Grossa com a criação do clube literário Treze de Maio encabeçado por intelectuais negros no final do século XIX. Em relação as escolas de samba da cidade, também o surgimento e posterior esforço para se manterem em atividade, revelam uma resistência cultural admirável, pois, ao contrário das escolas de samba cariocas que venceram a resistência e se tornaram o símbolo do carnaval nacional, as escolas de Ponta Grossa lutam até os dias atuais por espaço na sociedade local que apresenta fortes traços da prevalência de uma cultura com valores brancos.

Torna-se importante ressaltar que o carnaval brasileiro nem sempre foi sinônimo de escolas de samba. O carnaval é uma festa popular de origem muito antiga. Tureta e Araujo citados por Valença revelam que:

Manifestações festivas de caráter carnavalesco já se faziam presentes em civilizações remotas, nas quais as pessoas se reuniam para a realização de algum tipo de ritual que poderia envolver bebedeiras, uso de máscaras, fantasias, cantorias e encenações (VALENÇA, 1996 apud TURETA; ARAUJO, 2013)

Ao longo do tempo o carnaval foi relacionado ao calendário católico e configura-se como o dia que precede a quarta-feira de cinzas início da quaresma, período de jejum e orações anteriores a Páscoa.

Antes da origem das escolas de samba o carnaval era marcado pelo desfile de blocos carnavalescos, normalmente representados pela elite econômica e clubes sociais, “era um meio pelo qual os grupos sociais difundiam suas ideias, seus valores e

projetos políticos e culturais”. (FERNANDES, 2012, p. 5)

OS NEGROS NO CARNAVAL DE PONTA GROSSA

Em Ponta Grossa o carnaval marca presença desde o século XIX. Nesse período os festejos carnavalescos eram realizados tanto em ambientes fechados como nas ruas da cidade. A tradição do carnaval de rua se estende para as primeiras décadas do século XX. O Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais destaca que:

No século XX, nas décadas de trinta e quarenta, o Carnaval pontagrossense alcançou seu apogeu, atraindo foliões de várias cidades vizinhas. Apesar de todos os esforços, o Carnaval de rua de Ponta Grossa na década de 40 já dava indícios de fraqueza e de declínio. (DISCIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS -UEPG, 2016)

O ano de 1942 marca o fim do carnaval de rua de Ponta Grossa. As dificuldades enfrentadas pelo país, que participava da segunda guerra mundial, refletia nos municípios e sem incentivos públicos os festejos do carnaval de rua são interrompidos permanecendo as comemorações restritas aos clubes sociais. Depois de vários anos as comemorações do carnaval de rua em Ponta Grossa voltam a ocorrer mais precisamente no ano de 1973, como destaca o jornal Diário do Campos:

Ponta Grossa vai botar seu bloco na rua [...] A avenida Vicente Machado estará ornamentada para os festejos momescos com uma forma original que está sendo estudada pela comissão. Haverá também Escolas de Samba, blocos, cantores, palanque e uma série de concursos para melhor fantasia, dança, rainha, e calouros com músicas carnavalescas do passado. (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 23.296, 17 fev. 1973,)

Nesse ano, o retorno do carnaval de rua foi muito festejado por toda a comunidade pontagrossense. Muitos habitantes da cidade nunca tinham assistido a um desfile carnavalesco em Ponta Grossa, como bem destacou o jornal Diário dos Campos. Muitas eram as atrações daquele ano de retorno, entre elas uma novidade: pela primeira vez desfilavam na avenida Vicente Machado, além dos blocos tradicionais, escolas de samba. Consta que algumas escolas de Curitiba vieram somar-se as recém criadas escolas de samba de Ponta Grossa. Esse episódio apontava para uma democratização do carnaval municipal e a conquista de um espaço de expressão cultural para

a comunidade negra.

No ano de 1974 a euforia do carnaval de rua continua ecoando nos quatro cantos da cidade. Novamente participam dos desfiles blocos e escolas de samba. O exemplar do Diário dos Campos daquele ano destaca os festejos da seguinte maneira:

Tudo pronto para o carnaval: os carros alegóricos que vão desfilar na avenida Vicente Machado durante o triunfo momesco na promoção da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa em conjunto com o comércio, indústria e clubes da cidade, que vão colocar seus animados blocos para o maior êxito do carnaval de rua de 1974. Milhares de foliões poderão assistir na avenida o desfile das Escolas de Samba – “Não Agite” e “Embaixadores da Alegria”, o que há de melhor no gênero em nosso Estado. Ao lado delas, “Cubanos do Ritmo” e “Demônios da Batucada”, ambas de Ponta Grossa vão mostrar seu samba. Durante os festejos deverá ser eleita a nova Rainha do Carnaval de Ponta Grossa, que receberá a coroa e o cetro de Ângela Abib Loss, a Rainha de 1973. (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 23.525, 19 fev. 1974)

O destaque dado ao carnaval de 1974 demonstra uma grande importância das festividades de rua. Nos desfiles dividem a atenção os blocos dos diversos clubes sociais, as escolas de samba e as expectativas em relação a escolha da rainha da festa. O destaque que recebem as escolas de samba nesse momento refletem o êxtase provocado pelo carnaval carioca que nas décadas de 1960 e 1970 chegam ao auge e são apoiados e incentivados pela classe média como forma de espetáculo público que garantia a circulação de turistas na cidade do Rio de Janeiro. (TURETA; ARAUJO, 2012, p.117 - 118)

Nos anos que se seguem da década de 1970, o carnaval continua sendo muito festejado nas ruas de Ponta Grossa. No ano de 1975 houve a “apresentação das escolas de samba de Ponta Grossa: Medonhos da Batucada, Império do Samba, Cubanos da Alegria e Princesa dos Campos” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 23.816, 09 fev. 1975). Pode-se perceber aqui um crescimento no número de escolas de samba na cidade que participaram dos desfiles do carnaval de 1975 em relação as edições anteriores. Nos anos que se seguem a participação das escolas de samba não segue uma regularidade, algumas conseguem montar seus enredos e desfilam na avenida, outras por falta de dinheiro não realizam a mesma façanha.

Diferente do que ocorria no Rio de Janeiro, em Ponta Grossa na década de 1970, não há registros de desfiles competitivos entre as escolas de samba. As apresentações eram divididas com os blocos de diferentes entidades, principalmente dos clubes sociais da cidade. Não significa dizer que não havia

competição no carnaval pontagrossense. Como foi destacado anteriormente, com a volta do carnaval de rua, todos os anos sempre havia grande expectativa em relação a escolha da rainha da festa. Sobre isso o Diário dos Campos destaca:

A comissão julgadora escolheu para reinar neste carnaval a Srta. Silvana Nadal da Silva, representante do Clube Princesa dos Campos [...]. Giana Chaves, que foi rainha em 1974, também representando o tradicional Clube Verde. (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 23.816, 09 fev. 1975)

A disputa pelo título de rainha do carnaval atraía todas as atenções da cidade e era destacada com fervor pelo Diário dos Campos. “Quando foi anunciado o nome de Marilha Adamowicz como Rainha do carnaval de rua de 1978 a torcida do Clube Princesa dos Campos “explodiu nas gerais do Borel” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 24.212, 24 fev. 1978). Todas as notas que o Diário dos Campos dava em relação as escolhas das rainhas dos carnavais da década de 1970 revelavam curiosamente que todas as rainhas eleitas representavam os clubes tradicionais da cidade, não houve rainha do carnaval representando alguma escola de samba ou mesmo o Clube Treze de Maio, o único clube negro da cidade. Esse fato deixa transparecer que a participação das escolas de samba e mesmo os blocos organizados pelo clube Treze de Maio tinham espaço secundário no carnaval da cidade.

Mesmo com a ascensão das escolas de samba no Brasil e a grande importância que as mesmas ganharam no carnaval, especialmente no carnaval carioca, em Ponta Grossa o carnaval ainda conservava a estrutura dos primeiros carnavais de rua do Brasil, com desfiles onde as classes mais abastadas ligadas aos clubes sociais eram os protagonistas, aproveitando o evento para difundirem seus valores, como já foi comentado anteriormente.

A oportunidade de desfilar nas ruas de Ponta Grossa era aproveitada sempre que possível por alguma escola de samba. Mesmo algumas escolas não conseguindo participar todos os anos, sempre escolas de samba desfilavam no carnaval pontagrossense. Com isso é possível perceber que a comunidade negra da cidade sempre esteve imbuída na árdua tarefa de resistência em manter sua identidade e fortalecer sua cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar a presença e participação do negro na sociedade brasileira constata-se que desde o início da formação do Brasil o negro se configura como peça importante na construção da nação que temos hoje. Os estudos realizados por intelectuais como Clovis Moura e Kabengele Munanga revelam aspectos importantes do negro no Brasil, suas contribuições, a luta para manter sua identidade cultural e as injustiças por eles sofridas no seio da sociedade.

A pesquisa aqui apresentada revelou que, assim como em outros pontos do Brasil, na cidade de Ponta Grossa a presença da comunidade negra é antiga e suas manifestações culturais resistem ao passar do tempo, mesmo não encontrando muito destaque e valorização pelo conjunto da sociedade local.

Os festejos carnavalescos realizados nas ruas da cidade de Ponta Grossa sempre foram momentos muito aguardados por parte da população ao longo dos anos. Especialmente no início da década de 1970, essa festa popular ganhou mais um atrativo nas ruas pontagrossenses com o surgimento das primeiras escolas de samba da cidade. Esse fato possibilitou a comunidade negra uma oportunidade a mais de mostrar sua cultura e fortalecer sua identidade.

Apesar do grande sucesso que os enredos, apresentados pelas escolas de samba faziam país a fora na década de 1970, em Ponta Grossa isso não ocorreu. Mesmo ocorrendo a participação nos desfiles de carnaval por uma escola ou outra, a atenção maior era dada aos blocos carnavalescos que representavam instituições locais e principalmente os clubes sociais da cidade. Isso fica claro, ao se analisar as disputas que eram travas para a escolha da rainha da festa.

As consultas feitas às fontes selecionadas revelaram que em todo o período estudado, nunca houve uma rainha do carnaval que representasse uma das escolas de samba que participavam dos desfiles. É possível concluir então, que na década de 1970 o carnaval de rua de Ponta Grossa mantém uma estrutura conservadora e mesmo com a resistência da comunidade negra em manter sua cultura prevaleciam os valores brancos representados pelos clubes sociais da elite da cidade.

FONTES

Jornal Diário dos Campos (1970 – 1979)

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

DENIPOTI, Cláudio. et al: **Especialização em História, Arte e Cultura**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2009. 167 p.

DISCIONÁRIO Histórico e Geográfico dos Campos Gerais. Disponível em: <<http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/carnaval.htm>> acesso em 02 de jun. de 2016.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **Escolas de samba, identidade nacional e o direito à cidade**. Trabalho apresentado no XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, maio de 2012.

GOMES Jr., Jackson; SILVA, Geraldo Luiz da; Costa, Paulo Afonso Bacarense. **Paraná Negro**. Fotografia e pesquisa histórica: Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Curitiba: UTFPR/PROEC, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 3º ed. Rio de Janeiro: DPU&A, 1999.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008a.

SANTOS, Merylin Ricieli; LAVERDI, Robson. **NARRATIVAS DE IDENTIDADE NEGRA EM CONCURSOS DE BELEZA NEGRA DO CLUBE TREZE DE MAIO (PONTA GROSSA, 1985-2006)**. Ateliê de História UEPG, v. 2, n. 2, 2015.

TURETA, Cesar; ARAUJO, Bruno Felix von Borell de. **Escolas de samba: trajetória, contradições e contribuições para os estudos organizacionais**. Organizações & Sociedade (Online), v. 20, p. 111-129, 2013.

ZULIAN, Rosângela Wosiak (org.). **Especialização em História, Arte e Cultura**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2010.



MOVIMENTOS ESTUDANTIS E AS MOCINHAS DE 68: UMA ANÁLISE DE GÊNERO DA REVISTA REALIDADE

Gabrieli do Nascimento ¹
Flora Morena Martini de Araújo ²

Resumo: A literatura acadêmica sobre os movimentos estudantis de 1968, em sua maioria, criou um espaço de silenciamento sobre o feminino. Contudo, nas últimas décadas, pesquisadoras feministas vêm preenchendo essa lacuna, como Cristina Wolff, que ao problematizar a vivência da militância através da perspectiva analítica de gênero, demonstra que apesar de a sociedade brasileira estar calcada em valores patriarcais e opressão de gênero, as mulheres não tinham consciência dessa situação. Foi somente no exílio que muitas conheceram o movimento de emancipação e defesa dos direitos das mulheres, já que no Brasil havia censura aos meios de comunicação, realizada pelo regime militar, nada interessado no empoderamento feminino. No entanto, mesmo com a intensa vigília à qual as publicações midiáticas estavam submetidas, novos veículos de comunicação surgiram, como a revista Realidade, que em 1968 já detinha grande parte do mercado, devido à sua linha editorial considerada revolucionária por militantes de esquerda da época. O objetivo desta pesquisa é desenvolver a reflexão sobre a representação da revista sobre o feminino, identificando se era tão revolucionária quanto se pensava ou reforçava os papéis secundários a que as mulheres eram submetidas na militância. A pesquisa contribuirá, desta forma, aos estudos de gênero, bem como para as pesquisas sobre a ditadura militar e suas resistências. A análise seguirá autores como Joan Scott, Michael Foucault, Joana Pedro e Maria Lygia Quartim de Moraes.

INTRODUÇÃO

O ano de 1968 foi – e ainda é – objeto de análise de muitos historiadores e historiadoras, que costumam retratá-lo como “o ano que não terminou” (VENTURA, 2008) e a “esquina do mundo” (MEDEIROS, 1999) – já que em diversos países aconteceram manifestações sociais de jovens, por motivos semelhantes, mesmo não havendo relação direta entre si. Entretanto, ainda hoje, a literatura didática e acadêmica, em sua maioria, retrata os movimentos estudantis e sociais de 1968 concedendo o papel de protagonista aos “jovens barbudos e cabeludos”, relegando, com isso, a participação feminina ao esquecimento ou a uma posição secundária.

Contudo, de maneira bastante profícua, pesquisadoras feministas como Maria Lygia Quartim de Moares, Joana Maria Pedro e Cristina Wolff têm se dedicado a cobrir esta lacuna, resgatando em seus estudos a participação das mulheres nos movimentos de resistência à ditadura militar no Brasil. Neles, tais pesquisadoras têm dado voz às militantes, que relatam que embora sentissem desconforto por precisarem provar a todo o momento que eram tão capazes quanto os homens (politicamente, na luta armada e na resistência), não compreendiam a opressão que vivenciavam nos movimentos revolucionários. Foi apenas no exílio de algumas militantes, em locais onde a segunda onda do feminismo estava problematizando as construções socioculturais, que as suas percepções acerca da opressão de gênero mudaram.

Quando retornaram, muitas delas uniram-se e criaram meios de comunicação alternativos que ajudaram a divulgar o feminismo. Entretanto, é importante ressaltar que até os anos 70, a população brasileira era informada, sobretudo, por grandes veículos de comunicação de massa que estavam submetidos à censura dos militares – organização que reforçava o patriarcado³ e era pouco ou nada interessada na emancipação e empoderamento⁴

1 Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pós-graduada em História, Arte e Cultura, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: gabrielinas@hotmail.com

2 Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná, docente na Faculdade Espírita de Curitiba.

3 Há bastante debate sobre o uso do termo no universo feminista, contrapondo o seu uso adjetivo – como uma estrutura natural, a-histórica, e portanto difícil de mudar – e o uso substantivo. Neste estudo, utilizamos o termo de forma substantiva, “enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres [que] permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (MORGANTE & NADER, 2014, p.3).

4 Lisboa (2008) apresenta o termo, que é muito utilizado tanto na política feminista como no campo acadêmico, como o processo de mudança da “dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações” (p.2).

femininos. Isso pode ter contribuído no contexto de invisibilidade e falta de consciência de gênero das militantes.

A revista *Realidade*, da editora Abril, surgiu nesse contexto. Por apresentar temas progressistas como casamento de padres, racismo, maconha, sexo e o universo feminino, foi diversas vezes alvo de censura e fonte de inúmeras pesquisas acadêmicas, como de autores como Letícia Nunes de Moraes, Valdir Heitor Barzotto e José Salvador Faro, que serão utilizados para compreender a sua linha editorial. Sobre a mulher, a revista transgrediu os costumes sociais em janeiro de 1967, quando publicou uma edição especial trazendo assuntos tidos como tabus⁵ para a época. Ela foi retirada das bancas e da gráfica e impedida de circular, sendo liberada somente no próximo ano.

Para mensurar sua representação geral sobre a mulher, entretanto, é preciso atentar-se entre as matérias das demais edições mantém-se o olhar igualitário de gênero, já que a leitura mensal constrói subjetividades mais concretamente que um número isolado. Assim, partindo das reflexões de Douglas Kellner sobre a “cultura da mídia”, de Tania de Luca sobre o uso de periódicos como fonte histórica⁶ e da perspectiva analítica de gênero de autoras como Joan Scott, Foucault, Guacira Louro, Tania Swain e as brasileiras já citadas, defendemos que a revista *Realidade* é uma fonte muito rica para compreender a representação midiática sobre a participação e o papel das mulheres nos movimentos sociais e estudantis de 1968. Assim, acreditamos que a pesquisa não só contribuirá para os debates acerca da emancipação das mulheres e sua inclusão na história, como também aos estudos acerca da história do Brasil e dos movimentos contra a ditadura militar, por fugir das representações hegemônicas e dar visibilidade a um campo desta história ainda pouco explorado.

GÊNERO, SEXUALIDADES E REPRESENTAÇÕES: DEBATES TEÓRICOS

Por muito tempo, a história foi contada por homens e para os homens. À mulher – quando citada – sempre foi destinado um lugar secundário nos acontecimentos, já que culturalmente a ela foi delimitado o espaço privado, local de pouco interesse das ciências. Além disso, alguns idiomas, entre eles o português, contribuem gramaticalmente à invisibilidade histórica da mulher, pois mesmo que um fato tenha sido realizado por uma maioria de mulheres e apenas um homem, devem-se usar substantivos masculinos⁷. Problemas como esses desencadearam um descontentamento no movimento feminista que, somado ao desenvolvimento da história cultural, fez surgir o resgate da “História das Mulheres”, a partir do final dos anos 60, emergindo na academia essa nova categoria historiográfica.

Joana Maria Pedro (2011), em seu artigo “Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea” problematiza o uso das categorias “mulher”, “mulheres” e “condição feminina” no Brasil e em outros países do Cone Sul. Para ela, nesses países os termos utilizados na historiografia encontram-se em diversas temporalidades, seguindo as “ondas”⁸ internacionais, porém com atraso em relação aos centros emissores. Ela ressalta, porém, no artigo *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica* que estas categorias não são progressivas, onde uma é a exclusão da outra, já que todas possuem um mesmo objetivo: “o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus” (PEDRO, 2005, p.83).

Entretanto, há uma narrativa da segunda onda do feminismo, por exemplo, que acredita que os estudos de gênero sigam um deslocamento linear. Nos anos 70, os estudos utilizariam “a mulher” nos mais diversos campos acadêmicos, “pensada como a que

5 Na capa da edição, as chamadas demonstravam o que o leitor veria nas páginas da revista: “Pesquisa: o que elas pensam e querem”, “Confissões de uma moça livre”, “Ciência, o corpo feminino”, “Eu me orgulho de ser mãe solteira”, “Por que a mulher é superior” e “Assista a um parto até o fim”.

6 Apesar de ser relativamente nova a concepção de periódico como fonte histórica, atualmente já se sabe que “revistas representam épocas [...] Por isso, dá para compreender muito da história e da cultura de um país conhecendo suas revistas” (SCALZO, 2005, p.16). Entretanto, como aponta Luca (2008), o(a) historiador(a) sempre deve levar em conta as influências que os veículos de comunicação podem sofrer pela publicidade e pelo governo da época.

7 Sobre o assunto, ver: BORGES, Cristina. A mulher na língua do povo: uma análise linguístico-semântica. Disponível em www.facimed.edu.br.

8 “Convém sublinhar que pensar o feminismo a partir de diferentes ondas reforça a ideia da existência de centros irradiadores e suas margens; é como se uma pedra tivesse sido atirada na água, formando várias ondas. Elas vão se abrindo e apontando para a circulação de discursos e teorias que partem de um centro produtor – em geral, países considerados desenvolvidos do hemisfério norte – e se dirigem para o hemisfério sul, localização principal dos países considerados subdesenvolvidos.” (PEDRO, 2011, p. 271) Sobre o assunto, ver: BORGES, Cristina. A mulher na língua do povo: uma análise linguístico-semântica. Disponível em www.facimed.edu.br.

identificaria a unidade, a irmandade, e ligada ao feminismo radical” (PEDRO, 2011, p.271). Com isso, teriam iniciado as reivindicações e aprofundamentos do tema, principalmente pelas feministas negras e do terceiro mundo, fazendo com que passasse a se pensar em uma História “das Mulheres” a partir dos anos 80. Teria sido apenas nos anos 90 que, com a publicação de Joan Scott, *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, apareceria a categoria “estudos de gênero”.

Ao questionar padrões sociais, Scott (1995) nos deixa a pergunta que baseia a categoria: “Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, quando sabemos que elas participaram dos grandes e pequenos eventos da história humana?” (SCOTT, 1995, p. 28-29). Para ela não basta que a relação binária homem/mulher seja ressaltada nas produções históricas. Assim, corre-se o risco de fazer uma história das mulheres separada da dos homens, como se o papel secundário destinado a elas fosse produto de um consenso, e não de um conflito. Então, enquanto categoria analítica, os estudos de gênero procuram não só resgatar a participação ativa das mulheres, mas analisar as relações de poder e as condições que invisibilizaram a sua história.

O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p.23).

Por conta do conservadorismo de parte dos(as) historiadores(as), que deslegitimavam e tomavam as reivindicações feministas como impertinentes, a história foi uma das últimas disciplinas a adotar os estudos de gênero. Uma das acusações que este campo recebia era de ser uma “história militante” (PEDRO, 2011, p. 270). Contudo, o gênero enquan-

to categoria analítica vem sendo discutido significativamente nas últimas décadas, em razão de os(as) pesquisadores(as) terem compreendido que:

[...] gênero é a lente de percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma “análise de gênero” constitui nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos (SCOTT, 2012, p.332).

A epistemologia feminista ancora-se sobretudo nos estudos pós-estruturalistas⁹, principalmente de Michel Foucault, filósofo que problematiza as relações de poder em diversas obras sobre a loucura, a prisão, a sexualidade, o discurso e o próprio poder¹⁰. Para o autor, o sujeito, sua identidade e representação social¹¹, não são estruturas fechadas, mas modificados constantemente por conta do discurso e do silenciamento sobre as coisas. Assim: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2012, p.3). O discurso é o resultado das correlações de força, geradas de uma vontade de saber, que se apoia na tradição, na ciência, na religião, ou seja, em instituições, para definir verdades que legitimem o “poder disciplinar”¹² e criar “dispositivos disciplinares” sobre os corpos, para os controlar.

Na idade moderna, através de discursos, instituições, leis, enunciados científicos, entre outros, criou-se uma rede que passou a definir os corpos e os sexos, surgindo assim o que Foucault (1998) chamou de “dispositivo da sexualidade”. Assim, por ser através dela que se fundam as subjetividades e os sujeitos, a sexualidade se transformou em um dos locais onde os mais temíveis poderes se exercem.

Analisando o que foi definido por ele como a “história da sexualidade”, o autor argumenta que a sua repressão foi originada por relações de poder que determinaram onde e quem poderia falar sobre sexo e os corpos. O que tornou o tema um tabu, mas o intensificou enquanto discurso em alguns es-

9 Essa corrente valoriza a cultura, contrapondo-se ao ponto de vista dos estudos marxistas que até então influenciavam as pesquisas acadêmicas, sobretudo a “História Social”. Dessa forma, desenvolveu-se uma “História Cultural” que enfatiza a importância da linguagem e do discurso nas representações sociais, e não unicamente como reflexo das relações econômicas (RAGO, 1999).

10 Para esta pesquisa utilizamos somente os livros *História da Sexualidade I – A vontade do Saber* e *A ordem do discurso*, por serem os volumes que se encaixam metodologicamente melhor com o aprofundamento do debate.

11 Quando o termo representação social é utilizado neste trabalho, deve-se pensar em seu significado, sobretudo, explicado por Stuart Hall – que também é inspirado na problemática do discurso enquanto produção de verdades de Foucault. Para Hall (1997) “La representación es la producción de sentido a través del lenguaje” (p. 13), de forma construcionista, a qual sustenta que as coisas existem, mas que só no discurso elas passam a ter significado.

12 Esse poder estaria em toda parte, não sendo uma instituição ou estrutura, “é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p.103).

paços como na medicina, no confessionário e na literatura. A sexualidade não teria sido reprimida, mas interditada. Os corpos e o sexo foram, segundo Foucault, construídos a partir do discurso, que impôs normatizações e instituiu verdades. A religião e a ciência da sexualidade, ou como chamou o autor “*scientia sexualis*”, passaram a determinar o que era correto e incorreto no campo da sexualidade. Desta forma, por ser considerado saturado de sexualidade o corpo da mulher “[...] foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas” (FOUCAULT, 1998, p.98).

Guacira Lopes Louro, em seu artigo *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas* (2008), complementa a discussão ao argumentar que a construção do gênero e da sexualidade se dá ao longo da vida, por instituições como a família, a igreja, as mídias, a escola, instituições legais e médicas, de forma sutil, naturalizando padrões sobre os modos de ser e agir dos corpos. Um discurso – ou uma voz, como ela chama – que vinha, e vem até hoje, de forma quase incontestável, do homem branco heterossexual de classe média urbana. “Passamos, assim, a tomar como verdade que as mulheres se constituíam no ‘segundo sexo’ ou que gays, lésbicas, bissexuais eram sujeitos de sexualidades ‘desviantes’” (LOURO, 2008, p. 20-21).

Para Tania Navarro Swain (2001), no artigo *Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”*, apesar de hoje em dia somente alguns discursos religiosos ou de extrema direita continuarem a usar um tom pejorativo sobre as mulheres, as imagens, palavras, piadas e letras de música continuam reproduzindo socialmente que a mulher está atrelada à sua natureza “feminina”. Assim, o imaginário ocidental continua a relacioná-la à sua sedução tida como perversa, à sua suposta inferioridade física, social e intelectual, e à sua dependência do sexo masculino. Para ela, essas construções apresentam sua forma mais intensa no discurso midiático.

Por esse poder que o discurso midiático mantém sobre a criação das subjetividades da sociedade, nas últimas décadas, importante pesquisador acerca da mídia e que tem contribuído muito para o debate sobre a influência dos meios de comunicação nos comportamentos e construção de identidade é o norte-americano Douglas Kellner. Em sua obra

*A cultura da mídia*¹³ (2001), Kellner problematiza a maneira como a cultura veiculada pela mídia reitera as relações de dominação e opressão produzindo identidades que integram o indivíduo na cultura dominante.

A cultura da mídia, assim como os discursos políticos ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos políticos. Produz representações que tentam induzir anuência a certas posições políticas, levando os membros da sociedade a ver em certas ideologias “o modo como as coisas são” [...]. Os textos culturais populares naturalizam essas posições e, assim, ajudam a mobilizar o consentimento às posições políticas hegemônicas (KELLNER, 2001, p.81).

Para ele, a “cultura da mídia” deve ser lida politicamente, não somente em seu contexto sociopolítico e econômico, mas nos componentes dentro dos textos que codificam relações de poder promovendo os interesses dos grupos dominantes, já que são através desses textos que os indivíduos veem o mundo e interpretam os processos sociais. Assim, “são as representações que ajudam a constituir a visão de mundo do indivíduo, o senso de identidade e sexo, consumando estilos e modos de vida, bem como pensamentos e ações sociopolíticas” (idem, p.82).

Kellner (2001) afirma que é a ideologia da “cultura da mídia” que transforma o “eu” em uma norma. Sendo esse “eu” o mesmo descrito por Guacira Lopes Louro, o “branco, masculino, ocidental, de classe média ou superior”, com “posições que veem raças, classes, grupos e sexos diferentes dos seus como secundários, derivativos, inferiores e subservientes” (KELLNER, 2001, p. 83). A ideologia transforma o que é culturalmente transitório em algo natural e o que é político em apolítico:

Por exemplo, diz-se que as mulheres por natureza são passivas, domésticas, submissas, etc., e que seu domínio é a esfera privada, o lar, enquanto a esfera pública é reservada aos homens, supostamente mais ativos, racionais e dominadores. [...] Esse modo de pensar sexista e racista baseia-se numa série de oposições binárias que os estudos culturais críticos tentam subverter e solapar. [...] Portanto, o feminismo e a crítica do racismo fazem parte integrante de um estudo cultural multicultural (idem, p.84).

Nesse processo, segundo o autor, a ideologia passada pela “cultura da mídia”, cria processos de identificação com certas identidades e evita outras.

13 A expressão ‘cultura da mídia’ tem a vantagem de designar tanto a natureza quanto a forma das produções da indústria cultural (ou seja, a cultura) e seu modo de produção e distribuição (ou seja, tecnologias e indústrias da mídia). Com isso, evitam-se termos ideológicos como ‘cultura de massa’ e ‘cultura popular’ e se chama a atenção para o circuito de produção, distribuição e recepção por meio do qual a cultura da mídia é produzida, distribuída e consumida. (KELLNER, 2001, p.52).

Projetando “modelos sociais e sexuais, formas apropriadas e inapropriadas de comportamento, estilo e moda” (KELLNER, 2001, p.330).

Entretanto, assim como Foucault, Kellner dá atenção especial ao fato de que no discurso – inclusive no discurso midiático – também criam-se as resistências. Como diz Foucault (1988), as correlações de poder “não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão” (FOUCAULT, 1988, p. 106). Para Kellner (2001), a “cultura da mídia” apresenta formas de resistência que se alcançadas pelas parcelas interessadas, constroem efeitos contra-hegemônicos, com possibilidades de resistência e luta.

No caso das relações de gênero, as resistências ocorrem quando, por exemplo, as mulheres participantes dos grupos de esquerda nos anos 70, desconstróem a naturalidade dos papéis de gênero a elas impostos, e passam a pedir por igualdade através de mídias alternativas feministas. Também, pode-se considerar que a resistência é personificada através dos estudos que tentam incentivar a pesquisa de gênero e questionar a história geral e seu posicionamento androcêntrico. Ademais, uma outra resistência, que não se pode mensurar com esta pesquisa, mas há de considerar que ela exista, é a não assunção de discursos midiáticos. Negação de seguir certos parâmetros e normatizações ofertados pela mídia – “micro-subversões” que acabam por recriar discursos. Logo, não podemos crer que eles chegam aos indivíduos da mesma maneira, nem que todos eles “comprem” suas ideias ou mesmo as absorvam de maneira “homogênea”.

1968, MILITÂNCIA E MULHERES: UM SILÊNCIO A SER COMPREENDIDO

O ano de 1968 foi um marco para a história mundial, sobretudo aos estudos sobre revoluções. O contexto mundial somado aos problemas internos fez com que cidades como Paris, Praga, Cidade do México, Tóquio, Los Angeles, Berlim e Rio de Janeiro fossem palco de lutas, barricadas e ocupação das ruas, pois os cidadãos consideravam que tinham muito a denunciar: o sistema acadêmico, o poder do dinheiro, a guerra, o imperialismo, o autoritarismo, a burocracia, a tradição, a falta de criatividade, o consumismo. “E ao ser tempo de contestação, foi tempo de contracultura, de experimentalismos, de cultura

reflexiva e de arte engajada. 68 foi a contestação pela transgressão. E, em alguns momentos, 68 foi a contestação pela revolução” (PADRÓS, 2003, p.13).

No Brasil, o ano de 1968 foi consequência do golpe de 1964. Período onde a perseguição política e a censura foram ferramentas estatais para manutenção do regime político, o que foi contribuindo para a formação de uma atmosfera de descontentamento, principalmente entre intelectuais e estudantes, como relata Reis (2005):

Em 1968, o movimento estudantil tomou um outro vulto, sobretudo no primeiro semestre, culminando o processo na chamada Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. Não apenas se unificaram as lutas dos estudantes universitários, em torno de suas entidades representativas e de reivindicações concretas, mas também toda uma série de categorias descontentes passou a se agrupar ao lado deles: escritores, religiosos, professores, músicos, cantores, cineastas, além de outros setores estudantis, como os secundaristas. (p.48).

O movimento estudantil paulatinamente tornou-se amplo e forte, pois buscava, além da reforma universitária pretendida antes de 1964, a garantia das liberdades democráticas. Como consequência dessa movimentação, ocorreu o início de uma intensiva estatal, que buscava, através do uso da violência, a manutenção das prerrogativas do Estado. “Tiros e pancadaria passaram a ser uma constante, pois os militares viam nos protestos de rua um ato de guerrilha urbana que deveria ser brutalmente reprimido” (ZAPPA e SOTO, 2008, p.227).

Vale ressaltar que, conforme aponta Pedro (2008), apesar de as representações dos revolucionários serem majoritariamente masculina, os grupos de resistência à ditadura militar não eram compostos apenas por homens – como também não eram homogêneos em suas ideologias. Com olhar atento, a historiadora denuncia que as questões de gênero foram desprezadas por grande parte da literatura, que se refere a estes indivíduos majoritariamente como “estudantes”, “jovens” e “ativistas”. E destacam os protagonistas das lutas, cargos ocupados sempre por homens. Como afirma a autora:

Na maior parte das vezes, a referência aos movimentos de mulheres e feministas, anteriores ou participantes dos movimentos de 1968, costumam aparecer como um adendo, um anexo “quase envergonhado”, um pequeno capítulo, como para não dizer que não se falou delas; ou simplesmente, nada se diz. Para encontrar informações sobre estes movimentos é preciso buscar uma bibliografia específica, que discuta 1968 a partir de um enfoque feminista (PEDRO, 2008, p. 62).

Maria Cláudia Badan Ribeiro (2008), em seu estudo sobre a militância feminina na luta armada brasileira, relata que embora haja livros de grande relevância histórica no assunto, como *Memórias do Exílio* (Albertina O. Costa), *Mulheres, Militância e Memória* (Elizabeth Xavier Pereira) e *A resistência da Mulher à ditadura Militar no Brasil* (Ana Maria Colling), “há muito ainda a se fazer para resgatar os depoimentos e experiências que são mantidos em silêncio por elas próprias e cujos itinerários de vida e luta ainda são desconhecidos pela maior parte da sociedade brasileira” (RIBEIRO, 2008, p.4).

A maioria desses estudos trazem relatos das militantes que falam oficialmente sobre sua participação política pela primeira vez.

O levantamento da literatura de testemunho revela um fato interessante: são raríssimos os livros escritos por mulheres, não obstante a significativa participação feminina na luta armada e as torturas, mortes e desaparecimentos de corpos. Muitas das que sobreviveram à tortura e à prisão são jornalistas, professoras universitárias e intelectuais acostumadas a escrever. No entanto, quarenta anos após, poucos são os livros em que as mulheres são o sujeito do discurso. (MORAES M., 2004, p. 308)

De acordo com pesquisa realizada na área de psicologia social pelas professoras Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Zeide Araújo Trindade e Maria de Fátima de Souza Santos (2007), o silêncio das militantes é normal em processos traumáticos como o caso do exílio e tortura vivenciados por elas, onde relatar experiências pessoais gera conflitos emocionais e lembranças que querem ser esquecidas. Porém “essa situação favorece a despolitização da memória do período, uma vez que as ameaças e experiências traumáticas originadas na repressão política acabam por ser socialmente validadas” (p. 369).

Tal pesquisa não só traz o relato da militância de nove mulheres que sobreviveram à prisão, como também enfoca as tensões de identidade que ocorriam nos grupos. As entrevistadas relataram que precisavam assumir posicionamentos considerados “masculinos” para serem respeitadas, gerando uma igualdade de gênero retórica, na qual questões feministas exigiam um tratamento próprio, e, portanto, não era uma das reivindicações (GIANORDOLI-NASCIMENTO et. al., 2007). Sendo assim, den-

tro dos grupos de esquerda algumas das relatadas eram chamadas de “meninhas filhinhas de papai” ou “igrejeiras”, um claro preconceito de gênero. Ou pior, como conta Pedro (2008) sobre Stokely Carmichael, líder de esquerda nos anos 60, que “quando perguntado sobre o papel das mulheres no SNCC – Comitê de Coordenação Estudantil Anti-Violência, respondeu: ‘A posição das mulheres é de brucos’” (FARRELL *apud* PEDRO, 2008, p. 67).

Além disso, Cristina Wolff (2011), em seu artigo *Machismo e feminismo nas trajetórias e militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio*, relata que de acordo com os depoimentos colhidos por ela, as mulheres mantinham um papel de provedoras dos militantes, fazendo com que casas e apartamentos utilizados por eles parecessem “lares normais”. Sendo assim, as mulheres que deveriam se orgulhar por transgredir duplamente seu papel na sociedade – primeiro por confrontar a lei e o regime ditatorial, tal qual os demais militantes, e segundo por transcender o seu papel de gênero, no qual, segundo o pensamento hegemônico, às mulheres era reservado o espaço privado – sentiam, no entanto, um mal-estar, um constrangimento nas organizações.

Nas memórias de muitas mulheres participantes da luta de esquerda armada no Cone Sul nos finais dos anos 1960 e início dos anos 1970, é muito claro um sentimento de amargura com relação às organizações das quais elas faziam parte. As acusações são muitas, e fortes: as mulheres raramente chegavam a postos de direção, tinham que estar a todo instante provando que eram confiáveis, corajosas e fortes, e elas tinham que se desligar de tudo o que representava sua feminilidade para serem levadas a sério. (WOLFF, 2011, p. 33)

Wolff (2011) relata, entretanto, que esse ressentimento, mal-estar e constrangimento na militância só pôde se transformar em consciência em relação aos preconceitos de gênero – transformando-os em palavras como machismo, opressão, mulher-objeto e submissão – depois do exílio dessas mulheres e o contato com os termos do feminismo. Isso não significa, no entanto, que no Brasil não houvesse qualquer movimentação feminista. Algumas ideias transgressoras já eram propagadas através de livros, folhetos, escritos em muros e principalmente em grupos de consciência¹⁴.

14 Do exílio, algumas mulheres trouxeram o modelo de empoderamento que havia funcionado para si: os grupos de consciência, que eram compostos somente por mulheres, pelo menos até que elas estivessem suficientemente empoderadas e que em consequência, já não temessem em pedir a palavra. A partir de um desses grupos, que iniciaram no Brasil em 1972, surgiu um dos meios de comunicação alternativos feministas, o Nós Mulheres (PEDRO, 2008).

É comum, no Brasil, ao se falar das movimentações de 1968, não atribuir ao movimento de mulheres ou feminismo qualquer participação ou minimizar suas atividades. E quero adiantar que concordo em parte com isso. Na verdade, desconhece-se qualquer movimentação de mulheres e feministas em 1968, no Brasil. Entretanto, algumas mulheres, que se tornaram conhecidas como feministas nos anos setenta, já estavam escrevendo, discutindo, divulgando idéias (PEDRO, 2008, p.61).

Contudo, essas ações eram insuficientes para atingir uma coletividade, ou mesmo de ser capaz de abalar estruturas, como já acontecia, em 1968, em países da Europa e da América do Norte, que já vivenciavam a segunda onda do feminismo.

Por conseguinte, a grande pergunta que começa a se formular nesta pesquisa é: se nos demais países a conscientização de gênero estava em alta e o feminismo erguia suas bandeiras concomitantemente às demais bandeiras sociais, porque no Brasil em 1968 as mulheres militantes dos movimentos de resistência ainda não se entendiam feministas, não estavam empoderadas ou se organizavam coletivamente para reivindicar um papel igualitário e questionar o tratamento que a elas era dado nos grupos de esquerda?

REVISTA REALIDADE: UMA PRODUÇÃO REVOLUCIONÁRIA?

Sabe-se que em todo estado autoritário é através dos meios de comunicação de massa que os dominantes mantêm a ordem e propagam suas ideologias, e que a “hierarquia, conceito fundamental nas forças armadas, não convive bem com a igualdade, conceito fundamental da democracia” (SOARES, 1994, p.47 *apud* MORAES, L. 2007, p. 39). Para manter valores militares como a militarização e a manutenção do patriarcado, as ditaduras utilizam a censura aos veículos de massa como suporte.

Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida. Afinal, nada pode ser mais “subversivo” do que enxergar a si próprio (AQUINO, 1999, p.15).

Com a falta de informação, a população passou a viver um “inconformismo cultural que reforçou marcas permanentes da produção intelectual brasileira, especialmente aquelas que adquiriram significado simbólico expressivo para os setores letrados das classes médias urbanas” (FARO, 1999, p. 57). Por isso, algumas editoras acreditaram na possibilidade de novas publicações na área do jornalismo de revista, como uma forma de suprir essa carência. Dois exemplos são significativos: a revista *Veja*, lançada em 1968 e que atua como revista de maior circulação no Brasil na atualidade¹⁵, e a revista *Realidade* considerada por muitos profissionais de comunicação um marco no jornalismo brasileiro. Nesta pesquisa utilizaremos a revista *Realidade* como fonte de pesquisa, já que ela foi o grande periódico lido ao longo de todo o ano de 1968.

*Realidade*¹⁶ surgiu em 1966, a partir de um projeto proposto por Paulo Patarra que visava a expansão da editora através de uma grande revista de interesse geral. O jornalista, que era o redator-chefe do veículo, estabeleceu alguns pontos de partida que explica muito a linha editorial adotada ao longo de seus dez anos de existência:

1) Revista mensal com muita cor e papel bom; 2) é de classe, de peso, funcionando como ápice da pirâmide de revistas da Abril; 3) para a Editora, a revista é cartão de visita, bandeira, prova de sua capacidade de bem editar; 4) a revista deve trazer prestígio; 5) é de interesse geral, mais masculina que feminina no relacionar e tratar assuntos. Melhor: é revista masculina porque não é feminina; 6) muita mulher precisa ser ganha pela revista; 7) prestígio se consegue com a escolha dos assuntos, com a qualidade do texto e da apresentação; 8) a receita não é a atualidade; 9) a revista vai precisar equilibrar texto e ilustração, não pode ser revista só de texto ou ilustração; 10) o que deve ser a revista é função direta de duas coisas: a) necessidade e possibilidade da Editora; b) necessidade de possibilidade dos leitores (PATARRA, 1994, *apud* MORAES, L. 2007, p.45).

Percebe-se com isso que, já na sua elaboração, os editores, embora visassem o interesse geral, acharam prudente especificar o público para qual era destinada – o que incluía recorte de gênero –, como também diferenciá-la das revistas femininas que eram suas concorrentes, buscando com isto encaixar-se num nicho de mercado bastante específico.

15 De acordo com a Associação Nacional de Editores de Revista (Aner), de janeiro a setembro de 2014 a revista *Veja* possuía uma circulação de 1.167.928, sendo a revista semanal de maior circulação no país, seguida da *Época*, com circulação de 390.709, no mesmo período.

16 *Realidade* aproximava-se do *newjournalism*, um estilo de discurso iniciado nos Estados Unidos que aproximava o jornalismo da literatura, com matérias mais completas e interpretativas, em que muitas vezes o repórter era um dos personagens da narrativa, vivenciando o seu objeto de análise (MORAES, L., 2007). Foi por seu estilo que, em dez anos de existência, a revista ganhou sete Prêmios Esso de Jornalismo, chegou a uma tiragem de 505 mil exemplares na edição no 11 e se destacou como referência de qualidade no meio jornalístico.

E conseguiu. Em contato com duas pesquisas de opinião realizadas pela revista, em janeiro e agosto de 1966, e pela análise das cartas dos leitores, Letícia Nunes de Moraes (2007), em seu livro *Leituras da revista Realidade: 1966-1968* pôde traçar um perfil detalhado, sendo que em sua maioria, os leitores eram homens, da região sudeste, com ensino superior, políticos e professores. Ou seja, a revista atingia predominantemente a elite nacional, classe média, que tinha acesso à educação, às universidades, preocupados com assuntos de grande debate no país, além, é claro, de serem indivíduos economicamente favorecidos e que, desta forma, poderiam pagar pelo preço da revista.

Em um estudo detalhado sobre a revista intitulado *Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*, José Salvador Faro (1999) relata que ela possuía um caráter verticalizado e um discurso transgressor, distribuídos em 12 matérias mensais. Ao problematizar a representação feminina feita pela revista, Faro defende que a revista transgrediu os padrões de comportamento em suas matérias. Ousou ao abordar temas como a prostituição, o anticoncepcional, o divórcio, o parto. Enfim, para ele:

[...] as matérias de Realidade encontravam um contexto favorável à polêmica em torno de padrões de comportamento, mas era um quadro duplamente favorável ao debate sobre o papel da mulher, um debate surdo que pré-existia às matérias da revista, mas que a sintonia de sua pauta com os problemas do presente não deixava escapar. (FARO, 1999, p.108)

Logo, indo ao encontro das ideias de Faro, pesquisas calcadas na perspectiva analítica de gênero que se dedicam a estudar a revista¹⁷ – por levantar assuntos hoje vistos como corriqueiros, mas que para a época ainda eram tabu – chegam a colocar o periódico como um aliado às causas feministas e à emancipação das mulheres. A edição dedicada às mulheres realmente encanta pelo conteúdo, já que apresenta:

[...] uma pesquisa sobre o que é, o que faz, o que pensa e o que quer a mulher brasileira, efetuada por dez pesquisadores que percorreram o Brasil para conseguir 1200 entrevistas; um alegre artigo sobre a indiscutível, nunca proclamada (e terrível), superioridade natural da mulher; oito páginas a cores desvendando os “mistérios” da anatomia e biologia

femininas; um ensaio fotográfico sobre o amor materno; reportagem sobre o trabalho de freiras vigárias no Nordeste; reportagem sobre uma parteira; depoimento de uma jovem atriz sem medo de falar; artigo sobre a ilusão e o desengano de consultórios sentimentais; perfil de uma mãe-de-santo; três histórias de desquitadas com os seus problemas; a aventura de uma mulher que começou costureira e se tornou próspera industrial; e a confissão, corajosa e triste, de uma mãe solteira (LIBERADA EDIÇÃO SOBRE “A MULHER BRASILEIRA, HOJE”, nov. 1968, p.4).

Todavia, Valdir Heitor Barzotto (1998), ao analisar o discurso das diversas edições de *Realidade* em seu doutoramento intitulado *Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso* ressalta que “uma revista é dada a ler como um todo e não enquanto um texto isolado. Assim, [...] veremos que aqueles espaços em que apareciam posições contrárias à ideologia dominante da época, vistos no conjunto da revista, tinham efeito bem mais modesto do que se acreditava” (BARZOTTO, 1998, p.15). Ainda para o autor, esse olhar sobre edições isoladas foi o que fez com que a revista fosse considerada transgressora. Na época, os militantes de esquerda orgulhavam-se de alguns veículos de comunicação por eles driblarem a censura e publicarem assuntos que não atendiam aos interesses do poder.

A discordância sobre o caráter revolucionário da revista, como se percebe nos autores citados, também ocorria entre os leitores da revista, percebido por Letícia Moraes (2007) nas análises das cartas e missivas de leitores publicados até 1968.

É curioso notar que alguns leitores acusam Realidade de ser “francamente antiamericana” e “usar disfarces esquerdistas” enquanto outros a criticam por tomar partido oposto traindo “ideologicamente nossa pátria a favor de uma nação estrangeira”, o que a própria revista traduziu como “pró-americana”. Na edição seguinte, o leitor pernambucano Afonso Barbosa de Carvalho, cuja carta foi reproduzida anteriormente (p.136), acusa a revista de não se definir propositadamente, para “ganhar mais”. Recebe uma resposta evasiva. A revista afirma que “definiu-se política e jornalisticamente quando apareceu ao público”, mas não diz pelo que se definiu. (MORAES, L., 2007, p. 140).

Percebe-se, contudo, que apesar de *Realidade*, em seus três primeiros anos, propor discussões progressistas em questões de costumes sociais, politicamente procurava manter-se imparcial, pois

17 Ver: OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de. A multiplicidade do feminino nas páginas da Revista Realidade. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X; COSTA, Francielly de Brites. *As transformações da mulher brasileira retratadas nas edições especiais das revistas Realidade e Veja*. 2014, 156 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

agindo com audácia a lucratividade da empresa despencaria, tornando seu produto inviável. Por isso, o choque entre a revista e o governo só ocorreu nos primeiros anos. Com isso surge outro questionamento da pesquisa: após a edição destinada às mulheres brasileiras, a revista resistiu à pressão do poder público e continuou a mostrá-las como protagonistas de suas vidas ou reafirmou seu lugar simbólico de gênero já imposto pelo padrão normativo da sociedade?

AS MOCINHAS DE 68: PAPÉIS DE GÊNERO NAS MATÉRIAS DE REALIDADE

Analisando as 12 edições mensais de *Realidade* do ano de 1968, percebe-se que os movimentos estudantis foi abordado pelo periódico pela primeira vez em julho. Apesar de nos meses anteriores terem ocorrido grandes acontecimentos que envolviam jovens e que mobilizaram uma grande parte da população, como a morte do estudante Edson Luís em março, que desencadeou inúmeras manifestações pelo país e a Passeata dos Cem Mil¹⁸. Assim, percebe-se que além do assunto ser pouco abordado, foi dado aos jovens pouco espaço para falar sobre suas reivindicações no movimento.

Há somente três reportagens entre as 12 edições da revista *Realidade* publicadas em 1968 que abordam o tema e em que é dada voz aos participantes dos movimentos estudantis: *Êles querem derrubar o governo* (julho/1968), *A faculdade está ocupada* (julho/1968) e *Eis o que pensa um nôvo líder de esquerda* (agosto/1968), conforme analisaremos a seguir.

A primeira delas, *Êles querem derrubar o governo*, de julho, claramente, foi uma tentativa da revista de passar para os leitores o lado “rebelde sem causa” dos movimentos estudantis, sobretudo da União Nacional dos Estudantes (UNE), que na época agia na clandestinidade. Em 1964 o Regime Militar extinguiu-a, após a realização de um inquérito e o posterior decreto de autoria do Presidente, como a própria reportagem relata. A UNE, após seu último Congresso Nacional, que ocorreu em 1967, estava passando por um processo de cisão entre os considerados “oportunistas” e os “cupulistas, reformistas e conciliadores”. Por “oportunistas” eram conheci-

dos os participantes que, guiados por Luís Travassos (presidente da UNE) e Catarina Meloni, negavam o diálogo com o governo, e acreditavam que a luta deveria ocorrer a partir das massas nas ruas. Já os cupulistas e conciliadores, guiados por José Dirceu e Vladimir Palmeira, eram assim chamados por acreditarem na necessidade de dialogar com o governo, e por preferirem tomar as decisões dentro do conselho.

É essa luta interna que é destacada pela revista, através da participação do repórter José Carlos Marão em uma “secretíssima reunião de sessenta líderes estudantis de todo o país”. O autor destaca, porém, que “numa coisa eles todos estão de acordo: eles querem derrubar o governo” (MARÃO, 1968, p.26). A reportagem, tal qual as literaturas sobre o ano de 68, apresenta termos generalistas ao tratar dos atores dos movimentos estudantis. Já no início, ao descrever questões de segurança tomadas pelos participantes, diz-se que um “cabelo comprido raspado de repente ou um bigode que desaparece de um dia para o outro” (idem, p. 26) garante que façam o seu serviço. Também, sobre as roupas que devem usar, descrevem que não pareça com a de um estudante, optando por “terno e gravata de preferência”. Exclui-se, desta forma, o modo como as mulheres precisavam agir para manter a clandestinidade.

Por ser uma revista inspirada no *newjournalism*, e por isso mais literária que o jornalismo convencional, é comum a descrição detalhada de lugares e pessoas com quem o repórter se depara ao longo da sua pesquisa. Na reportagem já citada, “Êles querem derrubar o governo”, Marão descreve cuidadosamente cada detalhe de postura, objetos, veículos, diálogos, lugares e características físicas de seus atores. Sem uma análise crítica de gênero, esses detalhes poderiam passar despercebidos:

Luís Travassos, 22 anos, é um môço magrelo, meio alto, de voz e sorriso muito calmos, mas que numa assembléia ou concentração de estudantes se transforma. ‘Falando, é um leão’, dizem dêle” (idem, p.28).

Vladimir Palmeira, um carioca de altura média, meio gordinho, ia ser um dos terrores do Conselho. Com uma condição de liderança inegável, é filho do Senador Rui Palmeira. Muito jovem, tem a habilidade de quem está na política há tempos” (idem, p.32).

18 Os dois fatos chegam a ser citados no interior das reportagens analisadas, em julho e agosto, entretanto, sem o devido destaque. A morte do Edson Luís foi relatada como um dos acontecimentos no box em que é contada a história da UNE, na primeira fonte, e a Passeata dos Cem Mil como uma das conquistas do militante protagonista das reportagens, na última fonte desta pesquisa.

Catarina Meloni, a môça alta, vistosa, do interior de São Paulo, voz fina mas firme, pediu que os conselheiros vetassem a intervenção dos seis diretores da UNE da segunda posição” (idem, p.34).

Percebe-se que ao falar dos rapazes, os termos “leão” e “um dos terrores” dão o tom de força e coragem atribuídos ao masculino, sobretudo aos líderes de alguma organização. Já à Catarina, foram destinadas poucas características, além de nenhuma delas estar associada à sua capacidade política, como aos outros dois jovens citados. Enquanto Travassos transforma sua “voz e sorriso muito calmos” em um “leão”, e Vladimir é uma “liderança inegável” e possui “habilidade de quem está na política há anos”, Catarina é “vistosa”, e possui voz “firme”, embora “fina”. Entretanto, o trecho da reportagem que mais destaca as diferenças entre os gêneros, e reforça os papéis normativos das mulheres na sociedade, é o que a encerra:

- [...] Foi um dos melhores dias de Catarina:
 – Ficou contente com a vitória, Catarina?
 – Claro. Você viu? A massa está com a gente.
 – Catarina, você só faz política estudantil, mais nada?
 – Mais nada.
 – É disso que você gosta?
 – É.
 – Não sobra tempo nem pra namorar?
 – Sobra, claro. Afinal, êsse trabalho não é tão árduo assim.
 – E você tem namorado?
 – Não, *num* dá tempo. (idem, p.35)

Dos entrevistados para a reportagem, nenhum outro havia sido questionado sobre sua sexualidade, afetividade e exclusividade no movimento estudantil. A noiva de Travassos até chega a ser citada na matéria, mas como a pessoa que quando encontra alguém que verá o noivo, envia-lhe uma camisa limpa. Logo, com olhar atento, notamos que por mais que a revista tentasse transgredir os padrões da época, reforçava-os.

O ativismo dos rapazes, por exemplo, foi destacado como algo que os obrigava a abandonar suas casas, deixar de ver seus pais, e ter “uma vida corrida, de reuniões, prisões, discursos, discussões e fuga da polícia” (idem, p.28), e isso já bastava. Já a Catarina foi questionado se ela não fazia mais nada, nem mesmo namorar. Reforçando-se que ela deveria fazer mais coisas, ou seja, assumindo outros papéis que a ela cabem – papéis do espaço privado historicamente destinados à mulher, como casar e ter filhos, iniciados por um namoro.

Na segunda reportagem, *A faculdade está ocupada*, também de julho de 1968, Dirceu Soares

“conta como os universitários vivem semanas dentro de uma faculdade, seus momentos de tensão, suas preocupações, seus medos, suas brigas com grupos rivais e os problemas de espionagem” (SOARES, 1968, p.49). Diferentemente da reportagem anterior, essa demonstra com mais clareza a organização dos estudantes, suas reivindicações, sua politização, embora encerre demonstrando o cansaço dos ativistas no movimento. Entretanto, nela está mais evidente as diferenças de gênero dentro do movimento, criando assim, subjetividades em torno da participação das mulheres na ocupação da faculdade.

Como o repórter detalhou o cotidiano dos estudantes alojados na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), percebe-se que cabia predominantemente aos rapazes a função de segurança e liderança, e às mulheres a manutenção do prédio. Os termos femininos só eram destacados quando explicavam funções secundárias socialmente destinadas a elas, como passar recados e cozinhar. No restante das atividades, mantinha-se os termos generalistas, como “alunos” e “estudantes”:

Os estudantes da Segurança formam, na estrutura da escola ocupada, um misto de polícia estudantil, encarregada da defesa do prédio e de colegas, e de grupo de choque nas passeatas (SOARES, 1968, p.50).

[..] apenas uns vinte rapazes de Segurança permanecem no prédio da Maria Antônia (idem, p.52).

Algumas môças, na entrada, pedem donativos em dinheiro para a campanha e cigarros para os que vão passar a noite vigiando a escola (ibidem).

O cardápio afixado na parede, prevendo **Conso-mê à Mao, Patê à Ho Chi Minh** ou **Bananas da tropicália**, é só de brincadeira, na verdade, é sempre sopa de ervilha, macarrão ou arroz, comprados com o dinheiro da caixinha e preparados por universitárias da Comissão de Manutenção. São elas também que fazem o café com leite de manhã e sanduíches (idem, p. 54, grifos do autor).

Os termos “môça” e “rapaz”, como usados nos trechos acima citados, criaram uma relação de paralelo, próximo à ideia de igualdade, não reforçando, como em outros momentos, aspectos de feminilidade e fragilidade da mulher. O que destaca os papéis de gênero são as funções normativas descritas para cada um. Entretanto, em outros momentos, a reportagem utiliza o termo “mocinha”, no diminutivo, que ao lado de “rapaz” causa a sensação de fragilidade, de alguém que precisa ser tutelado, com

menos importância, com papel menos considerável, ou até mesmo insignificância no movimento¹⁹. O que pode ser observado no trecho a seguir:

Agora o alto-falante só enche de som o saguão. Uma mocinha, através dêle, avisa os horários de aulas dos cursos-pilotos que estão sendo feitos nestas férias, conferências, assembléias; ou convoca alguém da Segurança para resolver um problema (idem, p.52).

Uma mocinha chega para um rapaz da Segurança que está na porta e lhe entrega um bilhete:

– Acho que encontrei mais um dedo-duro – diz ela ao ouvido do rapaz. O sobrenome dêle está aqui. Vou ver se consigo o nome todo e depois trago.

No saguão, outra mocinha vê um rapaz fumando e pede um cigarro, explicando:

– Eu tinha um maço cheio mas dei êle todo na porta. Você não deu, deve ter aí.

– Eu só dei alguns. Se tivesse dado todos, como é que a gente poderia estar fumando agora? (idem, p.56).

Ainda, a reportagem traz como um dos seus subtítulos *Os amôres da espiã*, no qual relata a história de Heloísa Helena Magalhães, policial que se infiltrou no movimento estudantil, namorou diversos membros, até chegar ao líder, José Dirceu, de quem colhia informações e repassava ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Heloísa foi descoberta, presa pelos estudantes e virou piada. O que chama atenção no posicionamento da revista sobre a espiã é que quando relatam uma história onde o protagonismo é de uma mulher, ainda é sob o véu da estereotipação de gênero. A revista descreve: “É bonitinha, mas tem os dentes um pouco para fora” (SOARES, 1968, p.56), reforçando a objetificação do corpo feminino que precisa ser avaliado e aprovado dentro dos padrões sociais. É interessante ressaltar que a desqualificação de “atributos físicos” da mulher, ou o questionamento de sua feminilidade, é estratégia histórica para deslegitimar seus discursos e/ou ações. É a maneira de, através do escárnio, deslegitimar sua fala. Constrangê-las e silenciá-las.

Mais à frente, a reportagem conta que a Polícia desmentiu a espiã, dizendo que ela era “vaidosa, cheia de imaginação e queria aparecer”, uma busca clara de reafirmar o desequilíbrio emocional historicamente associado às mulheres. Ao fim do trecho, quando Soares relata o desfecho da história da espiã, que depois de liberta virou assunto nacional de jornais e revistas, reafirma esse lugar subjetivo de gênero dizendo: “Heloísa, a que queria aparecer, apareceu” (idem, p.56).

A terceira reportagem, intitulada *Eis o que pensa um nôvo líder da esquerda*, de agosto de 1968, traz um posicionamento explícito da revista *Realidade* sobre qual dos lados de cisão da UNE, citados na reportagem de julho, eles apoiavam. Nela, o jornalista Marcos de Castro faz uma entrevista secreta com Vladimir Palmeira, líder estudantil estadual do Rio de Janeiro, citado na reportagem *Êles querem derrubar o governo* como da “segunda posição”, ou seja, a “conciliadora”. A revista apresenta, de forma quase romântica, a imagem de um novo líder da esquerda pacífico, calmo, e que embora consiga organizar grandes manifestações, tem a clara consciência de que estudantes não conseguem derrubar governos. Ressaltamos que, no mês seguinte, seriam realizadas as eleições para a presidência da UNE e a revista apoiava que Vladimir era um grande nome para o cargo.

Na descrição de Vladimir, após seu nome e idade, é seu estado civil que aparece, já que socialmente, ser casado, como é o seu caso, demonstra maior responsabilidade. Nessa descrição, não são ressaltadas características físicas do líder estudantil, diferentemente do que acontece com “sua mulher”, que é apresentada aos leitores já no primeiro parágrafo: “Na frente ia sua mulher. Ana Maria, loura, magrinha, cabelos muito compridos. Como o marido, ela é aluna da Faculdade Nacional de Direito, mas êles estão suspensos por dois anos por atividades políticas” (CASTRO, 1968, p.63). Uma foto de Vladimir e a esposa, ambos de perfil, aparece na terceira página, com a legenda: “‘Minha vida particular não interessa’. Êle e a mulher”.

Apesar de o jovem explicar aos jornalistas que, como seu interesse por ele enquanto fonte é no campo político, é nesse campo que os repórteres devem manter suas perguntas, Castro consegue incluir a esposa de Vladimir na matéria, sem nada perguntar sobre ela. “Nesse dia, enquanto Vladimir dava a entrevista, sua mulher funcionou como olheira, enquanto ia buscar no botequim em frente sanduíches que seriam o almoço dos dois, como em tantas outras vezes” (CASTRO, 1968, p.64). Utilizar a imagem da mulher companheira, cuidadora, e abaixo na hierarquia de gênero, reforça a masculinidade, a seriedade, a responsabilidade e a força do líder. Se ele é alguém que merece esse cuidado, é alguém que merece também a confiança do leitor.

19 Sobre o assunto indicamos novamente: BORGES, Cristina. A mulher na língua do povo: uma análise linguístico-semântica. Disponível em www.facimed.edu.br.

Quando houve a oportunidade de demonstrar a igualdade de gênero dentro do movimento, ressaltando a participação além do líder, sobretudo de Ana Maria, que também fora afastada da faculdade por posicionar-se politicamente, entretanto, o autor optou por destacar a importância de outros moços:

Mas é claro que, sozinho, Vladimir Palmeira não faria nada. Apesar do peso de sua liderança – do que, aliás, ele tem nítida consciência, sem que isso lhe suba à cabeça –, há outros moços que formam uma espécie de estado-maior da organização estudantil carioca, num perfeito entrosamento de equipe (idem, p.67)

Nada mais é dito sobre as mulheres nas três reportagens, nenhuma outra ativista é ouvida ou relatada como protagonista dos movimentos. O silenciamento, assim, também demonstra que apesar do interesse da revista em conquistar o público feminino – mesmo que se diferenciando das revistas especializadas do gênero –, em manter autonomia e independência do regime militar e ajudar o Brasil a descobrir-se (SCALZO, 2004), ela evitou ser tão audaciosa, pois pretendia manter-se no mercado. Além disso, deve-se levar em conta que ela era uma revista feita por homens e para os homens, uma vez que em seu quadro de editores e jornalistas, as mulheres eram somente convidadas em algumas edições, e seu público era predominantemente de homens como já descrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1968 ainda tenta ser compreendido. Para contar seu impacto para a história do Brasil, historiadoras e historiadores continuam a resgatar depoimentos e dar visibilidade aos participantes dos movimentos de resistência a um regime militar que começava a se mostrar como tal. Nas edições de 1968 de *Realidade*, percebe-se que somente os estudantes estavam cientes da sua inserção em uma ditadura militar proveniente de um golpe de Estado. Muitos ainda duvidavam, argumentando inclusive, que se os jovens estavam podendo se manifestar, sair às ruas e ocupar faculdades, é porque ainda permaneciam em um estado democrático. Hoje se sabe que não.

O silêncio sobre as mulheres é uma incógnita ainda maior para a história. Embora participassem dos movimentos, a elas era destinado um papel considerado secundário, como um apoio aos reais atores, os homens. Embora muitas delas tivessem

capacidades para estar em cargos de liderança, elas mesmas não exigiam essa posição, por não terem a consciência da opressão que vivenciavam, já que estavam inseridas e identificadas em uma sociedade patriarcal. Faltava-lhes consciência de gênero, faltava-lhes contato com mulheres que já haviam descoberto o feminismo e estavam buscando seu lugar igualitário na sociedade.

Os veículos de comunicação de massa poderiam ter feito o papel social de despertar essas mulheres ao movimento de busca pela emancipação feminina, que acontecia em diversos outros países. Poderiam falar de feminismo, de Simone de Beauvoir, da queima dos sutiãs. Sobretudo *Realidade*, que era um veículo proposto a ser transgressor e revolucionário para a época. Ao contrário, o que se percebe nas reportagens analisadas é uma naturalização dos padrões sociais de gênero.

As poucas vezes que foram citadas, as raras vozes femininas ouvidas, os generalismos de termos e o uso de “mocinha” em alguns trechos, destacaram o papel secundário ao qual as mulheres eram destinadas nos movimentos de esquerda. Ressaltavam a visão de fragilidade e necessidade de cuidados do universo feminino. Ao questionar Catarina sobre suas atividades fora do movimento, sobretudo se namorava, a revista reforçava o destino social esperado de uma mulher. Ao falar de Ana Maria, esposa de Vladimir Pereira, sem lhe dar voz, mas relatando que a ela cabia “buscar o sanduíche” enquanto ele era entrevistado, reforçava-se que à mulher é destinado o espaço privado e ao homem o público.

Até mesmo ao abordar em um trecho de sua matéria um papel protagonizado por uma mulher, a policial espiã Heloísa, a revista ressaltou sua vida sexual, como se seu profissionalismo fosse construído a partir do sexo. Também sobre ela abordaram o desequilíbrio emocional, recurso muito utilizado pelo patriarcado para deslegitimar o discurso de resistência das mulheres na sociedade. Com seu posicionamento, *Realidade* legitimou o silêncio e a invisibilidade das mulheres ativistas de 1968, assim como a maioria das literaturas acadêmicas fizeram.

Conclui-se, assim, que é necessário que pesquisadoras feministas continuem a acreditar em uma categoria de análise de gênero como fundamental para o entendimento da história mundial. A nós cabe resgatar os conflitos e tensões, as subjetividades e representações de gênero que fizeram, e continuam fazendo, com que a sociedade normatize papéis de protagonistas e coadjuvantes, sendo os homens os

seres ativos, e as mulheres as passivas e submissas. As mulheres participaram da história, resistiram às desigualdades e, sobretudo, estão destacando essas tensões para despertar mais mulheres ao seu empoderamento e emancipação. Por isso, pesquisas como esta precisam de continuidade, para que aos poucos se atinja a igualdade tão almejada pelos movimentos políticos feministas. Academia e ativismo, desta forma, podem caminhar juntos.

FONTES

MARÃO, José Carlos. Eles querem derrubar o governo. In **REVISTA REALIDADE**. São Paulo: Editora Abril, Ano III, edição 28, jul. 1968, p.26-36.

SOARES, Dirceu. A faculdade está ocupada. In **REVISTA REALIDADE**. São Paulo: Editora Abril, Ano III, edição 28, jul. 1968, p.49-56.

CASTRO, Marcos de. Eis o que pensa um nôvo líder de esquerda. In **REVISTA REALIDADE**. São Paulo: Editora Abril, Ano III, edição 29, agos. 1968, p.62-67.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BARZOTTO, Valdir Heitor. **Leitura de revistas periódicas**: forma, texto e discurso. Um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976). 228 f. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos de Linguagem/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

FARO, José Salvador. **Revista Realidade, 1966-1968**: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Canos: Ed. da ULBRA, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade do saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. In **Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 3, p. 359-370, 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300011. Acesso em 14/08/2015.

HALL, Stuart. El trabajo de la representación. In Stuart Hall (ed.), **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London, Sage Publications, 1997. Cap. 1, pp. 13-74. Traducido por Elías Sevilla Casas.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade política entre o moderno e o pós-moderno. Trad. Ivone Catilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

LIBERADA EDIÇÃO SÔBRE “A MULHER BRASILEIRA, HOJE”, in **REVISTA REALIDADE**. São Paulo: Editora Abril, Ano III, edição 31, nov. 1968.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Fazendo gênero 8** – Corpo, violência e poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>, acesso em 06/16.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2008.

MORAES, Letícia Nunes. **Cartas ao editor**: leituras da revista Realidade (1966-1968). São Paulo: Alameda, 2007.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O golpe de 1964: testemunho de uma geração. In **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964/2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz.

O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas**. 28 de julho a 1 de agosto de 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. 1968: contestação e utopia. In HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (org.). **1968: contestação e utopia**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. In **Clio – Séir Revista de Pesquisa Histórica** – N. 26-1, 2008.

_____. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. In **Topoi**, v. 12, n. 22, jan-jun. 2011.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.) – **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2005.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Militância Feminina na Luta Armada Brasileira (1968-1973). In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. **Anais**. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Maria%20Claudia%20Badan%20Ribeiro.pdf>. Acesso em 23/08/2015.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

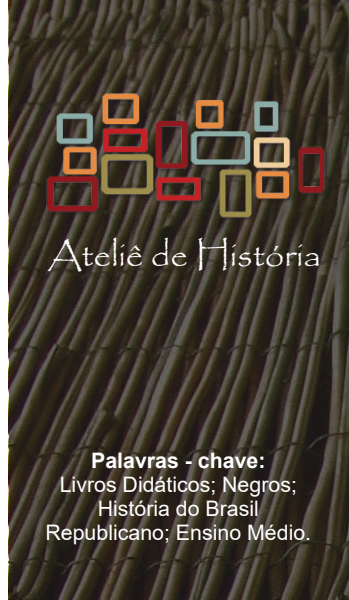
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, 20 (2), jul./dez., p. 71-99, 1995.

_____. Os usos e abusos do gênero. In **Projeto História**, São Paulo, n. 45, pp.327-351, Dez. 2012.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. In **História: Questões & Debates**, Curitiba, n.34, p. 11-44, 2001. Editora da UFPR.

WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias e militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. In **Relações de poder e subjetividades**. Org. Joana Maria Pedro, Artur Cesar Isaia e Carmencita de Holleben Mello Ditzel. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968: eles só queriam mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.



REPRESENTAÇÕES DOS NEGROS NA HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD - 2015

Juliana Aparecida Nunes ¹

Luis Fernando Cerri ²

INTRODUÇÃO

Resumo: Esta pesquisa apresenta os resultados do trabalho de conclusão de curso que busca compreender de que maneira os negros são representados ao longo da História do Brasil por meio da análise de Livros Didáticos de História. Para isso, são abordados pontos cruciais como a trajetória do negro no Brasil, o mercado editorial e todas as tensões que permeiam a produção, distribuição e utilização de Livros Didáticos. Também, são mencionados conceitos de extrema importância para a Didática da História como mediação didática, consciência histórica e formação de identidade. Foram escolhidos livros pertencentes ao Programa Nacional do Livro Didático- PNLD de 2015, por serem os mais recentes a estarem nas escolas. O critério de seleção entre todas as coleções foi utilizar as mais vendidas por estarem em maior número nas escolas de todo o Brasil, atingindo diversos estudantes. Para isso, foram levantados dados disponíveis no site do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- referente às coleções mais vendidas por componente curricular. Por meio do levantamento bibliográfico feito, percebeu-se que a maioria das pesquisas voltam-se ao período de escravidão e ao Ensino Fundamental. Através da análise dos guias dos livros didáticos mais recentes- de 2013 a 2017- ficou claro que é muito restrita a abordagem do negro no período pós-abolição. Por esse motivo, esse trabalho pretende analisar as representações dos negros nos livros do Ensino Médio durante o Período Republicano.

Essa pesquisa teve como motivação os mais de dez anos da promulgação da Lei 10.639 de 2003, pela qual tornou-se obrigatório incluir o conteúdo de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de nível fundamental e médio. Sendo o Livro Didático um importante alicerce para os professores e um material bastante utilizado em sala de aula, surgiu a curiosidade de entender como esses livros representam os negros na História do Brasil. Para isso, foi realizada uma análise com os Guias dos Livros Didáticos, que são disponibilizados aos professores para que eles possam escolher os materiais que utilizarão em sala de aula por meio de uma descrição das coleções. Nesses Guias também é feito um parecer geral de todos os materiais, ressaltando pontos positivos e negativos. Foram utilizadas essas descrições gerais das coleções dos anos de 2013 (por já ter passado dez anos de promulgação da lei) a 2017 (por serem os mais atuais a estarem disponíveis nas escolas públicas) para entender quais os progressos e barreiras quando se diz respeito à questão dos negros.

Por fazerem parte de ciclos trienais, os cinco guias utilizados foram destinados a níveis de ensino diferentes. Os de 2013 e 2016 destinavam-se aos anos iniciais do Ensino Fundamental, os de 2014 e 2017 aos anos finais do Ensino Fundamental e o de 2015 ao Ensino Médio. De forma geral o que ficou perceptível com esses guias (BRASIL, 2013; 2014; 2015; 2016; 2017) é que nos últimos anos no que se refere a questão da presença dos negros nas coleções aprovadas pelo PNLD- Programa Nacional do Livro Didático- ocorreram vários avanços. Aos poucos eles estão deixando os negros integrados aos capítulos gerais dos livros e não mais em capítulos apartados. Eles passaram a dar maior ênfase às questões que envolvem a resistência negra, a escravidão e a cultura africana como fundamental para a formação de uma cultura brasileira. Um ponto levantado por eles como fundamental nessa questão é o avanço da legislação que aborda essa temática na educação e a preocupação do MEC- Ministério da Educação- para que essa demanda seja cumprida pelos livros didáticos, fazendo parte até mesmo das avaliações.

Apesar disso, os guias dos livros didáticos apontam que ainda existem muitos desafios a serem superados quando se refere a essa temática. Um ponto negativo destacado e visto como um ponto a ser superado é que apesar de ser feito um bom trabalho referente às questões que envolvem a escravidão, os negros praticamente somem das narrativas no período pós-abolição e é pouco debatida a situação que se encontram essas pessoas na atualidade. Esses resultados obtidos acabaram encaminhando a pesquisa a

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: juu.a.nunes@gmail.com

² Orientador. Doutor em Educação pela Unicamp. Professor associado no Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

dar foco na forma como os negros são representados ao longo da República, para assim entender como esses manuais didáticos estão conseguindo suprir essa demanda.

Com base num levantamento feito de pesquisas que se dedicaram a estudar os livros didáticos na atualidade revisados para essa monografia (vide capítulo 2, no qual se encontra mais claramente algo sobre revisão bibliográfica realizada), ficou perceptível que a grande maioria dos trabalhos se voltaram a estudar alguma temática em livros do Ensino Fundamental e buscaram fazer uma reflexão sobre rupturas e permanências entre obras de períodos diferentes. Por esse motivo, a opção dessa pesquisa é por analisar os livros do Ensino Médio, mais especificamente o livro do terceiro ano, por ser nessa série que o Período Republicano é estudado, do PNLD de 2015, por serem os mais recentes a estarem nas escolas e serem os únicos posteriores aos dez anos da Lei 10.639/03 referentes a essa fase do ensino. Nos trabalhos referentes aos negros nos manuais didáticos foi possível perceber que eles aparecem no ensino e na divulgação da História do Brasil principalmente no período da escravidão.

Se tratando das narrativas que contemplam os negros por meio do ensino da História nas escolas, é perceptível que há a falsa sensação de que todos os problemas que envolvem esses indivíduos na atualidade têm relação exclusivamente com o período de Escravidão. Isso acaba apagando os preconceitos, repressões e dificuldade para ascender socialmente nesse período. Também, são deixadas de lado as mais diversas lutas por direito e as formas de organizações que eles encontraram para tentar mudar a realidade em que se encontravam.

Nascimento (2005), em seu trabalho intitulado “Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – o pós-abolicionismo no ensino de História”, analisa questões abertas de vestibular que indagam sobre a condição dos indivíduos negros no período após o fim de regime escravista. As respostas encontradas remetem a um total apagamento dessas pessoas ao longo da República e muitas vezes eles aparecem de forma estereotipada, sendo ligados diretamente ao crime, prostituição e a miséria.

Essas formas de representar os negros fazem parte de uma construção social, que é feita para considerar a cor como um fator de desigualdade. José D’Assunção Barros (2009) em seu livro “A construção social da cor: diferenças e desigualdades na for-

mação da população brasileira” traz essa discussão pautada nos conceitos de igualdade, desigualdade e diferença.

Ele define o conceito de diferenças como o oposto a igualdade, que fazem parte da natureza humana e não podem ser mudadas, como por exemplo a diferença de idade entre dois indivíduos. Já as desigualdades são construídas por meio de processos históricos para a legitimação de algumas pessoas em relação a outras e estão sujeitas a mudanças. A questão de diferenciação da pele está situada no campo das desigualdades, já que não há como definir um padrão absoluto branco ou negro, pois existem vários tons de pele, formatos de cabelos e nariz. Uma outra justificativa para situá-la nesse campo é que a ideia de “negro” foi construída pelos brancos, já que os povos africanos diferenciavam-se por tribos.

Partindo da ideia de que as desigualdades são reversíveis, destaca-se a importância do ensino como um campo estratégico para que isso aconteça. Nele, acontece a transmissão de valores que podem ser incorporados à consciência histórica dos estudantes, podendo interferir também na forma como esses estudantes se identificam e identificam aos demais. Sendo os livros didáticos uma das mais importantes ferramentas do ensino de História (RÜSEN, 1997, p. 79), é necessário compreender como os negros estão sendo representados nesses livros.

A ideia inicial desse trabalho era utilizar as dez coleções de História mais vendidas em todo o país. Por isso, foram levantados dados disponíveis no site do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- referentes à quantidade de livros distribuídos por componente curricular. Mas por algumas análises demandarem mais tempo do que o calculado, optou-se por utilizar as cinco coleções mais vendidas nas análises que foram necessários um maior tempo para serem realizadas e manter as dez coleções apenas na análise quantitativa de imagens.

No primeiro capítulo será debatida a História dos negros no Brasil com enfoque no período republicano, mostrando sua trajetória desde a abolição da escravidão até a atualidade. Também serão abordados os diversos posicionamentos dos pesquisadores das ciências sociais referente a questão dos negros no Brasil ao longo do tempo, além da trajetória de lutas e diferentes perspectivas ao longo do tempo no que se refere aos Movimentos Negros e especificamente a sua luta por representação na educação.

No segundo capítulo serão tratadas as questões teórico-metodológicas dessa pesquisa. Nele será feito uma breve discussão sobre a Didática da História- área em que essa pesquisa se encontra- e alguns conceitos importantes para ela, além do levantamento de pesquisas feitas sobre livros didáticos na atualidade, alguns conceitos importantes quando se fala de livros didáticos, o processo de escolha dos livros e as metodologias específicas utilizadas para cada uma das análises feitas.

No terceiro capítulo abordaremos os resultados alcançados com a pesquisa por cada uma das análises desenvolvidas. Foram realizadas análises quantitativas e qualitativas. Por meio delas, é perceptível que o lugar destinado aos negros nesses materiais é ainda muito restrito.

1. OS NEGROS NAS REPRESENTAÇÕES DO BRASIL E SUA HISTÓRIA

Para compreender a situação e representações dos negros ao longo do Período Republicano faz-se necessário levantar alguns aspectos históricos importantes. O primeiro ponto a ser pensado refere-se ao contexto pós-abolição e as condições precárias enfrentadas por eles a partir desse momento.

Outro fator a ser levantado é que o preconceito racial, ao contrário do que muitos pensam, não tem sua raiz apenas na escravidão, mas foi construído também ao longo da República, quando foi remoldado para aplicar-se ao novo contexto brasileiro. Conforme José D'Assunção Barros (2009, p. 51):

Desconstruída a escravidão pelo posterior processo abolicionista, a percepção de uma diferença “racial” entre negros e brancos continuou contudo a fazer parte das percepções sociais mais significativas. A cor, na realidade brasileira pós-colonial passou então a constituir uma diferença que habita o plano da essencialidade social e política. Mas a verdade é que a percepção desse tipo de diferença enfaticamente calcada na cor é uma questão cultural [...]

Para isso, vários intelectuais mobilizaram-se ao longo do tempo para pensar a questão racial.

Também, é preciso pensar no que diz respeito às mais diferentes formas de resistências e lutas que esses grupos encontraram para tentar garantir seus direitos, sendo a principal delas através do Movimento Negro. Segundo Amílcar Araújo Pereira (2013 p. 109-130) quando se trata de organização

política, ele pode ser dividido em três fases diferentes: a primeira se iniciaria com a fundação da Frente Negra Brasileira em 1931 e se encerraria em 1937 com o fechamento da mesma pelo governo de Getúlio Vargas. A segunda se daria a partir de 1945, com o fim do Estado Novo, tendo como principal marco a criação do Teatro Experimental do Negro e atuando até a ditadura militar. Já a terceira fase, chamada de movimento negro contemporâneo tem início em 1978 com a criação do Movimento Negro Unificado- MNU. Cada uma dessas fases possui lutas diferentes.

Nessa última fase novas formas de reivindicação entraram em discussão. Uma delas se deu no campo educacional. Eles passaram a pedir a revisão de preconceitos no ensino, a valorização da sua cultura e professores capacitados para trabalharem com os temas envolvendo a cultura afro-brasileira.

Ao longo desse capítulo serão abordadas questões que envolvem a situação dos negros no Período Republicano, a trajetória do movimento negro, o desenvolvimento de teorias raciais brasileiras para explicar o preconceito racial e a mudança dessa perspectiva e a luta travada por direitos no campo educacional.

1.1 TRAJETÓRIA DOS NEGROS NO PERÍODO REPUBLICANO: ENTRE RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS

Desde a chegada dos negros no Brasil, foi estabelecida uma situação de desvantagem em relação aos brancos, dado o próprio contexto no qual essa chegada se deu: uma mudança forçada, para atender necessidades de mão de obra, na condição de mercadoria, enfim, numa situação que, para se reproduzir no tempo, necessitou de operações ideológicas que passaram por elaborar e disseminar uma visão sobre a população negra escrava como objetos e inferiores. Além dessa marca de origem no escravismo, o racismo é sustentado pelo cientificismo do Século XIX, que defende a ideia de superioridade da “raça” branca e distorce a teoria darwinista para justificar as hierarquias. Em contraposição a estes componentes de domínio e controle, a trajetória do negro no Brasil foi marcada pelas mais diversas lutas, entre elas a fuga para os quilombos, as diferentes formas de resistências e a luta pelo fim da escravidão através do movimento abolicionista

(GOMES, 2011).

A escravidão foi abolida sem nenhuma indenização ou apoio aos negros para se estabelecerem como cidadãos em condições de igualdade. A abolição em si comoveu a população e também foi ocasião de grande esforço para disputar no âmbito da memória a consagração dos grandes heróis. Essa disputa envolvia os defensores da monarquia e os republicanos. Os defensores da monarquia exaltavam a Princesa Isabel como grande heroína desse processo, dessa forma buscavam garantir apoio popular, principalmente dos recém-libertos. Já os republicanos criticavam a monarquia por tentar usurpar dessa conquista. A população negra participou ativamente de mais essa luta. Uma grande parte dos negros defendiam a monarquia, pois atribuíam a ela sua libertação da escravidão e por medo de que o governo republicano lhes tirasse de alguma maneira a liberdade finalmente conquistada, mas ainda haviam negros que apoiavam a República em busca dos valores de liberdade e igualdade que eram ideais dessa nova forma de governo (ALBUQUERQUE, 2010, p. 94-96).

Mesmo com o fim da escravidão em 1888 e o fim do Império em 1889, os negros continuaram sendo alvos de preconceito pela sociedade em geral. Murinelli (2010, p.852), parafraseando Lilian Schwartz, mostra que com o fim da escravidão e o empenho das classes dominantes contra mudanças mais profundas, fez-se necessário um novo projeto político para o Brasil que justificasse a permanência das hierarquias sociais existentes. Esse projeto encontrou subsídios no darwinismo social, que responsabilizava a miscigenação entre brancos, negros e indígenas pelo “atraso” do Brasil. Através dessa teoria, intelectuais brasileiros criaram um pensamento racial próprio. Apesar de condenarem a miscigenação, viam nela uma das formas de tentar melhorar a sociedade através da política de branqueamento, desenvolvida pela República e vista como solução para falta de desenvolvimento do país.

Segundo Santos (2015, p.15-22), por meio dessa política, o Brasil passou a incentivar a vinda de imigrantes somente da Europa através da primeira constituição republicana. Conforme as legislações da época, os negros que até o Império eram vistos como meros objetos, na República passaram a serem vistos como cidadãos de segunda categoria. Buscando atrair mais imigrantes europeus, o governo brasileiro passou a patrocinar intelectuais para participarem de congressos internacionais e propa-

garem a ideia de que em menos de um século não existiria mais mestiços e negros e indígenas iriam sumir.

Essa política – entre outros fatores – serviu para inferiorizar ainda mais o lugar do indivíduo negro na sociedade, expulsando-os dos centros das cidades e desvalorizando tudo que tivesse relação com a cultura negra e indígena, buscando assim os ideais de progresso europeu. Além disso, foram negados aos negros direitos essenciais como à saúde, educação e ao emprego, visto que a prioridade de mão-de-obra era a imigrante, com a justificativa de que estes estariam acostumados com a nova realidade de trabalho livre e assalariado, assim gerando reserva de mão-de-obra e deixando o trabalhador negro em segundo plano com trabalhos menos rentáveis ou com remuneração disfarçada (NASCIMENTO, 2005, p. 16-18).

Desde a década de 1930, a intelectualidade brasileira passou a preocupar-se com a busca pela modernização, progresso e com a superação do modelo de Brasil anterior. Nesse mesmo contexto, Gilberto Freyre publicou sua obra “Casa Grande e Senzala”, na qual transmitiu a ideia que as relações entre senhores de engenhos e escravos eram pacíficas, por isso, o país se consolidou sem discriminação ou preconceito. O mito da existência de uma democracia racial (que será discutido com mais ênfase mais a diante) ultrapassou os âmbitos acadêmicos e estava presente na sociedade em geral, sendo disseminada por todas as pessoas e ultrapassando barreiras de classe social e regionalistas. O Brasil passou a ser considerado por muitos outros países um exemplo, no qual as diferentes raças conviviam pacificamente, sem conflitos e sem diferenças. Um grande problema disso é que essa atitude de negar que existe diferenças raciais no país geram um preconceito velado, mas muito perverso e, por isso não é dada a devida atenção a ele (SIQUEIRA, 2005, p. 107-115).

Apesar de todos os estereótipos sobre os negros criados durante o período republicano, a população negra persistiu em busca de seu espaço na sociedade de formas distintas, e a educação foi uma das principais alternativas. As escolas passaram a serem vistas no período republicano como uma das maneiras de propagar a nova forma de nação que estava sendo construída, tentando levá-la a grande maioria da população, mas essa educação formal era negada aos negros. Por isso, esses indivíduos criaram suas próprias instituições de ensino.

Conforme Durante (2006, p. 43-52), foram

criadas entidades negras que possuíam caráter cívico e recreativo, educacional e assistencialista, com isso buscavam o fortalecimento de sua identidade e a defesa de seus interesses. Duas entidades destacadas pelo autor, que além de tudo isso ainda imprimiram caráter político as suas lutas, foram o Centro Cívico Palmares e a Frente Negra Brasileira. Um dos objetivos da educação desses negros era transmitir a moral vigente na sociedade, buscando a integração com a sociedade branca. Para isso, tentavam se afastar da imagem negativa construída em relação aos negros e incorporavam valores da cultura hegemônica. Porém, eles valorizavam seu passado e visavam a construção de uma identidade coletiva através do conhecimento dos antepassados considerados importantes para sua história, cantos, rituais, conhecimento da cultura e estudo de intelectuais negros.

Outra forma de politização dos negros e de seus movimentos sociais foi a Imprensa negra. Esses jornais envolviam vários grupos que se classificavam como “associação de homens de cor”. A partir de 1915 passaram-se a multiplicar o número de títulos referentes a essa imprensa. Por meio da análise desses títulos fica evidente a variedade de posições tomadas pelos negros ao longo do período republicano e que até mesmo dentro do mesmo grupo existiam diferenças de posicionamentos. Um dos primeiros conflitos a aparecer nesses jornais é entre os monarquistas e republicanos, sendo os primeiros mais ativos e sempre escreviam texto exaltando a monarquia, tanto que marcaram presença até a década de 1920. A partir de 1930, os negros se dividiram em relação aos conflitos entre comunistas e integralistas. Alguns integralistas fizeram discursos radicais anticomunistas disfarçados de nacionalismo, mas havia ainda os que defenderam um pensamento nacional-socialista, contrariando as ideias fascistas dos demais jornalistas. Até mesmo a questão envolvendo a ideologia racial dividia os negros. Uma parte acreditava que o Brasil era um país com pouco preconceito e que isso dava-se mais por questões de classe social e não racial. Outros eram contra a ideia de democracia racial e favoráveis a um movimento mais radical como ocorreu nos Estados Unidos. Essas divergências de posicionamentos políticos dificultavam uma maior unificação entre eles (LIBERAC e PIRES, 2005, p. 69-89).

Em 1926, no estado de São Paulo foi criada uma organização de negros: o Centro Cívico Palmares. Seu nome foi inspirado no Quilombo de Palmares e toda luta e resistência vivida por eles. O contexto de

criação dessa organização se deu ao longo dos anos de crise e grande descontentamento da população de forma geral com o país. Isso ocorreu nos anos antecedentes a Revolução de 1930. Esses indivíduos se organizaram e foram para as ruas lutar por seus direitos. Ela foi importante para a criação da FNB, já que muitos membros participavam das duas organizações (PEREIRA, 2013, p. 18-19).

A partir da experiência com a Imprensa Negra e o Centro Cívico Palmares, eles se articularam e compuseram a Frente Negra Brasileira- FNB- em 1931, uma organização de caráter político, que buscava garantir melhores condições de vida aos negros através de questões envolvendo saúde, educação e moradia. Em 1936, transformou-se em partido político, mas devido ao início do Estado Novo em 1937, acabou sendo considerado como irregular, assim como muitos outros partidos políticos. Apesar disso, ganharam forças novamente a partir de 1945 com a redemocratização do Brasil. Nesse mesmo ano, aconteceu a Primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro (MUNANGA, 2005, p. 136-137).

Um ano antes, em 1944 foi criado por Abdias Nascimento, ator, economista e ativista negro, o Teatro Experimental do Negro- TEN- no Rio de Janeiro. Ele militou na Frente Negra Brasileira e acabou se aproximando de intelectuais que por compartilharem das mesmas ideias, aderiram ao seu projeto. Seu propósito era reclamar do lugar reservado ao negro na sociedade através da representação artística. Eles encenavam desde peças clássicas como as escritas por Shakespeare e peças escritas por próprios membros do grupo, tendo como base a dramatização africana. Léa Rodrigues, atriz do TEN, ficou em segundo lugar no Festival Internacional de Cinema de Cannes. O grupo cresceu rapidamente. Um problema apontado por Siqueira (2005, p. 126) é que o teatro só era acessível à elite e era muito difícil isso chegar aos demais negros. Esse grupo patrocinou três importantes eventos relacionados aos negros sendo eles a Conferência Nacional do Negro em 1946, a Convenção Nacional do Negro em 1949 e o I Congresso Nacional do Negro em 1950.

Segundo Amílcar Araújo Pereira (2013, p. 123-125), outras instituições com o mesmo caráter do TEN foram criadas nesse mesmo período. Em 1943 Solano Trindade criou o Teatro Popular Brasileiro, nesse mesmo ano foi criada a UHC- União dos Homens de Cor, em Porto Alegre e Correia Leite, por sua vez, criou a Associação dos Negros Brasileiros.

Porém, em 1964 foi implantada no Brasil a Di-

tadura Civil-Militar e essas organizações acabaram sofrendo grandes repressões e foram perdendo forças. Ao longo desse regime muitas acabaram se dissolvendo. Segundo Rubia Caroline Janz (2016, p. 45) isso ocorreu com o TEN, que foram acusados de praticar o “racismo reverso”, o que obrigou Abdias Nascimento a se exilar nos Estados Unidos. Como já foi citado anteriormente, esses grupos utilizavam de meios de comunicações como os jornais para divulgarem seus ideais, mas por conta da censura acabaram perdendo essa forma de ação.

Ao longo da década de 1970, os ativistas negros de diferentes estados passaram a se articular em busca dos mesmos objetivos. Um ponto interessante é que as lideranças dessas organizações nesse momento eram jovens que não haviam militado nas décadas anteriores em grupos como a FNB e o TEN. Isso se deu por conta de muitos ativistas dos anos anteriores estarem sendo perseguidos ou na clandestinidade, por isso era necessário que novos nomes que não estivessem em condição de repressão assumissem essa luta. Porém, as antigas lideranças dessas organizações não deixaram de participar desse processo.

O movimento negro nesse contexto brasileiro foi fortemente impulsionado pelas experiências de outros países como o movimento negro americano e o Pan-africanismo bem como pela trajetória de luta que aconteceu no Brasil dos anos anteriores. Diferentemente da estratégia das décadas anteriores, eles não buscam mais a integração na sociedade através da assimilação da cultura branca, mas veem a importância de lutar pela construção de uma identidade negra e valorização da sua própria cultura. Conforme Munanga:

Contrariamente aos movimentos anteriores, cuja a salvação estava na assimilação do branco, ou seja, na negação de sua identidade, eles investem no resgate e na construção de sua personalidade coletiva. Eles se dão conta de que a luta contra o racismo exige uma compreensão integral da sua problemática, incluída aí a construção de sua identidade e sua história, contada até então apenas do ponto de vista do branco dominante. (2005, p. 138)

Em 1978, em São Paulo foi criado o MNU- Movimento Negro Unificado, tendo membros dos mais diversos estados do país. Ele é considerado como o mais importante passo dado pelo movimento negro contemporâneo. Nesse momento, as lutas pelo fim da ditadura estavam mais intensas e já era perceptível sinais de uma abertura política e esse movimento esteve envolvido nesse contexto. Anteriormen-

te, o Movimento Negro lutava por uma integração na sociedade de qualquer maneira, já a partir desse momento eles passaram a lutar por igualdade na sociedade. O primeiro ato seu deu na frente do Teatro Municipal de São Paulo, devido à morte e tortura de um militante negro e pela segregação dos atletas do Clube de regatas do Tietê (PEREIRA, 2013, p. 251).

A partir disso, o MNU passou a articular-se com outros movimentos sociais e partidos de esquerda que apesar de possuírem suas próprias pautas visavam algo maior e possuíam o mesmo objetivo em comum: a redemocratização do Brasil. Além disso, passaram a organizar-se em massa e a debater com maior intensidade o mito da democracia racial, que nesse momento já havia se espelhado pela sociedade.

Na década de 1980, com o fim da Ditadura Militar e o início da Redemocratização, os negros conquistaram cada vez mais espaço e buscaram uma nova forma de atuação:

Esses passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais, sobretudo os de caráter identitário, trazendo outro conjunto de problematização e novas formas de atuação e reivindicação política. O Movimento Negro indaga a exclusividade do enfoque sobre a classe social presente nas denúncias da luta dos movimentos sociais da época. As suas reivindicações assumem caráter muito mais profundo: indagam o Estado, a esquerda brasileira e os movimentos sociais sobre o seu posicionamento neutro e omissos diante da centralidade da raça na formação do país (GOMES, 2011, p.111).

Os anos de 1990 foram marcados pela volta do regime democrático. Os movimentos negros continuaram a exigir seus direitos por meio de políticas afirmativas e reconstrução da sua memória coletiva. Em 1995 foi realizada a Marcha de Zumbi de Palmares contra o racismo, mobilizando mais de 30 mil pessoas. Apesar disso, poucas coisas foram conquistadas nesse contexto ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, pois ainda havia vestígios das ideias de que o preconceito dava-se mais pela questão de classe social que racial (JANZ, 2016, p. 49-51).

1.2 AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O DEBATE SOBRE A QUESTÃO DOS NEGROS

Após o fim da escravidão, a classe dominante, mais especificamente os brancos e livres, precisava

de novas formas de manter seu lugar privilegiado na sociedade em relação aos negros, pois as diferenças existentes entre pessoas livres e escravizadas já não cabiam mais como forma de distinção. Os negros, que anteriormente eram simplesmente deixados de lado até mesmo nas narrativas que se ocupavam em escrever sobre o Brasil, passaram a preocupar os intelectuais brasileiros. Então, encontraram subsídios nas teorias raciais do final do Século XVIII e início do século XIX vindas do exterior e readaptaram-nas para o contexto brasileiro, assim reproduzindo um discurso de superioridade da “raça” branca.

Além do fim da escravidão, outro marco importante dessa mesma época foi o início da República, com ela surgiu a necessidade da construção de um sentimento de nacionalismo e a ideia de identidade brasileira. Isso acabou causando grandes preocupações por parte da intelectualidade brasileira, pois agora existiam os cidadãos que deixaram de ser escravizados e faziam parte da identidade nacional, mas a grande preocupação era “como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisa e força animal de trabalho ainda não mudou?” (MUNANGA, 2005, p. 132). Surgia a difícil tarefa de unir elementos diferentes para constituir a noção de um povo.

Duas linhas utilizadas para explicar o evolucionismo europeu eram a questão do meio favorável (clima e relevo) e a questão de possuírem uma “raça” considerada superior. Segundo Renato Ortiz (2006, p. 15-21), alguns pensadores brasileiros, percebendo a grande diferença do contexto nacional com o da Europa e buscando compreender o “atraso” do Brasil, dedicaram seus estudos a tentar reverter essa situação. Nomes como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Oliveira Viana tentaram de formas distintas trazer novidades envolvendo esse dilema.

O inglês Buckle trouxe em seus estudos uma explicação para o “atraso” brasileiro e a dificuldade de incorporação dos valores europeus. Para ele, isso ocorria devido à presença de ventos alísios no país, ou seja, um fator referente ao meio. Os intelectuais brasileiros citados acima tentaram combater esse pensamento, apesar dos próprios usarem em seus estudos esse fator (ORTIZ, 2006, p. 18). Um exemplo disso é a obra “Os sertões” de Euclides da Cunha. Nela, ao abordar o conflito que aconteceu em Canudos, o autor dividiu a sua obra em três par-

tes, sendo uma delas dedicada à terra (o meio).

Os pensadores brasileiros acabaram dando ênfase na questão racial como o maior empecilho para a evolução nacional. Houve o reconhecimento por parte deles da existência dos três elementos formadores da sociedade brasileira, sendo elas o negro, o indígena e o branco- este considerado superior. Entendendo que existia aqui duas raças consideradas inferiores, eles passaram a valorizar a figura do elemento mestiço. Por meio desses, seria exercida a política do branqueamento. Isso se daria pelo aumento da população branca por meio da vinda de imigrantes europeus e através da mestiçagem iria se diluindo aos poucos o fenótipo negro até chegar ao ponto dessa cor desaparecer da sociedade.

Conforme Munanga (2005, p.132-133), em 1930 o Brasil passava por um momento de trilhar novos caminhos na política e uma das preocupações desse contexto eram as questões sociais. As teorias raciais anteriores já não eram suficientes para explicar a realidade Brasileira. Em 1933, o sociólogo Gilberto Freyre publicou sua obra “Casa Grande e Senzala”. Por meio dela, ele deixou de lado fatores biológicos e colocou como eixo central a questão cultural. Ele trouxe a ideia de que as três raças contribuíram para a formação da nacionalidade brasileira. Mas esse intelectual também trouxe como consequência o mito da democracia racial. Ele afirmava que no Brasil não havia preconceito devido à miscigenação. Isso passou a influenciar inúmeros estudos com essa mesma perspectiva, assim garantindo a inferioridade dos negros e mulatos por meio de uma base intelectual e culta.

O ano de 1945 foi marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, o que acarretou na derrota dos regimes autoritários no mundo todo, até mesmo no Brasil. Conforme Siqueira (2005, p. 109), as atrocidades que aconteceram ao longo da guerra acabaram deixando marcas profundas no mundo todo. Havia uma necessidade de superação das diferenças e do preconceito. Os intelectuais começaram a questionar o seu lugar no mundo e a importância de escrever para a multidão. Porém, Freyre divulgou seus estudos no exterior e o Brasil passou a ser considerado o grande exemplo a ser seguido no mundo todo por não existir preconceitos entre as diferentes raças e que todos conviviam em harmonia.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, uma pesquisa patrocinada pela UNESCO, no departamento de Ciências Sociais, questionou a ideia de o Brasil ser de fato uma democracia racial que poderia servir

de exemplo para os diversos países do mundo todo. O resultado foi que a democracia racial era um mito e que nunca havia existido, era só uma forma de preconceito velada. Isso colaborou para o início de uma desconstrução das ideias predominantes anteriormente.

Nessa época, vários intelectuais, entre eles Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, passaram a rever as considerações de Freyre por meio de censos demográficos que constatarem as grandes diferenças existentes com relação aos aspectos socioeconômicos entre negros e brancos. Pautados por uma historiografia marxista, passaram a analisar as condições dos negros pelo viés das classes sociais, buscando respostas na História para a situação dos negros. Esses novos estudos mostraram o fator racial como algo determinante nas grandes desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil. A obra “A Integração do negro na sociedade de classes” de Florestan Fernandes é considerada um grande marco nesse sentido (NASCIMENTO, 2005, p. 16-18).

Novos estudos a partir de 1980 passaram a questionar a ideia de que o preconceito com os negros era resultante de problemas envolvendo as classes sociais. Os intelectuais perceberam que a discriminação racial é uma forma de assegurar o privilégio dos brancos, por isso, ele vai se moldando conforme o interesse destes. Os estudos historiográficos desse contexto que voltavam-se ao período de escravidão mudaram de perspectiva e passaram a ver os negros como pessoas com interesses diferentes, que lutaram por seus direitos e buscaram melhorar suas condições de vida. Essa forma de analisar a questão do negro continua predominante na sociedade e nos estudos que a eles se referem.

1.3 MOVIMENTO NEGRO E A BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE NO AMBIENTE EDUCACIONAL

É no contexto de multiplicação de perspectivas historiográficas e de questionamento das formas totalizantes de escrita da história, como é o caso do eurocentrismo, e de visões que desconsideram as questões de sexualidade, gênero e raça, que se consolidam as pós-graduações no Brasil e que grupos de intelectuais negros passam a produzir sobre si (CARVALHO, 2014). A partir de 1980, período pós-ditadura e de redemocratização, a educação e o Ensino de História ganham novas perspectivas.

Na década de 1990, graças à pressão exercida fortemente pelo movimento negro a partir desse período, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996 traz algumas mudanças importantes, tais como: a autonomia do docente, um currículo flexível e inclusão e diversidade na educação, mas nada que se referisse especificamente aos negros (PEREIRA, 2008, p. 22).

Apesar dos grandes avanços, ainda não havia algo que abordasse diretamente os negros na questão educacional. Somente em 2003, no governo Lula, foi promulgada a Lei nº 10.639 que tornou obrigatório o Ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira em toda a educação básica, pública e particular. Essa Lei foi bastante significativa no que diz respeito a inclusão de questões referentes a história do negro brasileiro e de seus antepassados africanos, mas ao mesmo tempo trouxe uma série de questões urgentes a serem pensadas.

A grande maioria dos professores que atuavam em salas de aula no contexto pós-promulgação da Lei não possuíam conhecimentos suficientes para trabalhar com essa temática devido à deficiência desse conteúdo em sua formação como professor, o que até hoje afeta a relevância com que esses temas são trabalhados em sala de aula. Por isso, fica evidente a necessidade de investir em cursos de profissionalização para professores já atuantes em sala de aula, no qual seja possível tentar preencher o espaço vazio referente a História e cultura Afro-brasileira na formação desses indivíduos. Além disso, as licenciaturas em História sofreram fortemente o impacto da implementação dessa nova Lei, pois por se tratar da cultura e História Afro-brasileira, a disciplina de História torna-se um lugar estratégico para trabalhar com essa temática. Vale lembrar que esse tema não deve ser trabalhado apenas pela disciplina de História, mas sim por todas as disciplinas existentes no currículo escolar.

Com a deficiência da formação dos professores, o Livro Didático ganhou ainda mais relevância no que diz respeito a essa área. Devido à promulgação da Lei 10.639/2003, a questão dos negros tornou-se critério de avaliação por parte do Estado e dos professores, e, portanto, os livros sofreram pressões por adaptação para suprir a demanda dos conteúdos e dos objetivos referentes à Lei, de forma clara e isenta de estereótipos e preconceitos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Para refletir sobre a metodologia utilizada para analisar os livros didáticos foi necessário compreender de que maneira os estudos feitos com esse objeto se propõem a realizar essa tarefa. Com isso, ficou evidente que a maioria desses trabalhos fazem uma análise qualitativa e na maioria das vezes dando pouca ênfase às imagens e em uma análise com aspectos mais quantitativos.

Com relação aos livros didáticos, é reconhecido que existem estudos que partem de diferentes perspectivas, mas para esse trabalho foi feita a escolha de partir da Didática da História e dos conceitos de consciência histórica e a mediação entre os saberes acadêmicos e escolares.

Segundo Rüsen (1997, p. 81) “la consciencia histórica es al mismo tiempo el ámbito y el objetivo del aprendizaje histórico”. Sendo a formação da consciência histórica o objetivo da aprendizagem por fornecer orientação para a vida prática e acabar resultando na tomada de decisões dos indivíduos, os livros didáticos devem ser pensados por essa perspectiva. O que eles representam ou deixam de representar, como representam pode contribuir para isso e também para a formação de identidades.

Entretanto, sabe-se que a consciência histórica não é construída apenas no ambiente escolar, mas que ela abrange todas as formas de conhecimentos históricos não científicos presentes na sociedade, como por exemplo as mídias e os livros (CARDOSO, 2008, p. 165; SADDI, 2010, p.64).

Em seu texto intitulado “El libro de texto ideal”, Rüsen traz algumas contribuições sobre a maneira que o livro didático deve ser estruturado e no que ele deve implicar. Uma delas é a de que

la materia presentada tiene que guardar una relación con las experiencias y expectativas de los alumnos y alumnas, sobre todo con su estimación general, específica de cada generación, de sus propias oportunidades en la vida, y además con las experiencias del día al día, como son la situación de la infancia y juventud, la situación del colegio, y también el conflicto entre generaciones (1997, p. 84).

Ou seja, para saber se um determinado conteúdo deve ou não estar presente em um livro didático, ele deve contribuir para que o estudante compreenda o presente e a situação que se encontra no mundo.

Ana Zavala (2014), em seu artigo “Para leer un manual de historia. Una mirada desde las herramientas de análisis”, traz a ideia de que muitas vezes os

pesquisadores que estudam os manuais didáticos se distanciam da realidade dos estudantes e professores e acabam os considerando como uma variável independente, o que não são. Os livros didáticos dependem do enfoque dado pelos professores a eles, se será como um complemento da aula, se a classe se encaminhará por ele ou se será utilizado para desconstrução de ideias; da forma como os estudantes vão utilizá-lo, se lerão ou não e se considerarão o que nele está escrito; do diálogo com a historiografia feito na sua composição e com as políticas voltadas a eles.

Pensando nesses fatores, esse segundo capítulo objetiva-se a discutir alguns desses conceitos, bem como a metodologia de análise dessa pesquisa e todo o processo de construção da mesma.

2.1 DIDÁTICA DA HISTÓRIA, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E MEDIAÇÃO DIDÁTICA DOS SABERES:

A Didática da História é uma disciplina voltada para o ensino de história, na qual a maior preocupação é com o que foi ensinado em história, o que efetivamente é aprendido, o que deveria ser e de que forma isso acontece. A preocupação com a forma de se aprender a história é antiga, mas durante o século XIX, com a transformação da história em ciência com seus próprios métodos, os historiadores deixaram esse campo de lado. Segundo Rüsen:

a cientificação da história excluiu da competência da reflexão histórica racional aquelas dimensões do pensamento histórico inseparavelmente combinadas com vida prática. Desse ponto de vista, pode ser dito que a história científica, apesar de seu clamor racionalista, havia conduzido aquilo que eu gostaria de chamar “irracionalização” da história. (2006, p. 8)

Os estudos de didática da história voltam a ser respeitados progressivamente a partir dos anos 60 e 70 e aos poucos vão ganhando espaço novamente. Os dois principais nomes e que tiveram fundamental importância para a reformulação desses estudos foram Klaus Bergmann e Jörn Rüsen. Essa disciplina preocupa-se com três funções fundamentais: a empírica- que volta-se para como se forma a consciência histórica e o processo de ensino e aprendizagem, a reflexiva- que preocupa-se com os interesses e intenção na prática do ensino de história e a normativa- que investiga as representações e mediações na história (CERRI, 2001; FERREIRA, 2005).

Um termo fundamental para a didática da história é a noção de consciência histórica. Ela é explicada

como algo natural a todos os seres humanos, que é necessário para sua existência e que varia conforme o sentido que lhe atribuem. Conforme Cerri (2001):

o pensar historicamente é um fenômeno antes de mais nada cotidiano e inerente à condição humana, com o que pode-se inferir que o pensamento histórico vinculado a uma prática disciplinar no âmbito do conhecimento acadêmico não é uma forma qualitativamente diferente de focar a humanidade no tempo, mas sim uma perspectiva mais complexa e especializada de uma atitude que, na origem, é cotidiana e inseparavelmente ligada ao fato de estar no mundo. A base do pensamento histórico, portanto, antes de ser cultural ou opcional, é natural: nascimento, vida, morte, juventude, velhice, são as balizas que oferecem aos seres humanos a noção do tempo e de sua passagem (p.100).

Se o pensar historicamente está presente nas práticas cotidianas, fica claro que os saberes formadores da consciência histórica de um indivíduo perpassam os saberes escolares, existindo muitas outras maneiras de adquirir conhecimentos históricos além da sala de aula.

A consciência histórica, de forma resumida, pode ainda ser caracterizada como a capacidade de conseguir interpretar o passado, para compreender o presente e fazer projeções para o futuro, ou seja, é a capacidade de orientar-se na vida prática. Partindo desse pressuposto, pensando especificamente nos livros didáticos, Rüsen indaga que:

En la misma medida en que son conscientes de que el saber histórico tiene y hasta que punto una función de orientación cultural en la vida de su sociedad y que el cumplimiento de dicha función es en sí misma una labor del trabajo científico histórico profesional[...] no les puede dejar indiferentes que aplicación se hace de los conocimientos históricos en los libros de historia escolares (1997, p. 79-80)

Outro conceito que está extremamente ligado a consciência histórica é a identidade, que diz respeito a sentir-se pertencente ou não a um determinado grupo, portanto um dado sempre coletivo (CERRI, 2001). Essa identidade coletiva, sobretudo quando se trata de identidade nacional, geralmente é formada através dos interesses de uma minoria dominante e historicamente propagada, entre outras formas, através do ensino. Ao incluir, excluir e hierarquizar, a produção da identidade nacional gera diferentes graus de identificação e assim algumas parcelas podem não se identificar na mesma intensidade com a narrativa histórica nacional canônica. Com isso fica implicada a possibilidade de produção e reprodução do precon-

ceito existente com alguns membros da sociedade. Os livros didáticos estão inseridos nesse processo, sendo eles importantes para formação da consciência histórica. Cerri ainda conclui que:

É o consenso (legítimo ou não, fabricado ou não) sobre o que somos e o que queremos ser enquanto grupo que condiciona a função social do ensino da história, e a sua mudança não pode ser pensada fora do processo de transformação desse consenso. (2001, p. 111)

Em se tratando de Livros Didáticos, um conceito que não deve ficar de fora é a mediação didática dos saberes. Essa mediação nada mais é do que a ideia de didatizar dois saberes diferentes em suas propostas entre si: o saber acadêmico- considerado científico e o saber escolar- o passado nas escolas e avaliado através da aprendizagem dos estudantes. A ideia de didatizar esses saberes significa através do saber acadêmico produzir um segundo saber de forma que esse fique mais acessível e compreensível aos estudantes. (FERREIRA, 2005b). Cabe aqui ressaltar que os dois tem a mesma importância e que o escolar produz seu próprio conhecimento, não apenas reproduzindo o acadêmico.

Esse processo de mediar o saber acadêmico e escolar é o que ocorre com os livros didático, pois segundo Ferreira:

O conhecimento não é simplesmente transportado para os materiais didáticos, ocorre toda uma reelaboração, uma didatização desse conhecimento científico, para que possa servir ao propósito de formar a consciência histórica e orientar a vida no presente. Sem esquecer, ainda que o conteúdo na escola não é o fim último, mas um dos meios para atingir os objetivos de desenvolver a consciência histórica, a alteridade, a cidadania, afinal de contas, a escola não quer formar historiadores mirins e nem quer crianças e adolescentes que saibam repetir como papagaios, conhecimentos específicos de todas as áreas do conhecimento. O que se espera é que o conhecimento histórico possa dar subsídios para que se oriente na vida prática, na tomada de decisões, pois entendemos que a experiência no tempo pode propiciar essa orientação. (2005a, p. 6-7)

2.2 O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA:

Os livros didáticos estão presentes no Brasil desde a chegada da família real. A primeira geração de escritores pode ser pensada a partir de 1827. Esses eram diretamente ligados à coroa e pertencentes a elite intelectual e política da época. Escreviam suas obras com o objetivo de uma formação moral e elas

eram destinadas somente as elites. Já a partir de 1888, o grupo de autores passa a ser mais heterogêneo e são valorizados os que escrevem baseados em sua experiência em sala de aula. O Livro Didático deixou de ser um manual destinado somente ao professor e passou a ser feito como material para o estudante. A partir disso, surge uma preocupação com a estética dos livros, com a colocação de imagens ilustrativas e atividades (BITTENCOURT, 2004).

Conforme Ferreira e Silva (2015, p. 210-211) o livro didático passa a ocupar um lugar importante no Brasil em 1929 “quando o Estado cria o Instituto Nacional do Livro (INL), um órgão específico para legislar a propósito das políticas do livro didático, colaborando para maior legitimidade ao livro didático nacional”. Somente no Estado Novo surge uma preocupação efetiva com a popularização da educação e as políticas educacionais seguem avançando tendo em vista a formação da nacionalidade. Durante a Ditadura militar são implantados inúmeros órgãos responsáveis pela elaboração desses materiais didáticos e o governo passou a receber financiamento de capital estrangeiro para elaborar esses livros.

A partir da década de 80, com a redemocratização do Brasil, é que o ensino de História ganhou força como área de pesquisa. É nesse mesmo contexto que vários grupos reivindicam seus direitos que anteriormente lhes eram negados. Em 1985 é criado o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD- com o objetivo de distribuir gratuitamente livros didáticos para as escolas públicas e em 1996 esses livros passam a ser avaliados por uma comissão. Os critérios dessa avaliação foram estabelecidos pelo Ministério da Educação e a partir desse momento há uma maior preocupação com o que os manuais didáticos englobam de fato (MIRANDA e LUCA, 2004).

Os Livros Didáticos fazem parte de um grande mercado editorial extremamente lucrativo, representando mais da metade dos lucros do mercado editorial nacional. Isso faz com que as editoras e autores façam de tudo para que suas obras sejam selecionadas pelo PNLD para serem oferecidas as escolas públicas. Apesar das exigências desse programa, pode-se notar que as avaliações não são suficientes para que um livro esteja totalmente nos padrões ideais, pois se possuírem as qualidades mínimas e não incorrerem em fatores de exclusão, terão condições de aprovação e de figurar no Guia do Livro Didático. Outro ponto importante é que geralmente parte da equipe de avaliadores é composta por historiadores que não tiveram contato direto com a escola, sem

conhecer qual é a realidade em uma sala de aula. Seria interessante que esses avaliadores tivessem algum contato ou conhecimento a respeito do ambiente escolar, para assim poder fazer pontes entre a história acadêmica e a história que deve ser ensinada (CERRI e FERREIRA, 2007).

De acordo com Cassiano (2005, p. 282-284), o Livro Didático diferencia-se dos demais livros, pois é feito em função da escola e após seu ciclo de uso são descartados. Além disso, são produzidos pensando no professor que irá escolher os livros e não no leitor efetivo, que será o estudante. Após a aprovação na avaliação do PNLD, as grandes editoras passam para o processo de divulgação de suas obras e nesse momento usam de várias estratégias para conseguir vender seu produto. Os divulgadores vão até as escolas deixando exemplares de seus livros, tentando convencer os professores e equipe pedagógica a escolhê-los. Além disso, distribuem folders e fazem palestras com professores universitários visando vender suas coleções. Dessa forma, as grandes editoras acabam se sobressaindo e as pequenas, que não possuem recursos para fazer esse tipo de divulgação, acabam falindo ou passando pelo processo de fusão com as grandes editoras que possuem monopólio sobre o mercado do Livro Didático.

Através dos estudos de Munakata (1998) e Galzerani (1988) fica evidente que o livro didático é feito por meio de escolhas, pois não há como contemplar toda a historiografia. O conteúdo é didatizado de forma a tornar mais fácil a compreensão pelos estudantes, por isso, esse material deve ser julgado conforme sua capacidade de conduzir os estudantes ao pensamento histórico. Outra ideia que deve ser deixada de lado é a de que nos manuais didáticos só contém mentiras e ideologias em todo seu conteúdo e que esse foi feito pensando em favorecer a classe dominante. Além disso, não podemos desconsiderar as relações que vão além desse livro, pois professores e estudantes possuem sua própria concepção e não acatam tudo sem questionamentos.

Segundo Cerri e Ferreira (2007, p. 81): “[...] o ensino de História é também um exercício de identidade para aqueles que aprendem, na medida em que se vêem representados na narrativa, pelo menos como herdeiros daquele passado [...]”. Isso também ocorre com os Livros Didáticos, que ocupam um papel importante na representação social, pois eles podem favorecer determinados sujeitos em detrimento de outros. Por isso, esses materiais são essenciais para a construção de identidade e consciência histórica e

devem estar isentos de estereótipos e preconceitos, e ao mesmo tempo ter espaço para a representação dos diferentes sujeitos da sociedade.

De acordo com Watthier (2008), no caso específico dos negros, estes são desvalorizados ao longo do livro didático, com poucas aparições e quando aparecem, estão diretamente associados com a ideia de escravidão. Isso contribui para que o sujeito negro seja cada vez mais desvalorizados, propagando o racismo e fazem com que esse indivíduo não sinta-se pertencente àquela história contada.

2.3 LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS RECENTES EM LIVROS DIDÁTICOS:

Para a realização desse estudo foram levantados dados sobre as pesquisas feitas tendo como objeto de análise os Livros Didáticos a partir dos anos 2000, sendo elas artigos, dissertações ou teses, buscando entender dessa maneira o que é mais pesquisado na atualidade, quais as metodologias mais utilizadas e quais os temas e enfoques mais recorrentes.

Com a leitura de algumas obras foi possível perceber que a grande maioria dos trabalhos analisados utilizam como metodologia de pesquisa a análise de conteúdo. Isso não limita-se somente ao campo da História, mas também as demais disciplinas que utilizam os materiais didáticos como objeto de estudos. É o caso do artigo escrito por Souza e Germano (2009), com o título de “Análises de Livros Didáticos de Física quanto suas abordagens para o conteúdo de Física Nuclear”, eles analisam livros didáticos do Ensino Médio, particularmente os quatro mais utilizados na cidade de Natal-RN nas escolas privadas. Para realizar esse estudo, eles fazem uso da análise de conteúdo e elaboram critérios para verificar a qualidade do texto, sendo eles: clareza e coerência do texto, dimensão social dos conceitos, aspectos epistemológicos da construção da ciência, entre outros.

Outro ponto importante é que quase todos os estudos voltam-se para os livros do Ensino Fundamental e que buscam fazer estudos da mesma coleção, ou grupo de autores ao longo do tempo. Exemplo disso é a dissertação de Gobbi (2006) intitulada: “A Temática Indígena e Diversidade Cultural nos Livros Didáticos de História: Uma análise dos Livros Recomendados pelo Programa Nacional do livro Didático”. A autora busca entender como é tratada a temática indígena nos livros didáticos de

História do Ensino Fundamental de quinta a oitava série (hoje em dia do sexto ao nono ano). Os livros selecionados são do período de 1999 a 2005, todos bem avaliados e recomendados pelo Ministério da Educação. Ao todo foram analisados 16 livros, sendo 4 livros referentes ao ano de 1999, 4 livros referentes ao ano de 2002 e 8 livros referentes ao ano de 2005. Um dos principais objetivos dessa pesquisa é verificar se os materiais didáticos estão cumprindo efetivamente o que é proposto pela legislação atual e discutir as mudanças e permanências ao longo do tempo.

Outra pesquisa que segue esse mesmo caminho é a dissertação de Mariano (2006), que tem como título “A Representação sobre os Índios nos Livros Didáticos de História do Brasil”. A autora utiliza de obras produzidas no final do Século XIX/ início do Século XX e livros atuais (1990-2006). Dessa forma, busca perceber a forma como os manuais didáticos abordam e já abordaram a questão indígena, buscando assim identificar mudanças e permanências de um período para o outro. Ela faz um importante levantamento das pesquisas historiográficas e analisa como os livros didáticos a incorporam ou as deixam de lado.

Faracelli (2005), em sua dissertação intitulada “Conteúdos Pedagógicos da História como Disciplina Escolar: Exercícios Propostos por Livros Didáticos de 5ª a 8ª série” vai por esse mesmo viés. A autora estuda os exercícios presentes nos Livros Didáticos de História vendidos no estado de São Paulo. Para isso, utiliza 3 coleções das últimas quatro séries do Ensino Fundamental sendo duas delas escritas pelos irmãos Piletti, uma de 1991 e a outra de 2001 e uma coleção escrita por Montellato, Cabrini e Catelli do ano 2000. Com sua pesquisa, a autora pretende refletir sobre a importância dos exercícios e que esses fazem parte da história e principalmente da história ensinada. Com isso, busca-se compreender através dos exercícios que tipo de história pretende se ensinar em quais pontos principais os estudantes devem refletir.

Quando se trata especificamente de pesquisas que abordam as representações dos negros, a maior parte delas volta-se a compreender de que maneira eles são representados ao longo do período de escravidão, ou até mesmo numa perspectiva que englobe os negros em toda a História do Brasil, sem recortes específicos.

Um exemplo disso é a dissertação de Filho (2005) intitulada “Os Discursos Verbais e Iconográficos sobre os Negros em Livros Didáticos de História” que

analisa a representação do negro tanto em textos como em imagens e como os autores se apropriam dessas representações. Para isso, utilizou Livros Didáticos do Ensino Fundamental escrito por Nelson Piletti e Claudino Piletti, edições de 1986, 1997 e 2001, sendo após o advento da avaliação do PNLD em 1996, ambas aprovadas para distribuição nas escolas públicas. Utilizando livros dos mesmos autores, Filho busca entender as mudanças e permanências nas obras. O recorte dessa pesquisa encontra-se durante o período Colonial e Império, assim analisando os negros na função de escravos.

Outro exemplo é a dissertação intitulada: “As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História”, nela Carvalho (2006) volta seu estudo para como os negros são apresentados nos Livros Didáticos do Ensino Fundamental adotados na cidade de Florianópolis no período de 1996 a 2004. Ela utilizou dois livros, um de quinta e outro de sexta série, ambos escritos por Nelson e Claudino Piletti, assim podendo perceber permanências e o que há de novo. A ideia principal da autora é observar as ausências e as distorções feitas sobre o negro na História e como isso afeta os estudantes negros. Como seu trabalho parte de livros adotados na cidade de Florianópolis na escola Almirante Carvalhal, ela faz um debate direto com a legislação municipal local, principalmente com uma Lei de 1994 que diz respeito aos conteúdos referentes a cultura Afro-brasileira e africana. Através de sua dissertação, busca entender se a lei municipal encontrava subsídios suficientes para suprir essa nova

demanda e usa da análise de conteúdos para analisar os Livros Didáticos.

2.4 METODOLOGIA DA PESQUISA:

Com base no levantamento feito sobre estudos recentes referentes a livros didáticos, ficou perceptível que a grande maioria dos trabalhos com esse material voltam-se para os livros do ensino fundamental e que os trabalhos que abordam a questão dos negros preocupam-se, em sua grande maioria com a forma que o negro é abordado ao longo do período escravocrata e por meio da análise feita com os últimos Guias dos Livros didáticos- de 2013 a 2017, ficou claro que a grande restrição desses materiais na atualidade é a abordagem do negro no período pós-abolição nos livros. Por esse motivo, a ideia desse trabalho é refletir como os negros são representados no período republicano através de livros didáticos do Ensino Médio- mais especificamente com o livro do terceiro ano, pois é somente nesse ano que a República é estudada neste ciclo.

Foram escolhidos livros do PNLD de 2015 por serem os mais atuais a estarem nas escolas (já que estes materiais fazem parte do triênio 2015, 2016 e 2017). O critério de seleção entre todas as coleções foi utilizar as 10 mais vendidas por serem as que estão em maior número nas escolas de todo o Brasil, atingindo diversos estudantes. Para isso, foram levantados dados disponíveis no site do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- referente às coleções mais vendidas por componente curricular conforme a tabela a seguir:

TABELA 1- COLEÇÕES MAIS DISTRIBUÍDAS POR COMPONENTE CURRICULAR- ENSINO MÉDIO- HISTÓRIA, PNLD 2015.

Título da Coleção	Autor(a)	Editora	Livros/coleção
História, Sociedade e Cidadania	Alfredo Boulos Junior	FDT	1.385.765
História Global – Brasil e Geral	Gilberto Cotrim	Saraiva	997.744
História: das Cavernas ao Terceiro Milênio	Patrícia Braick e Myriam Becho Mota	Moderna	821.104
História	Ronaldo Vainfas, et Al.	Saraiva	594.275
Oficina de História	Flávio Campos e Regina Claro	Leya	592.771
Ser Protagonista História	Valéria Vaz	Edições SM	579.939
História Geral e do Brasil	Claudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo	Scipione	410.737
Novo Olhar História	Marco César Pelegrini; Adriana Dias e Keila Grinberg	FDT	401.642
História em Movimento	Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi	Ática	376.129
Conexões com a História	Alexandre Alves e Letícia F. de Oliveira	Moderna	327.079

Fonte: FNDE (2015), organizado pela autora

A ideia inicial do trabalho era utilizar essas coleções para todas as análises, mas algumas acabaram demandando mais tempo do que o esperado. Por esse motivo, optou-se por utilizar somente as cinco coleções mais vendidas nesses itens específicos.

Para essa pesquisa optamos por compreender como os negros são representados de maneira geral na República, buscando entender com que frequência aparecem, qual a relevância desses trechos se comparado a totalidade do livro, em quantas imagens eles aparecem e de que forma aparecem. Por isso, nos propomos a fazer tanto análises quantitativas como qualitativas. Os livros para esse trabalho foram emprestados e digitalizados de forma integral.

Em uma primeira análise geral das obras foi observado em quantas vezes os negros aparecem nos capítulos que tratam do período republicano, de que forma ocorrem essas aparições e qual é o espaço dado a eles nesses itens, se são simplesmente citados em alguns processos sem ser dado muita relevância ou se ganham um espaço maior de discussão e se quando eles ganham destaque isso acontece no texto integral ou em itens a parte. Para isso, foram realizados fichamentos dos livros identificando como foram citados nos processos. Por ser necessário bastante tempo para realizar esse item, optou-se por utilizar apenas as cinco coleções mais vendidas.

Pensando que não basta simplesmente os negros estarem inclusos nos livros didáticos, mas que é necessário compreender de que forma isso ocorre, uma outra análise foi feita separando todas as vezes em que eles aparecem em cada livro em cinco categorias distintas, sendo elas trabalho, opressão, cultura, reivindicação e rebeldia. Após classificar cada citação entre essas categorias, foi identificado o que predomina em cada uma das obras e o que predomina na totalidade delas. Nessa verificação foram utilizados os cinco livros mais vendidos do PNLD de 2015.

Partindo da ideia de que é importante para os adolescentes verem os negros representados pelas imagens existentes nos manuais didáticos e nos processos históricos, foi realizada uma terceira análise quantitativa das imagens presentes nos dez livros mais vendidos. Por meio dela, foram quantificadas as imagens que possuem figuras humanas existem em cada uma dessas obras e dessas quantas representam pessoas negras. Ainda, foram quantificadas as imagens que são impossíveis de verificar se as pessoas que aparecem nelas são negras ou não,

seja pela baixa qualidade da imagem, por estar distante ou por ter uma multidão representada. Isso foi transformado em tabela e foram descontadas as imagens indecifráveis das figuras humanas e depois transformado o valor de quantas representam negros em porcentagem.

Sendo o enfoque dessa pesquisa a República, foi feita uma segunda parte dessa análise, buscando compreender quanto por cento das imagens que representam negros nesses livros estão situadas nesse período. Para isso, foram cruzados os valores do total de imagens de negros no livro todo com o total no Período Republicano. Ainda, essas imagens existentes no período republicano foram classificadas se os representam de forma positiva ou negativa. Foram consideradas positivas as imagens que trazem os negros em cargos importantes, reivindicando seus direitos ou exaltando sua cultura e foram consideradas como negativas as imagens que remetem ao passado escravista dessas pessoas, que os trazem em situações inferiores aos brancos, em segundo plano, em situação de miséria ou submissão. E com todas essas variáveis foi construída mais uma tabela e feito uma comparação geral entre as dez coleções.

Para entender o quanto do total do livro representa os negros no Período Republicano, foi feito a contagem geral de palavras existentes em cada obra e a contagem separada de cada trecho representando os negros nesse período. Para isso, todas as obras foram digitalizadas. Posteriormente, foram convertidos os livros do arquivo .pdf - formato portable document file ou documento de formato portátil em arquivo .docx- arquivo do programa Microsoft Word. A partir disso foram usadas as ferramentas de contar palavras do referido software, tanto para o conjunto do livro quanto para trechos específicos selecionados. Foi elaborada uma nova tabela com as variáveis citadas acima e com o quanto os trechos referentes aos negros equivalem do total de cada livro em porcentagem. Ainda foi realizado um comparativo geral entre as obras

3. OS NEGROS NA REPÚBLICA: REPRESENTAÇÕES NOS LIVROS DIDÁTICOS

Nesse capítulo serão apresentados os resultados obtidos por meio das análises realizadas nos livros didático das coleções mais vendidas no ano de 2015 e destinadas ao Ensino Médio, distribuídas para as escolas públicas. Vale ressaltar que devido ao fato dessa pesquisa objetivar-se a entender as representações dos negros ao longo da República, só foi utilizado um volume de cada coleção, especificamente o do terceiro ano, pois é somente nesse volume que esse período da história é abordado.

3.1 AS COLEÇÕES ANALISADAS

Antes de serem abordadas as análises é necessário conhecer melhor os livros didáticos que foram utilizados para a pesquisa, quem os escreveu, como se estruturam, o que tratam como importante e como subdividem os conteúdos. Ainda, é importante ressaltar que a única análise que utiliza as 10 coleções é referente à contagem de imagens, as demais foram feitas com as cinco coleções mais vendidas.

O livro *História Sociedade e Cidadania* foi escrito por Alfredo Boulos Júnior, que é doutor em educação, tendo experiência de docência em colégios públicos, privados e em cursinhos pré-vestibulares. Esse livro foi editado pela FTD. Ele traz como fundamental conhecer a História para saber orientar-se no tempo, identificar rupturas e permanências e como formadora de opinião. Esse material é dividido em cinco unidades, nessas unidades estão contidos 13 capítulos e esses capítulos se dividem entre História Geral e História do Brasil. Ao todo, são 7 capítulos que retratam o Brasil Republicano.

O livro *História Global- Brasil e Geral* foi escrito por Gilberto Cotrim, que possui a formação de mestre em Educação, Arte e História da Cultura, é professor de História na rede particular e é formado em direito. A editora responsável pelo livro é a Saraiva. O autor descreve como objetivo do livro fazer relações entre o passado e o presente. Ele está dividido em 4 unidades, que estão subdivididas em 15 capítulos. As unidades são divididas entre as que se referem à história geral (sendo duas), e as que se referem à história do Brasil (as outras duas). Se tratando dos capítulos, são 7 que retratam o Brasil.

O livro *História das Cavernas ao 3º Milênio* foi escrito por Patrícia Ramos Braick- mestre em Histó-

ria e professora de ensino médio- e Myriam Becho Mota- mestre em História e professora de ensino médio e superior. A editora responsável por esse manual é a Editora Moderna. As autoras colocam como principal objetivo do livro ajudar os estudantes a compreender o passado par refletir sobre a atualidade e formar cidadãos críticos. Esse material divide-se somente em capítulos, sendo 13 no total e eles mesclam na maioria deles a história geral e do Brasil.

O livro *História* foi escrito por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, todos doutores em História Social. A editora responsável pelo livro é a Editora Saraiva. Os autores colocam como foco principal do livro formar pessoas críticas e conscientes e conhecer o passado para compreender o presente. O livro se divide em 3 unidades, as quais se dividem em 16 capítulos, dos quais 5 debatem a História do Brasil e 11 a História Geral.

O livro *Oficina de História* foi editado pela Editora Leya e foi escrito por Flavio de Campos- professor doutor do Departamento de História da USP- e Regina Claro- mestre em História social e especialista em História da África e Afro-americana. Elas trazem como principal objetivo fazer com que os estudantes assumam posturas críticas por meio do conhecimento da História. Esse manual didático está dividido em 9 capítulos que mesclam conteúdos referentes à História Global e do Brasil.

O livro *Ser Protagonista História* é uma obra coletiva, tendo como editora responsável Valéria Vaz que é mestre em Artes Visuais, licenciada em História e professora do Ensino Fundamental. Essa obra coloca como principal objetivo de estudar História é saber situar-se no presente. Ele é dividido em 3 unidades, que são subdivididas em 19 capítulos, sendo 6 referentes à História do Brasil.

O livro *História Geral e do Brasil* foi escrito por Claudio Vicentino- bacharel e licenciado em Ciências Sociais e professor de História no Ensino Médio- e Gianpaolo Dorigo- mestre em filosofia e bacharel licenciado em História. A Editora Scipione é responsável pela edição desse material. Ele traz como principal objetivo do livro mostrar as várias faces da História para que o estudantes possa aprender a formar sua opinião. O livro possui 2 unidades, que subdividem-se em 13 capítulos, sendo 6 deles referentes à História do Brasil.

O livro *Novo Olhar História* foi editado pela FTD, tem como autores Marco César Pellegrini,

que é graduado em História, Adriana Machado Dias, especialista em História Social e Ensino de História e Keila Grinberg, doutora em História Social e Professora do Departamento de História da UNIRIO. Eles trazem como principal objetivo de estudar História é conhecer de onde vem a realidade atual e para formar cidadãos críticos. Esse material se divide em 12 capítulos, sendo 5 deles sobre o Brasil.

O livro *História em Movimento* tem como autores Gislane Azavedo, que é Mestre em História Social, e Reinaldo Seriacopi, que possui bacharelado em Língua Portuguesa e especialização em História. Eles colocam como principal objetivo de aprender História é aprender a refletir sobre o presente de maneira crítica. Esse material didático é dividido em 4 unidades que subdividem-se em 21 capítulos.

O livro *Conexões com a História* editado pela Editora Moderna e escrito por Alexandre Alves, doutor em Ciências tendo como área de concentração a História Econômica, e Letícia Fagundes de Oliveira, mestre em Ciências tendo como área de concentração a História Social. O principal objetivo do ensino de História para eles é a capacidade de entender os fenômenos do passado de forma crítica e através deles pensar no futuro que busca-se construir. Essa obra se divide em 4 unidades, que se subdividem em 12 capítulos, que mesclam entre eles História Geral e do Brasil.

3.2 OS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICO: ANÁLISE GERAL DAS OBRAS

Nessa primeira análise foi realizado um levantamento de quantas vezes os negros são citados ao longo do texto dos livros didáticos nesse período e em quais momentos e de que forma isso acontece. Após isso, foi descrito como isso ocorreu em cada obra. Devido à grande demanda de tempo para realizar essa parte do trabalho e por analisar a obra de forma integral, optou-se por trabalhar apenas com os cinco livros mais vendidos do PNLD de 2015.

No livro *História Sociedade e Cidadania*, o livro mais vendido, os negros aparecem 14 vezes ao longo do período republicano. A primeira aparição ocorre em um item a parte intitulado *Para Refletir*, nele aparece a presença dos capoeiras nas eleições desde o Império até a República, que mesmo sendo combatidos nesse período, continuavam sendo usados nas eleições e cita durante esse texto as observações dessa prática feitas por Lima Barreto.

Ao lado, contém uma foto deste escritor seguido de uma breve explicação de quem ele era, de sua origem pobre, que ele era afrodescendente e sua luta contra as injustiças na Primeira República. Ele volta a citar os negros na política de branqueamento da Primeira República, mas simplesmente diz que só aceitavam imigrantes vindos dos países europeus devido às teorias racistas que apresentavam a superioridade dos brancos, sem fazer uma discussão mais ampla sobre isso.

A próxima menção ocorre quando está sendo abordada a Revolta de Canudos e diz que entre os quatro sobreviventes havia um negro, que depois foi assassinado assim como os outros três sobreviventes, mas em nenhum momento é mencionado o grande número de negros presentes em Canudos. Quando é abordada a questão da modernização do Rio de Janeiro, há uma imagem da favela do Morro do Pinto em 1912, na descrição dessa imagem diz que as pessoas que foram expulsas dos centros urbanos passaram a viver nos morros e que muitas dessas pessoas expulsas eram afrodescendentes, mas isso ocupa a lateral de uma imagem sem problematizar mais essa questão que gerou inúmeras desigualdades presentes até a atualidade.

Quando se trata da Revolta da Chibata, o livro retrata que grande parte dos revoltosos eram afrodescendentes e problematiza a questão de que mesmo estando na Marinha, esses indivíduos só ocupavam os cargos mais baixos. Nesse mesmo trecho diz que a origem da revolta se deu pelo excesso de chibatadas dada no negro Marcelino Rodrigues e fala do seu líder João Candido- conhecido como almirante negro- contando que após a revolta ele foi preso e internado em uma clínica psiquiátrica e nunca mais recuperou seu cargo na Marinha. Ainda, cita que por ser ex-presidiário, negro e pobre sofreu pelo resto da vida para arranjar emprego. Ao lado desse texto há uma foto de João Candido.

Os negros voltam a aparecer quando é discutida a questão da política de massas feita por Getúlio Vargas em seu governo. Nessa parte, há uma imagem de Vargas e o Mestre Bimba e na descrição da imagem é explicado brevemente quem foi o Mestre Bimba e que Vargas liberou a prática da capoeira em 1937, sem maiores problematizações.

Em um item a parte intitulado *“Para saber mais”* é retratado o teatro e o racismo no Brasil no governo Dutra. Nesse item, é abordada a peça *Anjo Negro* escrita por Nelson Rodrigues, por meio da qual ele registrou toda sua indignação com o racis-

mo. Ainda cita que para interpretar o papel principal foi escolhido o ator negro Abdias Nascimento, mas foi censurada e para ser liberada, o papel do negro teve que ser interpretado por um ator branco pintado com graxa. Na lateral desse item há uma foto do ator branco pintado e no final do texto há uma pergunta questionando o que se pode perceber com base na censura da peça.

Novamente em um item a parte, mas dessa vez ocupando duas páginas do livro, há uma reflexão sobre o movimento negro no Brasil utilizando a arte como forma de resistência. Esse item aborda essas expressões artísticas de 1945 até 1964- quando esses movimentos ficam delimitados devido à censura exercida pela ditadura militar. Ainda, aparecem imagens de Abdias do Nascimento e na descrição dessa imagem é dito que ele foi um grande defensor da oportunidade para os afrodescendentes no Brasil, uma imagem de Solano Trindade juntamente com um trecho do seu poema “Tem gente com fome”, uma imagem da atriz negra Ruth de Souza atuando na peça “Quarto de despejo” e a imagem de Maria Carolina de Jesus, autora dessa mesma peça e negra. No final desse item há questões que fazem os estudantes refletir sobre as lutas dos negros naquele período e ligando com questões atuais, como a conquista da Lei 10.639/2003.

Uma nova menção aos negros é feita quando se aborda a elaboração da Constituição de 1988 e diz que vários movimentos sociais, como o movimento operário, indígena e negro participaram de forma decisiva nesse processo, mas sem discutir as reivindicações específicas de cada um desses movimentos. No fim da unidade três há um item intitulado “Debatendo e concluindo” e usa como fonte um texto que discute a importância do Rap como uma manifestação afro-brasileira contemporânea e em seguida traz questões que problematizam isso. Em uma nova citação breve, é retratado que o movimento negro juntamente com os demais movimentos sociais se opuseram ao governo de Fernando Henrique Cardoso, sem maiores discussões. Aparecem novamente quando é refletido sobre problemas atuais da sociedade e é abordada a desigualdade racial ainda existente através de dados estatísticos.

A última aparição dá-se numa atividade sobre o movimento de mulheres negras, na qual os estudantes são estimulados a debater sobre gênero e raça, conhecer e pesquisar sobre esses movimentos, suas conquistas e seus desafios.

O livro do terceiro ano da coleção História

Global- Geral e Brasil, o segundo mais vendido, faz apenas cinco menções aos negros no período republicano. No primeiro momento, o negro é citado quando é abordado que o voto na Primeira República era destinado apenas a uma grande minoria e que o que unia os cidadãos brasileiros em geral, como ex-escravos e seus descendentes eram o futebol e o samba. Eles voltam a aparecer numa questão do ENEM referente a proibição da capoeira.

Uma outra menção breve feita aos negros é quando falam que eles e mais alguns cidadãos foram para o centro de São Paulo em busca de melhores condições de vida. Em um outro momento cita os ex-escravos e seus descendentes entre as pessoas que se mudaram para Canudos, sem maiores problematizações. Novamente volta a citar personagens negros quando se refere a Revolta da Chibata. O livro fala brevemente sobre o líder João Cândido e diz que ele era conhecido como o Almirante negro, mas não reflete sobre o grande número de negros na Marinha e os cargos ocupados por eles.

No livro História das Cavernas ao 3º Milênio, o terceiro mais vendido, os negros são mencionados ao longo do texto 7 vezes. A primeira menção ocorre quando o livro aborda a Revolta da Chibata, neste trecho que ocupa uma página desse material é feito uma boa problematização sobre o grande número de marinheiros negros e os castigos aplicados a eles que remetiam a escravidão. Ao longo do texto é citado o líder da revolta, João Cândido, e na lateral desse texto há uma imagem de um jornal que retrata o julgamento do mesmo. Ainda sobre esse mesmo tema, em um item a parte intitulado “A revolta além da chibata”, é dito que a maioria das pessoas que iam para a marinha eram obrigados, muitas vezes recrutados nas ruas e que devido ao racismo existente nela, os negros não podiam almejar cargos mais altos e que após o término do conflito a situação dos negros nessa instituição ficou ainda mais difícil.

A segunda aparição acontece em um item a parte, mas dessa vez ocupando duas páginas do livro, intitulado “O prelúdio republicano”. Nesse item, as autoras debatem que no início do século XX a maioria dos moradores do centro do Rio de Janeiro eram negros e seus descendentes que ocupavam os casarões abandonados existentes nesse local, mas que com o começo da República e seus ideais de saneamento, modernização e reforma, esses indivíduos foram expulsos dessas moradias que foram demolidas e passaram a ocupar os morros em mo-

radias improvisadas, se distanciando da sociedade em geral. A próxima aparição ocorre quando está sendo abordada a questão do desenvolvimento cultural no governo de Vargas e nele é citado que Portinari ficou conhecido por retratar questões sociais e os negros, indígenas e mulatos, mas sem trazer maiores problematizações.

Quando se trata da produção cultural ao longo da Ditadura, os negros aparecem por meio de uma imagem do Tony Tornado e do Trio Ternura e somente na descrição da imagem é citado que as letras compostas por Tony eram reivindicações sociais e questionamentos a democracia racial propagada por esse regime, sem maiores questionamentos. Eles voltam a aparecer quando é abordada a elaboração da Constituição de 1988 e é citado que vários cidadãos conquistaram seus direitos, principalmente os que anteriormente não recebiam tanta atenção, como os negros e indígenas. Ainda fala que o racismo passou a ser um crime inafiançável e que as comunidades de remanescentes quilombolas tiveram garantidas por lei o direito de usufruir das terras conquistadas por seus antepassados.

A próxima aparição ocorre quando se aborda a questão de políticas afirmativas no Brasil. Nesse item é citado que existem leis que trazem benefícios a mulheres, deficientes, indígenas e negros. Ainda é mencionado o sistema de cotas para indígenas, negros e pessoas oriundas de escolas públicas e toda a polêmica existente entre as pessoas que são favoráveis a elas e as que são contra. No final desse item uma imagem de membros do movimento Eduafro protestando no Distrito Federal pela ampliação do sistema de cotas no ano de 2012. Na página seguinte, há um item intitulado “A luta dos negros” e nele são mostradas que as diversas conquistas dos negros não vieram de um dia para o outro, mas que foram resultado de várias lutas do Movimento Negro. Nesse texto, são mencionadas algumas leis conquistadas ao longo do tempo como o espaço na Constituição de 1988, a Lei Caó de 1989 e a Lei 10.639 de 2003. Esse item é finalizado mostrando que apesar de todas as conquistas, esses indivíduos ainda sofrem com a desigualdade racial, pois são poucos que chegam aos cursos superiores, mesmo existindo as cotas, a taxa de negros analfabetos é superior à de brancos e eles ainda recebem menores salários.

No livro intitulado História, o quarto mais vendido, os negros aparecem durante o período republicano cinco vezes. A primeira aparição ocorre quando se trata da modernização e busca de valores

européus para o Rio de Janeiro, mas que apesar disso, era impossível negar a existência da população negra e de sua cultura, que acabou se integrando com as demais. Na segunda menção, eles aparecem em um item a parte intitulado “Outra dimensão: resistência”, no qual é abordado as lutas do Movimento Negro ao longo dos anos de 1930 a 1945 por meio da imprensa e associações negras. Nesse mesmo item é retratada a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), sua difusão em todo o Brasil, a sua transformação em partido político que com o advento do Estado Novo foi dissociado, mas que nunca abandonaram sua luta.

A próxima aparição se dá quando é abordado o trabalho manual que ainda era desvalorizado por ser associado com a escravidão. Uma nova menção ocorre por meio de um item a parte intitulado “Outra dimensão: resistência”, que faz complemento ao quadro citado na unidade anterior. Nele é mostrado que as lutas do Movimento Negro iniciadas em 1930 tiveram continuação durante o período democrático. Ainda é abordada a questão do Teatro Experimental do Negro (TEN), a importância da participação de Abdias Nascimento dentro desse grupo e que eles usavam esse grupo como forma de valorização da educação, arte e cultura negra. A última situação em que os negros aparecem nesse material é quando é citado que nos anos finais da Ditadura Civil-Militar os movimentos sociais lutavam por causas específicas, não necessariamente relacionadas a forma de governo, entre eles, movimentos de bairros, de mulheres, de negros e homossexuais que acabavam fortalecendo a oposição a esse regime.

No Livro Oficina de História os negros são mencionados ao longo do período republicano apenas duas vezes. A primeira menção ocorre em um item a parte intitulado “História e Literatura”, por meio do qual é feito uma reflexão sobre o livro “Macunaíma o herói sem nenhum caráter” de Mário de Andrade. Nesse item, é abordado brevemente o movimento modernista e mostra que esse livro traz a representação do povo brasileiro como a mistura de brancos, indígenas e negros. A segunda aparição acontece quando é citado que de 1822 a 1850 o governo assegurou a continuidade da escravidão e somente a partir de 1850 passou a patrocinar a vinda de imigrantes, sem fazer maiores reflexões sobre os escravizados.

Por meio da análise dessas obras é possível perceber que se tratando da questão dos negros na República esses livros didáticos ainda tem muito o que evoluir. É notável que há enormes diferenças na for-

ma como os cinco materiais abordam essa questão durante esse período.

No livro de Alfredo Boulos Junior, os negros aparecem mais vezes e são debatidas questões importantes como o racismo existente durante o Período Republicano, as formas de resistência e a situação desses indivíduos na atualidade. É perceptível que o autor reconhece a presença das discussões historiográficas sobre esse tema. Além disso, esse é o livro que mais vezes eles são citados ao longo do texto. Apesar disso, eles ganham o papel de protagonistas apenas em itens a parte e não no texto integral.

No livro de Gilberto Cotrim os negros são citados poucas vezes e quando isso acontece é feito de forma rasa, sem fazer reflexões. Eles são simplesmente mencionados como participantes de algum processo, mas em nenhum momento é dado ênfase em todo preconceito e desvalorização sofrida por eles durante todo esse período e as consequências que isso causa até hoje. É dado pouco espaço as lutas desses indivíduos ao longo do tempo e quando eles aparecem nunca ocupam o lugar de protagonistas da história, mas sim de personagens secundários.

No livro de Patricia Braick e Myriam Becho Mota os negros são citados poucas vezes comparado ao mais vendido, mas ainda consegue debater de forma mais profunda questões referentes a esses indivíduos comparado com o segundo mais vendido. Essa obra consegue trazer textos e exercícios que fazem reflexões sobre a situação atual dos negros. É perceptível o reconhecimento por parte das autoras sobre a historiografia existente sobre o assunto, mas da mesma maneira que no livro História Sociedade e Cidadania, eles só ganham papel de protagonistas nos itens a parte.

Assim como o anterior, no livro História os negros são citados menos vezes que nos dois primeiros livros mais vendidos, mas faz uma reflexão bem mais aprofundada sobre a situação dessas pessoas nesse período que a segunda obra. O que esse material não traz é uma análise da situação dos negros na atualidade. Falta também ter pessoas negras como protagonistas ao longo do texto e não somente nos itens a parte.

Já o livro Oficina de História é bastante inferior aos demais. Ele traz somente duas breves menções sobre os negros, sendo que uma delas está apenas explicando parte de uma obra literária e na outra são retratados como indivíduos escravizados num passado próximo e como mão-de-obra que antecedeu a dos imigrantes.

3.3 EM QUE SITUAÇÕES OS NEGROS APARECEM REPRESENTADOS? ANÁLISE POR CATEGORIAS

Essa segunda análise foi feita pensando que não basta sabermos quantas vezes e como os negros aparecem nos materiais didáticos, mas sim em quais situações ocorrem essas aparições, para assim sabermos como são representados. Por isso, foram verificadas todas as vezes em que eles são citados nos livros didáticos e essas citações foram separadas em cinco categorias, são elas: situação de cultura, trabalho, opressão, reivindicação e rebeldia. Também há alguns trechos mais longos em que as menções a eles se enquadram em mais de uma categoria ao mesmo tempo. Da mesma forma que a análise anterior, por demandar mais tempo, foram analisados somente os cinco livros didáticos mais vendidos.

No livro História Sociedade e Cidadania, de Alfredo Boulos Junior os negros aparecem de forma cultural no período republicano quando é citado a presença dos capoeiras nas eleições ao longo do tempo. Esse modo de abordagem volta a aparecer em uma imagem de Wilson Simonal e Ataulfo Alves dois artistas negros. Uma nova menção que retrata a cultura negra é citada quando é abordada a liberação da capoeira por Vargas, e nisso é descrito que ela faz parte da cultura afrodescendente. Aparecem novamente numa imagem de Juscelino Kubitschek acompanhado de Pixinguinha e mais alguns artistas e na descrição da imagem é citado o nome de cada um com as atividades que realizavam. Por fim são abordados em um item a parte que fala sobre Milton Nascimento e seu legado artístico, esse item é acompanhado por uma foto do mesmo.

Se tratando de opressão, os negros aparecem quando é mencionada a teoria de branqueamento e que só aceitavam imigrantes europeus tendo por base as justificativas racistas existentes na época. Aparecem novamente dessa maneira na descrição de uma imagem da Favela do Morro do Pinto de 1912, mencionando que devido ao processo de urbanização e embelezamento dos centros das cidades, as pessoas que habitavam esses lugares anteriormente foram expulsas e essas transferiram-se para os morros formando as favelas e que grande parte dessas pessoas eram afrodescendentes. Uma nova menção que retrata opressão é feita quando é falado sobre os problemas do Brasil na atualidade e entre eles está a desigualdade racial.

Os negros aparecem na situação de reivindicação quando no mesmo trecho que fala sobre a pre-

sença dos capoeiras é citado a visão de Lima Barreto sobre essa prática e uma breve explicação de quem ele foi e sobre sua trajetória de luta contra as desigualdades sociais, entre elas o racismo. Novamente aparecem nessa situação quando é citado que o Movimento Negro participou ativamente na elaboração da Constituição de 1988, juntamente com os demais movimentos sociais. Voltam a aparecer quando é mencionado os grupos que se opuseram ao governo de Fernando Henrique Cardoso através do Movimento Negro. Ainda há uma sugestão de atividade que propõe uma pesquisa sobre o movimento de mulheres negras e para isso, os estudantes deverão entrar em contato com representantes desses movimentos para assim entenderem suas reivindicações.

Em alguns trechos os negros são mencionados de forma que engloba mais de uma das categorias citadas acima como quando é falado sobre a Revolta da Chibata, nela eles são retratados ao mesmo tempo como rebeldes e como pessoas que reivindicam o fim dos castigos físicos que a Marinha praticava. No item intitulado “Teatro e racismo no Brasil no governo Dutra”, os negros aparecem de três maneiras distintas: o teatro que é algo cultural e nesse momento servia como um lugar de reivindicação do racismo através da peça Anjo Negro, mas ao mesmo tempo mostra a opressão, pois a peça foi censurada por ter como protagonista o ator negro Abdias Nascimento e para que ela fosse liberada novamente, o autor Nelson Rodrigues teve que escalar um ator branco que era pintado com graxa. Já no item “Movimento negro no Brasil: arte e resistência” são citados vários artistas negros, entre eles Abdias Nascimento e Solano Trindade e a trajetória de lutas deles como parte do movimento negro e as diversas reivindicações que faziam por meio da arte. Em outro item a parte que fala sobre o Rap, ele aparece como uma arte surgida através da cultura negra e uma forma de reivindicar seus direitos através da arte.

A forma de abordagem predominante do negro ao longo do Período Republicano nessa obra é a de reivindicação, com apenas uma menção a mais do que os aspectos culturais. A única forma que não é retratada nesse material é em situação de trabalho.

No livro História Global- Brasil e Geral de Gilberto Cotrim os negros aparecem na situação de cultura em duas menções. A primeira ocorre quando é mencionado que o que unia a nação em torno de um sentimento na época eram o samba e o futebol, fazendo sucesso entre ricos e pobres, brancos

e negros. Aparecem nessa situação pela segunda vez num quadro que retrata uma roda de samba.

Os negros foram retratados na situação de trabalho duas vezes. Na primeira isso ocorre por meio de um quadro, no qual aparecem operários trabalhando e na segunda vez quando é citado que eles saem do campo e vão buscar melhores condições de vida nos centros urbanos.

Se tratando de opressão, os negros aparecem nesse material em três situações. A primeira acontece por meio de uma questão do ENEM que retrata a proibição da capoeira, prática afrodescendente, e a repressão sofrida por quem a praticava. Na segunda vez, aparecem quando é citado que o processo de modernização estabelecido no Brasil gerou uma grande exclusão desses indivíduos. Já a terceira aparição ocorre por meio de um quadro denominado os excluídos.

Em duas situações, os negros aparecem em mais de uma categoria ao mesmo tempo. Isso acontece quando é mencionado que haviam negros entre as pessoas que mudaram-se para Canudos, que foram tratados como rebeldes, mas ao mesmo tempo como pessoas que reivindicam suas precárias condições de vida. Quando é retratada a revolta da Chibata, novamente foram tratados como rebeldes e ao mesmo tempo como pessoas que reivindicam o fim dos castigos físicos e as más condições oferecidas a eles na Marinha.

A forma predominante em que os negros aparecem no livro de Gilberto Cotrim é em situação de opressão, com apenas uma menção a mais que as demais categorias. Tanto a situação cultural, de reivindicação, trabalho e rebeldia apareceram duas vezes ao longo desse material.

No livro História das Cavernas ao 3º Milênio, de Patrícia Braick e Myriam Mota, os negros aparecem na situação de trabalho por meio de imagens duas vezes. Na primeira, eles são retratados numa imagem que mostra pessoas trabalhando no período do Estado Novo. Na segunda imagem, eles aparecem através de um quadro de Portinari que retrata esses indivíduos trabalhando na produção de café.

Os negros são retratados como opressão de forma isolada apenas em uma situação no texto complementar denominado ‘O prelúdio Republicano’, no qual é mencionado que a República trouxe com ela os ideais de modernização, saneamento e reforma e que por meio disso, os negros que eram os habitantes dos casarões abandonados no cen-

tro do Rio de Janeiro foram expulsos e obrigados a alojarem-se nos morros.

Como forma de reivindicação, os negros aparecem por meio de uma imagem dos jagunços durante a Guerra do Contestado. Eles aparecem novamente em uma imagem dos dirigentes do sindicato dos guindasteiros e entre eles há um negro. Novamente são citados quando é abordada a Constituição de 1988 e que eles conseguiram conquistar direitos. Uma nova aparição ocorre por meio de uma imagem de uma manifestação contra o governo do Collor e nela há pessoas negras.

Em três situações os negros aparecem englobados em mais de uma categoria. Na primeira delas eles são citados na forma de reivindicação e opressão quando o livro aborda a Revolta da Chibata. Em forma de reivindicação eles aparecem quando é citado que haviam vários negros na marinha reivindicando o fim dos castigos físicos aplicados a eles naquele período e em forma de opressão quando diz que os negros sofreram repressão por parte da Marinha após a revolta. Na segunda situação os negros aparecem de forma cultural e de reivindicação quando é citado em uma breve passagem o Tony Tornado e o Trio Ternura, composto por negros, que compunham músicas- uma forma de manifestação cultural- com reivindicações sociais. São abordados pela terceira vez como forma de reivindicação e opressão quando são mencionadas as leis afirmativas que existem no Brasil que foram conquistadas pelos indígenas, mulheres, idosos, afrodescendentes e negros e ao lado desse texto há uma imagem de membros do movimento Eduafro protestando no Distrito Federal pela ampliação do sistema de cotas- mostrando os negros reivindicando seus direitos. Ao final do texto é indagado que apesar das conquistas, ainda há uma grande desigualdade racial no Brasil.

A situação predominante nesse material, com mais que o dobro de menções da seguinte é a categoria de reivindicação com sete menções. A situação de opressão é a segunda mais citada com três menções, seguida por trabalho com duas e cultura com uma menção, respectivamente. Nesse livro, em nenhum momento os negros são retratados em situação de rebeldia.

No livro História, de Ronaldo Vainfas et al., os negros aparecem como forma cultural apenas uma vez. Isso ocorre quando é citado que apesar da busca por valores europeus no Rio de Janeiro, a cultura negra conquistou grande espaço no co-

tidiano do brasileiro, mesclando a cultura erudita com a popular.

Como forma de trabalho, os negros aparecem somente uma vez quando é refletido sobre a dificuldade de convencer as pessoas a exercerem trabalhos manuais no início da Primeira República devido a associação dessa prática com a situação de escravidão sofrida pelos negros.

Esses indivíduos são retratados como forma de reivindicação em duas situações. A primeira ocorre em um item a parte que fala sobre as lutas e conquistas do Movimento Negro a partir de 1930 até 1945. A segunda situação ocorre quando é citado que o Movimento negro, entre outros movimentos fazia parte de grupos que se opuseram a Ditadura Civil-Militar.

Em uma menção, os negros aparecem ao mesmo tempo como forma de reivindicação e forma cultural. Isso ocorre em um quadro que se refere a luta do Movimento Negro após o fim do Estado Novo e início do período democrático. Nesse item é citado que os negros encontraram no teatro uma forma de reivindicar seus direitos e valorizar a sua cultura.

A forma que os negros mais aparecem nesse material didático é na situação de reivindicação, com apenas uma citação a mais que a situação de cultura, e esta com uma a mais que a de trabalho. Tanto a situação de opressão como a de rebeldia não aparecem nessa obra

No livro Oficina de História, de Flávio Campos e Regina Claro, como os negros aparecem apenas duas vezes ao longo de todo o texto, não há uma categoria que predomine. Na primeira menção eles aparecem de forma cultural, pois são retratados por meio da obra literária “Macunaíma um herói sem nenhum caráter” de Mario de Andrade como um dos elementos formadores da nação brasileira. Na segunda menção, eles aparecem englobados nas situações de trabalho e opressão ao mesmo tempo, porque é refletido sobre a permanência da escravidão e a preocupação com a mão-de-obra.

Por meio dessa análise pode-se perceber que a forma predominante que os negros são representados na maioria dos livros é em situação de reivindicação, o que pode ser considerado muito importante, pois dessa forma é traçada uma imagem positiva dessas pessoas como de quem luta por seus direitos.

3.4 ANÁLISE QUANTITATIVA DE IMAGENS:

Para essa análise foi quantificado o total de imagens existentes ao longo de cada livro, ao longo de todos os capítulos, independente se estão dentro da História do Brasil ou da Geral ou se estão ou não no período republicano. Dentre elas, foram quantificadas as quais representam pessoas (seja por meio de fotos ou pinturas), e entre as que representam pessoas, quantas representam os negros. Ainda apa-

recem nos livros imagens que representam pessoas, mas que é impossível identificar se são negras ou não, seja por serem imagens muito pequenas, ou de baixa qualidade ou ainda por representarem uma grande multidão, ou estarem em preto e branco. Essas imagens foram enquadradas na categoria chamada indecifráveis. No caso dessa análise, por não precisar de reflexões mais profundas, foram utilizados os dez livros mais vendidos do PNLD 2015. Através desses dados foi elaborada a tabela a seguir:

TABELA 2- REPRESENTAÇÕES DOS NEGROS NAS IMAGENS DOS LIVROS DIDÁTICOS

Livro	Total de imagens	Figuras Humanas	Representações Negros	Indecifráveis
História, Sociedade e Cidadania	369	274	51	22
História Global – Brasil e Geral	209	149	13	28
História: das Cavernas ao Terceiro Milênio	285	224	33	22
História	246	206	15	28
Oficina de História	258	159	18	40
Ser Protagonista História	287	196	16	51
História Geral e do Brasil	389	283	17	62
Novo Olhar História	441	331	41	65
História em Movimento	278	183	21	29
Conexões com a História	306	193	18	43

Fonte: A autora

Para ficar mais fácil visualizar o que esses números representam efetivamente se tratando dos negros nessas obras, esses valores foram transformados em porcentagem. Para isso, foram pegadas a quantidade de imagens que representam figuras humanas, descontadas as indecifráveis e cruzado com os dados de quantas representam os negros.

Com isso, foram obtidos os seguintes valores: o livro História Sociedade e Cidadania tem apenas 20% de suas imagens representando os negros; o livro História Global- Brasil e Geral possui 11% das suas imagens representando esses indivíduos; o livro História das Cavernas ao 3º Milênio tem 16% de suas imagens representando negros; já o livro História tem apenas 8%; o livro Oficina de História 15%, o Ser Protagonista História 11%, o História Geral e do Brasil 8%, o Novo Olhar História 15%, O História em Movimento 14% e o Conexões com a História 12%.

O manual didático em que os negros aparecem em maior número é o livro História Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulos Junior que apresenta 20% de todas as imagens que representam pessoas representando os negros. Isso é considerado um número baixo, pensando que ele abarca as imagens que representam pessoas em todos os capítulos do livro de forma integral, incluindo os que tratam particularmente da África.

Outro ponto importante é que oito dos dez livros utilizados para a verificação possuem mais de 10% das suas imagens representando pessoas negras, com exceção do quarto livro mais vendido o História e o sétimo livro mais vendido intitulado como História Geral e do Brasil.

Pensando nos livros de forma total é possível concluir que na hora de selecionar imagens para estarem presentes nos livros didáticos, as editoras e autores muitas vezes privilegiam imagens que re-

presentam pessoas brancas em diferentes processos, o que ajuda a inferiorizar o lugar dos negros na sociedade e que os adolescentes negros não sintam-se representados.

Como o foco dessa pesquisa é entender como os negros são representados no período republicano brasileiro, foi elaborada uma outra tabela com o objetivo de verificar quantas imagens dos negros estão presentes nesse período e perceber de que

forma eles são representados, se são positivas ou negativas. Além disso, foram cruzados os dados da quantidade total de imagem que representem os negros em todos os períodos do livro e quantas os representam na República e esse valor foi transformado em porcentagem para dessa forma saber qual é a porcentagem de imagens que representam os negros no Período Republicano. Com isso, foi elaborada a tabela abaixo:

TABELA 3- REPRESENTAÇÕES DOS NEGROS EM IMAGENS DOS LIVROS DIDÁTICOS AO LONGO DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Livro	Imagens negros	Representações Negros (%)	Imagens Positivas	Imagens Negativa
História, Sociedade e Cidadania	24	47%	21	3
História Global – Brasil e Geral	3	23%	0	3
História: das Cavernas ao Terceiro Milênio	13	39%	11	2
História	5	33%	4	1
Oficina de História	2	11%	1	1
Ser Protagonista História	3	19%	3	0
História Geral e do Brasil	6	35%	4	2
Novo Olhar História	14	34%	10	4
História em Movimento	7	33%	7	0
Conexões com a História	4	22%	3	1

Fonte: A autora

O livro em que os negros aparecem em maior porcentagem é o livro História Sociedade e Cidadania com 47% das imagens de toda a obra que representam negros aparecendo no Período Republicano. Há cinco livros que tem mais de 30% das imagens de negros nesse período, são eles: História das Cavernas ao 3º Milênio, o História, o História Geral e do Brasil, o Novo Olhar História e o História em Movimento, sendo respectivamente o terceiro, quarto, sétimo, oitavo e nono livros mais vendido. Entre os quatro manuais restantes, em dois as imagens que os representam aparecem ao longo da república em mais de 20% das imagens, sendo eles o História Global- Brasil e Geral- segundo na colocação de mais vendido e o livro Conexões com a História- o décimo mais vendido. Os outros dois livros possuem mais que 10% de imagens de negros nessa periodização. O livro Ser protagonista História tem 19% de imagens, já o Oficina de História apenas 11%.

Se tratando da classificação das imagens entre positivas e negativas é importante destacar que oito

dos dez livros mais vendidos do ano de 2015 apresentam em sua grande maioria representações dos negros na República de forma positiva. O livro Oficina de História só possui duas imagens de negros nesse período e uma é positiva e a outra negativa. Já o História Global- Brasil e Geral apresenta todas as suas imagens com representações negativas dos negros. Para essa classificação, foram consideradas como positivas imagens que retratam os negros lutando por seus direitos, buscando novas oportunidades, exercendo algum cargo ou profissão. Foram consideradas como negativas imagens que colocam os negros em situação de desvantagem em relação aos brancos ou que de alguma forma remete ao passado escravista.

3.5 O ESPAÇO OCUPADO PELOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS: ANÁLISE QUANTITATIVA DE PALAVRAS

Buscando entender qual o espaço total de cada livro didático que é ocupado efetivamente pelos negros, foi realizada a contagem de palavras de cada um dos livros. Para isso, todos os materiais a serem utilizados foram digitalizados de forma integral e salvo no formato de pdf. Posteriormente, esses arquivos foram convertidos em arquivos de word para que as palavras pudessem ser quantificadas. Foram usadas as ferramentas próprias deste programa para realizar a contagem.

Primeiro foram verificadas as quantidades de palavras existentes no livro didático inteiro. Depois, fo-

ram selecionados as unidades, capítulos ou trechos de capítulos que retratam o Brasil ao longo da República e contabilizado o total de palavras que se referem a isso. Usando dos fichamentos feitos das obras para as análises gerais, foram selecionados os trechos que abordam os negros nesse período, sejam eles itens a parte ou apenas um parágrafo ou frase. O total de palavras de cada um desses itens foram sendo anotados e no final foi realizada a somatória de todos esses trechos para assim verificar o total de palavras referentes aos negros. Através do cruzamento dos dados referentes as palavras no Período Republicano e as que se dirigem especificamente aos negros obteve-se o valor em porcentagem que esta representa do total de cada obra. Os resultados podem ser observados na seguinte tabela:

TABELA 4- NÚMERO DE PALAVRAS REFERENTES AOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS AO LONGO DO PERÍODO REPUBLICANO

Livro	Total de palavras	Palavras na República	Negros na República	% Negros na República
História, Sociedade e Cidadania	121.420	43.677	3.459	8%
História Global – Brasil e Geral	116.224	54.888	1.182	2%
História: das Cavernas ao Terceiro Milênio	133.551	44.819	2.272	5%
História	129.872	45.604	1.069	2%
Oficina de História	156.164	55.381	522	0,9%

Fonte: A autora

O livro que melhor representa os negros nesse período é o História Sociedade e cidadania, mas de todo o espaço destinado ao Brasil no Período Republicano, em apenas 8% dele é ocupado por algum tipo de abordagem aos negro, ou seja, os outros 92% não trazem nada que se relacione a eles de forma específica. O segundo livro que melhor traz essa questão é o História das Cavernas ao 3º Milênio, com apenas 5% do livro voltando-se a essa temática. Os livros História Global- Brasil e Geral e História trazem os negros representados em apenas 2% do texto referente à República. O livro que pior os representa é o Oficina de História, trazendo menos de 1% do espaço ocupado pelos negros.

Pensando nas cinco coleções é visível que em nenhuma das obras os negros estão retratados em mais de 10% da totalidade referente ao período estudado. Isso é algo preocupante, pois até mesmo os livros que trazem itens a parte e tentam abordar essa questão a faz de forma rasa ou destinando pouco espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises realizadas com os livros didáticos do Ensino Médio destinados ao terceiro ano foi possível perceber que de forma geral o espaço dado aos negros quando se trata do Período Republicano nesses livros é mínimo. Mesmo considerando que já se passaram mais de dez anos da promulgação da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana e que esse fator é levado em conta pelas equipes de avaliadores de livros didáticos, sendo considerado critério de exclusão, esses livros ainda têm muito o que evoluir quando se trata das questões que envolvem os negros.

Através da análise quantitativa de palavras foi possível perceber que o espaço que é efetivamente disponibilizado aos negros ao longo da República é muito pequeno. O livro que mais tem espaço destinados aos negros traz apenas 8% da totalidade que aborda esse período. Ainda há o livro que possui menos que 1% da totalidade de palavras se referindo a esses indivíduos. Isso significa que mais de 90% dos trechos que referem-se ao Brasil na República em todos os livros não traz nada referente a população negra.

A análise geral de imagens aponta para o mesmo caminho. O livro didático que mais traz negros por meio de imagens o faz somente em 20% da sua totalidade, ou seja, mais de 80% das imagens dos livros são representações de pessoas brancas. Pensando que essa análise abarca o manual didático de forma integral e não somente o Brasil na República e sabendo que nesses livros estão presentes conteúdos referentes à África ou as lutas dos Movimentos Negros dos Estados Unidos por direito, verifica-se que a escolha de imagens para estarem nos livros está sendo feita de forma a privilegiar a representação dos brancos.

Quanto a análise das imagens destinadas especificamente ao Período Republicano, apesar de um dos livros possuir praticamente a metade das imagens desse período representando negros, isso não ocorre com os demais livros. Comparando os números das imagens que se referem à totalidade do manual didático ao que representa as imagens de negros somente na República fica perceptível que essas pessoas aparecem em um número superior quando se trata do Brasil.

Por meio da análise geral das obras foi possível perceber que até mesmo nos livros que os negros aparecem mais vezes, eles nunca ganham o papel de protagonistas no texto geral. Isso só acontece nos itens a parte, quando trazem alguma reflexão voltadas

a eles. Uma hipótese dos motivos disso ocorrer pode ser a pressão das Leis e da exigência que os livros possuam certos conteúdos para serem aprovados pelo Ministério da educação, por isso seria mais fácil incluí-los em quadros apartados do que modificar um texto completo já existente.

Ao se referir ao livro didático ideal e o que ele deve possuir, Rüsen (1997) indaga que os livros didáticos devem trazer relações com a vida cotidiana dos estudantes. Um ponto interessante é que apesar de praticamente todos os autores colocarem como objetivo do ensino da História entender o passado para pensar em suas ações do presente, na prática são poucas as vezes que esses livros refletem sobre a relação passado-presente no período em que se pauta essa análise.

Porém, no que se refere a análise das situações em que os negros aparecem nos livros didáticos, pode-se considerar como positivo o fato de que entre todas as categorias elencadas a que predominou na maioria dos livros foram as situações em que eles estão reivindicando seus direitos. Isso é um passo muito importante, pois ver os negros reivindicando seus direitos faz com que os estudantes compreendam as diferentes trajetórias desses indivíduos e os deixem de associar diretamente com o que remete a escravidão.

A mesma coisa pode-se pensar por meio da análise das imagens que trazem os negros na República classificadas entre positivas e negativas. A grande maioria desses materiais possuem imagens que representam esses indivíduos de forma positiva.

Outro fator a se considerar é que existem grandes diferenças entre as coleções analisadas. Se tratando das cinco que passaram por todas as análises, o livro História Sociedade e Cidadania é superior aos demais em todos os aspectos analisados. Ele é o que mais traz menções aos negros, o que destina um maior espaço efetivo para essa discussão, o que tem mais imagens representando os negros na totalidade da obra e no Período Republicano e o que possui o maior número de imagens positivas se referindo a eles. Esse é também o livro mais distribuído a todo o Brasil, tendo mais de 300 mil exemplares a mais que o segundo mais vendido. Isso pode ser considerado como um fator positivo, pois o livro que melhor representa os negros é o que entrou em contato com o maior número de estudantes.

O livro História Global- Brasil e Geral dá muito pouco espaço para a questão dos negros. Nesse material, as menções feitas a eles são rasas, trazendo-os como parte de um processo e nunca discute mais a

fundo a situação na qual eles se encontravam. Além disso, todas as imagens que retratam os negros na República fazem isso de maneira negativa. O mesmo ocorre com o livro *Oficina de História*, que faz somente duas breves menções a eles, sem nenhum tipo de problematização e ainda tem menos de 1% do seu texto referindo-se a essas pessoas. A esses dois livros falta dar mais espaço aos negros e dar ênfase as diversas lutas exercidas por eles nesse período.

Tanto o livro *História das Cavernas ao 3º milênio* quanto o livro *História* trazem discussões sobre os negros e os representam na maioria das vezes de forma positiva, apesar de isso acontecer com menos intensidade do que no livro *História Sociedade e Cidadania*.

Pensando em todos esses pontos levantados até aqui, é importante que os conteúdos que se referem aos negros no período republicano nesses livros sejam aprofundados e que o espaço dado a eles seja maior, pois eles estão diretamente ligados à formação da consciência histórica dos estudantes, o que pode contribuir diretamente para como esses eles se identificam e identificam aos demais, assim aumentando-se o preconceito e a discriminação.

Sabe-se que o ensino de História não é o único influenciador na formação da consciência histórica dos estudantes, mas que os fatores externos à escola também influenciam, como as mídias, a família, a religião, entre outros. Leva-se em consideração também que esses materiais dependem de como serão utilizados pelos professores e qual leitura os alunos farão deles e o que efetivamente levarão em consideração. Por isso, não se deve considerar os livros didáticos como um fator isolado, mas pertencentes a uma cultura histórica.

Se tratando das desigualdades, conforme José D'Assunção Barros (2009, p.24) "qualquer desigualdade que esteja sendo imposta a algum grupo ou indivíduo está sujeita ela mesma à já mencionada circunstancialidade histórica, sendo em primeira ou última instância reversível."

Por esse motivo, como já refletido ao longo desse trabalho, acredita-se na capacidade do ensino como lugar estratégico para o rompimento de preconceitos e que por meio dele e dos livros didáticos, sejam quebradas barreiras envolvendo a discriminação racial que ainda é tão presente no Brasil. Por isso, espera-se que cada vez mais os livros didáticos tragam maiores espaço aos negros e suas lutas.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, W. "A vala comum da 'raça emancipada': abolição e racialização do Brasil, breve comentário. **História Social**, n. 19, p. 91-108, 2010.

BARROS, J. D. A construção social da cor. In: _____. **A Construção Social da Cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 50-53

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos: PNLD 2013: história: ensino fundamental: anos iniciais**. Brasília, 2012.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2014: história: ensino fundamental: anos finais**. Brasília, 2013.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: história: ensino médio**. Brasília, 2014.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2016: História: ensino fundamental anos iniciais**. Brasília, 2015.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2017: história - Ensino fundamental anos finais**. Brasília, 2016.

BITTENCOURT, C. M. F. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set/dez. 2004.

CARDOSO, O. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CARVALHO, A. A. de M. C. de. **As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CARVALHO, R. A. **As Imagens em Livros Didáticos de História: Leituras de Representações de Mulheres Negras**. In: VII Simpósio Nacional de História Cultural- História Cultural: Escritas, circulação, leituras e recepções. USP, São Paulo, nov. 2014.

CASSIANO, C. R. de F. **Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI**: história das principais editoras e suas práticas comerciais. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 287-312, jul./dez. 2005

CERRI, L. F. **Os conceitos de Consciência Histórica e o desafio da Didática da História**. *Revista de História Regional*, v. 6, n. 2, Inverno 2001.

CERRI, L. F.; FERREIRA, A. R. Notas sobre as demandas sociais de representação e os livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, M. D.; STAMATTO, M. I. S. **O livro didático de história**: políticas educacionais, pesquisa e ensino. Natal: EDUFRRN, 2007. P. 74-86.

DURANTE, H. **O orfeão e a ingoma**: pedagogias negras nas primeiras décadas do Brasil republicano. *Revista PUC Viva*. n. 28, p. 43-52, out./dez. 2006.

FARICELLI, M de F. **Conteúdo pedagógico da História como disciplina escolar**: exercícios propostos por Livros Didáticos de 5ª a 8ª série. 2005. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) História, Política e Sociedade, PUC-SP, São Paulo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: DIFEL, 1971.

FERREIRA, A. R. Mediação Didática e Circulação do Conhecimento. In: **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005a. p. 1-9.

_____. **Representações da História das Mulheres no Brasil em Livros Didáticos de História**. 2005. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005b.

FERREIRA, S. N.; SILVA, H. M. S. Um olhar sobre a trajetória política do Livro Didático no Brasil. In: **Anais da XII Semana de Licenciatura**, IF, Jataí-GO, p. 209-215, out. 2015.

FILHO, J. B. da S. **Os discursos Verbais e Iconográficos sobre os Negros em Livros Didáticos de História**. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais,

Belo Horizonte, 2005.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. **PNLD 2015- coleções mais vendidas por componente curricular-Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>, acesso em: 04/04/2017.

GALZERANI, M. C.B. Belas Mentiras? A Ideologia nos Estudos sobre livro didático. In: PINSKY, J. **O Ensino da História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 105-109.

GOBBI, I. **A Temática Indígena e Diversidade Cultural nos Livros Didáticos de História**: Uma Análise dos Livros Recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós graduação em Ciências Sociais, UFSC, São Carlos, 2006.

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAE, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

JANZ, R. C. Lei 10.639/03: **O que os alunos do 1º ano do ensino médio sabem sobre a História Africana e Afro-brasileira?**. 2016. 214 f. Dissertação (Mestrado em História, cultura e identidade-Área de Concentração: História, cultura e identidades)- Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

LIBERAC, A.; PIRES, C. S. “Associações de Homens de Cor” Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937). In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 69-89.

MARIANO, N. R. C. **A Representação sobre os Índios nos Livros Didáticos de História do Brasil**. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Popular, Comunicação e Cultura. Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2006.

MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. **O Livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MUNAKATA, K. História que os Livros Didático contam depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectivas**. São Paulo: Contexto, 1998.

MUNANGA, K. A redemocratização de 1945 e a crise do mito de democracia racial: Uma vista panorâmica. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 131-140.

MURINELLI, G. R. História Afro-brasileira nos livros didáticos: Um estudo a partir da Lei 10.639/03. In: **Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**, 8, 2010, Londrina, PR. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas- SEPECH. Londrina: Eduel, 2010. P. 856-871.

NASCIMENTO, A. P. do. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – o pós-abolição no ensino de História. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 11-26.

ORTIZ, R. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 13-35.

_____. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 36-44.

PEREIRA, A. A. O movimento negro no Brasil, a partir do início do século XX. In: _____. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013. p. 109-141.

_____. A constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: primeiras organizações e estratégias (1971-1995). In: _____. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013. p. 217-323.

PEREIRA, J. S. **Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária?** Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 41, p. 21-43, jun. 2008.

RÜSEN, J. **Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão**. Trad. Marcos Kusnick. Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07-16, jul/dez. 2006.

_____. **El libro de texto ideal: reflexiones entorno a los medios para guiar les clases de historia**. Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia, n. 12, p. 79-93, 1997.

SADDI, R. **Didática da História com sub-disciplina da ciência histórica**. História e Ensino, Londrina, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010.

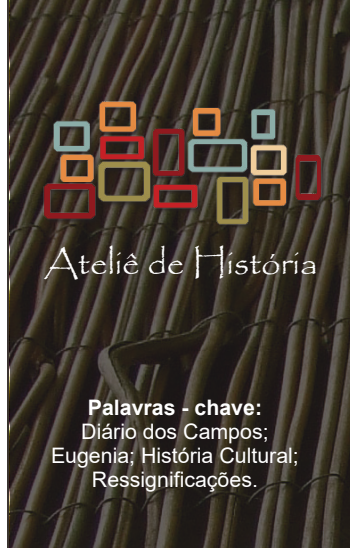
SANTOS, S. R. do N. **Abre as asas sobre nós**. Revista Espaço Acadêmico, nº 173, p. 15-22 out. 2005.

SIQUEIRA, J. J. A redemocratização de 1945 e a emergência de uma nova consciência sobre a Questão do Negro no Brasil. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 107-129.

SOUZA, A. M.; GERMANO, A. S. de M. Análises de Livros Didáticos de Física quanto a suas abordagens para o conteúdo de física nuclear. In: **XVII Simpósio Nacional de Ensino de Física**, Vitória, 2009.

WATTHIER, L. **A discriminação racial presente em livros didáticos e sua influência na formação de identidade dos alunos**. Revista Urutágua, Maringá, n. 16, p. 47-54, ago./nov. 2008.

ZAVALA, A. **Para leer un manual de historia**. Una mirada desde la herramienta de analisis. Secuencia, n. 90, p. 177-189, set./dez. 2014.



PROJETO DE PESQUISA: AS RESSIGNIFICAÇÕES DO DISCURSO SOBRE A EUGENIA NO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, 1908-1921

Isaias Holowate ¹
Marco Antonio Stancik ²

Palavras - chave:
Diário dos Campos;
Eugenia; História Cultural;
Ressignificações.

INTRUDUÇÃO

Resumo: No início do século XX, a sociedade ponta-grossense passou por um período de intensas transformações sociais e culturais. Nessa época, uma série de ideias consideradas como científicas foram importadas, apropriadas e ressignificadas por grupos locais para atender seus interesses de explicação e transformação de sua realidade. Uma dessas ideias foi a eugenia, um movimento científico e social surgido na Inglaterra que tinha como objetivo o aprimoramento da espécie humana através da seleção dos genitores. No meio local, a eugenia, ressignificada ao meio local e amalgamada com diversos conceitos presentes na identidade da população, foi utilizada de forma a atender às necessidades de uma burguesia recém ascendida ao poder, dando origem a diversas ressignificações, de forma com que entre o discurso sobre a eugenia no meio local e internacional existiram uma série de divergências. Com o objetivo de estudar a produção dessas ressignificações sobre a eugenia na sociedade ponta-grossense, a pesquisa parte dos pressupostos da História das Representações e utiliza como fonte as publicações do jornal local Diário dos Campos. O trabalho será conduzido através de um levantamento dos discursos sobre a eugenia na sociedade ponta-grossense, analisando suas representações e relações com o movimento eugenista nacional e internacional.

No início do século XX, a sociedade ponta-grossense passou por um período de intensas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. A população da cidade, que constava em 4774 habitantes de acordo com o Censo de 1890, saltou para 20771 no Censo de 1920 (PINTO, 1980, p. 61).

O aumento populacional ocorreu em consonância com a modificação do espaço. Anteriormente interiorana e dependente do meio rural, a cidade passa cada vez mais a identificar-se como um núcleo próprio, um símbolo da pujança e do progresso do meio local. Nesse período se estabeleceu uma distinção mais clara entre o rural e o urbano (PEREIRA, 1996, pp. 97-115), criando-se com a urbanização e a industrialização um sentimento de identidade urbana. A atuação na cidade, associado cada vez mais à riqueza e ao progresso, acentuava e diferenciava o meio rural da urbanidade ponta-grossense. Tal como afirma Zulian (1998, p. 40):

Transformações sensíveis na estrutura social e econômica vão se evidenciando na Ponta Grossa do fim do século, que se manifestam na concentração urbana e em contraste com a dispersão rural de proprietários em busca de outro tipo de atividade. Em função destas transformações, Ponta Grossa, que parecia confundir-se com o campo que a invadia, assume “ares de cidade”.

A construção de uma identidade local ocorreu em um período de ascensão das disciplinas científicas. Nessa época, uma série de discursos foram imiscuídos em questões locais. Através deles, alguns grupos buscavam explicar o funcionamento do ser humano na sua individualidade e na atuação em grupo através de regras científicas.

A ascensão das ciências foi o responsável, por exemplo, pela promoção da Medicina e do Direito como disciplinas de maior poder nas disputas científicas e sociais. Os avanços na ciência médica permitiram a descoberta de diversas doenças e seus respectivos tratamentos, promovendo melhoria na saúde e qualidade de vida de grande parte da população. O crescimento da área de atuação dos médicos e juristas, que anteriormente disputavam espaço com a cultura consuetudinária, representou uma transformação cultural e social, pois passaram a controlar, ordenar e modificar a vivência de diversos grupos da população.

A ascensão das disciplinas científicas e a sua imiscuição nas áreas sociais

¹ Licenciado em História. Mestrando em História, Cultura e Identidades da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: isaiaholowate@gmail.com

² Orientador. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor adjunto do Departamento de História e do Mestrado em História, Cultura e Identidades da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

envolveu também o surgimento de teorias científicas que buscaram explicar e aprimorar o funcionamento do meio social e que produziram resultados catastróficos. O racismo científico e a eugenia são alguns deles.

O preconceito relativo ao pertencimento a culturas diferentes³, embora antigo e já utilizado em diversas ocasiões para legitimar a escravidão, passou a partir da ascensão do racismo científico, a ser utilizado como um critério supostamente científico de diferenciar os seres humanos. Cada grupo, denominado genericamente como raça passou a receber características próprias de forma a valorizar ou desvalorizar determinados grupos. Com o refinamento das teorias, os subgrupos também receberam valorações. Por exemplo, grupos de europeus ingleses eram valorizados pela sua pontualidade, germânicos pela disciplina e indivíduos da África subsaariana, como nigerianos e senegaleses recebiam epítetos de violentos, sexualizados e irracionais. Essas caracterizações dos indivíduos a partir do racismo, iriam permanecer nas sociedades ocidentais, e inclusive na brasileira, representando uma das chagas sociais cuja solução se apresenta como das mais complicada, e leva até mesmo em pleno século XXI, a dificuldades da sociedade superar o racismo e as consequentes valorações que grupos sociais estabelecem entre indivíduos oriundos das diferentes regiões do país.

Já a eugenia, surgiu a partir das teorias do antropólogo inglês Francis Galton. Seus princípios embasavam-se em descobertas científicas da época e privilegiavam a importância da aplicação na sociedade dos fundamentos eugenistas. Segundo Galton (1868, p. 1), as características humanas - sociais, intelectuais - eram transmitidas biologicamente e, portanto, a eugenia deveria ocorrer a partir do aprimoramento pela seleção das características hereditárias desejáveis a partir de cruzamentos selecionados, tanto estimulando que grupos com atributos superiores cruzassem entre si, quanto evitando que indivíduos julgados como "inferiores" proliferassem.

Nessa teoria nota-se a influência da teoria da seleção natural de seu primo, o naturalista Charles Darwin (DARWIN, 1859), que defendia que em um ambiente, os mais aptos se reproduziriam melhor e

sobreviveriam. Porém em um meio de ascensão do racismo de dos nacionalismos, a teoria galtoniana, que por si, buscava embasar-se principalmente na biologia e nas áreas médicas para uma atuação no meio social, foi ressignificada em diversas regiões do globo de forma a atender aos interesses locais (BLACK, 2003).

A historiadora Nancy Stepan (2005, p. 123), ao apontar para os diferentes significados que a eugenia adquiriu, afirma que "a leitura feita dependia das circunstâncias locais e de fatores ideológicos". Sobre essas transformações no processo de apropriação dos signos, o historiador Roger Chartier (1990, p. 52), afirma que:

A passagem de um sistema de representações a outro pode, desde logo, ser entendida simultaneamente como uma ruptura radical (nos saberes, mas também nas próprias estruturas do pensamento) e como um processo feito de hesitações, de retrocessos, de bloqueios [...].

As particularidades da cultura deram origem a peculiaridades nas representações sobre a eugenia, como por exemplo, as discussões sobre a miscigenação, alvo de constantes debates na eugenia brasileira. No Brasil do início do século XX, os ideais cientificistas estavam em um processo de fortalecimento e o racismo era uma ferramenta amplamente usada para explicar o suposto "atraso brasileiro" em relação às nações mais desenvolvidas, tal como defende a historiadora Lília Moritz Schwarcz (1993, p. 14) ao afirmar que no Brasil, o "cruzamento de raças era entendido, com efeito, como uma questão central para a compreensão dos destinos dessa nação".

As recentes pesquisas sobre a eugenia (SILVEIRA, 2005; STEPAN, 2005; STANCIK 2006; JANZ JUNIOR, 2011) apontam para a existência de uma diversidade de debates sobre o tema no Brasil. Tais discussões caracterizam-se por sua heterogeneidade de representações e ressignificações do pensamento eugênico, e segundo Stepan (2005, p. 90) "O estilo eclético de boa parte das obras sobre a eugenia [...] indicam que muito poucos médicos viam qualquer incompatibilidade entre o neolamarckismo e outros tipos de hereditariedade".

Sendo a pesquisa histórica uma ferramenta para

3 O preconceito cultural é o estabelecimento de valorações negativas relativas ao outro são comuns. "Aqueles que são muito negros são covardes como, por exemplo, os egípcios e os etíopes. Mas os excessivamente brancos também são covardes, como podemos ver pelo exemplo das mulheres; a coloração da coragem está entre o negro e o branco." (ARISTÓTELES. Citado por: DIOP, 2010, p. 13). Porém, a importante distinção é entre o preconceito cultural, e o racismo como ciência, oriundo do final do século XVIII, que ascende principalmente na segunda metade do século XIX, e que será amalgamado aos discursos eugenista no meio local.

atender às demandas de esclarecimento de discussões presentes na sociedade (RUSEN, 2001, p. 30), justifica-se a necessidade dessa pesquisa, pois, as discussões sobre a eugenia e racismo novamente reacendem-se, o que demanda a compreensão por parte da sociedade e a pesquisa do historiador.

O recorte espacial pesquisado consiste na cidade de Ponta Grossa, nos Campos Gerais², que teve um processo de colonização peculiar, pois foi ocupada a partir da criação das invernadas que atendiam aos tropeiros que se dirigiam a São Paulo. No final do século XIX, a economia predominantemente escravocrata da região (PEREIRA, 1996, p. 53-54; MARTINS, 2011) entrou em crise após a abolição, dando origem a uma diversificação das atividades com o surgimento de indústrias como a madeireira (KOHLRAUSCH, 2007, p. 20) e a ervateira (LEANDRO, 1995, p. 12).

No final do século XIX, ocorreu a chegada de milhares de imigrantes na região, causando diversas modificações na sociedade local, como a urbanização (ZULIAN, 1998, p. 41) e um significativo aumento populacional, tendo a cidade passado de 4774 habitantes de acordo com o Censo de 1890 para 20771 no Censo de 1920 (PINTO, 1980, p. 61).

As alterações sociais refletiram na intelectualidade da região. O historiador José Augusto Leandro (1995, p. 13) aponta que, no final do século XIX, muitos filhos de fazendeiros dos Campos Gerais se dirigiam para as capitais onde realizavam seus cursos de bacharéis, e depois, retornavam para a região, onde assumiam cargos públicos. Esse movimento, somado aos imigrantes recém-chegados, foram responsáveis pelo surgimento de uma geração de intelectuais, que traziam dos grandes centros, novos ideais antes desconhecidos da sociedade local, sendo um dos responsáveis pelo aparecimento de representações sobre ciência e raça na sociedade ponta-grossense.

A pesquisa busca estudar os discursos produzidos sobre a eugenia na sociedade ponta-grossense, utilizando-se das publicações do jornal *O Progresso/Diário dos Campos*, enfocando o período de presença do jornalista carioca Hugo dos Reis no jornal entre 1908 e 1921. Busca-se compreender as características, ressignificações e os usos que a eugenia

teve ao ser representada por um grupo de intelectuais do meio social ponta-grossense.

A escolha por pesquisar sobre o periódico durante a passagem de Hugo dos Reis ocorre porque nessas edições encontram-se produzidas pelos colaboradores do jornal uma diversidade de representações sobre as mais variadas questões sociais do país, inclusive da eugenia. Entre esses colaboradores da publicação havia a presença de diversos intelectuais locais⁴ pertencentes a uma classe letrada, burguesa e defensora de ideais progressistas da sociedade paranaense.

A escolha por realizar a pesquisa a partir do estudo das fontes jornalísticas ocorre, pelo fato de que o jornal é uma ferramenta que constrói uma realidade (ALSINA, 2009, p.45), atuando como um instrumento político de legitimação e de contestação social “tendo a capacidade de mobilizar ou de garantir a construção subjetiva do informado” (PONTES e SILVA, 2012, p. 52).

Tendo em vista a necessidade da pesquisa sobre a formação e construção dos discursos sobre a eugenia e de analisar a produção das representações e as transformações que o discurso sofreu no meio ponta-grossense, o projeto busca responder às seguintes questões: Como se estruturavam discursivamente as representações sobre a eugenia no meio local? Quais as relações observáveis entre representações sobre eugenia nas páginas do periódico *O Progresso/Diário dos Campos* e os discursos sobre a eugenia no meio nacional e internacional? Como essas ressignificações apontam para uma construção de discurso próprio no meio local em relação ao momento histórico e cultural dos grupos da sociedade que os produziram?

A hipótese que se busca comprovar é a de que os discursos sobre a eugenia em Ponta Grossa apresentam uma diversidade de ressignificações em relação aos discursos nacionais e internacionais, que as peculiaridades da eugenia no meio local se produzem a partir das interações sociais entre os indivíduos defensores desses discursos e correspondem aos interesses dos grupos que produziram tais representações.

Respondendo a essas questões busca-se fazer um estudo das ressignificações da eugenia no meio local e compreender as representações e a existên-

4 Utiliza-se da conceituação defendida por Chaves e Karvat (2013, p. 2), para os intelectuais locais como “notadamente escritores, que se pautando em diferentes leituras, autores e referências, participaram ativamente das discussões locais”. Essa definição é relacionada com a definição de intelectuais regionais, presentes na obra de Vilhena (1996) que defende a existência de uma intelectualidade regional que ressignificava e debatia os conceitos científicos no início do século XX.

cia de peculiaridades e especificidades no pensamento eugenista em Ponta Grossa.

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é estudar os discursos sobre a eugenia nas páginas do *Diário dos Campos* entre os anos de 1908 e 1921 e as ressignificações sobre o tema produzidos pelos colaboradores do periódico.

Na pesquisa busca-se também compreender as relações entre o discurso sobre a eugenia defendido na Europa, EUA, América Latina e Brasil e as representações produzidas no meio local pelo grupo é definido como a “intelectualidade local” ponta-grossense do início do século XX, que produz o discurso no *O Progresso/Diário dos Campos*.

Além disso, objetiva-se compreender nas representações sobre a eugenia as transformações no processo de passagem de um sistema de signos para outro, estudando as mudanças, permanências e a historicidade desses discursos através da análise das representações locais e suas relações com os discursos nacional e internacional.

PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O projeto busca analisar como no início do século XX, um grupo de pensadores ponta-grossenses colaboradores da publicação *Diário dos Campos* se posicionou sobre um importante tema: a eugenia.

A escolha de 1908 se dá pela entrada de Reis na redação do jornal. A escolha pelo recorte final se dá pela saída de Hugo dos Reis em 1921. Contudo, esse marco não é rígido, pois o estudo das transformações culturais de uma sociedade exige que o pesquisador seja flexível na análise das mudanças e continuidades.

A fonte de pesquisa utilizada consiste de discursos publicados no jornal *Diário dos Campos*, em Ponta Grossa. A pesquisa com esse tipo de fonte, tem se tornado mais comum nas últimas décadas³, principalmente após a diversificação das fontes e métodos de pesquisa promovidos pela terceira geração da *Escola dos Annales* (LE GOFF e NORA, 1978, pp. 11-12).

Luca (2011, p. 111-153) aponta para os avanços na pesquisa em jornais, que se tornaram uma importante fonte de pesquisa para diversas áreas. Os documentos jornalísticos contêm uma diversidade

de representações sobre seu tempo e apresentam uma variedade de possibilidades de pesquisa, pois, tais documentos, além de serem uma ferramenta comunicativa, trazem consigo os usos sociais da notícia e - longe de serem imparciais - revelam interesses aos quais essas publicações defendem. Estudar o jornal pode possibilitar uma melhor compreensão das formas com que determinados grupos, pertencentes a uma determinada cultura, representavam a sua realidade.

Por isso, a pesquisa busca compreender os fatores que determinaram os discursos do periódico e as especificidades do jornal, desde seu formato, abrangência, apresentação, paginação, até a estrutura das matérias, colaborações, hierarquias discursivas e debativas, além de analisar o contexto e texto em que tais matérias forma publicadas.

O método de pesquisa utilizada é a Análise do Discurso francesa, considerada especialmente produtiva pois permite realizar um “mapeamento das vozes e identificação dos sentidos”, estudando a estrutura contextual e “anterior” ao texto, as Formações Discursivas (FD) e o mapeamento das vozes presentes no texto (BENETTI, 2008, p. 107-122).

Para os estudos sobre a eugenia no meio local, utiliza-se o conceito de *Representação* do historiador Roger Chartier que parte do pressuposto de que os significados das representações são socialmente construídos e aponta para a necessidade de se “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16).

A pesquisa leva em consideração que, no ambiente do jornal, a produção de representações sobre a eugenia ocorre em meio a uma série de contradições e especificidades, pois os personagens que a produzem fazem parte de meios sociais e grupos diversos e buscam atender aos interesses seus como indivíduo dentro do grupo, e atender as necessidades momentâneas dos grupos ao qual fazem parte.

Pressupõe-se que as representações são produzidas a partir de uma interação do indivíduo com o meio social do qual faz parte e que a partir dessas relações ele pode gerar discursos que produzem um resultado prático na sociedade. Portanto, um discurso majoritário em um determinado período, em um espaço cultural próprio, produzirá discursos característicos apenas para esse período.

Segundo Chartier (1990, p. 62), na representação “o real assume [...] um novo sentido: aquilo

que é real, efetivamente, não é”. Sendo assim, os estudos sobre as representações buscam analisar as significações que os indivíduos de uma determinada sociedade - no nosso caso um grupo de pensadores da sociedade ponta-grossense – representam alguns aspectos culturais de sua sociedade em seu espaço/ tempo. Na representação, busca-se, portanto, compreender relação signo-significado “entendida, deste modo, como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme” (CHARTIER, 1991, p. 184).

Embora os significados sejam coletivos, a produção de deles é desigual, havendo indivíduos que por fatores econômicos, políticos e sociais possuem maior acesso à produção dos discursos, enquanto que outros indivíduos possuem menos acesso ao discurso, tal como defende Chartier (1990, p. 17), ao afirmar que “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”.

Portanto, a pesquisa se embasa nesses princípios, buscando realizar um levantamento das representações e análise da forma com que a eugenia foi apropriada na cidade de Ponta Grossa, estudando as permanências e transformações que o discurso sofreu ao ser amalgamado com a cultura local.

FONTES:

As fontes a serem utilizados para a análise estão disponibilizadas pela Casa da Memória de Ponta Grossa, digitalizadas e em bom estado. O jornal *O Progresso* foi a primeira publicação jornalística ininterrupta na sociedade ponta-grossense, tendo sido substituído em 1913 pelo *Diário dos Campos* – que ostentou até 1921 o subtítulo de *Ex-O Progresso* - mantendo a mesma política editorial e atendendo aos mesmo grupos sociais e valores éticos. Por isso considera-se correta a utilização dessas publicações para a pesquisa.

A escolha da publicação se dá pela importância que o periódico teve nas primeiras décadas do século XX, sendo o jornal da cidade mais influente naquele período, e que segundo os discursos de seus colaboradores, buscava ser também um veículo que contribuísse para o engrandecimento da cidade, promovendo o progresso e lutando por uma pretensa modernização da cidade, tanto na questão intelectual quanto social.

A disponibilidade dessas fontes para a pesquisa ocorreu já em 2014, de forma digitalizada pela equipe da Casa da Memória para o pesquisador durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso. Sendo assim, as fontes encontram-se à disposição do pesquisador.

Porém, em virtude da existência de algumas lacunas em relação às fontes – algumas edições faltantes, outras perdidas no processo de “restauração” – faz com que o pesquisador necessite apelar também para outras fontes. Assim, também o *Acervo Estadão*, do jornal *O Estado de S. Paulo* será utilizado pois possui diversas passagens relacionadas a atividade social do jornalista, sendo citado pelo jornal em sua atuação espírita, por exemplo. O jornal está em acervo, disponível para assinantes e assim encontra-se em mãos do pesquisador para análise e estudos.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia. Petrópolis:** Vozes, 2009

ARISTÓTELES, filósofo macedônio. Fisionomia, 6. Citado por Cheikh A. Diop, *Origem negra do Egito*. In: **História Geral da África**, vol. 2, Brasília, UNESCO, 2010,

BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **Bioética e Início da Vida:** alguns desafios. Aparecida, SP: Idéias e Letras; São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2004.

BARROS, José D’Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, v.12, n. 16, 1º sem. 2011, p. 38-63.

BLACK, Edwin. **A Guerra contra os fracos.** São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C. e BENETTI, M. (orgs). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BURKE, Peter A Terceira geração. In: **A Revolução Francesa da historiografia:** A Escola de Annales, 1929-1989. Ed. Unesp. 2º ed. São Paulo, 1992

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Ed. Difel, 1990.

_____. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, vol.5, nr.11, jan/abr. 1991. P. 173-191.

CHAVES, Niltonci Batista; KARVAT, Erivan Casiano. **Intelectuais, Discursos e Instituições: as relações entre a História Intelectual (e/ou de Intelectuais) e a História Local (reflexões sobre possibilidades de pesquisa)**. Anais do VI Congresso Internacional de História. Maringá: UEM, 2013.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza**. 1 vol. Tradução: Dr. Mesquita Paul. Disponível em: <http://ecologia.ib.usp.br/ffa/arquivos/abril/darwin1.pdf>. Acesso em 30 de dezembro de 2015.

GALERA, Andrés. Lamarck y la conservación adaptativa de la vida. Asclepio. **Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia**, 2009, vol. LXI, nº 2, jul.-dez., p. 129-140.

GALTON, Francis. **Hereditarius Genius**. Disponível em < <http://www.mugu.com/galton/books/hereditary-genius/text/pdf/galton-1869-genius-v3.pdf> >. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

HOLZMANN, Epaminondas. **Cinco Histórias Convergentes**. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

JANZ JUNIOR. Dones Cláudio. **A eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná, 1931-1940**. Curitiba: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2012.

KOHLRAUSCH. Arlindo Jonas Fagundes. **Introdução à história da arquitetura em Ponta Grossa/Pr: As casas de madeira – 1920 a 1950**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP; 2007.

LEANDRO, José Augusto. **Palco e tela na modernização de Castro**. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR; 1995.

MARTINS, Ilton César. **E eu só tenho três casas: A do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na Comarca de Castro, 1853-1888**. Tese de doutorado. Curitiba, UFPR, 2011.

PASSOS-BUENO, Maria Rita. **O projeto genoma humano**. Revista Bioética; 5(2):145-155, 1997.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba, UTFPR, 1996.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVEIRA, Éder. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005.

SIMPSON, A. (1999). **O que não está nos genes também não está no mundo**. Em M. Teixeira (Entrevistadora), Notícias FAPESP, 44, 9-12.

STANCIK, Marco Antonio. **De médico a homem de ciência: a eugenia na trajetória de Aleixo de Vasconcellos no início do século XX**. Curitiba: Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2006.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VILHENA, L. R. **Os intelectuais regionais: Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos Anos 50**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 32, ano 11, out. 1996.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. **A victoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana**. Ponta Grossa: Revista de História Regional 3(2), 1998.

PROJETO DE PESQUISA OS VIAJANTES E A MATA ATLÂNTICA NO PARANÁ: DIFERENTES PERCEPÇÕES DE UM BIOMA (1875– 1920)

Tayná Gruber ¹

Alessandra Izabel de Carvalho ²

Christian Brannstrom ³

INTRODUÇÃO

Tratar do Paraná nos séculos XIX e XX é versar sobre um ideal republicano de progresso que atingia, em diferentes proporções e modos, o território nacional como um todo. Como em outros países considerados zonas periféricas da época, o Brasil sonhava em atingir os padrões da revolução científico-tecnológica de países como França, Alemanha e Estados Unidos. Segundo Fernanda Cruzetta, “o Brasil não possuía um aparato tecnológico e econômico para produzir uma revolução industrial aos moldes europeu e norte-americano” e, por isso, tentou criar condições e assimilar leis e hábitos para se modernizar. Entre as atitudes tomadas, a autora elenca “a adoção de práticas econômicas liberais, a abolição do trabalho escravo, a imposição de padrões higienistas e educacionais inspirados em modelos europeus [...]”. Pode-se ainda incluir nesse conjunto de ações modernizantes a Proclamação da República” (CRUZETTA, 2010, p. 5 – 6).

A esses elementos podemos somar as implantações e expansões das estradas de ferro, a ampliação de redes de cabos telegráficos, a urbanização crescente, a migração, a exploração de novas fontes de energia e o desenvolvimento das indústrias de bens de capital (MURARI, 2002, p. 11-12) Esse mundo de valores burgueses em mudança é assim descrita por Marx:

É o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos... Todas as relações fixas e congeladas, com o seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar. (apud HALL, 2005, p.14)

O Paraná apresentava nesse período, como contribuição a esse ideal de progresso, primordialmente o cultivo de erva mate, a extração de madeira e a produção de gado. Reconhecido no século XVIII pelas suas rotas de muares dos caminhos dos tropeiros e por ser local para invernada das tropas, no século XIX teve esse fluxo mais centralizado na região dos Campos Gerais, que já não atuavam somente como ponto de invernada, mas também de comer-

Resumo: Esta pesquisa tem por intento compreender como os fatores bióticos e abióticos da porção do Bioma Mata Atlântica pertencente ao território paranaense, eram descritos e analisados nos relatos de viagens de Nestor Borba, José Cândido da Silva Muricy e Jayme Ballão. As viagens se deram entre os anos de 1875 a 1920. O estudo desse material frisa as seguintes questões: compreender quem eram esses sujeitos selecionados e o que os motivou a viajar e relatar suas viagens; como as características do bioma aparecem em seus relatos; e que sentimentos, imaginários, percepções e/ou discussões essa interação suscitou. Como base teórica e metodológica, este trabalho dialoga com pensadores da história ambiental.

1 Mestre no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, matriculada na linha de pesquisa: Discursos, representações: produção de sentidos. Email: tayngruber@hotmail.com

2 Orientadora. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado).

3 Co-orientador. Doutor em Geography - University of Wisconsin - Madison (1998). Atualmente é Professor - Texas A&M University System. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia da Energia e Geografia Histórica.

cio (GRUBER, 2016). É também no século XIX que advém às linhas férreas para cá, e com elas todo o fluxo de matérias-primas, de transporte de muare, de trânsito de pessoas é modificado. Assim como a paisagem. Se o Brasil passava a ter o que Sússekind define como “paisagem tecno-industrial em formação” (SÜSSEKIND, 1987) significa que toda a paisagem anterior estava sucumbindo a essa nova.

Warren Dean em seu livro *A Ferro e Fogo* nos oferece perspectivas de qual era a paisagem natural, no caso, que aos poucos estava sendo substituída. Segundo este autor, com a expansão das áreas para agricultura e pecuária, com o aumento das cidades e de sua necessidade por madeira e carvão, foram intensificadas as formas já tradicionais da exploração da floresta e acrescenta que, “simultaneamente esses processos, incentivavam a difusão da exploração tradicional por áreas muito mais amplas, para substituir recursos próximos aos centros de produção para exportação e de urbanização” (DEAN, 2004). Ou seja, além dos espaços já tradicionalmente conhecidos para exploração ou plantio, agora existia a necessidade de ampliação.

É válido salientar que as relações com o mundo natural nos séculos XIX e XX no Brasil não eram homogêneas. Desde o final do século XVIII, segundo José Augusto Pádua, grupos de estudantes brasileiros ligados a Universidade de Coimbra, já iniciavam reflexões sistemáticas sobre o uso das florestas no Brasil. Entre os que escreviam sobre o tema, o autor salienta as discussões de José Vieira Couto, que “começou a formular críticas ao caráter rudimentar e predatório da economia colonial” (PÁDUA, 2004, p. 17) embasados em um “Iluminismo Luso-Brasileiro” que “não defendiam a natureza por seu valor estético ou espiritual” (Ibidem), mas sim por seu valor político e econômico. Ainda segundo Pádua, essas discussões se desdobraram tanto para o século XIX tanto para o XX, sendo reforçadas por novas perspectivas e questões mais contemporâneas. Apesar dessas críticas, é apenas em 1934 que o país teve sua primeira lei florestal abrangente e tal demora se deu, entre outros fatores, devido “ao mito da natureza inesgotável” (Ibidem, p. 16) que favorecia o uso incauto da floresta.

Fazendo um retorno à contemporaneidade, os dados do Ministério do Meio Ambiente há muito tempo vêm mostrando que nada há de inesgotável em nossas florestas. O bioma Mata Atlântica, que abrange grande parte do território paranaense,

conta com apenas 22% de sua cobertura original no país, segundo os dados de Ministério do Meio Ambiente,⁴ e 12,5%, de acordo com o último levantamento realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). (Ibidem, p. 16)

Bioma, segundo o IBGE, é um conjunto de vida, que pode ser vegetal ou animal, caracterizada pelo agrupamento de tipos de vegetação próximas e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria. A divisão atual dos biomas brasileiros podem ser visto no Mapa 1.

Mapa 1 : Mapa dos biomas do Brasil



Fonte: Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/biomas.html>> Acessado em 15/03/2017

A partir dos pressupostos da história ambiental, que nos contempla com a abertura de possibilidades de análise das relações entre sociedades humanas e natureza, das discussões recentes sobre a devastação do bioma Mata Atlântica, e nos questionando sobre como teria sido a interação no passado das pessoas com esta porção do mundo natural, em específico no território paraense, este projeto busca investigar, através de três relatos selecionados de viajantes brasileiros que por ali passaram entre o final do século XIX e início do século XX, quais

4 Dados disponíveis em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>>. Acessado em 15/03/2016.

questionamentos, sensações e impressões tal vivência suscitava.

Quando mencionamos analisar uma relação entre dois conjuntos, ou seja, seres humanos e um ambiente específico com características bióticas (que são aquelas geradas por seres vivos) e abióticas (que se refere às características físico-químicas do ambiente) que dividem o mesmo espaço e que se modificam mutuamente, estamos nos dispondo a analisar experiências. Concordamos com Maturana quando ele expressa que:

A experiência de qualquer coisa “lá fora” é validada de modo especial pela estrutura humana, que toma possível “à coisa” que surge na descrição. Tal circularidade, tal encadeamento entre ação e experiência, tal inseparabilidade entre ser de uma maneira particular e como mundo nos parece ser, indica que todo ato de conhecer produz um mundo (MATURANA, 1995, p. 68)

Para tanto, elencamos um conjunto de três fontes principais. Todas as fontes foram elaboradas por sujeitos que fizeram suas viagens motivados por suas ocupações profissionais, e se diferenciam de um viajante para outro. Acreditamos que essa variedade será importante para analisar as também múltiplas experiências com o bioma, os diferentes interesses e interações que cada tipo de trabalho oferecia a e requeria desses sujeitos.

OBJETIVO GERAL:

Analisar como foi narrada a interação desses viajantes brasileiros, dos séculos XIX e XX, com parte do Bioma Mata Atlântica presente no território do Paraná. Buscar compreender os artifícios de linguagem utilizados para descrever em seus relatórios de viagens os fatores não humanos específicos deste bioma. Mapear os sentimentos descritos durante as viagens.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Investigar quem são os sujeitos elencados para análise e quais as motivações de suas viagens, buscando mapear seus locais sociais e suas necessidades de produzirem as narrativas sobre o bioma;
- Analisar através da historiografia quais eram as discussões em voga sobre a natureza no século XIX e XX;
- Analisar quais características do bioma Mata

Atlântica os viajantes selecionados descreveram e quais sentimentos, imaginários, percepções ou discussões esta relação suscitava;

- Analisar as mudanças e permanências nas descrições, percepções e discussões das características do bioma Mata Atlântica, conforme os relatos se alteram.

METODOLOGIA

Na historiografia, a interação entre seres humanos e natureza passou a ser discutida com mais propriedade na década de 1970, juntamente com as conferências sobre as crises globais e com os movimentos ambientalistas, instituindo o campo de pesquisa da história ambiental. Mas é fato que o debate já persuadia estudiosos e pessoas comuns há muito mais tempo.

Um dos primeiros a definir este campo e trazer o ambiente como algo além de apenas palco onde a história humana aconteceria foi Roderik Nash. O autor defendia através de seu ensaio denominado *The state of environmental history*, [A situação da história ambiental] (NASH, 1970, p. 249-260) que toda a paisagem ao nosso redor era uma forma de fonte para a escrita da história.

Na França, posteriormente a criação da Escola dos Annales que se deu em 1920, diversas novas questões e olhares foram inseridos na pesquisa histórica, houve uma aproximação com demais campos do saber, tais como: sociologia, psicologia, linguística, geografia, etc., e diversas das barreiras teóricas que a prendiam na historiografia tradicional foram gradualmente repensadas.

No que diz respeito a aproximações da história tendo o ambiente físico como sujeito de análise, uma das obras de maior referência foi *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II* (BRAUDEL, 1984). Nesta obra o autor aborda o ambiente como sendo parte constitutiva da história, porém com uma temporalidade de mudanças diferentes, sendo classificada como uma estrutura de grande duração e lentas mudanças, ficando afastado dos homens. Conforme se institui o campo de pesquisa da relação humana com o meio, essa visão acaba sendo revista e os estudos começam a inserir os sujeitos históricos como parte da natureza, e não mais como algo isolado.

Sobre a definição do que seria a história ambiental, Donald Worster escreve a seguinte síntese:

A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘supernatural’, de que as consequências ecológicas dos seus feitos podem ser ignoradas (WORSTER, 1991, p. 199).

Partindo destes pressupostos, consideramos importante ter uma metodologia que aproxime a historicidade dos estudos feitos até o momento sobre a interação do ser humano com o mundo biofísico e os relatos de viagens sobre o bioma da Mata Atlântica, tendo por objetivo, como já especificado, compreender os sentidos que esses sujeitos produziram a partir dessas interações. Trata-se de um desafio certamente, pois como podemos notar por estudos como o do autor Keith Thomas em *O homem e o mundo natural*, nossa compreensão da natureza nada tem de inata, ao contrário, ela é historicamente construída, modificada e ressignificada. Para esta pesquisa devemos considerar ainda que a forma como os viajantes narraram essa porção do mundo natural é indicativa também da sua cosmovisão e de suas próprias identidades, isso porque, como afirma Thomas, “é impossível desmaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas” (THOMAS, 1988, p. 19).

Além dos estudos dos autores ligados à história ambiental, para o melhor entendimento do bioma será necessário o diálogo com outros campos do conhecimento. Concordamos com Regina Horta Duarte quando ela postula que “uma das barreiras à expansão do conhecimento, na atualidade, tem sido a excessiva especialização dos profissionais das várias áreas e a hiperfragmentação do saber” (DUARTE, 2009, p. 936) e, que “o novo milênio demanda ‘passarelas’ permanentes entre saberes particulares, na construção do conhecimento” (DUARTE, 2009, p. 937). Portanto, para esta pesquisa o suporte bibliográfico de áreas como biologia, geologia, zoologia, por exemplo, serão fundamentais, ainda que essa interface caracterize ao mesmo tempo um desafio, pois como relata Worster, muitas vezes estas se configuram como ‘novas linguagens’ ao historiador:

O historiador ambiental, além de fazer algumas perguntas novas, precisa aprender a falar algumas línguas novas. Sem dúvida, a mais estranha dessas línguas é a dos cientistas naturais. Cheia de números, leis, terminologias e experiências, essa língua é tão estranha para o historiador

quanto o chinês foi para Marco Polo. (WORSTER, op. cit., p. 202)

Além dessas referências, nos aproximaremos também do debate historiográfico existente para a compreensão de um outro conceito chave do projeto: viajantes. Para os dicionários em geral, viajante é simplesmente aquele que viaja, segundo Dárcio Rundvalt, a palavra viajantes “nos soa plena, parece capaz de englobar em uma única categoria toda uma miríade de indivíduos, projetos e objetivos” (RUNDVALT, p. 21) mas, como o próprio autor salienta, isso destoa da realidade. Na verdade, cada sujeito locomove-se de um lugar a outro com objetivos, aspirações e percepções distintas.

Se viajar nunca é igual e varia conforme o viajante, o primeiro pressuposto do qual partiremos é que toda viagem se por um lado não é ensimesmada, por outro, é um evento único, circunscrito dentro de um momento que a promove, de um acontecimento que gera a ação de viajar. O viajante, dentro desse cenário, não é só aquele que percorre um trajeto, mas aquele que dentro de suas decisões objetivas e subjetivas cria a viagem, lhe atribui sentidos e valores.

Neste sentido, pretendemos usar a metodologia proposta por Pádua de construir uma tipologia diferenciada quanto à formação e objetivos de cada viajante, ressaltando as aproximações e distanciamentos. Sobre como fazer as diferenciações o autor argumenta:

É possível diferencia-los, por exemplo, segundo sua base profissional – naturalistas, artistas, técnicos, professores, diplomatas, militares, marinheiros, negociantes etc. Pode-se também distinguir as iniciativas individuais – como a viagem de Maximilian de Wied-Newied, em 1815 – das missões coletivas previamente negociadas, como a Missão Austríaca de 1817, organizada para acompanhar a comitiva da princesa Leopoldina em seu casamento com o príncipe herdeiro português. Uma leitura mais detalhada poderia examinar o peso dessas diferenças de condição profissional e institucional no tipo de representação da paisagem local feita por cada viajante (PÁDUA, 2009, p. 6).

Esses três pontos de fundação teórico-metodológicos nos parecem os primordiais para o momento, mas sabemos que a pesquisa histórica nos revela, a cada contato com as fontes, novas possibilidades e, com isso, nos desafia a trilhar outros caminhos a e buscar outras leituras para um aprofundamento da reflexão.

FONTES

A fim de traçar alguns esboços sobre essas relações dos homens com o bioma da Mata Atlântica, buscamos fontes que trouxessem uma versão de viajantes sobre esse ambiente. As fontes são descrições de viagens. As obras fazem parte do acervo da Biblioteca Pública Paranaense.

O conjunto documental levantado constitui-se de três fontes principais. O critério para a criação do conjunto de fontes principais foi de que os relatos deveriam ser escritos por viajantes brasileiros e que estivessem viajando pelo território paranaense. Como já citado na introdução, esse recorte das fontes se deve ao objetivo desse projeto, que é entender como o bioma aparece nas descrições de viagens desses sujeitos que o atravessaram e que tinha como primeiro ponto em comum a nacionalidade brasileira.

Em uma pesquisa na historiografia atual podemos notar que esse não é um recorte de fontes usual. Mesmo os trabalhos que se aproximam dessa temática, como o do Luciano D. B. Lima, que trata das relações dos viajantes com a biótica da urbe amazônica no século XIX (LIMA, 2016), acaba-se por privilegiar no corpo documental os relatos de europeus. O mesmo acontece em diversos outros trabalhos, com os mais variados enfoques que analisam o mesmo período. Seja para tratar da exploração dos rios Amazonas e Madeiras no Brasil Império,⁵ a relação entre ciência e natureza,⁶ ou os sertões e os mestiços,⁷ o conjunto de fontes acaba por privilegiar o olhar do estrangeiro sobre o território nacional.

Quando se trata da historiografia paranaense os resultados não são muito diferentes. Os trabalhos que tem como recorte temporal o século XIX ou início do XX tendem a usar relatos dos naturalistas europeus para falar das paisagens e dos sujeitos, sendo os autores mais comumente explorados August de Saint-Hilaire⁸ e Thomás P. Bigg-Whitter (BONNICI, 2012) Salienta-se nesse sentindo que muitos optam por um conjunto documental misto, usando tanto esses relatos de estrangeiros quanto alguns relatos

nacionais. Alguns exemplos são os trabalhos João A. Reque (2000), que trata da dicotomia entre a civilização e barbárie no território paranaense no século XIX, e usa tanto os relatos dos dois naturalistas anteriormente citados quanto documentos oficiais da Província do Paraná em seu conjunto de fontes, e a dissertação de mestrado de Dárcio Rundvalt,⁹ que trata das paisagens dos Campos Gerais, no Paraná, e utiliza tanto dos relatos de Saint-Hilaire e Bigg-Whitter, quanto do brasileiro Visconde de Taunay.

Concordamos que essas são visões válidas e pertinentes, e também sabemos que em números os relatos de naturalistas europeus no século XIX são vastos e talvez mais famosos que os escritos por brasileiros no mesmo período, mas acreditamos que usar um conjunto de fontes que priorizem o olhar desses sujeitos que estavam dentro do Paraná, pensando-os a partir de sua cultura e de seu contexto sócio-político, pode trazer novas contribuições para a historiografia.

Para tanto, a primeira descrição de viagem utilizada, e que integra o conjunto de fontes principais, é do Capitão Nestor Borba, realizada na companhia de seu irmão Telêmaco Borba saindo da cidade de Curitiba e indo até as Sete Quedas em Foz do Iguaçu. A viagem ocorre entre o final de 1875 e início de 1876. O objetivo central da viagem foi colher informações sobre as Sete Quedas, tendo o incentivo do então presidente da província do Paraná, Adolpho Laménha Lins. Borba levou materiais como pantômetro¹⁰ para essa sua expedição, visto que o objetivo também era colher informações da geografia paranaense, assim como da flora e fauna. Trata das paisagens e das caçadas. Eles percorreram por terra, o trecho entre Curitiba e a colônia do Jataí, às margens do rio Tibagi, e a partir daí de canoa pelos rios Tibagi, Paranapanema e Paraná, até as quedas. Tal relato está disponível na obra *Monumenta: Relatos de viagem à Guaíra e Foz do Iguaçu*. (BERBERI, 1999, p. 11-45).

A segunda descrição de viagem que se pretende usar como fonte principal é a do Tenente José Candido da Silva Muricy, feita em 1892, que teve

5 VERGARA, Moema de R. A Exploração dos rios Amazonas e Madeira no Império Brasileiro por Franz Keller-Leuzinger: imprensa e nação. Almanack. Guarulhos, n.06, p.81-94, 2013.

6 BARBOZA, Christina H. da Motta. Ciência e natureza nas expedições astronômicas para o Brasil (1850-1920). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 2, p. 273-294, 2010.

7 MIRANDA, Luiz F. A. O Deserto dos Mestiços: O Sertão e seus Habitantes nos relatos de viagem do início do Século XIX. Revista História, v. 22, n. 2, p. 621 – 643, 2009.

8 PEREIRA, Marco A. M. IEGELSKI, Francine. O paraíso terrestre no Brasil: Os Campos Gerais do Paraná no relato de Auguste de Saint-Hilaire. Revista de História Regional, v. 7, n.1, p. 47-72, 2002.

9 RUNDVALT, op. cit.

10 Instrumento que serve para medir ângulos em terrenos e traçar perpendiculares

como origem Guarapuava e como ponto de chegada a tríplice fronteira. Muricy, assim como os demais desse conjunto documental, faz o trajeto motivado pelo seu ofício. Ele trabalhava nesse período na Comissão Estratégica do Paraná e sua empreitada se deu com o objetivo de fiscalizar a picada¹¹ aberta entre Guarapuava e a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Em seu relato trata dos sentimentos diante da mata, salienta a necessidade de uso destes espaços e as dificuldades de se transitar naqueles espaços. Assim como o primeiro relato, este também está publicado na obra *Monumenta*. (BERBERI; DENIPOTI, op. cit., p. 45-87).

A terceira descrição de viagem selecionada é a que Jayme Ballão, advogado paranaense, fez a pedido do Presidente da Província do Paraná e na companhia de outros repórteres e políticos, realizada para Foz do Iguaçu em 1920. A principal diferença dessa viagem, e que a torna ainda mais relevante para o conjunto que integra, é que essa viagem foi feita em automóveis. Apesar do foco estar primordialmente nas questões políticas, Ballão relata as es-

tradas, exalta a natureza paranaense e descreve a travessia do rio Paraná e as vistas das Cataratas. Tal relato foi publicado em formato de livro já em 1921, com o título *A Foz do Iguaçu e as Cataratas do Iguaçu e do Paraná (descrição de viagem)*. (BALLÃO, 1921.)

Mesmo acreditando ser este conjunto de fontes suficiente para cumprir os objetivos propostos, é intenção deste projeto buscar outras leituras e fontes que possam contribuir para a análise. Também é necessário esclarecer que não temos a pretensão de exaurir o tema ou ainda a temporalidade que abordamos, mas tentar compreender uma parte deste passado a partir dos vestígios que encontramos. Afinal, como nos lembra Droysen: “Os dados da pesquisa histórica não são as coisas passadas (porque essas coisas são do passado), mas o que ainda está preservado no aqui-e-agora, sejam lembranças do que e aconteceu, sejam vestígios do que foi e chegou de outrora” (DROYSEN, 2009) e é a partir desse pressuposto que tentaremos olhar para a relação entre estes homens e o Bioma Mata Atlântica.

CRONOGRAMA

Descrição de atividades Período: 08/2016 a 06/2017	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Créditos das disciplinas	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X
Leituras para fundamentação teórica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Busca por mais fontes					X	X	X	X	X	X	X
Estágio Supervisionado/Regência							X	X	X	X	X
Orientação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Texto da dissertação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Descrição de atividades Período: 07/2017 a 07/2018	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Créditos das disciplinas	X												
Leituras para fundamentação teórica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Orientação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Texto da dissertação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Qualificação							X						
Defesa													X

11 Nos relatos o termo picada aparece para designar trajetos abertos no meio da mata. Geralmente estreitas, precisavam de constates cuidados para não serem obstruídas.

REFÊRENCIAS:

- BALLÃO, Jayme. **A Foz do Iguaçu e as Cataratas do Iguaçu e do Paraná (descrição de viagem)**. Curitiba: Typographia d'A República, 1921.
- BARBOZA, Christina H. da Motta. **Ciência e natureza nas expedições astronômicas para o Brasil (1850-1920)**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 2, p. 273-294, 2010.
- BERBERI, Elizabete. DENIPOTI, Cláudio. (Org.) **Monumenta: Relatos de viagem à Guaíra e Foz do Iguaçu**. Curitiba: Tetravento, 1 v, n. 4, 1999.
- BONNICI, Thomás. **Ecocrítica e pós-colonialismo: o fitar de Bigg-Wither na Floresta Atlântica do Paraná**. Intersimiose, ano I, n. 2, p. 171 -184, 2012.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- CRUZETTA, Fernanda Carolina. **Rememorações da cidade de Curitiba: visões de progresso nas décadas iniciais do século XX**. Curitiba, UFPR, 2010.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da história**. Vozes. Rio de Janeiro, 2009.
- DUARTE, Regina Horta. **História e biologia: diálogos possíveis, distâncias necessárias**. Maguinhos: História, Ciência e Saúde. Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 927-940, 2009.
- GRUBER, Tayná. CARVALHO, Alessandra Izabel de. **Entre mio-mios e embiras: Homens e animais no caminho das tropas**. 2016. 54 p. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.
- LIMA, Luciano D. B. **Belém e o mundo natural: olhares de viajantes sobre plantas e animais na urbe amazônica (1840-1860)**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 11, n. 2, p. 505-519, 2016.
- MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano**. Campinas: Psy, 1995.
- MIRANDA, Luiz F. A. **O Deserto dos Mestiços: O Sertão e seus Habitantes nos relatos de viagem do início do Século XIX**. Revista História, v. 22, n. 2, p. 621 – 643, 2009.
- MURARI, Luciana. **Tudo mais é paisagem: Representações da natureza na cultura brasileira**. São Paulo, USP, 2002.
- NASH Roderik. The state of environmental history. In: Herbert J. Bass, ed. **The state of American history** (Chicago, Quadrangle Press, 1970).
- PÁDUA, José Augusto. **Defensores da Mata Atlântica no Brasil colônia**. Revista Nossa História. Abril de 2004.
- _____. Natureza e sociedade no Brasil monárquico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Império**, Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- PEREIRA, Marco A. M. IEGELSKI, Francine. **O paraíso terrestre no Brasil: Os Campos Gerais do Paraná no relato de Auguste de Saint-Hilaire**. Revista de História Regional, v. 7, n. 1, p. 47-72, 2002.
- REQUE, João A. **Civilização e barbárie no território paranaense: (1820-1875)**. 2000. 52 p. Monografia (História) – Universidade Federal do Paraná.
- RUNDVALT, Dárcio. **Para além do cenário, do palco ou do pitoresco: a paisagem dos Campos Gerais no Paraná nos relatos de viagem do século XIX —Auguste de Saint-Hilaire, Thomas P. Bigg-Wither e Visconde de Taunay**. Disponível em: < http://bicen-tede.uepg.br/tde_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=1&id=1403 > Data de acesso: 30/01/2017, p. 22.
- SALTURI, Luis Afonso. **Paranismo, movimento artístico do sul do Brasil no início do século XX**. In:

Revista de Recerca y Formació en Antropologia. V.II, 2009.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras:** literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural.** São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

VERGARA, Moema de R. **A Exploração dos rios Amazonas e Madeira no Império Brasileiro por Franz Keller-Leuzinger: imprensa e nação.** Almanack. Guarulhos, n.06, p.81-94, 2013.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, nº. 8. 1991.

PROJETO DE PESQUISA O SETOR AGRÍCOLA NO NORTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970: PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO DE RETRAÇÃO DA ATIVIDADE CAFEIEIRA

Juliane Roberta Santos Moreira ¹

Alessandra Izabel de Carvalho ²

Christian Brannstrom ³

INTRODUÇÃO

A atividade cafeeira estabelecida na região Norte do Paraná nos anos 1930 experimentou um grande crescimento ao longo das décadas seguintes. O estado chegou a ter 192 municípios produtores de café em 1970, compreendidos no Norte Pioneiro, Norte Novo, Novíssimo e Extremo-oeste do Paraná (CANCIAN, 1981).

Mapa 1 : Mapa da divisão do norte do Paraná
segundo a geografia dos anos 1950



Palavras - chave:
Norte do Paraná;
modernização agrícola;
cafeicultura; ditadura militar.

Resumo: Trata-se de uma proposta de pesquisa sobre o contexto que favoreceu o desenvolvimento do processo de retração da atividade cafeeira no Paraná na década de 1970. O principal objetivo é refletir através de análise crítica de documentos oficiais e imprensa regional sobre as ações estatais para a diminuição da área cultivada com cafeeiros e o estímulo para o cultivo de gêneros agrícolas distintos, que demandavam técnicas e insumos especializados, modificando a agricultura do estado.

Fonte: DIAS; GONÇALVES (1999 apud CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. Revista GEOMAE, v. 3, n. 1, p. 27- 44, 1º sem. 2012. p. 33).

1 Mestre no Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Identidades, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela linha de pesquisa Discursos, representações: produção de sentidos. Email: julianerobertasm@gmail.com

2 Orientadora. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado).

3 Co-orientador. Doutor em Geography - University of Wisconsin - Madison (1998). Atualmente é Professor - Texas A&M University System. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia da Energia e Geografia Histórica.

Entre essas décadas a região atrai muitos agricultores que se interessavam pelo plantio do café a menores custos comparado a outros estados, mas ao longo da década de 1970 a força de atração se modificou para expulsão, motivada pela concentração fundiária e menor disponibilidade de trabalho.

A partir da década de então o modelo agrícola adotado nessa região foi sendo alterado e construiu uma nova paisagem:

É como se passasse uma borracha sobre as marcas da colonização: no lugar das tradicionais lavouras de café surgem as lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho e as pastagens plantadas para a pecuária de corte; no lugar do paiol, da tulha e do terreiro, surgem os silos e os secadores; no lugar das lavouras diversificadas, que garantiam a relação com o mercado e a subsistência dos trabalhadores, as lavouras especializadas direcionadas para o mercado; no lugar da horta, do pomar, do galinheiro e da cocheira, os depósitos de máquinas e de venenos agrícolas (os tais defensivos agrícolas). (SERRA, 2015, p.26)

Nos anos iniciais de 1970, a lavoura cafeeira do Paraná se constituía como a mais expressiva do país. No entanto, aliado às medidas governamentais de racionalização da produção, os baixos preços, o surgimento de organismos prejudiciais às lavouras e as geadas, se desenvolvia um processo de reestruturação da agricultura propalado pelo governo militar, pautado em um ideal de modernização, que implicou em dificuldades para a sustentação da atividade cafeeira.

Na década de 1960 se acentuaram discussões acerca dos meios de desenvolvimento econômico nacional. Duas correntes de pensamento distintas concordavam que para planejar o fortalecimento do parque industrial brasileiro era necessário repensar a questão agrária do país.

Para os intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e parte da Igreja Católica, havia concentração latifundiária e a existência dos modos de produção tradicionais como empecilhos à correspondência do campo às demandas urbanas e industriais.

Essa vertente defendeu a reforma agrária na promoção de condições que favorecessem a indústria e a área urbana, na medida em que diversificassem as atividades agrícolas absorvedoras da produção industrial e inserissem o trabalhador rural no mercado consumidor (MELO, 2011). Segundo seus defensores, a ampliação da diversidade de lavouras contornaria o problema da superprodução de café, responsável pela queda dos preços do produto

(DELGADO, 2001).

A outra corrente representada por Delfim Netto e economicistas da USP compreendia que a agricultura teria um caráter funcionalista, que estava sendo atendido. Defendiam mudanças nas bases técnicas de produção agrícola através de uma modernização da agricultura, para dinamizar o setor e melhorar as condições do trabalhador rural, sem a necessidade de promover uma reforma agrária (DELGADO, 2001).

Após o Golpe Militar em 1964, toda a chance de se estabelecer um programa de reforma agrária estava esgotada e o regime “[...] cortaria a efervescência do debate agrário, tentando encerrá-lo pelo ‘argumento’ da força” (DELGADO, 2001, p. 161).

O governo militar optou pela modernização da agricultura, produzindo a reestruturação das bases técnicas no campo de forma conservadora. Como aponta Silva (apud Silva e Botelho, 2014, p. 365), o caráter conservador é observado pelos elementos dessa modernização, “[...] uma vez que a dinamização da produção agrícola foi acompanhada por uma maior concentração da terra, centralização, desigualdade e exclusão no campo, ou seja, uma modernização sem mudanças”.

Segundo Reinaldo Lohn (2008, p. 10), “[...] o ideário desenvolvimentista apostava que a modernização do país se daria através da superação das dicotomias entre campo e cidade ou atraso e modernidade, seja através do Estado ou pela ação empreendedora liberal”. Nesse sentido, o “atraso” representado pelo campo, deveria ser superado integrando a agropecuária à indústria, utilizando na produção agrícola os “modernos” recursos oferecidos pela tecnologia.

Os esforços empreendidos pelo governo militar no Brasil em nome do desenvolvimento estavam conciliados ao crescimento econômico do país e demandas internacionais. McCook (2008) aponta que no pós-guerra governos nacionais e organizações multilaterais investiram em campanhas de modernização do cultivo cafeeiro na América Latina. Essas campanhas estavam dirigidas pela ideologia desenvolvimentista e também pelo temor de revoluções camponesas.

Segundo McCook (2008, p.94), o “evangelho do desenvolvimento” fez parte do discurso econômico global e foi promovido por organizações como o Banco Mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), e também por instituições regionais. Os

países que caracterizavam as maiores potências do período investiram na promoção desse desenvolvimento, com a United States Agency International Development (USAID) estabelecida pelo Estados Unidos e o Escritório para Pesquisa Científica e Tecnológica de Além-Mar (ORSTOM), reinventada do Escritório de Pesquisa Colonial Científica da França.

A intenção dessas organizações era a promoção do desenvolvimento econômico dos países de economia periférica, o combate à fome e a doença, numa tentativa de evitar que esses aderissem a revolução comunista (MCCOOK, 2008). Foram esforços para angariar o alinhamento desses países e mantê-los sob a zona de influência do bloco capitaneado pelo Estados Unidos.

Os investimentos de pesquisa na atividade cafeeira, de acordo com McCook (2008), foram um meio ideal para a promoção de desenvolvimento e estabilidade política nos trópicos. Diante de problemas para esse cultivo, como epidemias de ferrugem (*Hemileia vastatrix*) e geadas, a solução proposta por governos e agências internacionais foi a tecnificação do café para grandes e pequenos proprietários.

O paradigma da tecnificação se estabeleceu nos países produtores de café na segunda metade do século XX. Por mais que alguns agricultores já houvessem tecnificado suas plantações, na década de 1970 esse processo se apresentou com dois diferenciais: primeiro, era promovido um conjunto de transformações que afetavam diferentes aspectos do cultivo de café de uma só vez, diferente do método gradativo antecedente; segundo, essa tecnificação teve financiamento de governos nacionais, agências internacionais e de associações de plantadores de café (MCCOOK, 2008). De acordo com McCook (2008), os grupos que promoviam e financiavam a tecnificação ofereciam o suporte técnico e financeiro aos interessados.

No entanto, no Brasil, a tática proposta pelo governo federal era dinamizar a renda da agricultura e da pecuária para que assim, através das receitas do setor primário, fosse impulsionado o desenvolvimento dos demais setores da economia.

Para os planejadores, a dinamização do setor possibilitaria o aumento da produção e consequentemente a adoção de bases empresariais, principalmente na região Centro-Sul.

A modernização proposta pelo Estado correspondia ao “processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes

num esforço de aumentar a produtividade” (GRAZIANO apud MELO, 2011, p.66). Segundo Balsan (2006, p.145), através do processo de modernização da agricultura “põe-se em marcha um modelo de exploração capitalizada, dotada de meios e técnicas que asseguram a eficácia e rentabilidade de produção”.

Ao convencimento do agricultor para a necessidade de atender aos elementos que a modernização impunha ao campo, a Extensão Rural atuou valorizando o saber técnico e a utilização de tecnologias advindas das indústrias. Enquanto isso o Sistema Nacional de Crédito Rural era destinado ao financiamento do consumo desses recursos tecnológicos. De acordo com Lohn (2008, p.17), a “Extensão Rural atuou junto a pequenos agricultores de modo a condicioná-los à disciplina do trabalho em moldes capitalistas [...]”, na medida em que

O aumento da produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo passavam pela necessidade de desqualificar o saber costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a adestrá-los e disciplinarizá-los segundo a lógica do capital. (LOHN, 2008, p.13)

A Extensão Rural foi oficializada pelo governo em 1974, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, a EMBRAPA. Enquanto isso, no Paraná foi instaurado o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) em 1972, responsável pelo desenvolvimento de pesquisas e aprimoramentos técnicos na produção agrícola do estado.

Nesse contexto de modernização onde o impeditivo foi a integração do setor primário à indústria, os incentivos para a produção cafeeira no Paraná foram retraídos, enquanto se ampliavam para gêneros agrícolas que atendiam melhor ao princípio da agroindustrialização.

No estado, a modernização implicou na agricultura com o uso de técnica específica para cada cultura, técnicas de irrigação, na promoção de infraestrutura para o fornecimento de eletricidade, na utilização de agrotóxicos e fertilizantes além da maquinaria agrícola (MELO, 2011). Segundo Serra (2015), o discurso oficial do governo aliado a interesses externos e ao pacote da “Revolução Verde” propagava que se devia produzir proteína vegetal ao invés de café, que seria apenas uma sobremesa.

Segundo Nakagawara e Santana (1984), o índice de tratorização cresceu de forma expressiva. Em 1970, no âmbito estadual, contava-se com uma frota de 18.619 tratores, enquanto que em 1980,

o Censo Preliminar Agropecuário, apurou o total de 79.682 tratores. Priori et al. (2012) apontou o crescimento no uso de arados com tração mecânica de 379,4%, em estabelecimentos com uso de força mecânica de 1.134,9% e o consumo de óleo diesel em 604,9%, no mesmo período.

Durante esse processo, foi preciso convencer os agricultores da necessidade de modificar as técnicas de seu trabalho, mudando o trato cultural, incorporar outras tecnologias de produção e substituir o cultivo de determinado gênero agrícola por outro (MORES; KLANOVICZ, 2014). Assim, como abordado por Mores e Klanovicz (2014), a imprensa foi um dos elementos atuantes na difusão da tecnocracia, atingindo uma grande parcela de agricultores.

Em relação ao café, a predominância de seu cultivo decaía no planejamento econômico estatal, que previa a diversificação das culturas agrícolas do estado para exportação, o abastecimento da demanda interna e a absorção dos insumos industriais.

Desse modo, era preciso acentuar o desestímulo do cafeicultor, já delineado pela baixa de preços e outros agentes, enquanto encorajava sua inclinação à diversificação. Em 1975, com a ocorrência de geadas, principalmente da geada de 18 de julho, as mudanças que ocorriam no campo se intensificaram com a erradicação abrupta da lavoura cafeeira.

Para Serra (2015, p.30), essa geada foi o “golpe de misericórdia” para a cafeicultura do Paraná. Pela erradicação dos cafeeiros em fase produtiva, o autor considera que “uma noite de baixas temperaturas foi suficiente para sepultar uma fase e abrir caminho para uma nova fase da questão agrária regional” (SERRA, 2015, p. 30). Apesar da relevância atribuída ao fenômeno meteorológico, Serra (2015) expõe que as lavouras de café perderam espaço na produção agrícola do Paraná após as resistências dos cafeicultores serem vencidas pelo desestímulo do Estado.

O estudo de Rodrigues e Pelegrini (2012) propõe a análise do acontecimento e atenta às transformações socioculturais ocorridas em Ivatuba, município da região metropolitana de Maringá. Para os autores, a partir da geada abriu-se espaço para a gradativa diversificação das atividades agrícolas da soja e do milho, forjando o êxodo rural como uma de suas consequências. Segundo Rodrigues e Pelegrini (2012, p. 4), “[...] a sua relevância

[da geada de 1975] é tão grande, que ela pode ser considerada como um daqueles momentos em que um único fato é capaz de desencadear mudanças históricas”.

Para Rodrigues e Pelegrini (2012), um tom de causa e consequência permeia o estudo. A geada foi considerada a causa; as consequências foram o desemprego no campo, o êxodo rural e a paulatina mecanização que se assistiu posteriormente. Entretanto, na conclusão do artigo, há menções em que o êxodo rural é demonstrado como derivado dos efeitos da geada numa combinação com a “mudança no campo da agricultura”, inclusive ao “apressar o ritmo das transformações” em todo o Paraná, cuja cafeicultura sofria com baixos preços, dificuldades na contratação de mão de obra e a percepção dos agricultores sobre os incentivos para a mecanização (RODRIGUES; PELEGRINI, 2012).

Para Dezordi (2013), que abordou em seu estudo o distrito de Agro Cafeeira, localizado no município de Matelândia, a geada de 1975 “decretou o fim do cultivo de café em muitas cidades do Estado do Paraná” (DEZORDI, 2013, s/p).

Essa geada foi considerada como marco final na cafeicultura para muitos municípios paranaenses, incluindo Matelândia. No entanto, não foi abordado o contexto do estado no período e a mecanização, de forma isolada a geada foi colocada como um dos motivos para a ruptura do sucesso das lavouras de café.

Miranda e Ragusa (2014) abordaram o período inicial da década de 1970, quando a lavoura foi instalada em São Pedro do Ivaí. Através de relatos orais produzidos por Miranda, percebemos que a doença da ferrugem (*Hemileia vastatrix*) e a broca do café (*Hyphotenemus hampei*), assim como o baixo preço, desestimulavam os agricultores na continuidade do cultivo. A lavoura cafeeira de São Pedro do Ivaí não teria resistido por muito tempo. Após a geada de 1975, agricultores sentiram a inviabilidade do cultivo. Na discussão realizada neste trabalho, não há menções sobre a modernização, a mecanização e o contexto macroeconômico vivenciado no Paraná, sendo tratados apenas o êxodo rural e as motivações de melhoria nas condições de vida.

No livro *Epopéia do Café no Paraná* (2006), Pozzobon versa sobre a retração e adequação tecnológica vivenciada pelas lavouras cafeeiras no estado entre o período de 1975 a 2000. Pozzobon, que na

ocasião da geada trabalhava como técnico agrícola do IBC, a considerou como um evento de divisão da “[...] velha e a nova cafeicultura implantada através de um novo modelo tecnológico.” (2006, p. 150). Todavia, para o declínio quantitativo da produção cafeeira, apontou a influência de outros agentes:

A rigor, a decadência do café no Paraná se inicia com a geada de 1969, agravada pela escalada inflacionária, pelo surgimento da ferrugem do café, pela aplicação da legislação trabalhista no campo, pela concorrência do salário industrial e pelo surgimento da soja como cultura alternativa. A geada coroou o elenco dos acontecimentos embora não tenha significando o fim da cafeicultura. (POZZOBON, 2006, p. 150)

A geada ocorrida em 1975 deixou, inegavelmente, suas marcas na agricultura do período, influenciando processos em curso que eram baseados em elementos externos ao setor rural. Entendemos que se faz necessário analisar seus efeitos em relação a outros fenômenos socioeconômicos vivenciados naquele contexto.

Essa proposta de pesquisa se inicia com a hipótese de que ao enfatizar a ação destruidora de um fenômeno natural para justificar a inviabilidade do cultivo até então desenvolvido, traduz uma tentativa de convencer os agricultores de que além do desestímulo do Estado havia a incidência de geadas severas, um elemento suscetível ao sistema climático daquele espaço e que poderia incidir sobre a lavoura, independente do investimento estatal. Para a execução dos planejamentos estatais da década de 1970, interessava o estabelecimento de um novo modelo agrícola, melhor correspondido pelo cultivo das chamadas lavouras brancas (soja, trigo, entre outras). Desse modo, pretendemos através da análise de documentação oficial e demais publicações estatais e jornais locais, junto à bibliografia referente ao tema e a fundamentação historiográfica, compreender a ação do Estado para um processo de modificação na agricultura da região Norte do Paraná, com a diminuição da área cultivada com cafeeiros para uma distinta configuração fundiária e outros gêneros agrícolas.

OBJETIVOS

Objetivo geral: Construir perspectivas de investigação e análise sobre as ações do governo militar para a retração do plantio de cafeeiros no Paraná

durante a década de 1970 e as modificações promovidas no campo durante esse processo. Considerando o contexto internacional da guerra fria e a ideologia desenvolvimentista a qual o Estado estava ligado nesse período.

Objetivos específicos:

- Analisar como as ações governamentais influenciaram a tecnificação do campo e a retração da cafeicultura no Paraná;
- Investigar as motivações para a relevante diminuição do plantio do cafeeiro na região norte do Paraná e como se deu esse processo;
- Analisar os discursos sobre a geada de 1975 para cafeicultura do Paraná, construídos na imprensa regional e nos documentos oficiais do Estado.

FONTES E METODOLOGIA

Para atender os objetivos propostos serão analisados os planos de governo para a economia do Brasil e do Paraná durante a década de 1970. Desse modo, buscamos refletir os direcionamentos que os governos pretendiam para a economia, com ênfase ao setor agropecuário.

Em nível federal serão analisados os Planos Nacionais do Desenvolvimento I e II. As resoluções desses planejamentos estiveram presentes em todo o período estudado e pretendiam atender as demandas econômicas do país em acordo com a ideologia desenvolvimentista.

O primeiro PND foi apresentado em 1971, durante a gestão presidencial de Emílio Garrastazu Médici. Esse planejamento esteve vigente de 1972 até 1974. Visava a instalação de infraestrutura e investimentos em ciência e tecnologia, entre outros pontos de apoio para a expansão industrial.

O segundo PND promulgado em 1974 perdurou por toda a gestão de Ernesto Geisel, em vigência de 1975 até 1979. Esse planejamento tinha como foco a diminuição de importações. Para tanto, enfatizava o desenvolvimento de indústrias e produção de insumos básicos. Para o setor agropecuário, o II PND previa a abertura de novas frentes de exportação e o fomento a agroindústria.

A fim de observar a repercussão e como eram executados os caminhos para atingir as metas de desenvolvimento do setor agropecuário, sobretudo

a cafeicultura, levantamos os boletins da autarquia reguladora da produção e comércio do café, o Instituto Brasileiro do Café (IBC), de 1968 até 1971.

Essas publicações mensais apresentam em resumo acontecimentos da política e atuação do IBC no país, assim como assuntos pertinentes à lavoura discutidas no senado. Em alguns exemplares há comentários de representantes de cooperativas e municípios, sobre a política cafeeira.

Esses boletins não compreendem exatamente o período que essa pesquisa busca abordar, mas podem representar discursos e intenções que interessavam ser divulgadas em período anterior. Ainda, há outras publicações do IBC, como manuais de recomendações e estudos referentes a década que compreende o recorte temporal proposto.

Para compreender a articulação entre os planos nacionais e estaduais, analisaremos a documentação do Banco do Desenvolvimento do Paraná (BADEP), disponível na Biblioteca Pública do Paraná.

Em seis de dezembro de 1968, a Companhia de Desenvolvimento do Paraná, criada por Ney Braga em 1962, passa por uma reformulação e é transformada no BADEP, durante o governo de Paulo Pimentel. Esse órgão tinha como principal função dar base as atividades econômicas do estado, com vistas ao seu crescimento.

Através da CODEPAR o projeto visava o desenvolvimento industrial por intermédio da substituição de importações. A partir do BADEP as estratégias mudaram, assim como os objetivos que passaram a ser a complementaridade ao parque nacional e a produção em larga escala, por meio do uso de novas tecnologias, ampliação dos ramos industriais e aumento da competitividade com outros estados brasileiros. Dessa forma, vale analisar e refletir sobre a documentação desse órgão estatal que trata do estímulo à agricultura e agroindústria no Paraná, a fim de observar quais eram as resoluções para o cultivo cafeeiro. Esses documentos que compreendem publicações de estudo e relatórios estão disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná.

Outro conjunto de fontes que nos interessam são os jornais de circulação local e regional nos municípios onde se cultivava o café. Ao discutir a temática da agricultura e agroindústria, os jornais construíam discursos articulados com suas ligações políticas e empresariais, refletir sobre isso nos possibilita algumas perspectivas de análise.

Não temos a intenção de compreender o jornal enquanto instrumento neutro, de mera transmissão

de informações. Consideramos que é preciso pensar esta fonte em sua inserção histórica, “enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos” (CRUZ; PEIXOTO. 2007, p. 257). Assim, temos em conta que a imprensa possui interesses distintos, e para compreendê-los é necessário historicizá-los. Nesse processo, primeiramente vamos levantar a trajetória dos jornais analisados e dos grupos econômicos que a eles estiveram ligados a fim de apreender os discursos da imprensa sobre a situação da agricultura, sobretudo da cafeicultura, as ações governamentais sobre esse setor e o seu papel na difusão de novas práticas agrícolas.

Entre os materiais já levantados estão os jornais *Panorama*, que circulou em Londrina de março de 1975 até outubro de 1976 e *Folha de Londrina*, ainda em circulação, disponibilizados pela biblioteca do Museu Histórico de Londrina e Biblioteca Pública do Paraná.

Serão analisados os suplementos *Edição Histórica: Panorama Aventura* e *Panorama Economia*, ambos de março de 1975. Ano expressivo para a lavoura cafeeira do estado devido ao evento da geada negra, em julho. Estão disponíveis no acervo da biblioteca do MHL as edições do *Folha de Londrina* a partir do ano de 1968. Essas edições nos interessam, pois apresentam discursos acerca da situação vivenciada pela cafeicultura em tempos de intensas modificações no campo. Será levantado ainda no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH), na Universidade Estadual de Londrina, as edições do *Jornal Agro-Pecuário*, publicação específica sobre a agricultura desenvolvida na região, que esteve em circulação de 1964 até 1975.

Com o evento da geada de 1975, os jornais e outros meios apresentaram discursos relacionando o fenômeno a um “fim” para a cafeicultura do estado. Esse fim correspondia a erradicação por geada da maior parte do parque cafeeiro do Paraná e a drástica diminuição em área cultivada com café após o acontecimento.

Os discursos em torno dos efeitos dessa geada tinham interesses além de informar a população. Em pesquisa anterior, levantamos que jornais como o *Panorama*, vinculados a determinados grupos políticos e econômicos, trabalhavam as narrativas sobre a geada para fazer dela um marco, um emblema da fragilidade da lavoura cafeeira tradicional e dos riscos da dependência econômica do setor primário (MOREIRA; LAVERDI, 2016).

O periódico *Referência em Planejamento*, publicado pela Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná, em sua edição de julho de 1976, também aponta a geadá do ano anterior à publicação, como o fator derradeiro para a retração do cultivo cafeeiro, apesar de demonstrar outras dificuldades enfrentadas pelo setor.

A análise dos discursos dos jornais relacionados

aos grupos com os quais estavam articulados e também dessa edição do periódico *Referência em Planejamento*, enquanto publicação autorizada por um órgão governamental nos interessa para refletirmos sobre a postura divulgada e nas entrelinhas da imprensa e governo frente ao processo de retração da cafeicultura no Paraná e aos demais elementos como a modernização da agricultura nesse período.

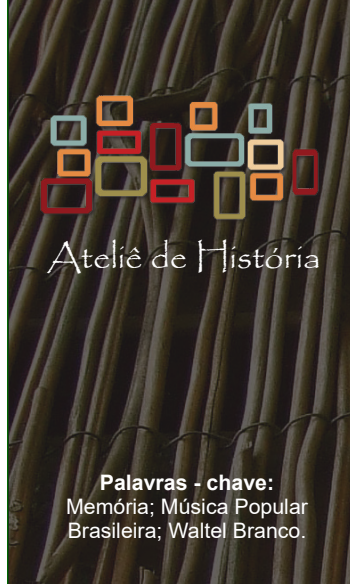
CRONOGRAMA

Descrição de atividades Período: 08/2016 a 06/2017	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Créditos das disciplinas	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X
Leituras para fundamentação teórica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Levantamento de fontes					X	X	X	X			
Análise de dados parciais					X	X	X	X	X	X	X
Estágio Supervisionado/Regência									X	X	X
Escrita da dissertação							X	X	X	X	X

Descrição de atividades Período: 07/2017 a 07/2018	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Créditos das disciplinas	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
Leituras para fundamentação teórica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Levantamento de fontes	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Análise de dados parciais			X	X	X	X							
Escrita da dissertação									X	X	X	X	X
Qualificação										X			
Defesa													X

REFERÊNCIAS

- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n.2, p.123-151, ago. 2006.
- CANCIAN, N. **Cafeicultura Paranaense 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CHIES, C; YOKOO, S. C. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE**, v.3, n.1, p.27-44, 1º sem. 2012.
- CRUZ, H. F; PEIXOTO, M. do R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p.253-270, dez. 2007.
- DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 157-172, set. /Dez. 2001.
- DEZORDI, M. A “geada negra” de 1975 no distrito de Agro Cafeeira, Matelândia: História e Memória. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL, 7, 2013, Foz do Iguaçu/PR. **Anais...** Foz do Iguaçu/PR, UNILA, 2013.
- LOHN, R. L. Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960). **Espaço Plural**, ano IX, n. 18, p. 9-17, 2008.
- MCCOOK, S. Crônica de uma praga anunciada: epidemias agrícolas e história ambiental do café nas Américas. **Varia História**. vol. 24, nº 39: p. 87-111, jan/jun 2008.
- MELO, N. A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa Vilas Rurais no Norte do Paraná. **GeoAtos – Revista Geografia em Atos**, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v. 1, p. 58-76, jan. /Jun. 2011.
- MIRANDA, E. A; RAGUSA, H. Os efeitos da geada negra de 1975 para os trabalhadores da lavoura de café de São Pedro do Ivaí-Paraná. **Ateliê de História UEPG**, v. 2, n. 2, p. 67-75, 2014.
- MOREIRA, J. R. S; LAVERDI, R. Modernização agrícola e o declínio da cafeicultura: pós-geada de 1975 nas páginas do *Panorama* (Norte do Paraná). In: XVI Semana de História – Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2016, Londrina, PR. **Anais** (on-line). Disponível em: < <http://www.uel.br/cch/his/XVISE-MHIS/> >. Acesso em 26 jan. 2017.
- MORES, L; KLANOVICZ, J. Controle da natureza e modificação da paisagem: para uma análise das práticas agrícolas da sojicultura no Paraná, Brasil, por meio da imprensa entre os anos 1970 e 1980. **Diálogos**, v. 18, p. 179-201, dez. 2014.
- NAKAGAWARA, Y; SANTANA, M. Estrutura fundiária norte-paranaense: concentração e “capitalização” – situação 70-80. **Boletim de Geografia UEM**, ano 2, n. 2, p. 31-33, jan. 1984.
- POZZOBON, I. **A epopéia do café no Paraná**. Londrina: Grafmark, 2006.
- PRIORI, A. et al. A modernização do campo e o êxodo rural. In: _____. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. p. 115-127. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-10.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- RODRIGUES, J. P. P; PELEGRINI, S. C. A.. Memória e História: os dissabores da geada negra em Ivatuba-Paraná. In: Congresso Internacional de Museologia, 2., 2012, Maringá/PR. **Anais...** Maringá/PR, Museu da Bacia do Paraná, 2012, v. 2, p. 1-9.
- SERRA, E. O novo modelo agrícola e a proletarianização do trabalhador rural no norte do Paraná. In: ROSAS, C. A. R. F (Org.). **Perspectivas da Geografia Agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. 25-38 p.
- SILVA, G. B; BOTELHO, M. I. V. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n.17, p.362-387, abr. 2014.



PROJETO DE PESQUISA

A MEMÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA: A CONTRIBUIÇÃO DE WALTTEL BRANCO PARA A MPB (1963-1988)

Thiago Rafael de Souza ¹
Jonas Wilson Pegoraro ²

INTRODUÇÃO

Resumo: A História da Música Popular Brasileira passou por diversas mudanças e contemplou muitos personagens que contribuíram para essa vasta história. Um desses personagens é o músico e maestro paranaense Waltel Branco, detentor de uma musicalidade plural, com um vasto currículo, composto por vários sucessos da Música Popular Brasileira. Os anos de 1963 e 1988 são dois pontos marcantes na carreira de Waltel Branco, pois são respectivamente os anos de lançamento da trilha mundialmente conhecida A Pantera Cor-de-Rosa com Henry Mancini e LP Ideologia de Cazuza, nos quais Waltel contribuiu musicalmente. Mesmo com sua imensa contribuição a MPB, o músico não é lembrado por muitos e por vezes sua carreira é relegada ao esquecimento frente ao grande público, processo que procuraremos entender por meio de suas obras e de sua trajetória como músico. A discussão teórica que envolve o projeto está ligada a questões de memória, através de apontamentos de autores como, Maurice Halbwachs e Michael Pollak e questões que envolvem a indústria cultural, recorreu-se a indicações de Theodore Adorno, Max Horkheimer e Edgar Morin, por fim para entender algumas questões de ressentimentos foram utilizadas a discussão de Pierre Ansart. Essas indicações e apontamentos que nos ajudarão a entender a trajetória de Waltel Branco dentro da indústria cultural brasileira.

Dentro da rica história da música brasileira, inserem-se inúmeras figuras cheias de conceitos e prestígio que contribuíram para a popularização da Música Popular Brasileira. Muitos desses personagens mantêm-se na memória e no imaginário do povo brasileiro como grandes contribuintes para a música popular.

Temas que relacionam História e Música são amplos e possibilitam inúmeros recortes e reflexões, sobretudo se for denominada “música popular”, carregando em si uma privilegiada visão sociocultural, ou pautado na fala de Marcos Napolitano, um “lugar de mediações, fusões, encontros de diversas etnias, classes e regiões [...]” (NAPOLITANO, 2005, p. 07).

A MPB trazia consigo um elemento cultural e ideológico que, segundo Marcos Napolitano, teve grande valor para a tradição e memória da população, apresentou diferentes expressões de cultura coletiva, tanto do linguajar popular quanto das classes cultas, demonstrando traços da memória coletiva nacional (GRAMSCI, 1968, p. 73 apud NAPOLITANO, 2001, p. 12).

Tido como uma grande referência musical, Waltel Branco é um músico, maestro, compositor, regente, arranjador, diretor musical, violonista, guitarrista, contrabaixista, cavaquinista, produtor musical e professor, especialista na composição de trilhas sonoras para novela e cinema e temas incidentais³, que tem em seu currículo trabalhos e colaborações musicais bem expressivas

Em 1963 a convite de Henry Mancini, Waltel mudou-se para os Estados Unidos para trabalhar como arranjador e integrar efetivamente o time de músicos, na trilha sonora do filme A Pantera-Cor-de-Rosa. O filme é marcado por um personagem fictício - de animação -, que apareceu originalmente na abertura do filme de Blake Edwards, que com o sucesso foi produzida uma série animada com o cartoon da Pantera.

Waltel ainda integrou o time de músicos da Rede Globo, sendo o um dos responsáveis pelo departamento musical da emissora, fazendo trilhas incidentais e temas para a programação da televisão⁴. Ainda nesse período, também realizou trabalhos com diversos artistas nacionais como, João Gilberto, Djalma Ferreira, Elizeth Cardoso e Moacyr Santos, Mariza Gata Mansa, Or-

¹ Licenciado em História pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP); possui especialização *latu sensu* em Patrimônio, Memória e Gestão Documental pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP); Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: thiagorsouza1984@gmail.com

² Orientador. Doutor em História pela UFPR. professor adjunto da Universidade de Brasília (UnB).

³ Música que acompanha uma obra teatral, uma cena cinematográfica, programa de televisão, e/ou programa de rádio. Frequentemente chamada de trilha ou música de “fundo”.

⁴ Trabalhos que serão levantados e alguns estão relacionados na seção FONTES no projeto.

landivo, Radamés Gnattali, Luiz Carlos Vinhas, Dom Um Romão, Baden Powell, Flora Purim, J.T. Meirelles e os Copa 5, Elis Regina, Dorival Caymmi, Maria Creuza, Dom Salvador, Tim Maia, Roberto Carlos, Alceu Valença, Antônio Carlos e Jofafi, Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle, Toni Tornado, Odair José, Barão Vermelho, Kid Abelha e Cazuza, entre muitos outros. Organizou, participou e produziu conjuntos de estúdios das principais gravadoras no Brasil, entre elas, Los Karabalis, Os Românticos de Cuba e o The Nilser All-Stars, conjuntos esses que eram montados em estúdios e gravadoras com o objetivo de vender discos.

Também estampou capas de LPs e Compacts, lançando-se com artista, entre sua discografia podemos destacar os trabalhos, Guitarras em fogo (1962), Guitarra Bossa Nova (1963), Violão/recital e Mancini também é samba (1965), Músicas do Século XVI ao Século XX (1974); e o atualmente valorizado e cultuado LP Meu Balança (1975).

Em solos internacionais destacam-se trabalhos como, em Cuba com a cantora Lya Ray, Mongo Santamaría, Pérez Prado e Chico O'Farrel, na Espanha com o violonista Andrés Segóvia e Paco de Lucia. Nos Estados Unidos tocou com Nat King Cole, Sal Salvador, Chico Hamilton, Dizzy Gillespie, Frank Rosolino, Charles Mariano, Sam Noto, Mel Lewis, Max Benett, Kenneth Garret, Wallace Roney, François Hardy, Andy Williams e Johnny Mathis (NETO, 2004, p. 224). Ainda nos EUA estudou “composição e técnicas de música incidental para cinema e televisão” com os maestros Dimitri Tiomkin e Staley Wilson, estudos que lhe renderam trabalhos com Quincy Jones e Henry Mancini.

Em 1988, data que delimita a pesquisa, Waltel fez os arranjos para o disco Ideologia, terceiro da carreira solo do cantor Cazuza. Além de elaborar os arranjos e de tocar violão na faixa Faz parte do meu show, Waltel foi o diretor musical do show de Cazuza, que levou o mesmo nome da faixa.

Nessa temporalidade, diversas as mudanças ocorreram no panorama da cultura popular brasileira, e a MPB passou por vários processos de reinvenção e de readaptação, um ponto de muita riqueza e alternativas estéticas e ideológicas, e vale ressaltar que Waltel Branco participou ativamente de alguns processos de renovação da música no Brasil (SOUZA, 2012, p. 25) a saber, pela fusão da Bossa Nova e Jazz ou da concepção de trilha internacional de novelas.

Vale lembrar que a música se apresenta como

um produto cultural com características particulares, não somente pela proximidade que tem com os indivíduos, mas, sobretudo, pela sua capacidade de se difundir. Ao mesmo tempo, diferente das outras mercadorias da indústria cultural, a música pela sua interatividade, passou a funcionar como pano de fundo para diversos setores da produção cultural, tais como: publicidade, cinema, teatro e a produção televisiva (TOLEDO, 2007, p. 03).

As canções retratam o que os indivíduos (autores/atores) protagonizaram em seus respectivos universos sociais, tornando-se descrições de uma memória coletiva, ao estimularem a memória das pessoas historicamente, contribuindo para garantir a identidade cultural.

Para o grande público, muitas vezes Waltel passa despercebido, talvez por seu nome não estar vinculado nas grandes mídias, ou talvez por ter realizado muitos trabalhos nos bastidores, ou ainda, pelos diversos pseudônimos que utilizou em toda a sua carreira.

No interior do meio musical é inegável a contribuição artística e intelectual de Waltel Branco para a música brasileira, pois participou ativamente da formação/estruturação da própria indústria musical no país, desde a constituição do mercado voltado para a bossa nova, da criação de trilhas para as telenovelas e séries televisivas até arranjos para muitos artistas nacionais e internacionais.

Isto posto, a pesquisa de mestrado buscará compreender em que medida as obras de Waltel Branco refletem as transformações e adaptações que ocorreram dentro da indústria cultural brasileira entre 1963 e 1988.

Ao cantarolarem a música tema da Pantera-Cor-de-Rosa ou o famoso “Lerê-Lerê” tema da telenovela Escrava Isaura, a grande maioria da população não sabe que a autoria e os arranjos musicais de ambas as trilhas foram produzidas pela mesma pessoa e/ou que, The Pink Panther Theme tem a contribuição de um músico brasileiro.

No universo da música popular brasileira, diversos personagens se destacam com maior ou menor popularidade. Entre eles, Waltel Branco: um músico paranaense nascido em 22 de novembro de 1929 – dia do músico – e residente na cidade de Curitiba, que ao mesmo tempo em que apresenta em seu repertório composições conhecidas mundialmente, é praticamente um desconhecido para grande parte população. Nesse sentido, como grande colaborador para a história da música, nota-se

a importância de salvaguardar suas memórias e de historicizá-las revelando ao grande público Waltel Branco tanto como artista, nem como aquele que contribuiu em grande produção para a música brasileira.

Para se ter uma ideia os anos de 1963 (ano do lançamento da trilha do filme *A Pantera Cor-De-Rosa*) e 1988 (ano de lançamento do LP *Ideologia de Cazuza*, com participação de Waltel na faixa título) Waltel produziu inúmeros arranjos e composições, somando aproximadamente 84 participações em trilhas de novela e 40 temas, sendo que 16 foram aberturas de telenovelas da Rede Globo, entre elas pode-se mencionar, *Irmãos Coragem* (1970), *Selva de Pedra* (1972), *O Bem-amado e O Semideus* (1973), *O Rebu e Supermanoela* (1974) *Escalada, Moreninha e Bravo!* (1975), *O Feijão e o sonho*, *A Escrava Isaura e Vejo a lua no céu* (1976), *Dona Xepa* (1977), *O pulo do gato* (1978), *Água Viva* (1980) *Roque Santeiro, A gata comeu e Ti Ti Ti* (1985).

Juntamente como João Araújo, Waltel criou a concepção de trilha internacional de novela e foi responsável pela modernização das trilhas nacionais, com diversos pseudônimos, tais como: Magalhães Patto, W. Blac, Bianco, W. Blanco, Willian Hammer, Aírto fogo, Tito Velasquez (famoso pela trilha da novela *TI TI TI*). Waltel é um dos idealizadores da concepção de trilha internacional de telenovela e pela modernização das trilhas nacionais. Além das telenovelas, o maestro foi responsável por trilhas em programas e especiais da emissora, entre eles estão, *Os trapalhões*, *Vila Sésamo*, *Chico City*, *Sítio do Pica-pau amarelo*, *Pirlimpimpim*, *Noites Cariocas*, *Globo de Ouro*, *Cauby - Vida de Artista*, *Lam-pião* e *Maria Bonita*.

Assim, pode-se contatar que Waltel Branco tem seu nome escrito dentro da história da música brasileira com grande contribuição e uma produção inigualável, em especial para a música brasileira televisiva, sendo que, sua contribuição artística e intelectual compõe-se de um vasto patrimônio.

É dessa maneira, cheia de música, criada em diferentes estilos, ritmos e gêneros, em diversas partes do mundo, com uma diversidade imensa, que por muitos momentos se funde com a história da música brasileira que podemos retratar a trajetória de vida do músico. Com isso, mediante a pesquisa aqui proposta, há a possibilidade de recuperar sua produção, bem como lançar luz sobre o “brilhantismo” e longevidade de sua carreira, tendo por objetivo observar as transformações em sua obra.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender em que medida as obras de Waltel Branco refletem as transformações e adaptações que ocorreram dentro da indústria cultural brasileira entre 1963 e 1988.

Objetivos Específicos

- Analisar a trajetória de Waltel Branco dentro da indústria cultural brasileira.
- Identificar, catalogar e perceber a relevância das obras do músico.
- Mapear o lugar que o artista este inserido na história da música brasileira.

METODOLOGIA

Por vezes expressando o que já passou e a intencionalidade de revisitar o passado, a memória é uma construção seletiva e representativa do tempo passado e construída por um indivíduo inserido num contexto social (MOREIRA, 2005, p. 01). Recentemente, alguns estudiosos discutem, de forma produtiva, as relações entre memória e história refletindo sobre os conceitos e como ambas se relacionam e se diferenciam.

Maurice Halbwachs produziu ainda no início do século XX, uma pertinente reflexão sobre memória e história, e que serviu de base para muitas outras reflexões. Em sua obra, o autor sustenta que a memória deve ser entendida como um fenômeno social, que a memória individual é construída a partir da memória coletiva. Em outras palavras, a memória é construção de um grupo social, pois apresentam traços de uma memória individual, o que nos leva a entender que as lembranças são constituídas no interior de um grupo social ao qual o indivíduo faz parte. Essa memória individual é construída a partir das referências e de lembranças de um grupo (CARVALHAL, 2006).

Dessa maneira, o indivíduo acaba tendo suas lembranças ligadas ao grupo social ao qual pertence, embora seja o grupo que determina o que será lembrado. Portanto, os indivíduos têm uma identifi-

cação com os acontecimentos mais relevantes para o grupo. Inserido dentro de um contexto coletivo, a memória do indivíduo passa a ter como característica o sentimento de pertencimento dentro do grupo, sendo ligado a um passado comum e que compartilha as mesmas lembranças, assim, “é útil lembrar que os grupos sociais cultivam suas memórias de várias maneiras, proclamam seus heróis e usam a própria música como “livro” de registro” (TRAVASSOS, 2006, p. 01).

Halbwachs conceitua história como sendo uma parte dos grandes acontecimentos de um grupo, sendo apenas uma síntese de fatos mais relevantes do grupo social, mas se encontra distante das percepções do indivíduo. A história tenta restabelecer a continuidade entre passado e presente, começando do ponto em que a tradição - e, portanto, a memória - acaba.

Dialogando com o texto de Halbwachs, Michel Pollak também apresenta discussões em torno dos conceitos de história e memória. Para Pollak, a memória deve ser compreendida também, e, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 202). Ainda para Pollak, percebe-se que não existe uma memória dada, pronta. A memória é uma construção, visto que o que guardamos do passado são pedaços de memórias. Pollak será fundamental para entender o processo de esquecimento no qual se enquadrará este estudo.

Pollak enfatiza importância dos ditos e dos não-ditos para a construção de uma memória, mesmo sendo ela coletiva ou individual, além de ressaltar a importância de manter viva a memória de um grupo ou indivíduo, pois essas experiências vividas se tornam pontos de referência para estudos históricos, “Principalmente quando os rastros, muitas vezes esquecidos ou ignorados, revelam interpretações distintas da oficial ou mesmo da que se acostuma ouvir” (PAIVA, 2011, p. 01) – nesse caso a experiência vivida e as memórias de Wael Branco se tornam a referência para este estudo acadêmico.

Para entender as razões quem levaram Wael ser um músico desconhecido do grande público, a proposta deste projeto consiste em trabalhar os fenômenos chamados patológicos de esquecimento e silêncio, com os apontamentos dos textos de Michel Pollak além dos ressentimentos, que como indica Pierre Ansart, que procura entender os ressentimentos e os elementos que fazem com que ocorra

esse tipo de relação no interior do grupo e que são vividas pelo indivíduo, procurando entender as mágoas, rancores e sentimentos de vingança.

Ao tratar a memória como “seletiva”, Pollak afirma que nem tudo o que vivemos se tornará lembrança ou referência histórica. Considerando a memória uma construção e um processo passível de flutuações e mutações, é através dessas patologias, esquecimento e silêncio, que podemos observar momentos de continuidade e de ruptura, pois a memória é constituída de sentimentos (POLLAK, 1992, p. 205). Pollak será fundamental para entender o processo de esquecimento.

A memória apresenta a intencionalidade de reconstruir o passado, como dito anteriormente, propondo reviver o que já passou, deixando vir à tona as memórias e sentimentos. Com o objetivo de reconstrução do passado, podemos articular a memória com a questão de identidade, pois a memória inspira os valores ligados à nacionalidade e de identidade do indivíduo. Cabe nesse ponto ressaltar que, Wael Branco teve um papel importante para a formação da identidade nacional no período de ascensão da música popular brasileira e da memória televisiva.

Pierre Nora também foi outro autor que conceituou História e Memória. Sendo que para ele os conceitos se diferenciam por um fator natural, a memória é mutável e vulnerável à manipulação, já a história, é uma representação do passado a partir de um olhar de um historiador (BREFE 1996, p. 110 apud SOUZA, 2012, p. 17). Memória seria uma operação afetiva, detalhada e com particularidades e História é construída a partir de algo que não existe mais, mas fundamenta-se a partir da memória.

Nora também utiliza o conceito *lugar de memória*, que são lugares que têm ou adquiriram a função de manter viva a memória coletiva e são simbólicos, onde a memória coletiva se expressa e se revela, e se apresentam como soluções para o problema da perda de identidade dos grupos sociais (BREFE, 1996, p. 120).

Ainda pontuaremos questões que envolvem a indústria cultural, pois o cenário televisivo e musical brasileiro das décadas de 1960 e 1970 tornou-se uma instituição cultural, e possibilita trabalhar pontos que discutem o debate estético-ideológico do período e o valor que a MPB teve na formação na tradição, identidade e popularização do país no período estudado.

A partir dos apontamentos de Max Horkheimer

e Theodor Adorno (ADORNO, 1986, p. 92), que esboçaram o problema da cultura de massa, entendida como uma categoria de análise. Adorno identifica a exploração comercial e a vulgarização da cultura, como também a ideologia da dominação, processo que elimina a possibilidade de reflexão por parte do público sobre aquilo que lhe é oferecido como produto cultural, transformando a mercadoria em cultura e a cultura em mercadoria (SOUZA, 2010, p. 11). Esses apontamentos auxiliaram a entender os dois lados que Waltel Branco viveu, sendo um fornecedor de materiais para a indústria e ao mesmo tempo sendo um artista anônimo.

Outra visão que poderemos ter sobre a indústria cultural, é a partir do conceito de Edgar Morin, autor que entende a indústria cultural como uma cultura padronizada voltada ao mercado de consumo imposta por uma criação industrial (MORIN, 1977, p. 304 apud SOUZA, 2010, p. 14).

Adorno utiliza o termo *standardização*, que é a padronização da indústria e a oferta da música como produto e Morin apresenta o termo *padronização-individualização*, dizendo que a indústria não precisa ser totalmente integrada a um sistema de produção industrial e o equilíbrio entre o padronizado e o individualizado faz com que a indústria se mantenha em produção, sem a obrigatoriedade de procurar por inovações, mas que se atenda ao aperfeiçoamento da originalidade, mesmo que seja um falso individualismo. Esses dão dois pontos quem podemos trabalhar com Waltel, pois ao mesmo tempo em que trabalhou desenvolvendo produtos para a televisão soube trabalhar também com produtos individualizados e com diferentes estilos e gêneros, soube muito bem diversificar seus trabalhos.

Serão analisados alguns autores e suas respectivas obras relacionadas à música, tais como: Napolitano “História & Música” e “Cultura Brasileira: Utopia e Massificação (1950-1980)”, o texto de Arnaldo Con-tier “*Edu Lobo e Carlos Lyra: o nacional e o popular na canção de protesto (os anos 60)*”, José Ramos Tinhorão “Pequena história da música popular” entre outros textos que tratam da música popular para pode facilitar a compreensão das obras do mastro Waltel Branco.

Tomadas como fontes e instrumentos que auxiliam a compreensão do passado e buscam manter a memória viva, a história oral é uma construção a partir de relatos de atores anônimos, onde historiadores procuram articular essas narrativas ao objeto de pesquisa, produzindo um conhecimento histórico

na perspectiva de uma narrativa, trazendo representações desses atores que viveram e presenciaram fatos históricos. Como fonte, a história oral possibilita a investigação de fatos ou atores, que geralmente são pouco visíveis ou foram excluídos nas documentações escrita (HALL, 1992, p. 157).

Além de captar a experiência afetiva e vivida de um indivíduo, a história oral também pode captar tradições e mitos, narrativas e ficção, pois o narrador transmite a sua experiência através do tempo, reconstruindo na sua memória os acontecimentos e fatos que viveu ou presenciou, relatando de maneira oral tudo o que adquiriu em sua vivência.

FONTES

Indicada esta perspectiva, a principal fonte que será utilizada nesse projeto são os relatos orais do próprio Waltel Branco. Em um primeiro momento, serão analisadas as entrevistas realizadas para um trabalho anterior, e que obviamente serão novamente analisadas com um olhar mais crítico, e consequentemente, novas entrevistas serão realizadas com o músico. Além dos relatos orais do artista, serão utilizadas entrevistas realizadas para as diversas mídias, como as da TV e Rádio E-Paraná, as de mídia impressa, como as da Poeirazine, do jornal O Globo e Gazeta do Povo, essas previamente levantadas e que podem ser encontradas em mídias/acervos digitais e na Biblioteca Pública do Paraná.

Outros materiais impressos que serão utilizados são os materiais diversos produzidos pela Fundação Cultural de Curitiba, principalmente os que foram produzidos para a comemoração do 80º aniversário do músico, em principal o livro *Obras para violão de Waltel Branco* organizado por Cláudio Menandro.

Além dos impressos, o documentário de Alesandro Gamo, *Descobrimo Waltel*, será utilizado como fonte e referência, justamente pelos relatos do próprio Waltel e de personalidades próximas ao artista. O Documentário será de suma importância para mapear a cronologia de seus trabalhos, entender o processo de criação das trilhas sonoras nacional/internacional de novela, além de auxiliar na compreensão da criação dos muitos pseudônimos utilizados por Waltel ao longo de sua carreira.

Para auxiliar o levantamento das fontes sonoras e discográficas, serão utilizados os relatórios de registro de fonograma através do ISRC⁵, um cruzamento

5 Abreviação de International Standard Recording Code, ou Código de Gravação Padrão Internacional. É o número de registro de uma música.

de dados dos fonogramas registrado na ABRAMUS (Associação Brasileira dos Músicos), SOCINPRO (Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais), COPYRIGHT (Registro e Depósito de Direitos de Autor) e SBACEM (Sociedade Brasileira de Autores e Compositores e Escritores de Música)⁶ por exemplo, que estão reunidas em 371 registradas no ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), único órgão de cobrança de direitos autorais no Brasil. Todos os demonstrativos contendo os relatórios de músicas registrados em nome de Waltel Branco e de seus pseudônimos, facilitando assim o levantamento das múltiplas obras do artista.

As demais fontes que serão usadas no trabalho são tanto de arquivo pessoal quanto as disponíveis no Museu de Imagem e do Som (MIS) e no Museu do Som Independente (MUSIN)⁷. Ambas as instituições mantêm em seus acervos documentações sobre música paranaense, como por exemplo, ma-

terial de divulgação de shows, apresentações e concertos do maestro.

Como o objetivo geral da pesquisa é analisar a obra de Waltel Branco, grande parte das fontes de áudio, utilizarei de um arquivo pessoal que disponho e de material disponível na web, sendo em grande parte discos de vinil produzidos, de arranjos, participações e de composição do músico, e com esses fonogramas listados analisarei sua obra também.

Juntamente com os relatos de Waltel, também pretendo obter o relato de pessoas próximas ao maestro, para poder entender o porquê de seu apagamento entre o grande público e também para enriquecer em alguns pontos a importância de sua obra para a construção da música brasileira.

Com as fontes citadas, através de um cruzamento de dados, pretendo alcançar os meus objetivos específicos e por fim, o meu objetivo geral. Listadas e organizadas, estas fontes terão objetivo de facilitar a compreensão passo a passo da minha pesquisa.

CRONOGRAMA

Descrição de atividades Período: 08/2016 a 07/2018	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Créditos das disciplinas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X						
Revisão do Projeto.												X	X											
Revisão da Bibliografia.													X	X										
Revisão das fontes.													X	X										
Organização, análise e interpretação dos dados.															X	X	X	X						
Elaboração do sumário provisório																X								
Início da redação													X	X										
Redação final																		X	X	X	X	X	X	X

6 Ao longo de sua carreira, Waltel passou por diferentes associações de músicos, maestros e compositores. As associações são responsáveis pelo registro do fonograma e pelo repasse dos direitos autorais recolhidos pelo ECAD.

7 MUSIN – O Museu do Som Independente é uma instituição privada com sede em Curitiba e que tem em seu um acervo conteúdos relacionados à história da música paranaense.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.); FLORESTAN, Fernandes (coord.). **Coleção Cientistas Sociais** v. 54. São Paulo: Ática, 1986.
- ANSART, Pierre. *História e memória dos ressentimentos*. In: _____. BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.) **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. pp. 15-34.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 2.ed. São Paulo: T.A Queiroz, 1987.
- BRANCO, Waltel. **A obra para violão de Waltel Branco**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2008.
- BREFE, Ana Claudia Fonseca. Pierre Nora: da história do presente aos lugares de memória. In: _____. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 13, n. 24, jul./dez. 1996, p. 105-125.
- CARVALHAL, Juliana Pinto. Maurice Halbwachs e a questão da memória. In: _____. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 56, janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalhal.htm>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro 2004.
- HALL, Michael M. História oral: Os riscos da inocência. In: _____. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico, São Paulo, DPH, 1992. p. 157-160.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. Leitão, Bernardo...[et. al.] trad. 4ª ed. Campinas, SP. UNICAMP. 1996. p.423-484.
- MOREIRA, Raimundo Nonato. História e Memória: algumas observações. **Revista eletrônica de História e Educação**, n. 10, jul/dez. 2005. p. 01-04.
- MORIN, Edgar. A indústria cultural. In: FORACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (orgs.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC editora, 1977.
- NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**, 3. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.
- _____. **Seguindo a canção**: Engajamento político e indústria cultural da MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume: Faspesp, 2001
- _____. **História & Música**: História cultural da música popular, 3. ed. Belo Horizonte: Auentica, 2005.
- NETO, Manoel J. de Souza. **[Des]construção da música na cultura paranaense**. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. In: _____. KHOURY, Yara Aun (trad.). **Projeto História**: Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história da PUC-SP, n. 10. São Paulo: PUC-SP. 1993. p. 07 - 28.
- PAIVA, Wilson Alves de. Do pátio do Colégio ao pátio da escola: violência simbólica e violência de fato. In: VII Seminário: Problemas do Estado Democrático Contemporâneo, 2011, Goiânia. **Anuário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos/UFG**, 2011. v. 1. p. 1-10.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.
- _____. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-213.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Introdução – relatos orais: do “indizível” ao “dizível”, In: _____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A Queiroz, 1991. p. 01-27.
- SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de Memória em terras de história: Problemáticas atuais. In: _____. BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia: **Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 37 – 59.

SOUZA, Thiago Rafael. Milhões de emoções pelo ar todo mundo a cantar: O Brasil e os Festivais Internacionais da Canção (1966-1972). In: **Revista Eletrônica das monografias do curso de História da UTP**, n. 05. Curitiba: UTP, 2010.

_____. “Eu nasci porque quis no dia do músico”: A obra e a contribuição Cultural de Waltel Branco (1963-1988). Curitiba: UTP, 2012.

TINHORÃO, José Ramos. **Pequena história da música popular**. São Paulo. Circulo do Livro. 2007.

TOLEDO, Heloísa Maria dos Santos. Som Livre e trilhas sonoras das telenovelas: Pressupostos sobre a discussão da relação entre novelas e mercado fonográfico. In: **III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador, BA: Faculdade de Comunicação/UFBa. 2007.

TRAVASSOS, Elizabeth. Poder e valor das listas nas políticas de patrimônio e na música popular. In: **A memória da música popular**. Porto Alegre: Projeto UNIMÚSICA, 2006.

